



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE TRÊS LAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

Mariele de Oliveira Silva

**A (RE)CRIAÇÃO DO CAMPESINATO EM CÁCERES/MT E NO
CONTEXTO DE EXPANSÃO TERRITORIAL DO AGRONEGÓCIO EM
TRÊS LAGOAS E SELVÍRIA EM MATO GROSSO DO SUL**



Três Lagoas
2014

Mariele de Oliveira Silva

**A (RE)CRIAÇÃO DO CAMPESINATO EM CÁCERES/MT E NO
CONTEXTO DE EXPANSÃO TERRITORIAL DO AGRONEGÓCIO EM
TRÊS LAGOAS E SELVÍRIA EM MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada ao curso de pós-graduação em Geografia/CPTL/UFMS – Área de concentração Análise Geoambiental e Produção do Território, como exigência final para a obtenção do Título de Mestre em Geografia, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Rosemeire Aparecida de Almeida.

Três Lagoas
2014

Mariele de Oliveira Silva

**A (RE)CRIAÇÃO DO CAMPESINATO EM CÁCERES/MT E NO
CONTEXTO DE EXPANSÃO TERRITORIAL DO AGRONEGÓCIO EM
TRÊS LAGOAS E SELVÍRIA EM MATO GROSSO DO SUL**

COMISSÃO JULGADORA

Presidente e Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosemeire Aparecida de Almeida

Prof. Dr. João Edmilson Fabrini

Prof. Dr. Sedeval Nardoque

Resultado: _____

Três Lagoas - MS, 22 de agosto de 2014.

Dedico este trabalho aos camponeses e as camponesas, que insistentemente (re) criam formas de lutar e permanecer na terra.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Marta Beatriz de Oliveira, mãe, companheira, que no estradar me ensinou a riqueza da vida, e à João Alves da Silva Filho, pai, amigo, que ante as dificuldades me ensinaram o significado da palavra: capacidade. Aos irmãos James, Maysa Laura e Marciele, pelos momentos de compreensão, mas de intensos debates. Aos queridos e amados sobrinhos Patrícia Mayra e Marcos Paulo. À vocês: pai, mãe, irmão, irmãs e sobrinhos, que estiveram ao meu lado, obrigado pelo apoio, compreensão e carinho incondicional. Penso que jamais poderei retribuí-los por tudo que fizeram e fazem por mim.

Aos amigos de longa data, e muita longa data, Henrique, Pedro, Rosemary, Anaí, Mariana, Camila e Ana, pela amizade, que mesmo perante a distância ocasionada pelo dia-a-dia, se fez presente.

Agradeço com muito carinho ao professor Jayme, que ao longo do ensino fundamental e médio, em suas aulas, me mostrou a dádiva em ser um professor de Geografia comprometido com a sociedade.

A todos os amigos de sala, pois permaneceram por perto durante o mestrado e se tornaram grandes amigos. Especialmente Fernanda e Liliam, companheiras de graduação e mestrado, que tive o prazer de conhecer, conviver, e construir uma amizade que permanecerá fora do espaço acadêmico.

Aos amigos do curso de Geografia Licenciatura, que me proporcionaram longos momentos de debate nos corredores da universidade, com carinho especial meu grande amigo, Renan Almeida, que fez das crises teóricas, uma diversão.

Aos funcionários da UFMS, que me receberam, tanto no início, quanto no final do dia com belos sorrisos no rosto, em especial as meninas da limpeza e meu querido Adauto, que não cansaram de incentivar, e tornaram o espaço acadêmico mais familiar e amigo.

Meus colegas, e companheiros do precioso Grupo de Estudos Terra-Território: Talita Sgobi, companheira de saídas de campo, Talita Casagrande, Karen Costa, Mariana Lemes, Danilo Melo, o cara dos mapas, José Antônio, o crítico, Marco Aurélio, André Bersani, Thiago Rocco, e Bruno.

Ao querido e atencioso Mie, pelas inúmeras contribuições para minha formação acadêmica e pessoal, tanto nos debates, quanto nas saídas de campo, obrigada pelo carinho meu mestre.

Aos professores Maria Celma, Sedeval Nardoque e João Fabrini, pela participação no exame de qualificação e na defesa da dissertação.

De forma muito especial agradeço à professora Rosemeire Aparecida de Almeida, orientadora, amiga, que contribuiu de forma determinante durante toda a pesquisa, orientando tanto na elaboração do trabalho, quanto na vida pessoal, e aos poucos me ensinou que a ser professor é mais que uma profissão, é uma missão social que temos com a sociedade.

Agradeço a todos os professores e professoras do Programa de Mestrado em Geografia da UFMS, que contribuíram para a construção desse trabalho, em especial ao Professor Sedeval Nardoque, pelas contribuições na qualificação.

Às famílias visitadas para a elaboração desse trabalho, que me atenderam com toda a atenção e carinho, em especial aquelas que me receberam em sua casa durante as saídas de campo, tanto no Mato Grosso, quanto no Mato Grosso do Sul.

À Capes pela concessão da bolsa de estudo e por me possibilitar estar livre para a realização deste trabalho.

Por fim a todos (as) que direta ou indiretamente estiveram envolvidos na conclusão desse trabalho.

Muito obrigado a todos

"Eu tenho uma espécie de dever, dever de sonhar, de sonhar sempre, pois sendo mais do que um espectador (a) de mim mesmo (a), eu tenho que ter o melhor espetáculo que posso. E assim me construo a ouro e sedas, em salas supostas, invento palco, cenário para viver o meu sonho entre luzes brandas e músicas invisíveis."

Fernando Pessoa

Resumo

O objetivo central desta pesquisa é analisar os avanços e recuos da política pública de Reforma Agrária brasileira, diante da intensificação da concentração fundiária desde a segunda metade do século XX, resultante da pecuária extensiva, com o início do processo de “modernização do campo”. Neste sentido, avaliar as formas de reorganização do uso do espaço agrário, se fez necessário, e para a realização dessa pesquisa escolhemos como áreas de estudos o estado de Mato Grosso, após o processo de expansão das atividades monocultoras da soja, e Mato Grosso do Sul, no atual contexto de expansão do plantio de eucalipto. Portanto analisamos as condições de reprodução camponesa nos projetos de assentamento no município de Cáceres/MT e Três Lagoas - Selvíria/MS, uma vez que estes últimos encontram-se mais diretamente influenciados pela expansão territorial do agronegócio. Logo, identificar se essas formas encontradas pelos assentados para se manter na terra, apontam para uma resistência na via da conformidade e/ou da emancipação, também fizeram parte de nossa análise. As análises que realizamos a partir dessa pesquisa nos evidenciaram que realmente há novas definições da (re)criação do campesinato brasileiro, ante a crise da política pública de reforma agrária e o contexto de expansão territorial do agronegócio. As formas de resistências apontam dois caminhos possíveis, tanto para a conformidade, quanto para a emancipação. A resistência organizada pela conformidade é gerada perante o visível estado de abandono, ao lado do que compreendemos como paralisação da política pública de reforma agrária, que por meio do processo de privatização dos projetos de assentamentos escondem a imposição da propriedade privada sobre áreas que poderiam servir para os projetos de reforma agrária. Em contrapartida, a resistência via emancipação é a força dos movimentos sociais contra os empecilhos colocados pela lógica do sistema capitalista de domínio do mercado, que por meio da reelaboração das cotas estatais PAA e PNAE acabaram diminuindo, e ainda facilitaram a comercialização dos produtos da agricultura familiar camponesa diretamente ao consumidor. Em suma, a pesquisa nos propiciou a certeza de que temos um campesinato brasileiro (re) criando suas formas de resistência num contexto de ambiguidade própria destas condições de reprodução em situação de bloqueio.

Palavras-chave: Agronegócio. Reforma Agrária. Recriação. Conformidade e Emancipação Camponesa.

Resumen

Lo objetivo central de esta investigación fue analizar los avances y retrocesos de la política pública reforma agraria brasileña, delante de la concentración agraria desde la segunda mitad del siglo XX, resultante de la ganadería extensiva, con el inicio del proceso de "modernización agrícola". En este sentido, evaluar las formas de reorganización de la utilización del espacio agrícola, si hizo necesario, y para la realización de esa investigación, hemos elegido cómo áreas de estudios lo estado de Mato Grosso, después del proceso de expansión de las formas de actividades de la agricultura de monocultivo de la soja, y Mato Grosso do Sul, en el contexto actual de la expansión de la plantación de eucaliptos. El análisis de la condiciones de reproducción campesina en los proyectos de asentamiento en el municipio de Cáceres/MT y Três Lagoas-Selvíria/MS, una vez que estos, encontrase más directamente influenciados por la expansión territorial del agronegocio. Pronto, identificar si esas formas encontradas por los asentados para permanecer en la tierra, apuntan para una resistencia hacia la conformidad y/o de la emancipación, también hicieron parte de nuestra investigación. Los análisis que realizamos a partir de esa investigación nos evidenciaran que realmente está habiendo nuevas definición de la (re)creación del campesinato brasileño, delante la crisis de la política pública de reforma agraria y lo contexto de la expansión territoriales del agronegocio. Dónde, las formas de resistencia apuntan dos caminos posibles, tanto para la conformidad, cuánto para la emancipación. La resistencia organizada por la conformidad, es generada adelante lo visible estado de abandono, al lado del que comprendemos cómo la paralización de la política pública de reforma agraria, que por medio del proceso de privatización de los proyectos de asentamientos esconden la imposición de la propiedad privada sobre área que podrían servir para los proyectos de reforma agraria. En contrapartida, la resistencia vía emancipación es la fuerza de los movimientos sociales contra los impedimentos colocados por la lógica del sistema capitalista del dominio de lo mercado, que por medio de la reelaboración de las cuotas estatales PAA y PNAE acabaran disminuyendo, y aún facilitarían la comercialización de los productos de la agricultura familiar campesina directamente al consumidor. En suma, la investigación nos propició la certeza de que tuvimos un campesinato brasileño (re) criando sus formas de resistencia en lo contexto del ambigüedad propia de estas condiciones de reproducción en situación de bloqueo.

Palabras-clave: Agronegocio. Reforma Agraria. Recreación. Conformidad y Emancipación Campesina.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização – Município de Cáceres/MT	85
Figura 2: As famílias do Grupo de mulheres “Amigas da Fronteira”	103
Figura 3: Produtos derivados do pequi, grupo de mulheres “Amigas da Fronteira”	104
Figura 4: Produtos derivados do cumbaru, grupo de mulheres “Amigas do Cerrado”	107
Figura 5: O cotidiano das famílias do Grupo de mulheres “Amigas do Cerrado”	108
Figura 6: Cooperados da Cooperativa COOPFAMI	110
Figura 7: Horta COOPFAMI	110
Figura 8: Fibria	118
Figura 9: Eldorado Brasil	118
Figura 10: Localização da região para a implantação de florestas de Mato Grosso do Sul	119
Figura 11: Córrego do Queixada com baixo nível de água	127
Figura 12: Represa dentro da APP do assentamento Alecrim com baixo nível de água	127
Figura 13: Córrego com baixo nível de água	127
Figura 14: O córrego – 1985-1990	129
Figura 15: O córrego que secou depois do plantio de eucalipto - 2014	129
Figura 16: Área de brotos com Glifosato	131
Figura 17: Fazenda Coquete	133
Figura 18: Sede da Fazenda	133
Figura 19: Cerco do Eucalipto – Assentamento Alecrim	139
Figura 20: Cerco do plantio de Eucalipto – Assentamento Pontal do Faia.	142
Figura 21: Gado leiteiro, área Coletiva Pecuária	148
Figura 22: Plantação de milho, área Coletiva Agricultura	148
Figura 23: Programa PAIS nos assentamentos do município de Três Lagoas e Selvíria	156
Figura 24: Horta e venda dos produtos do programa PAIS	160
Figura 25: Materiais depositados em alguns lotes	162
Figura 26: Venda dos produtos do projeto Produzindo frutos e arborizando a região	166
Figura 27: Produtos entregues para merenda escolar - Associação dos Agricultores (as) Familiares do Assentamento Vinte de Março	171
Figura 28: Inauguração do viveiro “Jairo Cesário Magalhães”	173
Figura 29: Resistência determinada pela conformidade	197
Figura 30: Resistência determinada pela emancipação	198

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estrutura fundiária Mato Grosso – 2006.....	59
Tabela 2: Estrutura fundiária Mato Grosso do Sul – 2006.....	72
Tabela 3: Área de plantio da Teca no estado de Mato Grosso 1971-2011.....	88
Tabela 4: Número e área de estabelecimento no município de Cáceres - 2006.....	88
Tabela 5: Porcentagem de Municípios por região que compraram da Agricultura familiar para a Merenda Escolar, 2010.....	93
Tabela 6: Quantidade de Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea - CPR Doação, 2010.....	93
Tabela 7: Quantidade de Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea - CPR Doação, 2011 a 2013.....	95
Tabela 8: Frutos, unidades de processamento, Produção, alunos atendidos, Valor da produção, relacionados á ARPEP.....	100
Tabela 9: Produção Total da Associação das Produtoras Extrativistas do Pantanal – ARPEP. 2011/2012.....	101
Tabela 10: Plantio de eucalipto/pinus (ha) Campo Grande – Três Lagoas.....	121
Tabela 11: Brasil - Políticas de Obtenção de Terras.....	182
Tabela 12: Brasil – Reforma Agrária – 1985 – 2012.....	183
Tabela 13: Número de Assentamentos Rurais (2005 – 2012).....	187
Tabela 14: Número de assentamentos criados em Mato Grosso do Sul, 2005-2012.....	188
Tabela 15: Número de assentamentos criados em Mato Grosso, 2005-2012.....	188
Tabela 16: Número de ocupações em Mato Grosso do Sul, 2005-2012.....	189
Tabela 17: Número de ocupações em Mato Grosso, 2005-2012.....	190

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Brasil - Ocupações e famílias por Estado e Macrorregiões 1988-2012.....	58
Quadro 2: Cronologia da implantação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.....	63
Quadro 3: Brasil - Número de Ocupações e de Famílias por Estado e Macrorregiões 1988-2012	76
Quadro 4: Número de Assentamentos Rurais e Famílias Beneficiadas no Município de Cáceres/MT	90
Quadro 5: Modalidades do Programa de Aquisição Alimentar – PAA.....	97
Quadro 6: Produção Amigas da Fronteira e do Cerrado - 2012/2013.....	102
Quadro 7: Consumidores e Produção, do Grupo de Mulheres “Amigas da Fronteira”	106
Quadro 8: Consumidores e Produção, do Grupo de Mulheres “Amigas do Cerrado”	109

Quadro 9: Venda da COOPFAMI para o PNAE – 2012-2013	111
Quadro 10: Importância do PNAE – 2012-2013.....	112
Quadro 11: Importância do PAA – 2012-2013.....	113
Quadro 12: Pontos positivos e que devem melhorar no PAA e no PNAE.....	114
Quadro 13: Projetos de Assentamentos próximos as áreas prioritárias ao plantio de eucalipto.....	123
Quadro 14: CEIs e quantidade de alunos atendidos.....	158
Quadro 15: Produtos entregues nas CEIs/ Maio de 2014.....	159
Quadro 16: Venda da Associação “Vinte de Março” para o PAA (2012-2013)	167
Quadro 17: Escolas Municipais e quantidade de alunos atendidos.....	169
Quadro 18: Produtos entregues - Escolas Municipais e Projetos Sociais/ Maio de 2014 – Assentamento Vinte de Março.....	170

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de estabelecimentos no município de Cáceres 2006.....	89
Gráfico 2: Área dos estabelecimentos no município de Cáceres 2006.....	89
Gráfico 3: Número de assentamentos e ocupações – 2005-2012.....	190

LISTA DE SIGLAS

ADM – Archer Daniels Midland
ARPEP – Associação das Produtoras Extrativistas do Pantanal
BNDES – Banco Nacional de desenvolvimento Econômico e Social
CAE – Conselho de Alimentação Escolar
CAND – Colônia Agrícola Federal de Dourados
CDLAF – Compra Direta Local da Agricultura Familiar
CEI – Centros de Educação Infantil
CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
COMSEA – Conselho Municipal de Segurança Alimentar
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
COOPFAMI – Cooperativa Agropecuária de Produtores da Agricultura Familiar
CPR – PAA – Compra da Agricultura Familiar para a modalidade de Doação Simultânea
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf
DATALUTA-MS – Banco de Dados da Luta Pela Terra - Mato Grosso do Sul
DATALUTA-MT – Banco de Dados da Luta Pela Terra - Mato Grosso
DHESCA – Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento.
EBRAPI – Empresa Brasileira de Agronegócio
FASE-MT – Federação de Órgãos para Assistência Educacional e Social/Equipe Mato Grosso
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
HA – Hectares
I PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária/ 1985
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
II PND – II Plano Nacional de Desenvolvimento
II PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária/2003
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IP/VCP – Internacional Paper e Votorantim Celulose e Papel
ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
JBS – JBS Friboi
MCL – Mário Celso Lopes Empreendimentos
MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PA – Projeto de Assentamento
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAIS – Produção Agroecológica Integrada Sustentável
PDRT – Programa de Desenvolvimento Rural e Territorial
PIN – Programa de Integração Nacional
PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNFC – Programa Nacional de Crédito Fundiário
POLOAMAZÔNIA – Programa de Desenvolvimento da Amazônia

POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

POLONOROESTE – Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil

PROCENTRO – Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste

PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados

PRODEGRAN – Programa Especial da Região da Grande Dourados

PRODEPAN – Programa de Desenvolvimento do Pantanal

PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste

PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste

SEBRAE – Serviço Nacional de Apoio à Micro e Pequena Empresa

SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

TIMAC AGRO – TIMAC AGRO Indústria e Comércio de Fertilizantes

UF – Unidade da Federação

VCP – Votorantin Celulose e Papel

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
Cap. 1 – O DEBATE ACERCA DO CONCEITO DE CAMPONÊS.....	23
1.1 O Camponês no limiar da terra cativa: Lei de 1850.....	23
1.2 O debate acerca do conceito de camponês: desencontros e encontros teóricos.....	34
Cap. 2 – A (RE)CRIAÇÃO DO CAMPESINATO MATO-GROSSENSE E SUL-MATO-GROSSENSE: A TERRA “DISPUTADA”	43
2.1 O processo de luta pela terra em Mato Grosso: ontem e hoje.....	43
2.2 De Sul de Mato Grosso a Mato Grosso do Sul: a formação de um “novo” Estado na esteira da concentração da terra e violência.....	60
2.2.1 O ouro verde: a exploração da erva-mate pela Companhia Matte Laranjeira.....	60
2.2.2 Da modernização conservadora na década de 1970 aos dias atuais.....	70
Cap. 3 - REFORMA AGRÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: A (RE)CRIAÇÃO DO CAMPESINATO VIA CONQUISTAS SOCIAIS.....	77
3.1 Formas de lutar e viver na terra: relato de experiências.....	77
3.2 A (re)criação do campesinato no município de Cáceres via PAA e PNAE: limites e perspectivas.....	84
3.2.1 Breve histórico do processo de ocupação do município de Cáceres.....	84
3.2.2 O papel das políticas públicas no município de Cáceres/MT: a resistência da agricultura camponesa familiar.....	91
Cap. 4 - REFORMA AGRÁRIA E AGRONEGÓCIO: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS.....	116
4.1 Os municípios de Três Lagoas e Selvíria no contexto da mobilidade do agronegócio do eucalipto.....	116
4.2 Os efeitos da expansão do agronegócio em áreas de Reforma Agrária.....	136
4.3 Os contornos da resistência feita no limite.....	144
Cap. 5 - ESGOTAMENTO DA POLÍTICA PÚBLICA DE REFORMA AGRÁRIA?.....	176
5.1 O papel do Estado: as formas organizativas.....	176
5.2 A crise da Reforma Agrária em números.....	186
5.3 Reforma Agrária: (re) volta da luta social.....	191
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	195

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	199
-------------------------------	-----

ANEXOS	210
--------------	-----

INTRODUÇÃO

Ao iniciarmos este debate acerca da **A (RE)CRIAÇÃO DO CAMPESINATO EM CÁCERES/MT E NO CONTEXTO DE EXPANSÃO TERRITORIAL DO AGRONEGÓCIO EM TRÊS LAGOAS E SELVÍRIA EM MATO GROSSO DO SUL**¹, destacamos que, diferentemente de outros países, onde o campesinato consegue permanecer na terra, no Brasil este se formou na contradição da expansão capitalista, sob liderança de grandes proprietários de terra que por meio de instrumentos legais e ilegais, apropriaram-se de extensas áreas, bloqueando o acesso à terra pelo campesinato.

Situações visíveis no estado de Mato Grosso e Mato grosso do Sul, especialmente quando notamos que a questão agrária presente nesses estados resultou inicialmente da especulação da terra e, posteriormente, da expansão das atividades monocultoras, em especial aquelas geradoras de alta apropriação de renda, como soja, cana, algodão, milho e eucalipto.

Porém, em contrapartida à expropriação temos os exemplos de conquistas dos camponeses assentados, entre as quais destacamos a garantia de comercialização da produção excedente para as cotas estatais da merenda escolar (PAA e PNAE), que a cada ano, nessas regiões, tem aumentado o número de assentados envolvidos nessas políticas.

Por meio de nossa pesquisa identificamos serem políticas garantindo a recriação da agricultura camponesa familiar tanto nos município de Cáceres (MT), quantas, Três Lagoas e Selvíria (MS). Assim, elas realmente têm concluído um de seus maiores objetivos: mitigar os bloqueios impostos pela lógica do sistema capitalista de mercado à classe camponesa familiar.

Entretanto, nos municípios de Três Lagoas e Selvíria, observamos essa forma de resistência está subordinada aos ditames do capital, porém, notamos, ante o estado de abandono dos assentamentos dessa região por parte do Estado, esse é o caminho da luta camponesa para continuar na terra.

¹ A pesquisa está inserida no projeto da Rede Pró Centro Oeste, intitulado: “Questão Agrária e Transformações Socioterritoriais nas microrregiões do Alto Pantanal e Tangará da Serra/MT na última década censitária”, integrado a Rede de Estudos sociais, ambientais e de tecnologias para o sistema produtivo na região sudoeste de Mato Grosso (ASA). Com o apoio do MCT/CNPq e do FNDCT.

As vias de resistência encontradas atualmente pelos camponeses assentados não desqualifica os projetos de reforma agrária presentes no município de Três Lagoas e Selvíria; antes, elas trazem à tona possível crise da Reforma Agrária como política pública, do âmbito local para o global.

A crise desafia-nos a entender se as formas encontradas pelos assentados para manterem-se na terra nesse cenário de deficiência das políticas públicas do Estado para os projetos de reforma agrária, direcionam lhes para o conformismo ou para a emancipação; ou se ambas se entrelaçam numa ambiguidade própria destas condições de reprodução em situação de bloqueio.

O presente trabalho está estruturado, além desta introdução, das considerações finais e das referências, em cinco capítulos: no primeiro abordamos **o debate acerca do conceito de camponês**. No segundo, analisamos **a (re)criação do campesinato mato-grossense e sul-mato-grossense: a terra “disputada”**, no terceiro, enfatizamos o tema **reforma agrária e políticas públicas: a (re)criação do campesinato via conquistas sociais**. No quarto ponderamos a **reforma agrária e agronegócio: convergências e divergências**. No quinto, e último capítulo, priorizamos o possível **esgotamento da política de reforma agrária?**

No primeiro capítulo, compreendemos a função do Sistema de Sesmarias (fins do século XIV) e a Lei de Terras (1850), além de outros que, em nosso ponto de vista, desempenhando papéis significativos para a efetivação ou não da apropriação capitalista da terra. Nesse sentido, abordamos os encontros e desencontros teóricos à respeito do campesinato brasileiro, fundamental, ainda mais porque, este enfrentou uma estrutura fundiária altamente concentrada, que, em diversas regiões, impossibilitou o seu acesso à terra, ou seja, ele dificilmente teve sob a sua posse uma parcela de terra.

No segundo capítulo, analisamos o processo de luta pela terra em Mato Grosso, apresentando vários requisitos favorecedores de sua caracterização como o estado latifundiário, circunstância de debates, ora na agenda de ações de atuação dos movimentos sociais de luta pela terra, ora de alguns teóricos sobre os motivos que teriam levado Mato Grosso ser um dos estados com maior concentração fundiária do país. Neste capítulo, analisamos o processo de ocupação e conformação da estrutura fundiária do novo estado de Mato Grosso do Sul, resultante da divisão da região norte e sul de Mato Grosso em dois momentos:

o primeiro, salientando a influência da exploração da erva-mate, realizada pela Empresa Matte Laranjeira; num segundo momento, nos detemo-nos com maior atenção para o período mais recente, pós-criação do estado de Mato Grosso do Sul. A escolha desses estados é decorrente da situação de insegurança fundiária representada pelas terras devolutas e improdutivas em mãos de particulares, bem como a dificuldade de demarcação das terras indígenas e quilombolas. Situações negligenciadas pelo Estado, que, contraditoriamente, apoia as novas dinâmicas no campo, pois o latifúndio da pecuária cede espaço para as atividades de monocultivo.

No terceiro capítulo, analisamos a luta camponesa para a legitimação de sua identidade a partir das conquistas dos territórios de Reforma Agrária no município de Cáceres (MT) e nos municípios de Selvíria e de Três Lagoas (MS). Entendemos formas de resistência camponesa em especial no município de Cáceres, via cotas estatais, como PAA e o PNAE, pois foram e estão sendo essenciais para garantir a (re)criação camponesa nesse município, apesar da pressão dos grupos latifundiaristas. Escolhemos o município por possuir estrutura fundiária concentrada, e considerável número de projetos de assentamento no Estado, totalizando 21 projetos, com aproximadamente 1.830 famílias, resultante, principalmente, da ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

No capítulo quatro, ponderamos a importância das cotas estatais para os camponeses assentados no município de Três Lagoas e Selvíria, justamente para se desvincularem dos empregos formais fora do assentamento, em especial aqueles ligados aos eucaliptais, avançando suas atividades em direção aos municípios de maior abrangência das áreas prioritárias para o plantio. A escolha desses municípios como áreas prioritárias para o plantio de eucalipto deu-se em razão da garantia de incentivos fiscais e creditícios do Estado; das condições hidrográficas; das condições climáticas; da vegetação; e o relevo suavemente ondulado, favoráveis à implantação de agroindústrias eucaliptais e do complexo papel-celulose. Por outro lado, as novas conquistas dos movimentos sociais de luta pela terra no decorrer dos anos 2000 (2000 a 2009), com a implantação de 10 projetos de assentamentos, grande parte nas áreas de influência do plantio de eucalipto, contribuíram para a escolha de Três Lagoas e Selvíria. A partir da percepção cotidiana dos camponeses assentados, buscamos entender as

possíveis consequências da territorialização das indústrias de celulose e papel para a vida das famílias assentadas em Três Lagoas e Selvíria, uma vez que, elas se encontram mais diretamente influenciados pela expansão territorial do agronegócio, portanto em situação bastante diferente dos casos analisados em Cáceres (MT).

Paradoxalmente, essas empresas oferecem em troca de isenção de impostos, projetos sociais importantes para a recriação dos camponeses assentados, porém, servem, também, para desviar a atenção tanto da problemática central – os impactos negativos comprovando a incompatibilidade de convivência destas lógicas sobrepostas no território, quanto das condições muito precárias de moradia e sem assistência técnica eficaz, entre outras coisas, agravando a permanência desses assentados ao conquistarem a terra e contribuindo para a procura de renda fora do lote.

No quinto capítulo, caracterizamos a política de reforma agrária brasileira levando em conta não somente o tipo de estrutura latifundista dominante, mas, também, as ações sociais e ideológicas fundamentando as estratégias de desenvolvimento no campo. Nessa perspectiva realizamos abordagem referente a crise da política de reforma agrária brasileira em números e as atuais formas de permanência e recriação do campesinato. Percebemos que o movimento camponês de luta pela terra e insiste dizer à sociedade que a estrutura fundiária altamente concentrada é um ataque a democracia, é injustiça social. Logo, urge a retomada pelo governo da política pública de reforma agrária porque os pobres da terra não abandonaram este projeto, portanto, é preciso insistir na elaboração de programas que realmente efetivem a política de reforma agrária e a redistribuição de terras.

OBJETIVOS

Geral

Ponderar os efeitos e implicações sociais, resultantes da crise da política de reforma agrária após a entrada do capital agroindustrial no campo, e as novas formas de luta pela terra, e para nela permanecer.

Específicos

- Analisar os avanços e recuos da Reforma Agrária diante da concentração fundiária presente no campo, desde a segunda metade do século XX, no contexto do processo de “modernização do campo”.

- Avaliar as formas de reorganização do uso do espaço agrário, após o processo de expansão das atividades monocultoras da soja no estado de Mato Grosso e do eucalipto em Mato Grosso do Sul, além das reivindicações dos movimentos sociais de luta pela terra.

- Evidenciar as formas de resistência dos camponeses assentados, da conquista da terra à permanência, nos municípios de Cáceres (MT) e Três Lagoas e Selvíria (MS).

METODOLOGIA

• A pesquisa teve como alicerce a revisão bibliográfica de obras sobre a questão agrária, em especial da Reforma Agrária; a base teórico-metodológica fundamentou-se em: Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Carlos Walter Porto Gonçalves, Dirce Maria Antunes Suertegaray, Eliane Tomiasi Paulino, João Edmilson Fabrini, Margarida Maria Moura, Mieceslau Kudlavicz, Rosemeire Aparecida de Almeida, Rosa Luxemburgo, entre outros.

• Realização de trabalhos de campo nos projetos de assentamentos. Nos trabalhos de campo compreendemos como se dá o processo de territorialização das atividades monocultoras junto aos assentamentos do município de Cáceres (MT) e Três Lagoas Selvíria (MS). Realizamos levantamentos de dados junto a órgãos públicos (Prefeitura Municipal, IBGE, Universidades).

• Realizamos entrevistas com os assentados dos projetos de assentamento, com o intuito de apreendermos os possíveis obstáculos, ocasionados pelo cercamento da plantação de Teca e eucalipto, decorrente das atividades de arrendamento e venda de grandes propriedades próximas ao chão de conquista. Mesmo com a autorização para uso das fontes orais, optamos pela não identificação dos entrevistados, referindo- nos como assentados do PA, e uso de sobrenomes fictícios.

- Elaboramos mapas, gráficos e tabelas a partir da sistematização de informações de assentamentos rurais e conflitos no campo, a partir do Banco de Dados do DATALUTA (2005 – 2012).
- Analisamos as formas de resistência do campesinato no campo mato-grossense e sul-mato-grossense, enfocando o processo de comercialização da produção exclusivamente para o mercado, e as cotas estatais PAA e PNAE. Escolhemos alguns projetos de assentamentos para a realização de nossa análise, a saber: PA Corixinha e São José no município de Cáceres/MT; PA Vinte de Março e Pontal do Faia, no município de Três Lagoas/MS; e, por último, o PA Alecrim e o São Joaquim no município de Selvíria; que estão localizados próximo as áreas de influência do plantio de eucalipto.

CAPÍTULO 1. O DEBATE ACERCA DO CONCEITO DE CAMPONÊS

1.1 O Camponês no limiar da terra cativa: Lei de 1850

[...] Seria engano supor que a finalidade da Lei de Terras fosse a de democratizar o acesso à propriedade fundiária. Na verdade, ela nasceu como instrumento legal que assegurava um monopólio de classe sobre a terra em todas as regiões do país, mesmo naquelas ainda não ocupadas economicamente. Com isso, o que de fato se conseguia era interditar o acesso do lavrador pobre à terra, impedindo-o de trabalhar para si e obrigando-o a trabalhar para terceiros, especialmente para os grandes proprietários. (MARTINS, 2010, p. 125)²

Ao iniciarmos este debate do conceito de camponês, destacamos que, diferentemente de outros países, onde o campesinato consegue permanecer na terra, no Brasil este se formou na contradição da expansão capitalista, sob liderança de grandes proprietários de terra. Estes, por meio de instrumentos legais e ilegais, apropriaram-se de extensas áreas, bloqueando o acesso à terra pelo campesinato.

Tal situação foi determinante para a formação de um campesinato marcado pela expulsão e relação precária com a terra, que, ao ser expropriado, cria e recria constantemente formas de entrar na terra, garantindo não apenas sua reprodução, mas a legitimação do seu modo de vida, na condição de classe. Nesse cenário, de intensas contradições e de expansão da propriedade capitalista, os movimentos sociais de luta pela terra têm sido insistentes e, muitas vezes, decisivos para garantir a recriação e, mesmo que de forma precária, o retorno do camponês à terra.

Segundo Martins (1981)³, citado por Almeida e Tomiasi (2010, p. 21)⁴, ao lutarem pelo acesso à terra, os camponeses brasileiros ocupam um espaço na esfera social, criando “[...] estratégias de resistência, *um negar-se para continuar sendo aquilo que nunca deixaram de ser [camponeses]*”.

Nessa perspectiva, do “negar-se para continuar sendo”, procuramos, neste capítulo, entender a função de alguns mecanismos para a efetivação (ou não) da

² MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2010.

³ MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

⁴ PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e território**: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

apropriação capitalista da terra. Entre eles, destacamos o Sistema de Sesmarias (fins do século XIV) e a Lei de Terras (1850)⁵, além de outros que, em nosso ponto de vista, tiveram papéis significativos para o contexto histórico da apropriação territorial do país.

Destarte, quando nos propomos debater a função dos sistemas de apropriação territorial para a concentração fundiária brasileira, destacamos alguns teóricos que, em nosso entender, interpretaram de forma coerente o papel desses sistemas no surgimento da questão agrária brasileira. Seguindo esses critérios, o trabalho realizado por Silva (2008)⁶, que, na perspectiva dos efeitos da Lei de 1850, propõe o debate sobre as terras devolutas e o latifúndio.

Para esta autora o governo de Portugal inseriu no Brasil Colônia o Sistema de Sesmarias, criado em fins do século XIV, com o intuito de solucionar a crise de abastecimento e a ociosidade de terras gerada pela apropriação desenfreada por senhorios que não as cultivavam, e, menos ainda, as arrendavam para os camponeses para a formação de pequenas posses ligadas à produção de autoconsumo.

No Brasil, a aplicação das Sesmarias não seguiu, no entanto, as regras ou os objetivos essenciais da Coroa, apresentando diversas distorções em sua prática. Enquanto em Portugal gerava a pequena propriedade, aqui, ao contrário, deu origem ao latifúndio, isso porque a Metrópole, desejando ocupação produtiva da Colônia, “[...] procurava conceder terras aos colonos que tivessem condições de cultivá-las, o que significava nos marcos coloniais homens com recursos suficientes para possuir escravos [...]” (SILVA, 2008, p. 50-51).

O modelo de agricultura monocultora e escravista existente no país é decorrente do período de sesmarialismo, caracterizado pela inserção da Colônia no mercado mundial, com a produção de produtos tropicais, em especial o açúcar de que a Europa carecia. Outro ponto, fortalecedor do caráter agrário brasileiro, foi o crescimento, por extensão, do sistema açucareiro e da pecuária, em decorrência dos sucessivos abandonos das zonas esgotadas e da constante busca de novas terras férteis. (SILVA, 2008).

⁵ Lei de Terras de 1850: nº 601, de 18 de setembro de 1850.

⁶ SILVA, Ligia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. Campinas: UNICAMP, 2008.

O abandono das zonas esgotadas, ao mesmo tempo incentivava a busca por novas terras férteis, também foi o responsável pelo surgimento das “reservas de terras”, pois:

[...] cientes do rápido esgotamento das terras, os fazendeiros tinham o hábito de constituir “reservas” de terras, isto é, se “apropriavam” de muito mais terras do que cultivavam para garantir o futuro. Não tinham interesse, portanto, em informar às autoridades os limites exatos de suas terras ou das terras que pretendiam fossem suas (SILVA, 2008, p. 78).

Em 1822, o sistema de sesmaria chega ao seu fim, incentivado pelo desejo de autonomia que da Colônia relação aos domínios de Portugal. De acordo com Silva (2008), a posse, desse momento em diante, passaria a ser o único mecanismo que possibilitaria, até 1850, a aquisição de domínio sobre as terras, que atendia a todas as exigências dos sistemas existentes no campo brasileiro, em especial no que diz respeito à disponibilidade de terras.

Desse modo, fica a indagação: como estariam sendo realizadas essas posses? Na compreensão de Motta (1998)⁷, as sequências de posses realizadas pelos fazendeiros, entre os anos de 1834 e 1850, ocorreram de forma ilegal e indiscriminada, especialmente sobre as matas ainda virgens, impossibilitando o acesso a terra por parte do pequeno posseiro, a quem caberiam duas alternativas:

[...] aceitava a condição de agregado do fazendeiro, assegurando o uso de uma parcela de terras, mas reconhecendo o fazendeiro como o *senhor e possuidor* da área ocupada; ou insistia em ser reconhecido como um posseiro, um possuidor de boa fé, que diante do questionamento do seu direito à parcela ocupada, passou a lutar pela afirmação não somente de sua condição de posseiro que agira de boa fé, mas também pela salvaguarda de seu domínio, assegurando-o através do Direito, ou seja, legalizando a sua ocupação [...]. (MOTTA, 1998, p. 104)

Assim, vários projetos para a criação de uma nova lei agrária foram elaborados. O principal objetivo desses projetos era resolver os problemas presentes no campo desde o fim das Sesmarias, em especial os conflitos de posse, resultantes da dominação indiscriminada de terras realizadas por fazendeiros (sesmeiros e grandes posseiros). Entretanto, somente em 1842, após o fracasso

⁷ MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder: conflito de terras e direito à terra no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Vício de leitura e Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

de dois projetos – que não chegaram a sair do papel por atingirem abertamente os interesses dos fazendeiros –, foi elaborado um novo projeto de lei que abordava três grandes discussões: a regularização da propriedade territorial, a cobrança de imposto territorial e a venda de terras por parte do Governo e a aplicação desse imposto no financiamento da migração estrangeira⁸. (MOTTA, 1998).

Após diversos debates e discussões, o projeto é enviado para a Câmara e tem a sua aprovação no ano de 1850. A “Lei de Terras de 1850⁹”, como ficou conhecida, determinava que, daquele momento em diante, a posse da terra devoluta se daria perante o pagamento, e não mais a posse livre, como ocorrera nos anos anteriores.

A esse respeito, Motta (1998, p. 142) pondera que:

[...] em certo sentido, ela [Lei de 1850] abria uma brecha no processo de concentração fundiária em curso, permitindo uma possibilidade de democratizar o acesso à terra, ao salvaguardar os interesses dos lavradores que haviam ocupado pequenas parcelas de terras, antes da aprovação da lei [...].

Dentre os estudos realizados sobre a Lei de 1850, destacamos o realizado por Motta (1998) que enfatiza a existência, na medição e demarcação das terras de sesmarias requeridas na Lei, de alguns pilares que feriam aos interesses dos grandes fazendeiros, levando-os a descumprir ou, até mesmo, prorrogar essa ação constantemente.

Os pilares que a autora destaca estariam alicerçados sobre alguns poderes concedidos aos grandes fazendeiros pelas Sesmarias, quer em sua vigência, quer no seu fim. Um deles era a regularização das posses ilegais, originadas com o fim do sistema de sesmarias (1822), destacando que as concessões de posses ainda eram realizadas; concomitante a isso, o fim do status de “possuidor de terras”, que permitia, aos fazendeiros, dominar simultaneamente a sua terra e os produtores pobres que ali existiam, como os escravos e os arrendatários. Acrescenta a autora:

⁸ Com a suspensão do tráfico negreiro no Brasil, surgiu a necessidade da “[...] substituição do braço africano escravo pelo imigrante pobre”. Para tanto, era preciso que este mesmo imigrante não se tornasse proprietário e, por conta disso era importante impedir “o abuso das posses, com que ainda se costuma apropriar terras devolutas [...]”. (MOTTA, 1998, p. 131).

⁹ A Lei de Terras de 1850 foi Regulamentada pelo Decreto número 1.318, de 30 de janeiro de 1854, com nove capítulos e 108 artigos. Dentre seus principais objetivos, estava a regularização da estrutura fundiária do país.

A luta pela terra expressava, em suma, não somente a possibilidade de obter o domínio sobre a mesma, mas também sobre os homens que ali habitavam ou desejavam habitar. Neste sentido, resistiam em medir e demarcar suas terras porque tal limitação territorial implicava um limite ao exercício de seu poder sobre vizinhos e posseiros e uma subordinação ao poder externo, representado pela Coroa [Portuguesa]. Ser senhor de terras significava, antes de mais nada, ser senhor- e era sobretudo este domínio senhorial que não podia ser medido ou limitado (MOTTA, 1998, p. 39).

Para o fazendeiro, o seu poder não era definido pelas delimitações físicas que a Lei lhe imputava, mas pelo direito à posse que as Ordenações lhe conferiram, ao denominarem-no “*Senhor e Possuidor de terras*”¹⁰. Cabe destacar que essa denominação também era usada pelos fazendeiros para alegar as posses ilegais executadas sobre as matas ainda virgens, vistas por eles como parte integrante de seus domínios, ou seja: a expansão das terras do fazendeiro para além dos limites originais, concedidos pelas Ordenações¹¹.

Para fundamentar nossa discussão sobre a contribuição da Lei de Terras para a organização da apropriação territorial pós 1850, retomamos a discussão de Silva (2008). Entende a autora que o acesso a terra via compra objetivava o fim da posse ilegal de terras devolutas e garantiria aos fazendeiros o título legítimo de proprietário de seus terrenos, além de mão de obra para a sua lavoura:

[...] A venda das terras pressupunha, entretanto, o fim da posse, como também, aliás, as cláusulas de medição e demarcação, legitimação etc. Esse era o preço que os proprietários de terra tinham que pagar para, por um lado, tornarem-se legítimos proprietários de seus terrenos, reconhecidos e garantidos pelo Estado, e, por outro, para que se importassem trabalhadores pobres para prevenir uma eventual “falta de braços” na lavoura. (SILVA, 2008, p. 122)

¹⁰ Segundo Motta (1998, p. 209), a categoria de “*Senhor e Possuidor*” de terras era formada por fazendeiros, ex-deputados, Juiz de Paz e vereador em várias legislaturas de terras.

¹¹ Segundo Silva (2008, p. 45), sobre as *Ordenações*: No que diz respeito à legislação que enquadrava as doações de terras, pode-se dizer que houve duas fases distintas. Até o final do século XVII, as doações de sesmarias eram regidas exclusivamente pelas *Ordenações do Reino*: as Afonsinas (1446), modificadas pelas Manuelinas (1511-1522), modificadas por sua vez pelas Filipinas (1603). A metrópole baseava-se nas *Ordenações* para fazer as concessões de sesmarias, mas, no que diz respeito à terra, essa legislação era vaga e geral [...]”.

Reiteramos, entretanto, que as posses obtidas entre o fim do período sesmarial e a promulgação da Lei de 1850, deveriam ser regularizadas, por meio do Registro Paroquial, até o ano de 1854¹², o que segundo Martins (2010) deu origem a diversas falsificações de títulos de propriedades. Além disso,

A lei de 1850, em seu artigo 1º, que proibia novas posses após 1854, era uma garantia contra a possibilidade de os imigrantes subsidiados tornarem-se proprietários desde sua chegada, com as facilidades que a posse livre proporcionaria. A maioria esmagadora dos imigrantes, entrados no país depois de 1850, e os ex-escravos, alforriados em 1888, não poderiam alegar, nem mesmo por meio de falcatriuas ou artifícios, como foi frequentemente o caso dos demais, que sua posse era anterior à lei [...] (SILVA, 2008, p. 270)

Por conseguinte, em relação à democratização da terra, as avaliações dos Relatórios da Repartição¹³ realizadas ao longo dos anos de 1860 e de toda a década de 1870 deixavam nítidas as dificuldades para a aplicação da Lei de regularização do acesso à terra em virtude do processo de concentração fundiária já existente no Brasil. A esse respeito, esclarece a autora que:

[...] Enquanto vereadores, os grandes fazendeiros nada mais faziam do que impedir a regularização da estrutura fundiária, capaz de limitar os seus poderes. Em cada cantão do território fluminense e quiçá do território nacional, se criava a ficção da inexistência de terrenos devolutos, ao mesmo tempo que fazendeiros e lavradores continuaram a expandir suas terras pelas portas dos fundos de suas fazendas e sítios. (SILVA, 2008, p. 166)

Ao discutirmos a conjuntura vivida pelos imigrantes e ex-escravos alforriados, com o cerceamento da terra após a Lei de 1850, não podemos deixar sem registro em nossa pesquisa as interpretações realizadas por Martins (2010). Conforme o autor, com a crise e o fim do Regime Escravocrata, a implantação da Lei de 1850 foi a maneira jurídica que o país encontrou para bloquear o acesso à terra ao homem livre (escravos e imigrantes estrangeiros), observados dois vieses:

¹² “[...] Ao adotarem suas leis de terras, todos os estados alteraram essa data [ano de regulamentação 1854] para, pelos menos, 1889 [...] [ou] para muito mais tarde, por exemplo 1920 [...]. Ao mesmo tempo, dilataram os prazos para os pedidos de legitimação até o final da Primeira República (1930)”.(SILVA, 2008, p. 272)

¹³ Os Relatórios eram elaborados pela Repartição Geral das Terras Públicas, que, na década de 1870, passou a ser chamada de Secretaria do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, órgão responsável por todo o processo de regularização: medição, divisão e descrição das terras devolutas, promoção da colonização nacional ou estrangeira, registro das terras possuídas. (MOTTA, 1998).

a origem da renda capitalista da terra e, simultaneamente, a garantia da força de trabalho para as grandes lavouras de café.

Explica Martins (2010, p. 48):

[...] No Brasil, a renda territorial capitalizada não é essencialmente uma transfigurada herança feudal. Ela é engendrada no bojo da crise do trabalho escravo, como meio para garantir a sujeição do trabalho ao capital, como substituto da expropriação territorial do camponês, que, no advento do capitalismo, criou a massa de deserdados apta a entrar no mercado de trabalho da nova sociedade. Aqui, a propriedade teve a função de forçar a criação da oferta de trabalho livre e barato para a grande lavoura. Foi aqui o meio substituto da acumulação primitiva na produção da força de trabalho, com a mesma função: a expansão do capitalismo só seria possível com o surgimento de uma massa de trabalhadores livres porque livres dos meios de produção para trabalhar por conta própria, sujeitos, portanto, à necessidade de trabalhar para o capital para sobreviver.

Para compreender as vias que constituiriam esse bloqueio, cumpre destacar que, no mesmo ano da criação da Lei de Terras (1850), é aprovada, no país, a Lei Eusébio de Queiroz, que proíbe o tráfico negreiro para o Brasil¹⁴. Com a cessação do tráfico negreiro, o país é obrigado a substituir, nas fazendas de café, o trabalho escravo pelo trabalho dos imigrantes, conhecidos como trabalhadores livres¹⁵.

Martins (2010), ao refletir sobre a imigração estrangeira que substituiria o escravo pelo colono (imigrantes destinados às fazendas), pondera que ela foi caracterizada por duas etapas principais:

[...] de um lado, a da imigração particular, em que as despesas de transporte e alojamento do imigrante eram custeadas pelo fazendeiro para posterior desconto dos ganhos que o colono obtivesse no seu trabalho; de outro lado, a imigração oficial, em que o governo brasileiro, ou da província, custeava as despesas de transporte e alojamento do imigrante até que ele, dentro de um prazo limitado e curto, fosse engajado no trabalho de alguma fazenda. A imigração oficial, por sua vez, também teve duas etapas: uma em que o imigrante trazido pelo governo era destinado aos núcleos coloniais oficiais; outra em que o imigrante

¹⁴ Lei Eusébio de Queiroz: nº 581, de 4 de setembro de 1850.

¹⁵ Grande parte da imigração estrangeira de trabalhadores livres para a substituição da força de trabalho escrava foi formada por imigrantes italianos; já o imigrante espanhol apareceu para repor a força de trabalho italiana no fim do século XIX, decorrente da reemigração deste para Uruguai e Argentina. A imigração italiana foi marcada por três destinos: grande parte para as fazendas de café, no interior de São Paulo; outra significativa para os núcleos coloniais; e por fim aqueles que se direcionavam às cidades.

subvencionado era entregue aos fazendeiros sem necessidade de qualquer retribuição ou indenização. (MARTINS, 2010, p. 240)

Segundo o autor, a implantação da Lei de 1850, foi criada na perspectiva de bloquear o acesso à terra para os imigrantes estrangeiros e forçá-los a servir como força de trabalho nas fazendas de café. Sobre essa situação, merece destaque a ponderação do autor:

[...] com abundância de terras incultas e um regime fundiário de livre ocupação do solo, condenou-se, nesse ato, ao fim do latifúndio, e, [...] da economia escravista. [...], porém, o Brasil aprovou uma Lei de Terras que instituíu um novo regime de propriedade em que a condição de proprietário não dependia apenas da condição de homem livre, mas também de pecúlio para a compra da terra, ainda que ao próprio Estado. [...] (MARTINS, 2010, p. 9)

Ao analisarmos a apropriação territorial no Brasil, segundo Martins, teoricamente com o fim da escravidão, o homem passa a ser livre, e com a criação da Lei de Terras, a terra passa a ser cativa. Esclarece o autor: “[...] O cativo da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje. [...] modelo de economia concentracionista [...]”. (MARTINS, 2010, p. 10)

Outro elemento histórico que merece destaque em nossa análise é a aprovação da Lei Áurea¹⁶ em 1888, que marcaria, finalmente, a abolição da escravidão no Brasil. Com a Lei, todos os escravos receberiam sua liberdade, porém, com essa liberdade, viriam outras formas de servidão, porque, enquanto “o trabalho escravo se baseava na vontade do senhor, o trabalho livre teria que se basear na vontade do trabalhador, na aceitação da legitimidade da exploração do trabalho pelo capital [...]”.¹⁷

Destarte, com o advento do trabalho livre, tanto o escravo quanto o imigrante estrangeiro viveram processos diferentes em relação à liberdade de sua força de trabalho, o autor pondera que:

[...] Com ele, o primeiro ganhou a propriedade da sua força de trabalho; enquanto o segundo, expulso da terra ou dela desprovido, liberado da propriedade, tornou-se livre, isto é, despojado de toda propriedade que não fosse a da sua força de trabalho. Para um, a

¹⁶ Lei Áurea: nº 3.353, de 13 de maio de 1888.

¹⁷ MARTINS (2010, p. 34).

força de trabalho era o que ganhara com a libertação; para outro, era o lhe restara. (MARTINS, 2010, p. 34)

Reiteramos, entretanto, que o advento do trabalho livre, além de alterar a relação da força de trabalho do escravo e do imigrante estrangeiro, também alterou a dos *Moradores*¹⁸. Estes homens juridicamente libertos em 1757 pelo *Diretório, que se Deve Observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão*, foram, todavia, mantidos como agregados na maioria das vezes dentro de suas próprias terras. Esses camponeses livres, como são denominados por Martins, tinham presença significativa nas fazendas de cana-de-açúcar, onde geralmente conseguiam:

[...] permissão de fazer suas roças de mandioca, feijão e milho nas terras limítrofes das fazendas. Com a diminuição da mão de obra escrava, os fazendeiros começaram a cobrar foro de seus moradores, sob a forma de dias de serviço no canavial, o chamado *cambão*, a renda da terra em trabalho, para que continuassem a ter permissão de plantar em suas roças. (MARTINS, 2010, p. 119)

Outra situação que recebeu destaque nesse período foi o processo de privatização das terras públicas, por fazendeiros e posseiros latifundiários a partir do domínio privado, ocasionado pelas invasões e venda de terras devolutas, isto é a grilagem¹⁹: “[...] a venda das terras devolutas por particulares que se apropriavam ilegalmente delas [...]” (SILVA, 2008, p. 308).

A apropriação ilegal das terras intensificou-se, especialmente desde 1870, ano em que a terra começa a alcançar altos valores. Essa valorização é fruto da procura de novas terras férteis para a formação das fazendas de café, fazendo surgir (e ganhar mais corpo) uma verdadeira indústria de grilagem de terra, resultante da barbárie do campo, provocada pelo jogo de força entre os posseiros

¹⁸ Segundo Martins (2010, p. 119): “[...] eram homens teoricamente livres que, devido aos mecanismos de exclusão e discriminação do regime de propriedade fundiária que teve vigência no Brasil durante todo o período colonial, permaneceram ao longo das gerações como moradores de favor das fazendas de cana-de-açúcar. Eram, principalmente, populações mestiças de índias e brancos, indígenas domesticados e escravizados há várias gerações [...]”

¹⁹ Minc (1985) apresenta 10 operações que constituem o processo de grilagem. Aqui nos atemos à definição de Silva (2008). Para saber mais sobre as contribuições de Minc, ver: MINC, Carlos. **A reconquista da terra**: estatuto da terra, lutas no campo e reforma agrária. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

latifundiários e os homens livres²⁰. Naquele momento, estes lutavam para conquistar o direito de acesso a terras, enquanto aqueles garantiam, por meio da apropriação ilegal, o direito prioritário e incontestável sobre elas:

[...] Todo um conjunto de atividade lícitas e ilícitas tinha um preço e esse passo a ser o principal componente do preço da terra. As despesas realizadas com subornos, demarcações, tocaias a posseiros intransigentes, pagamentos a topógrafos e jagunços, constituíam o fundamento do preço que a terra adquiria através do grileiro no preâmbulo do nosso capitalismo agrário. Em troca, o fazendeiro recebia a terra livre e desembaraçada, cuja propriedade dificilmente seria contestado judicialmente. A renda capitalizada passou a ser, em parte, contrapartida do tributo pago pelo fazendeiro ao grileiro. Formalmente, o avanço da propriedade privada sobre as terras devolutas aconteciam por meio da compra, através de títulos reconhecidos pelos tribunais [...] (MARTINS, 2010, p. 61-62)

Todavia, esse modelo de economia concentracionista tracejado no campo começa a ser alterado, principalmente em 1880, ano em que o café encontra seu auge. Por conseguinte, em 1914, quando a imigração estrangeira tem uma considerável decadência, dando espaço para o trabalhador nacional, delineiam-se novos contornos na apropriação territorial. (MARTINS, 2010).

Nesse intervalo, o reordenamento jurídico da propriedade foi alterado, especialmente no ano de 1891, após a promulgação da primeira Constituição Republicana. Momento em que a regularização da apropriação territorial sobre as terras foi transferida do controle da União para os estados, ou seja, cada estado ficaria responsável por controlar a ocupação territorial, fortalecendo o poder dos fazendeiros e das atividades agroexportadoras. (MORENO, 2007)²¹.

Com o deslocamento espacial do café para novas terras férteis²² nos anos de 1910 a 1920, desencadearam-se diversas mudanças, desde as relações de

²⁰ Conforme Martins (2010), num primeiro momento o contingente de homens livres era formado por caboclos e caipiras, remanescentes da escravidão indígena; por imigrantes estrangeiros.

²¹ MORENO, Gislaene. **Terra e poder em Mato Grosso: políticas e mecanismos de Burla/1892-1992**. Cuiabá: Entrelinhas EdUFMT, 2007. Ressaltamos que o referencial teórico de Moreno (2007) constitui base para a elaboração deste capítulo, por discutir de maneira ampla o que pretendemos abordar sobre o Estado de Mato Grosso.

²² Em meados do século XIX, o café se localizava no Vale do Paraíba, realizando em seguida os primeiros deslocamentos espaciais da produção para a região oeste da província de São Paulo, através do Vale do Paraíba. Após um período, nos anos 1880 a produção começa a avançar para o Oeste Velho, em direção às regiões que ficaram conhecidas como Mogiana e Paulista. E a partir dos anos de 1910-1920, o café se deslocou

trabalho nas fazendas cafeeiras, até as formas de apropriação territorial. Dentre elas, destacamos as ocorridas no Oeste Novo: a expulsão da agricultura de autoconsumo de dentro dos cafezais, obrigando os colonos predominantemente estrangeiros a dupla jornada de trabalho – uma no cafezal e outra na roça –; o cruzamento da parceria agrícola para o colonato; a conversão do trabalhador individual para o familiar, e do fazendeiro para o empresário.

A esse respeito, merecem destaque as reflexões de Martins (2010, p. 105-106):

Na sua fórmula mais geral, o colonato constituiu uma relação de trabalho que procurou preservar aspectos de uma condição camponesa modificada, mediante a produção direta, pelo colono, dos seus meios de vida, combinada com a exploração do trabalho pelo fazendeiro. **No colonato**, o trabalhador se engajava com sua família e não como trabalhador avulso, a não ser para determinadas tarefas complementares do trabalho do colono propriamente dito. Recebia o cafezal formado e seu trabalho consistia em tratá-lo, fazer as carpas necessárias, mantê-lo limpo e colher o café [...] Tinha, porém, direito de plantar feijão, milho e, em alguns raros casos, até arroz nas ruas do cafezal, às vezes em **parceria** com o fazendeiro, cuja colheita em parte consumia e em parte vendia [...] Tinha, ainda, [...], direito à moradia, à horta e ter um ou dois animais no pasto da fazenda. (**Grifo nosso**).

No que concerne às formas de apropriação territorial, o autor destaca que a expansão do café também contribuiu para a exclusão e expulsão dos trabalhadores livres e pobres, que no tempo da escravidão eram responsáveis pela formação dos cafezais. Assim o autor pondera:

[...] na medida em que se dava a expansão geográfica do café, esses lavradores devotados à chamada agricultura de roça (de derrubada da mata, de queimada, de coivara, de plantio do milho e do feijão, de deslocamento para nova terra após alguns anos de cultura), foram sendo expulsos da terra pelos grandes fazendeiros. Ou seja, não havia lugar para eles no interior da grande fazenda de café. Entretanto, a expansão dos cafezais chegou a incorporar esses lavradores como plantadores de café e formadores de fazendas [...] (MARTINS, 2010, p. 121)

Outra fase marcante que intensificou a reformulação territorial foi o período de 1930-1931, quando muitos fazendeiros perderam ou venderam suas terras para

em direção ao Oeste Novo, formado pelas regiões Araraquarense, da Alta Sorocabana e, finalmente, da Noroeste. (MARTINS, 2010, p. 105). Destacamos que, numa análise geral, a imigração estrangeira italiana coincidiu com as expansões cafeeiras do Oeste Velho, e a espanhola, com o Oeste Novo.

saldar as dívidas advindas com a crise de 1929. Nesse período se destacam os incentivos dados pelas empresas imobiliárias colonizadoras do Novo Oeste aos imigrantes para a formação de pequenas propriedades familiares, no intuito de elevar o preço da terra, “[...] cuja medida deixa de ser o cálculo do lucro para ser a própria necessidade de terra do pequeno agricultor”²³. Esses imigrantes, diferente daqueles que foram direcionados ao Oeste Velho, recebiam o pagamento em maior proporção, por estarem numa região considerada de trabalhos mais difíceis, situação que aos poucos permitiu que eles se tornassem proprietários de terras.

A esse respeito, avalia o autor que:

[...] Se não tivesse havido a crise, provavelmente a conversão de colonos em proprietários de terra teria tardado, ainda, alguns anos ou, no mínimo, teria sido bem mais lenta. De um lado, os colonos puderam atender sua ânsia pela terra investindo as economias penosamente feitas no colonato. De outro lado, muitos fazendeiros descobriram que poderiam transformar suas terras, diminuídas de preço após a crise, em capital que poderia ser aplicado em outros setores da economia ou que poderia saldar débitos. (MARTINS, 2010, p. 202-203)

1.2 O debate acerca do conceito de camponês: desencontros e encontros teóricos

Consoante com a contribuição teórica dos três autores que fundamentaram o capítulo anterior (Martins, 2010, Motta, 1998 e Silva, 2008), enfatizamos que a Lei de Terras de 1850, embora tivesse alguns elementos que feriam os interesses latifundiários, como princípio implantou de maneira jurídica ferramentas que não só intensificaram a concentração fundiária instaurada no Brasil Colônia, como também bloquearam o acesso a terra pelo campesinato, características do território brasileiro até os dias de hoje.

Carvalho (2005)²⁴ alerta-nos para as especificidades do campesinato Brasileiro e, portanto, para o fato de que:

[...] é preciso considerar, antes de tudo, que “modelo original” do campesinato brasileiro reflete as particularidades dos processos

²³ MARTINS (2010, p. 109).

²⁴ CARVALHO, Horácio Martins de. Camponeses no capitalismo. In:_____. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionamentos do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

sociais mais gerais da própria história da agricultura brasileira, especialmente: o seu quadro colonial que se perpetuou, como uma herança, após a independência nacional; a dominação econômica, social e política da grande propriedade; a marca da escravidão e a existência de uma enorme fronteira de terras livres ou passíveis de serem ocupadas pela simples ocupação e posse. (CARVALHO, 2005, p. 36)

Enfatizamos que a instalação de grandes empresas agroindustriais, a partir de 1964, com a chamada modernização do campo, multiplicaram e diversificaram a pressão das ações dos capitalistas sobre os camponeses. Aquele mesmo camponês que, juntamente com a sua família, foi expropriado e expulso da terra, novamente depara com formas agora modernas, que ora ocasionam seu bloqueio, ora seu cativeiro. E, para permanecer na terra ou ter acesso à terra, cria e (re)cria, constantemente, formas de resistência junto a movimentos sociais de luta, reivindicando a distribuição de terra via reforma agrária²⁵. (MARTINS, 1981)²⁶

Com o Golpe Militar, também nos anos de 1964, e a crescente força das Ligas Camponesas nos debates políticos para a efetivação do primeiro plano de reforma agrária, o movimento dos trabalhadores rurais sofreu grande repressão militar, sendo impedido de dar continuidade as suas reivindicações sociais. Diante da debilidade dos camponeses, e aproveitando a sua desmobilização “[...] os fazendeiros se apressaram a ocupar áreas de posse dos camponeses, desconhecer os direitos sociais conquistados pelos trabalhadores e usurpar os sítios e roçados dos trabalhadores residentes no interior das usinas e fazendas”. (MINC, 1985, p. 27)

Nessa perspectiva, é fundamental entendermos que o nosso campesinato enfrentou uma estrutura fundiária altamente concentrada, que, em diversas regiões, impossibilitou a posse da terra pelos camponeses. Assim, no Brasil, identificamos também um campesinato despossuído da terra, ou seja, ele dificilmente teve sob a sua posse uma parcela de terra. E essa circunstância gera

²⁵ Neste momento, não trataremos deste tema mais a fundo, pois será objeto do último capítulo desta dissertação. Por agora, limitamo-nos a destacar sua importância para a classe camponesa, no que tange ao seu acesso a terra.

²⁶ MARTINS, José de S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

um camponês sem-terra que insistentemente quer entrar na terra, sobre quem assim se pronuncia Almeida (2006, p. 306)²⁷:

[...] itinerante, desenraizado, às margens do sistema, [é] um campesinato querendo *entrar na terra*, basicamente um campesinato de expropriados e excluídos que, impedidos legalmente de ter acesso a terra, lutam abrindo brechas, sendo assentados, pondo fim nessa longa caminhada.

Simultaneamente, o campesinato brasileiro também é formado por sem terra (camponeses) que, no processo de apropriação privada da terra, tornaram-se camponeses expropriados. E, ao serem expulsos de suas terras, presenciaram uma ruptura em seu modo de vida, alicerçado, sobretudo, na terra de trabalho. Por isso, procuram, por meio da luta, recuperar uma parcela do território capitalista que lhes permita a continuidade de sua reprodução.

Desse modo, ao observar a formação do campesinato brasileiro, notamos que ele é formado por uma agricultura camponesa familiar que não quer apenas um nome,

[...] mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade [concentradora]; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico. (MARTINS, 1981, p. 22-23)

Conforme Oliveira (1986, p. 82)²⁸, as reações de revolta e resistência da agricultura camponesa familiar ocorrem justamente diante da sujeição da renda da terra camponesa aos monopólios capitalistas, liderados pela elite agrária, a saber, grandes proprietários de terra e empresários capitalistas:

Desse modo esse processo [concentração de terra pelo capital] é contraditório, pois ao mesmo tempo em que ele ocorre, abre para os camponeses novos horizontes históricos, em que a subordinação e sujeição da renda da terra aos grandes monopólios capitalistas geram para eles [os camponeses] a perspectiva e

²⁷ ALMEIDA, Rosemeire A. **(Re) criação do Campesinato, identidade e distinção**: a luta pela terra e o habitus de classe. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2006. v. 1. 377 p.

²⁸ OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

necessidade de luta não só pela propriedade da terra, mas sobretudo a luta contra o capital.

Carvalho (2005) afirma que, desde o século XIX, abrolharam diferentes paradigmas acerca do campesinato no capitalismo. O primeiro refere-se ao fim do campesinato, baseado em duas leituras: o campesinato transformado em capitalista ou assalariado e a inviabilidade da agricultura camponesa perante a supremacia da agricultura capitalista (nesse paradigma, acredita-se na extinção do campesinato). O segundo refere-se ao fim do fim do campesinato, fundamentado na contraditoriedade do capitalismo que, ao mesmo tempo, em que cria mecanismo que provoca a destruição do campesinato, recria, ainda que por vias de subordinação/contradição, formas para a sua reprodução, defendendo, assim, a existência via resistência. Cabe destacar que

O paradigma do fim do fim do campesinato tem duas vertentes. Uma desenvolve ações para o crescimento do número de camponeses por meio de uma política de reforma agrária e pela territorialização da luta pela terra. Outra desenvolve ações para a manutenção do número de camponeses, acreditando que garantir a existência é suficiente. (CARVALHO, 2005, p. 25)

No terceiro e último paradigma, temos a “tese” da metamorfose do campesinato: o campesinato chegaria ao seu fim, mas o trabalho familiar na agricultura permaneceria; haveria a conversão do camponês “atrasado” em agricultor familiar moderno, diferente do segundo paradigma, segundo o qual o campesinato resistiria contra as formas de subordinação do capitalismo, que se conformaria perante elas.

Aprofundando sobre esse debate do campesinato no capitalismo, destacamos as contribuições de Kautsky e Lênin (*apud* Almeida, 2006). Esses autores defendem que o desenvolvimento capitalista produz duas classes – burguesia e proletariado –, não abrindo espaço para a existência de outras. Desse modo, quando a lógica de produção capitalista se instalasse no campo, inevitavelmente provocaria o assalariamento do camponês familiar, o qual seria descamponizado e se tornaria operário, servindo como mão de obra para o capital.

Almeida (2006, p. 70) comenta que estes pensadores:

[...] desenvolveram a teoria da reprodução do trabalho familiar camponês, fundamentados na concepção de que o

desenvolvimento capitalista não poderia comportar outras classes além da burguesia e do proletariado e que, portanto, a descamponização era uma consequência necessária e inevitável para que o capitalismo pudesse se desenvolver via mercado e divisão do trabalho [...]

A concepção acima exposta também é defendida pelos empresários e latifundiários capitalistas que acreditam que os camponeses não superariam o progresso capitalista e iriam desaparecer, conforme citado no início deste trabalho. Por essa perspectiva, afirma-se que esse modo de produção poderá desenvolver-se a partir da mobilidade do trabalho, comportando apenas burgueses e proletários. Assim, a classe camponesa, por meio dos processos de desenvolvimento do capitalismo no campo, seria transformada em proletários ou burgueses.

Chayanov (*apud* Almeida, 2006, p. 71) considerava, no entanto, que o avanço do capitalismo no campo não expulsaria os camponeses; estes permaneceriam mesmo diante de outra lógica de economia, configurando-se “[...] a convivência e, portanto, a permanência camponesa de forma insular à lógica capitalista de reprodução e homogeneização das relações sociais rumo à acumulação”.

Assim, a permanência camponesa no campo seria possível porque, mesmo inserida no modo de produção capitalista, ela é fundamentada num modo de vida. Ela é uma relação de produção não tipicamente capitalista, que, ao tornar-se proprietária de uma parcela do território capitalista é, ao mesmo tempo, dona do meio de produção próprio e da mão de obra necessária para sua reprodução.

A esse respeito, pondera Carvalho (2005, p. 164):

[...] o movimento camponês não se limita à luta pela terra. Mesmo quando é essa a reivindicação principal, ele compreende outros ingredientes: a cultura, a religião, a língua ou dialeto, a raça ou etnia entram na formação e desenvolvimento das suas reivindicações e lutas. Mais do que isso. Pode-se dizer que a luta pela terra é sempre e ao mesmo tempo uma luta pela preservação, conquista ou reconquista de um modo de ser e de trabalho. Todo um conjunto de valores culturais entra em linha de conta como componente do modo de ser e viver do campesinato.

Como forma de reforçar a identidade camponesa, discutiremos a sua recriação via resistência alicerçando-nos em Almeida (2006)²⁹, que, tomando como

²⁹ Ver: Almeida (2006).

base as obras de Bourdieu, analisou o modo de vida e a lógica de reprodução camponesa, expressos e recriados desde um *habitus específico*.

Nessa discussão, também não poderíamos deixar de destacar as contribuições de Castells (*apud* CARVALHO, 2005, p. 164), para quem a identidade camponesa é vista como reação de oposição aos processos de exploração e dominação política:

[...] Ela dá origem a formas de resistência coletiva diante de uma opressão que, do contrario, não seria suportável, em geral com base em identidade que, aparentemente, foram definidas com clareza pela história, geografia ou biologia, facilitando assim a “essencialização” dos limites da resistência... são... manifestações do que denomino exclusão dos que excluem pelos excluídos, ou seja, a construção de uma identidade defensiva nos termos das instituições/ideologias dominantes, revertendo o julgamento de valores e, ao mesmo tempo, reforçando os limites da resistência.

Almeida (2006, p. 196) assegura que o *habitus* está articulado a uma condição ou posição social específica, ou seja, existe um *habitus específico*, o qual garantirá a reprodução do grupo por um conjunto de estratégias ou ações próprias de sua condição e posição no estrato social, que tende a transformar o todo. Explica a autora que:

[...] é produto histórico de um espaço social objetivamente determinado, ele está articulado a uma condição social e também uma posição social específica; portanto, ele não é um espírito universal, mas um agente em ação que, por meio das ações estratégicas próprias de sua condição e posição social, faz a reprodução do todo, ainda que implique conflitos, lutas e transformações.

Assim, o *habitus específico* marcaria as distinções entre os diversos grupos no que diz respeito a sua ação e organização social, seja por meio dos conflitos e das lutas, seja nas campanhas de transformação da sociedade. Essas distinções não são, todavia, maiores que a identidade desses grupos, ou seja, o conjunto de características que determinam a mesma forma de agir e pensar sobre uma determinada situação, o *habitus de classe*, que, na concepção da pesquisadora, é o que:

[...] dá unidade, que organiza o pensar e o agir do sujeito nos diversos *campos*, que cria a identidade, que possibilita a leitura relacional entre os campos, criando a classe provável, aquela que

possui a maior condição de se organizar. [...]. (ALMEIDA, 2006, p. 205).

Essa afirmativa é baseada no fato de que a luta pela reforma agrária, por exemplo, no Brasil, foi representada pelos trabalhadores que, de alguma forma, foram privados do acesso à terra e, por extensão, de sua inclusão social e política, bem como de seu reconhecimento como classe:

A conquista da terra ao contrário de evidenciar um “desencantamento do mundo”, possibilita esperança aos trabalhadores sem-terra, pois a partir dessa conquista, o assentado assume a condição de “incluído”, não somente do ponto de vista da produção, mas também de uma inclusão social e política. (FABRINI, 2001, p. 27)

A condição de “incluído” decorre do fato de que a resistência camponesa tem como base a tríade: família, terra e trabalho, que permitem ao camponês garantir seu modo de vida e reprodução junto com o grupo familiar, mesmo diante dos obstáculos do capital:

[...] sua reprodução e sua luta diária são feitas tendo como base a manutenção de valores considerados tradicionais: família, terra e trabalho. Esse parece ser o limite, mas também o seu possível, uma vez que tem sido capaz, nessa luta, de (re)inventar novas formas de enfrentamento, um novo jeito de lutar, o que tem garantido sua reprodução para muito além das determinações do capital. (ALMEIDA, 2006, p. 108)

Como exemplo das novas formas de enfrentamento, podemos apontar diferentes movimentos sociais de luta pela terra. O indígena, por exemplo, luta pela terra de seus antepassados, focalizando questões de imemorialidade (direito constitucional imemorial: as terras indígenas são “inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis”), tradicionalidade (a terra deve ser ocupada conforme os costumes, os hábitos e a cultura do grupo) e permanência (os índios não abandonaram as terras: ou trabalharam para fazendeiros, ou ficaram ali resistindo às pressões). O camponês sem-terra, por sua vez, luta por uma parcela de terra do território capitalista. E onde estaria o ponto comum entre essas lutas? É que ambas estão alicerçadas sobre o mesmo interesse: o acesso à terra como fonte da existência humana.

Entre as vias de luta presentes nos movimentos sociais, temos: as mobilizações contra os grandes empreendimentos industriais sobre o espaço

agrário; a formação de acampamentos à beira das estradas visando à expropriação dos latifúndios improdutivos para a formação de assentamentos; a demarcação das terras indígenas; os embargos de barragens, entre outras.

Destacamos, em especial, o movimento social formado pelos camponeses, que, diante de uma possível ameaça a sua reprodução, resultante da concentração de terra, insistentemente recria formas, como, por exemplo, o movimento de luta pela terra. Nesse, o camponês, ante a provável ameaça de perder sua parcela de terra, rebela-se contra as ações dominantes, resistindo e superando a expulsão, conquistando o seu direito sobre uma parcela de terra e recriando múltiplos caminhos para permanência nela.

Segundo Oliveira (2004, p. 63):

Estamos diante da rebeldia dos camponeses [...] um verdadeiro levante civil para buscar os direitos que lhes são insistentemente negados. São pacientes não tem pressa, nunca tiveram nada, portanto aprenderam que só a luta garantiria no futuro a utopia curtida no passado. Por isso avançam, ocupam, acampam, plantam, recuam, rearticulam-se, vão para as beiras das estradas acampam novamente, reaglutinam forças, avançam novamente, ocupam mais uma vez, recuam outra vez se necessário for, não param, estão em movimento, são movimentos sociais em luta por direitos. Têm certeza de que o futuro lhes pertence e que será conquistado.

Desse modo, ao desdobrarmos os debates referentes aos movimentos sociais, em especial da luta pela terra, percebemos que o campesinato brasileiro não pode ser considerado submisso aos processos de dominação da elite agrária no campo. Isso porque, diante da dominação dos fazendeiros, da expropriação territorial causada pelos latifundiários e da exploração econômica do latifúndio, com a inserção de empresas capitalistas no campo, o “[...] movimento dos sem-terras surge como uma manifestação da sociedade organizada objetivando modificar a ordem estabelecida no campo (FABRINI, 2001, p. 65)³⁰. E, nesse movimento, ele – o camponês – não fica calado; ao contrário, resiste e recria formas para entrar na terra novamente, ou possuí-la pela primeira vez.

Como pondera Martins (1981, p. 9 - 10):

³⁰ FABRINI, João Edmilson. **Assentamentos de trabalhadores sem-terra: experiências e lutas no Paraná**. Marechal Candido Rondon: LGeo, 2001, p. 140.

Esse fato adquire o seu sentido na história de um campesinato brasileiro progressivamente insubmisso – primeiramente, contra a dominação pessoal dos fazendeiros e “coronéis”; depois, contra a expropriação territorial efetuada por grandes proprietários, grileiros e empresários; e já agora, também, contra a exploração econômica que se concretiza na ação da grande empresa capitalista, que subjuga o fruto do seu trabalho, e na política econômica do Estado que cria e garante as condições dessa sujeição. [...]

Motta (1998, p.110), ao analisar a expulsão dos camponeses posseiros de suas pequenas parcelas de terras, enfatiza que isso foi provocado pela grande cobiça dos “fazendeiros e lavradores que buscavam expandir os seus domínios e, muitas vezes, [as] negavam, pela prática de expulsão [...]”.

Desse modo, a luta contra a expropriação de terras, hoje guiada por interesses políticos e econômicos, é resquício de um histórico de concentração fundiária do país. Esses interesses estão representados pelos grandes fazendeiros, grileiros de terra, pecuaristas, grupos industriais, comerciais e financeiros, que tentam, em geral de modo violento, calar e controlar as manifestações dos camponeses. (GRZYBOWSKI, 1990)³¹.

Pressupõe-se, desse modo, que as ações que visam à criação e ao controle da organização do território constituem-se em um poderoso meio para viabilizar a existência e a reprodução da sociedade de classes, camponeses e capitalistas, responsáveis por transformá-lo e organizá-lo conforme as suas necessidades. Assim, para entender os processos históricos da luta travada entre camponeses e capitalistas, propomo-nos, nos itens a seguir, por vias econômicas, políticas e culturais, apresentar os processos que autodefiniram os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul como estados do latifúndio. Buscamos pautar os caminhos reivindicatórios da agricultura camponesa familiar perante a ação hegemônica dos proprietários de terra.

³¹ GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 1990.

CAPÍTULO 2. A (RE)CRIAÇÃO DO CAMPESINATO MATO-GROSSENSE E SUL-MATO-GROSSENSE: A TERRA “DISPUTADA”

2.1 O processo de luta pela terra em Mato Grosso: ontem e hoje

Destacamos no processo de luta pela terra em Mato Grosso – uma das quatro Unidades Federativas localizadas na Região Centro Oeste brasileira (incluindo o Distrito Federal), os vários fatores favorecedores de sua condição de estado latifundiário, Circunstância que tem inscrito na agenda de ações de atuação dos movimentos sociais de luta pela terra, presente nessa unidade da federação, vários desafios.

Destarte, buscamos, neste capítulo, apresentar discussões de teóricos que abordaram em seus trabalhos os motivos que teriam levado Mato Grosso à constituir-se como um dos estados mais concentrados de terras do país. E, por conseguinte, os processos reivindicatórios dos agricultores familiares para ter acesso a terra, via movimentos sociais.

Para o cumprimento de tal proposta, destacamos a seguir as contribuições de Moreno (2007). Para esta autora, a história da ocupação da terra em Mato Grosso carrega, em sua gênese, as forças políticas empreendidas pelas oligarquias dominantes na implantação e consolidação da legislação fundiária de 1850, segundo seus ideais hegemônicos.

As forças políticas no Mato Grosso começaram a ser delineadas, após a expedição do movimento bandeirante em direção ao oeste e, mais tarde, o desenvolvimento do povoamento da região onde está o atual Mato Grosso onde foram descobertas as minas de Coxipó e Cuiabá. Destaca-se que, durante todo o período colonial, as monções do rio Tiête ao rio Cuiabá, a começar pela descoberta desses sítios auríferos, foram responsáveis tanto por estimularem o comércio e abastecimento da região, como por torná-la ponte de comunicação com o Centro Oeste. (MORENO, 2007).

Corrêa (2006)³², ao analisar o período colonial da região mato-grossense, afirma que, desde a exploração e o povoamento dos núcleos mineradores, ele foi marcado por intensos conflitos. Os conflitos surgiram com as atividades exploradoras de minérios, realizadas pelos latifundiários, mineiros e comerciantes,

³² CORRÊA, Valmir Batista. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1943**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006.

que dominavam as atividades de exploração das áreas de minas, oprimindo ou expulsando de forma violenta os povos ali existentes, especialmente os indígenas.

Salientamos que, por meio da implantação de latifúndios, há a expropriação parcial dos camponeses³³, com a concentração de extensas áreas nas mãos da elite burguesa, a terra ganha um valor econômico para a especulação e obtenção de renda, conforme explica o autor:

[...] Nesse contexto, a posse da terra na região tornou-se monopólio de um reduzido grupo, caracterizado um processo de concentração de terra e a formação de uma elite de grandes proprietários, marginalizando, em contrapartida, uma grande maioria da população que, como alternativa de sobrevivência, teve de vender a sua própria força de trabalho [...].(CORRÊA, 2006, p. 72)

A Coroa portuguesa, após comprovar o potencial aurífero dessas minas e com o intuito de garantir, assim, seu controle sobre elas, põe em prática diversos esquemas políticos administrativos para enfraquecer a dominação das lideranças locais. Representadas neste caso por alguns descobridores das jazidas e por outros que tinham poder econômico e político sobre a população mineira.

Uma população constituída basicamente por escravos, índios, negros e trabalhadores livres, que, cansados dos abusos aos quais foram submetidos, migraram em direção ao Alto Guaporé, onde haviam encontrado veios auríferos, aproximando as fronteiras espanholas e portuguesas. Diante da situação vigente, em 1748, temendo a perda dos territórios conquistados, o governo lusitano decidiu separar as minas cuiabanas e Mato Grosso da capitania de São Paulo, instalando, no ano de 1752, a sede da capitania de Mato Grosso, denominada Vila Bela da Santíssima Trindade, no vale do rio Guaporé³⁴.

Caberia à capitania de Mato Grosso:

[...] Além de garantir o povoamento e a defesa militar daquela região, as terras situadas entre Cuiabá e a nova capital deveriam ser ocupadas, caracterizando o domínio lusitano sobre elas. Outras medidas foram tomadas pelo governo português para reter a população na fronteira, tais como a concessão de privilégios, a isenção do pagamento de dízimos e dos direitos de entrada, assim como a suspensão, por três anos, das dívidas contraídas por todos

³³ A respeito dos tipos de camponeses de Mato Grosso, ver: CARVALHO (2005), p. 127-154.

³⁴ Moreno, p. 34.

aqueles que viessem se instalar na região. Também proibia a exploração das minas diamantíferas descobertas nas proximidades do Alto Paraguai (atual Diamantino), em 1747 e 1748, como uma forma de fortalecimento da concentração populacional na região guaporeana. (MORENO, 2007, p. 35)

Diante da decadência da mineração no final do século XVIII, houve a necessidade de um novo reordenamento das forças produtivas, bem como a diversificação da produção. O novo reordenamento foi caracterizado por diversas solicitações de concessão de sesmarias por parte dos mineradores, comerciantes e lavradores, que, por sua vez, adquirindo grandes áreas, se converteram em proprietários de terras, “[...] cultivando ao mesmo tempo lavouras de subsistência, de cana-de-açúcar e criando gado [...]”. (MORENO, 2007, p. 35).

Valorizando seu papel de guardião da fronteira, Vila Bela da Santíssima Trindade (capital da capitania de Mato Grosso de 1752 a 1820) conseguiu, com estímulos comerciais e fiscais por meio da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, manter povoada a extrema raia oeste. Entre 1822-1889, as atividades predominantes da região cuiabana (o incremento do comércio e a produção da cultura de açúcar e de autoconsumo) caracterizavam a economia da Capitania de Mato Grosso como agropecuária, porém era a “[...] elite política, que secularmente enfeixava o comando administrativo e econômico da capitania/província, constituída pelas classes agrárias e comercial, que aspiravam ao poder político e à chefia do governo estadual”, apoiados “pelo aparato militar e pela força das milícias [...]”. (MORENO, 2007, p. 36).

Importa destacar que

[...] a fundação de Vila Bela da santíssima trindade foi uma decisão política do governo português para garantir a posse da terra do Vale do Guaporé e da sustentação e defesa dos limites da Amazônia. A fundação de Vila Bela não apenas assegurava a posse de Mato Grosso, mas efetivava a posse da bacia amazônica (BANDEIRA *apud* ABUTAKKA, 2006, p. 55).³⁵

Outra atividade que alcançou destaque nesse período – e que agregou maior peso econômico para a região centro/norte do atual estado de Mato Grosso,

³⁵ ABUTAKKA, Antonio. **O significado da migração populacional para o município de Cáceres (Município de Fronteira Internacional com a Bolívia)**. 2006, 166 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá. 2006.

aproximadamente no ano de 1870 – foi a exploração da borracha e da poaia. A primeira colaborou para a valorização das terras ali localizadas, permitindo aos seringalistas ampliar suas propriedades; já a segunda foi responsável pela valorização e concentração de terras. A atividade pecuária foi inserida pelos abastecedores das regiões cuiabana e guaporeana, com criatório extensivo, requerendo novamente concessões de sesmarias.

Moreno (2007, p. 39) pondera que:

Fundamentada primeiramente na mineração e complementada pelas produções açucareira, da borracha, da poaia e da pecuária, a região centro/norte de Mato Grosso foi responsável pela concentração de terras e poder em mãos de uma elite ligada ao capitalismo internacional, tendo sido este grupo que levou à frente a movimentação política, numa tentativa de manter o poder executivo com sede na região.

Ao analisarmos os arranjos da disputa dos grupos oligárquicos pelo controle hegemônico do poder político, em Mato Grosso, não poderíamos deixar sem registro o cenário violento e armado dos coronéis e bandidos³⁶. O primeiro grupo era representado pelos grandes proprietários rurais, usineiros e comerciantes; o segundo, por grupos de homens armados e protegidos por esses coronéis.

Inicialmente, nos fins do século XIX, as ações do banditismo estavam associadas, no norte (atual estado de Mato Grosso), aos violentos embates políticos liderados pelos coronéis, nas constantes lutas pelo domínio político e econômico; no sul (atual Mato Grosso do Sul), eram ligadas à proteção da posse da terra, quando ondas migratórias intensificaram-se rumo àquela região. Já no primeiro período republicano, as ações desses grupos correspondiam prioritariamente às lutas políticas locais e, posteriormente, negando a tutela dos coronéis, esses homens formaram bandos e agiram de forma autônoma até meados de 1943, quando suas ações seriam encerradas. (CORRÊA, 2006)

Moreno (2007, p. 49), pondera sobre o poder das oligarquias:

Após a proclamação da República dois grupos oligárquicos dominavam a vida política e econômica de Mato Grosso, alternando-se no poder a oligarquia do norte, composta por usineiros, extrativistas e pecuaristas, e a oligarquia do sul, composta por grandes pecuaristas e comerciantes, destacando-se os coronéis da Companhia Matte Larangeira. Estes grupos se

³⁶ Para saber mais: CORRÊA (2006)

aglutinavam em torno dos partidos Nacional e Republicano. Os conflitos gerados entre os grupos dominantes, em torno da hegemonia do poder político, acabaram provocando ora alianças entre antigos rivais, ora separação de grupos antes aliados. A ascensão ao poder dependia também do apoio político do governo federal.

Cabe destacar, diante desse arcabouço, que o coronelismo fundamentou-se, sobretudo, na concentração da propriedade privada da terra, situação que garantiria o controle econômico e político desse grupo, tanto sobre as camadas mais pobres da população, quanto sobre a suposta ameaça de outros coronéis. Assim:

[...] as lutas coronelistas podiam ser *revolucionárias* quando objetivavam a ascensão de uma facção de *coronéis* ao poder, ou inversamente, *contrarrevolucionárias*, quando tratavam de preservar os cargos e postos conquistados anteriormente na política regional. (CORREIA, 2006, p. 41).

Moreno (2007), ao discorrer sobre as relações políticas dos grupos oligárquicos, enfatiza que estas sofreram algumas modificações, especialmente após a metade do século XX. O sistema coronelista anteriormente descrito prolongou-se até a primeira metade do século XX: nele, as elites dominantes salvaguardaram sua hegemonia de classe, via um sistema eleitoral de troca de favores, sendo o poder determinado pela terra, pois ela era um dos principais fatores de troca.

Outras relações de poder que se destacaram no âmbito político foram o paternalismo e o autoritarismo, marcados pela ocupação dos cargos políticos pelos usineiros (empresários e grandes proprietários de terras), com a intenção de garantir seu domínio político-administrativo. Essa relação envolvia a formação das “familiocracias”, ou seja, o controle do poder era mantido pela união dos laços familiares.

Aparece também, no viés político, substituindo o poder dos usineiros, o clientelismo, destacando a dominação das elites políticas do sul, compostas pela oligarquia rural e urbana. Sua principal característica foi a intermediação entre o Estado e a população civil, em que a garantia de dominação dava-se pelo controle: tanto dos cargos políticos e administrativos, como dos votos.

Cabe salientar que, em todas essas relações políticas, a base sustentadora do poder político e fundiário da classe hegemônica oligárquica esteve ligada à

apropriação capitalista da terra, ou seja, em Mato Grosso, a terra teve a função de salvaguardar o domínio dos proprietários latifundiários.

A esse respeito, vale citar as palavras de Leal (*apud* SILVA, 2008, p. 279) são elucidativas:

[...] No cerne da problemática coronelista estava a questão da permanência do poder privado, em crescente contradição com a influência do poder público. Os remanescentes do privatismo eram, entretanto, alimentados pelo poder público, em razão do regime representativo de base eleitoral ampla, que deu uma importância toda especial ao voto rural. [...] Desse modo, o coronel prestava um serviço aos políticos estaduais nos períodos eleitorais, arregimentando seus eleitores “de cabresto”, e esperava em troca os favores da política estadual para o seu município e a sua pessoa.

Sobre a apropriação capitalista da terra por parte dos fazendeiros, Moreno (2007) ressalta que, além de ser facilitada pelo domínio das oligarquias latifundiárias, foi também resultante das concessões de posse realizadas pela Coroa Portuguesa. Essas concessões foram divididas por duas etapas: uma que marca o período sesmarial e a outra que compreende o auge econômico do Estado no Período Republicano. Na primeira, a Coroa, por meio de políticas colonialistas direcionadas para Mato Grosso, concedeu, para as empresas colonizadoras públicas e particulares, grandes extensões de terras, com o principal objetivo de garantir a segurança dos territórios já conquistados. A segunda corresponde às concessões realizadas para a manutenção dos setores econômicos da pecuária e das atividades extrativas (borracha, erva-mate e poaia), que eram lideradas pelos proprietários de terras: fazendeiros pecuaristas e comerciantes.

Reiteramos que, desde o fim de sesmarias (1822), até a primeira Constituição da República (1889), as formas de aquisição de terras sofreram profundas mudanças. É sabido que, na vigência do sistema de sesmarias, as concessões de posse eram de responsabilidade da Coroa Portuguesa, e, com o fim desse sistema e a ausência de um critério regulador de posses (1822-1850), alguns “*Senhores e Possuidores de Terras*” apropriaram-se, ilegalmente, de áreas ainda virgens.

Perante a ilegalidade das posses pós-sistema sesmarial, é implantada a Lei de Terras de 1850, segundo a qual a posse passaria a ser realizada a partir de compra e venda. Entre seus principais objetivos, estavam a legalização das posses

obtidas com o fim do sistema sesmaria. Todavia, a Lei de Terras de 1850 teria que “[...] dar ao Estado Imperial o controle sobre as terras devolutas que desde o fim do regime de concessão de sesmarias vinham passando de forma livre e desordenada ao patrimônio particular”. (MORENO, 2007 p. 356). Assim, no caso de Mato Grosso, o direito à posse não seria mais estabelecido pelo poder dos grupos oligárquicos, mas do capital que cada grupo investiria para garantir seu poder.

Com a implantação do sistema federativo, após a promulgação da primeira Constituição Republicana (1889), as terras passariam, no entanto, para o controle dos estados, ou seja, cada estado ficaria responsável pela regularização da apropriação territorial sobre as terras pertencentes aos seus domínios.

Sobre essa questão, Moreno (2007, p. 64) assevera:

[...] na medida em que as antigas províncias, transformadas em estados, passaram a ter ampla autonomia, o que em tese significava uma solução de compromisso entre os setores regionais dominados pelos grandes proprietários. Ou seja, o sistema federativo corroborou para o nascimento e o fortalecimento dos poderes locais [...] Nesse sentido, a passagem das terras devolutas do domínio da União para os Estados [...] representou um prêmio para as oligarquias regionais, mais especificamente os proprietários e grandes posseiros, que almejavam ver descentralizado o poder de decisão sobre o destino das terras devolutas [...].

Fabrini (2008)³⁷ ao analisar a conjuntura do poder que se formou depois da Proclamação da República, revela que, desde o momento em que a República transferiu seu poder sobre as terras do Estado para as oligarquias regionais, instalou-se uma política de concentração, por meio das transferências de terras devolutas para grandes fazendeiros e empresas capitalistas. Ou seja: os grupos oligárquicos novamente exerceriam seu poder sobre as posses de terras.

A esse respeito, merece destaque a seguinte reflexão:

Com a proclamação da república, a política fundiária passou para a competência dos Estados. A república transferiu o poder sobre as terras para as oligarquias regionais, que passam a decidir sobre a sua propriedade dentro do domínio estadual, monopolizando a sua posse e colocando em prática a política de concentração. Neste contexto, ocorreu a transferência das terras devolutas do Estado através da venda e arrendamento a grandes fazendeiros e empresas capitalistas que atuavam no setor. (FABRINI, 2008, p. 60-61).

³⁷ FABRINI, João Edmilson. A posse e concentração de terras no sul de Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire A. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2008, p. 53-80.

As inúmeras concessões começaram a chamar a atenção de outros produtores, na maioria das vezes daqueles que não tinham sob sua posse, nas suas regiões de origem, nenhuma terra. Uma das características dessas concessões que merece atenção é o fato de que aquelas que eram adquiridas via compra eram vendidas, na maioria das vezes, em extensões bem acima do permitido em lei e a preços abaixo do que realmente valiam. (FABRINI, 2008).

Segundo Fabrini (2008), tais fatores contribuíram também para a escolha de Mato Grosso como via de expansão de grandes fazendas de gado, com uma apropriação privada de imenso latifúndio e implantação de diversas empresas de colonização privada. Com a expansão das fazendas, o desenvolvimento econômico foi estimulado. A expressão “vocação pecuária” surge nesse viés, sendo confirmada com a constru o de um dos essenciais meios de esco o da produ o, a Ferrovia Noroeste do Brasil.

Nesse conjunto de expansão de fazendas e implanta o de empresas colonizadoras privadas, a concentra o fundiária liderada pelos grandes proprietários foi usada também como um potencial mecanismo para evitar o acesso   terra pelos pequenos posseiros. Isso porque, como vimos anteriormente, com a transferência do poder para as esferas estaduais, a organiza o da apropria o territorial passaria também a ser realizada pelas oligarquias.

Para Moreno (2007) a cessão do domínio da União para os Estados possibilitou a formula o de leis e regulamentos³⁸ (1892 a 1930) responsáveis pela transfer ncia de terras públicas para o domínio privado, por meio: da regulariza o das sesmarias; da legitima o das posses de grandes extens es; de concess es gratuitas (direcionadas aos migrantes nacionais e imigrantes estrangeiros; colonizadores e empresas particulares); do arrendamento e aforamento para as empresas extrativas e, por fim, de contratos de compra e venda de terras devolutas. Entende-se, pois, que todas essas facilidades para garantir o domínio particular geraram também formas fraudulentas de regulariza o das posses apropriadas irregularmente no estado de Mato Grosso. Assim:

[...] Conclui-se [...] que a política fundiária dos primórdios da República reduziu-se a uma política de venda de terras devolutas e   legitima o dos títulos de domínio, cujas terras já estavam em

³⁸ Para saber mais: Moreno, 2007, p. 65-73.

mão de particulares, mas que oferecia uma boa receita com o pagamento de taxas e emolumentos para o seu reconhecimento e extração de título definitivo [...] Portanto, seria mais prudente fechar os olhos diante da prática dos proprietários em burlar a lei, com pluralidade das posses contíguas, e efetuar a legitimação das posses e dos excessos incorporados. A prioridade [do Estado] era arrecadar dinheiro para fazer caixa [...]. (MORENO, 2007, p. 73)

Percebemos, desse modo, que, no estado de Mato Grosso, a Lei acabou sendo empregada para regularizar a posse de grandes áreas dominadas por um segmento específico de classe: os grandes proprietários de terra. Isso porque, por meio da legalização de posses e concessões gratuitas de colonização, inclusive a regularização de áreas maiores que o tamanho permitido em Lei, os fazendeiros pecuaristas alcançaram significativas áreas, em especial sobre as terras dos pequenos posseiros, que acabavam sendo expulsos do campo pelos grandes proprietários.

Segundo Silva (2008, p. 359):

Em longo prazo não adiantava, portanto, ao pequeno posseiro, a pouca vigilância que se exercia sobre as terras públicas. Sua permanência nas terras era temporária e instável; durava apenas até que forças mais poderosas os viessem expulsar. Assim eles eram empurrados cada vez mais para longe dos centros econômicos beneficiados pelos melhoramentos materiais, tais como as vias de comunicação, açudes, mercados etc.

Com a possibilidade de expansão das fazendas para outras terras, as atividades pecuárias migraram, no estado, para outras regiões de terra abundante - em especial aquelas que eram consideradas terras sem lei, onde as ações de grilagem e posse de terras devolutas se realizariam com mais violência.

Para dar mais respaldo às dinâmicas da ocupação, é necessário discutir os dois conceitos de fronteira agrícola propostos por Martins (1991/1997) elucidando dois conceitos basilares: frente de expansão e frente pioneira. A primeira é caracterizada pela ocupação de novas terras para a produção de excedentes, sendo o processo migratório formado especialmente por posseiros. Nesse tipo de ocupação, o conflito ocorre porque, na maioria das vezes, a expansão desses agricultores pobres é sobre os territórios indígenas.

Já a frente pioneira, começa a ter vigência no ano de 1943, com a chamada “Marcha para o Oeste”, em que a ocupação das novas terras se daria apenas pela economia de mercado e na contratualidade. Ou seja: quem determina a ocupação

é a propriedade capitalista da terra e a renda da terra; com uma mentalidade inovadora e empreendedora, seu objetivo é fortalecer a modernização econômica e a economia capitalista. (CARVALHO, 2005).

Conforme Oliveira (2001, p. 146)³⁹, as políticas de ocupação também contribuíram para a formação do lado perverso da colonização, retratado pelo massacre de vários grupos indígenas:

Esse processo de ocupação do norte mato-grossense, assentado na abertura de projetos agropecuários e nos projetos de colonização privados, teve sua base na grilagem das terras e em verdadeiros massacres de nações indígenas inteiras.

Assim, as ações violentas contra os grupos indígenas na região existem desde o período colonial, arrastando-se por todas as fases de colonização, lideradas pelos latifundiários que obtiveram a posse de terras indígenas por meio da violência e da ilegalidade. A disputa de terra ocorre justamente nesse momento por causa da presença de interesses opostos em relação ao domínio territorial, regido por duas classes: de um lado, os camponeses; de outro, os latifundiários, que acabaram dominando e expulsando os camponeses posseiros, além do genocídio indígena.

É de conhecimento que, desde 1930, o território mato-grossense, mais ao sul, é marcado por novas fases de formação e ocupação, especialmente com o programa “Marcha para o Oeste” do Governo Vargas (1930-1945). Este visava controlar o poder político regional, garantir a segurança fronteiriça dos países vizinhos e a ocupação dos espaços com a criação de colônias agrícolas.

A respeito do período de 1960 a 1970, Oliveira (2007)⁴⁰ referindo-se ao Golpe Militar (1964) afirma que foi mais uma reação articulada dos proprietários de terras para dismantelar a força das Ligas Camponesas, que estavam em ascendência nos debates políticos em torno da efetivação do primeiro plano de reforma agrária. O Golpe seria mais um processo de remodelação do modo capitalista de produção, em que o capitalista de outrora passou a ser também um proprietário de terra.

³⁹ OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

⁴⁰ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

[...] o desenvolvimento do modo capitalista de produção se faz principalmente, através da fusão em uma mesma pessoa do capitalista e do proprietário de terra. Este processo que teve sua origem na escravidão vem sendo cada vez mais soldado, desde a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, particularmente com a Lei de Terra e o final da escravidão. Mas, foi na segunda metade do século XX, que esta fusão ampliou-se significativamente. Após a deposição, pelo Golpe Militar de 64, do Governo de João Goulart, os militares procuraram ressoldar esta aliança política [...] principalmente, quando uma parte dos congressistas votou a legislação sobre a Reforma Agrária. Assim, a chamada modernização da agricultura não atuou no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos, sobretudo do Centro-Sul do país, em proprietários de terra, em Latifundiários. (OLIVEIRA, 2007, p.131-132).

Para Haesbaert (2011)⁴¹, a apropriação privada e a concentração fundiária da terra revelam as formas ou maneiras como o modo de produção capitalista domina o território, impedindo as classes subalternas de terem o acesso a terra. Por outro lado, "desterritorializam" os modos de produção preexistentes para reterritorializar conforme sua própria dinâmica. O autor revela ainda que:

[...] A expropriação do campesinato, transformado em trabalhador "livre" em meio a fenômenos como a apropriação privada da terra e a concentração fundiária, e, no outro extremo da pirâmide social a velocidade com que os estratos mais privilegiados da burguesia destroem e reconstroem o espaço social, sob o famoso dito de que "tudo que é sólido desmancha no ar, tudo que é sagrado é profanado", seriam as referências mais marcantes do movimento de desreterritorialização capitalista. (Haesbaert, 2011, p. 174-175).

Após os anos de 1970, Mato Grosso presencia novas ondas de ocupação, resultantes dos programas desenvolvimentistas organizados pelo Governo Federal. O Programa de Integração Nacional (PIN) objetivava, por meio da Transamazônica, intensificar a ocupação na Amazônia Legal, com dois projetos principais: Poloamazônia e Polocentro. Este visava propiciar a ocupação das áreas do cerrado viáveis para a expansão da fronteira agrícola; aquele tinha o intuito de promover o aproveitamento das potencialidades em áreas prioritárias da Amazônia. (ABUTAKKA, 2006).

⁴¹ HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

Cabe destacar que, perante a política de Vargas, o Estado de Mato Grosso recebeu grande fluxo migratório, advindo principalmente da Região Sul do país. Acerca desse fluxo, Carmo (2012, p. 51)⁴² pondera que

[...] é necessário periodizar e caracterizar cada fluxo migratório: Antes da década de 1970, dois fluxos migratórios ocorriam simultaneamente: a migração de grupos do Rio Grande do Sul para o Noroeste do Paraná e de gaúchos e paranaenses para áreas no atual Estado do Mato Grosso do Sul, onde haviam áreas sendo colonizadas. Durante a década de 1970, o fluxo se direcionou para o Mato Grosso, que recebeu Gaúchos vindos do Rio Grande do Sul e Gaúchos que estavam no Paraná, além dos próprios Paranaenses, que migraram em grande número, e alguns Catarinenses [...]

Ao analisar a questão econômica de Mato Grosso após os anos de 1970, Abutakka (2006) destaca que a pecuária continua sendo um dos pilares econômicos de alguns municípios, sobretudo nas áreas destinadas aos assentamentos. Entre os municípios, destaca-se Cáceres, que possui o segundo maior rebanho bovino efetivo do estado, economicamente ligado em três pilares bases: extrativismo (destacando a poaia), agricultura (familiar e empresarial) e pecuária (produção, criação e distribuição de gado). As duas últimas sofreram algumas modificações, mas ainda são predominantes. Esse município é caracterizado por ter um elevado número de assentamentos no estado de Mato Grosso⁴³.

Destacam-se também no estado, algumas atividades da agricultura familiar e da empresarial. A primeira, muito presente nos projetos de colonização e assentamentos de trabalhadores rurais, caracteriza-se pela economia de autoconsumo, voltada para a produção de arroz, feijão, milho, mandioca, hortaliças, pequena pecuária (leite), sendo o excedente destinado a comercialização. A segunda é marcada pela consolidação do modelo agroexportador da soja, que segue, da fase de produção do monocultivo do produto, até o seu processamento nas unidades agroindustriais.

⁴² CARMO, Eduardo Margarit Alfena do. **Tramas políticas e impactos socioambientais na Amazônia: a dinâmica do processo de pavimentação da BR-163**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós Graduação- Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas. 2012.

⁴³ Sobre esse assunto, trataremos no próximo capítulo.

Para Carmo (2012), a consolidação do plantio da soja nessa região colaborou para a alteração do processo de modernização em outras regiões pertencentes ao estado, além de haver sido a responsável por alterar, em menos de 30 anos, a paisagem do cerrado para o plantio de grãos. Outro fator de alteração foi o desaparecimento dos lotes rurais, resultante da mecanização da agricultura, que, dispensando o uso de mão de obra, contribuiu para o processo migratório dos colonos ali existentes.

A respeito dos projetos de colonização presentes no estado de Mato Grosso, o autor destaca que, em sua maioria, foram formados na área de influência da BR-163⁴⁴, em três formas: espontânea, oficial (pelo Governo) e sob organização de empresas privadas. As espontâneas foram caracterizadas pelas ocupações de terra desordenadas, constituídas pelos posseiros e grileiros; a oficial, concentrada mais ao sul da rodovia, foi constituída por pequenos colonos; as efetuadas pelas empresas privadas (33 empresas) foram responsáveis por 88 projetos entre 1970 e 1980, formados essencialmente sobre as áreas indígenas, resultando em diversas ações violentas contra os povos tradicionais ali existentes.

Desse modo, ao analisar a introdução da soja, em especial para exportação, no estado de Mato Grosso, o autor pondera que:

[...] ocasionou inúmeras transformações no espaço agrário. Os proprietários de terra que não conseguiram modernizar a produção e acompanhar os rumos do mercado agroindustrial acabaram falindo e vendendo suas terras para outros proprietários que estavam alcançando êxito. Este processo ocasionou o surgimento de grandes empresários rurais no estado, entre eles, se destacou André Maggi, que chegou a ser considerado o maior produtor individual de soja do mundo (CARMO, 2012, p. 56-57)

Piras (2007)⁴⁵, também ao analisar a expansão da fronteira agrícola e a industrialização da agricultura no estado de Mato Grosso nas décadas de 1970/80, destaca a instalação de diversas empresas, nacionais e multinacionais, no setor sojífero, marcada pela transformação das antigas formas de produção no campo por meio de sua mecanização.

⁴⁴ A esse respeito, ler: CARMO (2012).

⁴⁵ PIRAS, Danielle S. **A territorialização da agricultura moderna de Primavera do Leste.** Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=159556>. Acesso em: 29 de Julho de 2013.

Segundo a autora⁴⁶, com a instalação dessas empresas, várias cidades transformaram-se nas capitais nacionais da soja. Merecem destaque aquelas onde os domínios territoriais são liderados pelos grandes grupos controladores dos processos de circulação das mercadorias para a produção e dos produtos da agricultura, como Bunge, Cargill, ADM, Dreyfus e Amaggi. Podemos citar como exemplos de “cidades do agronegócio” os municípios de Lucas do Rio Verde, Sinop, Nova Mutum, Sapezal, Primavera do Leste, Cuiabá, Sorriso e Rondonópolis.

Essas cidades apresentam sérios problemas em relação à poluição da água, do solo e do ar, de que derivam sérios riscos à saúde da população residente. São muitos os casos de intoxicações por exposição aos agentes agrotóxicos usados no combate às diversas pragas que atacam os plantios de monoculturas, os quais estão sendo expandidos para áreas próximas ao perímetro urbano.

Outro problema é a diminuição da contratação da mão de obra, por causa da inserção de maquinários no campo, caracterizando uma agricultura sem agricultores.

Para Oliveira (2005)⁴⁷, o norte de Mato Grosso é caracterizado como o ponto embrionário dos processos de colonização liderados pelas empresas privadas, em especial a partir dos projetos colonizadores instalados no estado na década de 1980. O que, por sua vez, aprofundou ainda mais o quadro ali implantado desde os anos de 1970, com os projetos agropecuários.

O autor observa ainda que:

[...] Praticamente todas as terras ao norte do Estado foram entregues aos grupos privados que desenvolveram seus projetos particulares de colonização. E o Estado procurava, simultaneamente, se isentar da responsabilidade de promoção da colonização assentando e sustentando por um período os colonos. Por outro lado, permitia aos proprietários de terra a realização da renda fundiária e a sua conversão em capital. Talvez a região seja uma das mais exemplares áreas de produção do capital via metamorfose da renda da terra no Brasil. (OLIVEIRA, 2005, p. 97-98)

⁴⁶ PIRAS (2007)

⁴⁷ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. BR-163 Cuiabá – Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: _____; TORRES, Mauricio (Orgs). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**. Brasília: CNPq, 2005, p. 67-184.

O norte do estado presencia novamente uma onda de ocupação das terras, constituída por sulistas e estrangeiros, especialmente quando da divisão do estado em 1977⁴⁸. Naquele ano, havia certa facilidade de obtenção de terras e oferta de créditos, gerando um contexto de “terra de ninguém”, proporcionando também o surgimento de problemas fundiários, “muitos deles ainda insolúveis, e que criaram violentos conflitos [...]”. (OLIVEIRA, 2005, p. 99). Em sua maioria, esses problemas fundiários estavam relacionados às ações de grilagens e à expulsão de pequenos colonos da região.

Segundo Oliveira (2005) o campo mato-grossense é marcado, no decorrer da década de 1990-2000, pela disputa entre dois grupos: de um lado, a luta pela reforma agrária; de outro, a expansão do agronegócio da soja. Este último resultante de uma política de Estado voltada para os interesses do capital.

Destarte, ao mesmo tempo em que o estado é considerado um dos maiores produtores de soja, aumenta ali a pressão dos movimentos sociais de luta pela terra. Das lutas camponesas na região mato-grossense, entre 1994-1999, resultou a implantação de vários projetos de assentamento. Estes foram efetivados por meio da política de Reforma Agrária adotada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso no seu primeiro mandato, que visava amenizar o quadro de conflito entre latifundiários e camponeses. (LAMERA; FIGUEIREDO, 2008)⁴⁹

Segundo os autores mencionados⁵⁰, os projetos iniciais de assentamentos não tinham a infraestrutura básica para a permanência dos camponeses. Além da baixa fertilidade da terra, faltava pavimentação das vias de acesso aos projetos, assistência técnica e liberação dos créditos básicos (custeio e investimento), entre outros.

Destacamos que perante o quadro de dificuldades, uma das soluções encontradas por vários grupos de famílias assentadas, à medida que as dificuldades intensificavam-se, foi a migração para a cidade. Mesmo diante do cenário de contradições nas políticas agrárias instaladas no estado, as lutas camponesas não pararam. Sua continuidade foi impulsionada pelas lutas de

⁴⁸ No dia 11 de outubro de 1977, Mato Grosso foi dividido: no extremo sul, foi implantado um novo estado, denominado Mato Grosso do Sul.

⁴⁹ LAMERA, Janice A.; FIGUEIREDO, Adriano M. R. **Os assentamentos rurais em Mato Grosso**. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/147.pdf>>. Acesso em: 29 de Julho de 2013.

⁵⁰ Lamera; Figueiredo (2008).

distribuição de terras defendidas pelos Sindicatos Rurais, pelo Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), entre outros setores comprometidos com a justiça social, que exerceram papel fundamental.

Temos, porém, como ponderado por Porto Gonçalves (2011)⁵¹, a convicção de que esse processo de reforma agrária no Brasil, marcado por altos e baixos, também é consequência do processo extremamente contraditório de desenvolvimento capitalista no campo. Segundo o pesquisador:

[...] esse modelo [agronegócio] produz muito no campo, mas, com certeza produz muitos famintos porque concentra a terra de tal forma que ela produz não só grãos, mas também muitos sem terra. O sem terra é produto do agronegócio, foi o agrobusiness quem os desterritorializou. Esse modelo inventou uma agricultura sem terras. Só não esperava que os sem terras se organizassem para lutar contra o agronegócio. (Porto Gonçalves, 2011, p. 52).

As marcas da luta estão representadas no número de ocupações realizadas no estado entre 1988 e 2012. Segundo Relatório do Banco de Dados da Luta Pela Terra - Mato Grosso (DATA LUTA-MT), houve 157 ocupações; organizadas por 39.947 famílias; só no ano de 2012, tivemos oito ocupações, organizadas por 1.125 famílias. (DATA LUTA-MT, 2012).

Quadro 1: Brasil - Ocupações e famílias por Estado e Macrorregiões 1988-2012

Região/UF	Nº Ocupações	Nº Famílias
BRASIL	8.789	1.221.658
CENTRO-OESTE	1.184	194.722
MT	157	39.947

Fonte: adaptado de DATA LUTA-MT, 2012 Organizado pela autora⁵²

Atualmente, o estado de Mato Grosso é o maior produtor de soja, resultado alcançado através de mecanismos que viabilizaram recursos para a expansão de empresas nacionais e estrangeiras. Dentre estes mecanismos destacam-se os subsídios e créditos de investimentos dos cofres do setor estatal, via BNDES, a

⁵¹ PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Modelo de desenvolvimento do agronegócio: limites e perspectivas. **Revista eletrônica da Associação dos Geógrafos brasileiros** – Seção Três Lagoas/MS, nº 14, ano 8, novembro de 2011.

⁵² As tabelas foram organizadas seguindo as normas de apresentação tabular, elaboradas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, 1993.

isenção de ICMS, bem como a construção de infra estrutura para facilitar o escoamento da produção, como rodovias, portos e ampliação de redes ferroviárias e hidrográficas (capazes de atender à demanda da produção), além do apoio político explícito do Governo. (PIRAS, 2007).

Ao analisarmos os dados do IBGE, podemos notar que há uma considerável concentração fundiária no Estado de Mato Grosso, onde a classe de área de grande propriedade (acima de 1000 ha), com apenas 7,63% dos estabelecimentos, ocupa 77,51% da área. Porém, a classe de área da pequena propriedade (100 a menos de 200 ha), está representada por 78,65% dos estabelecimentos, ocupando 8,76% da área, conforme tabela a seguir.

Tabela 1: Estrutura fundiária Mato Grosso – 2006

Classes de área (ha)	Mato Grosso			
	Nº de Estabelecimento	%	Área	%
Menos de 10	14.987	13,27	58.603	0,12
10 a menos de 50	37.874	33,52	1.037.878	2,17
50 a menos de 100	23.900	21,15	1.544.379	3,23
100 a menos de 200	12.099	10,71	1.549.185	3,24
200 a menos de 1000	14.478	12,81	6.560.794	13,73
De 1000 acima	8.624	7,63	37.054.676	77,51
Sem área	1.016	0,90	-----	-----
Total	112.978	100	47.805.514	100

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Organizado pela autora

A apropriação capitalista privada da terra gerou, além das mudanças territoriais, os conflitos fundiários com os posseiros e os sem terra, excluídos no processo de modernização. A terra do trabalho e da vida contrapondo-se à terra de negócio. Sobre essa situação, pondera Silva (2011, p. 147)⁵³:

Em áreas extensas de soja, cana e gado, quem olha não percebe que, atrás do uso produtivo da terra, há uma face perversa, marcada pela concentração fundiária, assassinatos, despejos e trabalho escravo. É nesse cenário de contradições inerentes ao agronegócio que práticas de resistência se afirmam e anunciam conflitos fundiários. A luta é por direito à terra de trabalho em contraposição à terra de negócio. Sendo assim, o agronegócio já carrega em si resistência a uma racionalidade que é nociva à sociobiodiversidade.

⁵³ SILVA, Carlos Alberto Franco da (Orgs). **Redes Políticas Territoriais: estratégias, conflitos e violência**. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2011.

Assim, a questão agrária no estado resultou inicialmente da especulação da terra e, posteriormente, da expansão das atividades monocultoras, em especial aquelas que geram alta apropriação de renda, como soja, cana, milho e algodão.

2.2 De Sul de Mato Grosso a Mato Grosso do Sul: a formação de um “novo” Estado na esteira da concentração da terra e violência

Dentre as grandes províncias do Império e posteriormente estados da República, podemos citar Mato Grosso, que apresentava duas regiões muito distintas: ao norte situavam-se grandes minas de ouro e outros metais preciosos e ao sul, enormes áreas de pastagens, próprias para a criação de gado. A descoberta do ouro foi o motor para impulsionar o rápido povoamento do norte, enquanto o sul ficou relegado à condição de “Campos de Vacaria,” habitado por muitos índios e propício à instalação de grandes fazendas com pastagens naturais e barreiros salinos. (SOUZA, 1997, p. 60).⁵⁴

Com a divisão do Estado no ano de 1977, a parte sul recebeu a denominação de Mato Grosso do sul e o norte mantém a denominação de Mato Grosso. No entanto, o processo de ocupação e colonização de ambos apresentam similaridades resultado, sobretudo, do programa “Marcha para Oeste” do governo de Vargas.

A seguir, analisaremos o processo de ocupação sul-mato-grossense em dois momentos. Um primeiro, anterior à sua criação, salientando a influência da exploração da erva-mate⁵⁵, realizada pela Empresa Matte Laranjeira, na conformação da estrutura fundiária concentrada do novo Estado. E num segundo momento, nos deteremos com maior atenção para o período mais recente, já enquanto estado de Mato Grosso do Sul.

2.2.1 O ouro verde: a exploração da erva-mate pela Companhia Matte Larangeira

Ao falarmos sobre a importância da Companhia Matte Larangeira para a criação do Novo Estado (Mato Grosso do Sul), torna-se necessário fazer referência

⁵⁴ SOUZA, Claudio Freire de. **Terra e poder em Mato Grosso do Sul: as alianças políticas e os projetos de educação**. 1997, 232 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba. 1997.

⁵⁵ Os ervais explorados pela empresa concentravam-se no sul do atual Mato Grosso do Sul.

ao estudo de Bianchini (2000)⁵⁶, em que a autora propôs-se discutir o processo de ocupação de terra do sul de Mato Grosso (atual MS) no período de 1880 a 1940. Sua análise parte das concessões de arrendamento à Companhia para a exploração dos ervais presentes na região sul do atual estado de Mato Grosso do Sul. Enfatiza em seu trabalho os mecanismos utilizados pela empresa para garantir a concessão de uma enorme extensão de terra, controlando, desse modo, a exploração da erva nativa presente no sul da região sul de Mato Grosso.

Nessa perspectiva, pondera a autora:

Os interesses em jogo das camadas dominantes encontraram, sob a forma de arrendamento das terras devolutas do sul de Mato Grosso, a brecha para realizar a ocupação efetiva daquelas terras, através da indústria extrativa ervateira. Forma extremamente confortável para o governante que tinha nas mãos um Estado em dificuldades financeiras intermitentes e falta de vontade política para vencer os desafios. Melhor, portanto, os arrendamentos. Se não perdia o Estado, a recíproca era inversa para o povo como tal. (BIANCHINI, 2000, p. 232)

Conforme a pesquisadora, o ponto de partida das discussões acerca da colonização do sul da província de Mato Grosso ocorreu após a Guerra do Paraguai (1870). Em sua concepção, o principal objetivo da colonização era solucionar, por meio de programas de desenvolvimento, o panorama de isolamento e falta de braços que a região vinha presenciando desde o fim da Guerra.

O primeiro projeto foi a concessão gratuita de 43.560.000 (quarenta e três milhões e quinhentos sessenta mil) metros quadrados de terras devolutas cedidos pelo Império à Casa de Travassos & Cia no ano de 1880. Essas terras estavam localizadas no município de Miranda, e a sua concessão destinava-se à formação de colônias agrícolas e pastoris, num período de cinco anos, porém, findado esse período e em face do não cumprimento da colonização, as terras voltariam ao domínio do Estado. (BIANCHINI, 2000)

Sobre o papel da Casa de Travassos & Cia, Souza (1997, p. 65) esclarece que:

⁵⁶ BIANCHINI, Odaléa da Conceição Deniz. **A Companhia Matte Larangeira e a ocupação de terra do Sul de Mato Grosso 1880-1940**. Campo Grande: Editora UFMS, 2000.

[...] o domínio da casa comercial foi real durante um determinado período da história de Mato Grosso, porém, efêmero, uma vez que ela exercia um papel de intermediária e de mediadora que logo passou a ser exercido pelo próprio capital financeiro estrangeiro através da abertura de agências bancárias (muitas vezes em associação com o capital nacional) e outras formas de incentivo direto à produção e à concentração da propriedade da terra.

Mesmo diante do fracasso do projeto da Casa Comercial, entre os anos de 1880 e 1890 a região recebe grande fluxo imigratório, formado especialmente pelos “[...] rio-grandenses, paranaenses e mineiros dos setores da economia [...]”. (BIANCHINI, 2000, p. 74). Esses imigrantes foram atraídos para a região por três motivos essenciais: a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, no início dos anos de 1900, cuja direção alcançava a região, os ervais e a pecuária ali presente.

Segundo Campestrini e Guimarães (1995)⁵⁷, no ano de 1890, foi concedida pela Comissão de Viação Geral a autorização de ferrovias e hidrovias. Suas atividades iniciaram-se com a instalação da Cia. Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em 1904, à qual caberia a tarefa de implantar a ferrovia Uberaba-Coxim, alcançando Cuiabá. Esse projeto foi dividido em etapas, conforme quadro a seguir.

⁵⁷ CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr Vaz. **História de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Gráfica e Papelaria Brasília Ltda., 1995

Quadro 2: Cronologia da implantação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

Ano	Execução do projeto
1905	Inicia-se o trecho Bauru-Itapura, concluído em 1910;
1908	Abandonado o trecho Itapura-Cuiabá, cria-se o trecho Itapura- Corumbá, incluindo Campo Grande. Nessa fase, duas frentes são traçadas: uma saindo de Porto Esperança, e a outra de Três Lagoas;
1914	Encontro das duas frentes. A estação de ligação já está implantada entre Bauru e Porto Esperança, tendo, como travessia, Três Lagoas;
1926	Inaugura-se a ponte sobre o rio Paraná;
1937	Começam a ação para a ligação Campo Grande - Ponta Porã, inaugurada em 1953;
Década de 1940	Inicia-se a ligação Porto Esperança-Corumbá, inaugurada em 1952;
1947	Inaugura-se a ponte sobre o rio Paraguai.

Fonte: adaptado de CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 1995

Organizado pela autora

No final do século XIX, o estado não possuindo, ainda, um sistema de colonização, duas propostas entram em discussão para serem implantados na região sul de Mato Grosso. A primeira, defendia a colonização por meio de concessões a empresas privadas, que ficariam responsáveis pela criação dos municípios; a segunda buscava a mediação do estado, solicitando aquisição de terras devolutas ou já ocupadas ao sul de Mato Grosso (atual MS).

Em meio aos debates, o governo imperial, por meio do Decreto nº. 8799, cedia, em 1882, a Thomas Laranjeira, o direito de exploração das esparsas áreas de ervais naturais da região sul do atual Mato Grosso do Sul. Essa concessão permitia a Laranjeira, não só o direito de exploração, mas também o de dominação das áreas circunvizinhas. Enquanto ao norte despontava a exploração do ouro amarelo, no sul era o **ouro verde** que ganhava a atenção.

A esse respeito, esclarece Bianchini (2000, p. 85):

A questão dos ervais nativos apresenta um aspecto que parece singular em relação ao regime de propriedade de terras no Brasil. O que existiu de forma sistemática desde os tempos coloniais foi o regime de sesmarias em que as terras eram doadas pelo Estado, e não arrendadas, como é o caso que ora se estuda. O caso que se

quer caracterizar como singular é a questão do arrendamento de grandes extensões de terras devolutas do Estado [...]

Considerando que o país ainda estava em fase de implantação da Lei de Terras de 1850, as concessões feitas pelo Estado a Thomas Larangeira apresentavam duas diferenças: não seguiam a regra geral de compra e venda, mas sim a de arrendamento; o direito de exploração dos ervais destinado a um único “cidadão” permitiu a dominação deste sobre vastas extensões de terras.

Segundo Bianchini (2000, p. 85), “[...] o regime implantado foi de arrendamento de grandes porções de terras devolutas, através do qual o indivíduo gozava da posse, mas não da propriedade da terra”.

Efetivada, no ano de 1891, a Companhia Larangeira, foi responsável tanto pela exploração, quanto pela exportação da erva-mate, enquanto a firma argentina Francisco Mendes & Cia foi encarregada da industrialização e distribuição do produto nos mercados internacionais, com destaque ao mercado argentino.

A maioria da mão de obra era formada por trabalhadores estrangeiros, especialmente os paraguaios descendentes de guaranis. Na maioria das vezes, esses homens eram enganados pelo acochavador (pessoa encarregada de contratar os homens para a lida nos ervais) e levados para trabalhar nos ervais. Lá, suas dívidas com artigos de consumo eram manipuladas na caderneta e o peso da erva entregue pelo trabalhador era diminuído, instalando-se, por meio desses mecanismos, segundo Bianchini (2000, p. 186), “a servidão por dívidas”.

Outro aspecto do trabalho nos ervais eram as punições presentes nos ervais: a imposição de disciplina com o uso de chicotes e açoites diante dos outros trabalhadores, como forma de coibir tentativas de fuga, em sua maioria decorrente da lida nos ervais.

Com a associação dessas duas empresas a partir de 1892, várias mudanças ocorrem no processo de ocupação desta região do Estado, entre as quais destacamos: a presença do capital estrangeiro entre os acionistas da empresa, as diversas infraestruturas construídas para melhorar o escoamento da produção, como o porto localizado em Murtinho, posteriormente transferido para Guaíra, e a implantação de algumas cidades, servindo como ponto de coleta da erva-mate. (BIANCHINI, 2000).

Segundo a pesquisadora,

pode-se afirmar que grande parte da ocupação das terras do sul de Mato Grosso foi feita sob a forma de arrendamento. Além disso, essas terras possuíam uma vasta extensão de ervais, daí a razão de se preferir ocupar essas e não outras, e por fim, pode-se afirmar que o capital utilizado era procedente e estava situado no estrangeiro. (BIANCHINI, 2000, p. 94)

Ainda acerca das concessões de exploração dos ervais, Bianchini (2000) ressalta que, nesse mesmo ano de 1892, foi aberta uma concorrência pública com o propósito de oferecer novos arrendamentos de terras para a exploração de ervais em áreas localizadas nos arredores dos rios Iguatemy e Paraná. Não é difícil perceber que a proposta aprovada no ano de 1893 estava intimamente relacionada com o poderio de Thomaz Larangeira, uma vez que fora um dos seus aliados Joaquim Murtinho, então presidente do Banco Rio e Matto-Grosso, que vencera a concorrência.

As atividades de exploração da erva-mate não eram, no entanto, as únicas desenvolvidas na região sul de Mato Grosso. Juntamente com essa atividade estava a criação do gado, e, à medida que se iam esgotando as matas de ervais, “[...] as terras ficavam livres para a criação do gado, daí se originando as grandes fazendas”.⁵⁸ (Bianchini, 2000, p. 98)

No ano de 1913, a Companhia voltaria a solicitar a renovação do contrato de direito de exploração dos ervais, porém com duração de 13 anos. Só entre os anos de 1916 e 1921, a empresa explorou 375.905 hectares a mais do que o aprovado no contrato assinado com o estado, circunstância responsável por proporcionar sérios problemas políticos e a revolta de posseiros contra o domínio da Matte.

Na visão de Bianchini (2000, p. 214):

Apesar da *[sic]* exploração ervateira ser uma indústria extrativa e nômade, à medida que a Companhia Matte Larangeira se expandia surgiam novos lugarejos [...] Apesar da *[sic]* Lei N.º 725 de 24 de setembro de 1915 restringir a área de arrendamento, facilitando a aquisição de terras por outros pretendentes, a Empresa conseguia se expandir obtendo do Estado novas concessões de arrendamentos. Laguna Verá, Ipehum, Dourados, Emboscada, Nhu-Verá, com uma área total de 1815905 hectares, são exemplos

⁵⁸ Trataremos, num segundo momento, da formação das grandes fazendas; por ora, atemo-nos ao papel da Matte Larangeira na formação do sul de Mato Grosso.

dessa expansão. Noutras palavras, dava-se com isso o avanço da fronteira econômica.

Bianchini (2000), ao analisar o período anterior ao governo de Vargas, em meados de 1929, evidencia a expansão da Matte além da fronteira de Mato Grosso, e o papel da empresa como banco financiador aos estados de Mato Grosso e Paraná. Isso em troca de infraestrutura para o escoamento do seu produto e do arrendamento de novas terras. Neste último caso, a autora pondera sobre os empréstimos realizados pela empresa ao atual estado de Mato Grosso do Sul:

Ora, não é difícil avaliar-se a forma pela qual a Matte Larangeira fora se transformando de arrendatária, em proprietária, de direito e de fato, das terras arrendadas. Um Estado como Mato Grosso, quase sempre em dificuldades financeiras, encontrava na Matte uma forma de sair delas ou pelo menos de atenuá-la e a Companhia por sua vez, como empresa particular, tratava de procurar os meios que lhe garantissem o retorno dos investimentos [Arrendamento de terras]. (BIANCHINI, 2000, p. 145).

Segundo Souza (1997), há, no decorrer dos anos de 1932, a segunda tentativa de formação do Novo Estado, especialmente quando estoura em São Paulo o movimento constitucionalista, que, por sua vez, recebe apoio de um grupo separatista, que é a favor da divisão do estado de Mato Grosso.

No ano de 1939, a Empresa⁵⁹ começa a sentir as reações da política nacionalista de Vargas, especialmente quando presencia a renúncia do Diretor da Matte Larangeira Mendes, localizada em Buenos Aires e, posteriormente, do Presidente geral da Matte (Brasil-Buenos Aires). Sobre essa crise, pondera Bianchini (2000, p. 168):

É interessante observar que isso começou a ocorrer após a transferência, para o Brasil, das ações que estavam com a Matte de Buenos Aires, em decorrência da política de Vargas de nacionalização dos capitais das empresas sediadas no Brasil. [...] fica assim comprovada a hipótese de que existia capital estrangeiro nos negócios de erva-mate da Companhia Matte Larangeira. Por outro lado, como o aperfeiçoamento e a industrialização se processavam na Argentina de onde o mate era distribuído ao mercado internacional, isto explica, em parte, os métodos poucos avançados utilizados na elaboração do mate [...]

⁵⁹ “Empresa” aparece aqui em letra maiúscula por referir-se à Companhia Matte Larangeira.

As interferências do Governo de Vargas em relação à empresa Mendes & Cia começam a ser sentidas. Entre elas, merecem destaque aquelas contra o domínio econômico que ela conquistou no sul do atual estado de Mato Grosso do Sul, com a exploração de ervais nativos daquela região, e contra o capital estrangeiro em suas ações. O poder dessa empresa foi alcançado por meio de privilégios políticos, que lhe garantiram a exploração de ervais nativos de extensas áreas territoriais, o que impedia a instalação das colônias agrícolas idealizadas pelo Governo de Vargas. (ABUTAKKA, 2006).

Acerca dessa questão, merecem relevo as contribuições de Bianchini (2000, p. 244):

[...] a atuação da Matte na medida em que esta, de fato, expandia a fronteira econômica, integrava territórios do sertão distante, mas ia contra o pensamento de Vargas em dois aspectos. Primeiro, o fato de a Matte, com a exploração extrativa, ter levado Mato Grosso a maiores contatos com o exterior do que com o próprio território nacional, e, em segundo, o fato de o extrativismo ter permitido, ao fim, a formação de grandes fazendas das quais a Matte tornara-se proprietária. Estes fatos colidiam com a política de integração do Oeste, política que desejava construir um **rosário de colônias** para a fixação do homem em pequenas propriedades.

De acordo com Abutakka (2006), a partir dos anos de 1940, o programa “Marcha para o Oeste” inicia a organização dos núcleos-colônias, constituído por pequenas propriedades.

O primeiro projeto, posto em prática no ano de 1943, foi a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND)⁶⁰; criando o Território de Ponta Porã, compreendida como uma investida de Vargas para enfraquecer a Matte. Ambos, Dourados e Ponta Porã, localizados no sul do atual estado de Mato Grosso do Sul, compreendendo as terras de exploração da empresa Mendes & Cia e funcionando como atrativo de novos fluxos migratórios.

Em suma, as concessões de arrendamento à Companhia e a exploração dos ervais na região sul do atual Mato Grosso do Sul representam a aliança existente entre o Estado, que desejava ocupar as vastas extensões de terras ao sul, e a Matte Larangeira, cujo interesse era realizar a exploração dos ervais ali existentes (Bianchini, 2000).

⁶⁰ MOTA, Juliana Grasiéli. **Territórios e territorialidades Guarani e Kaiowa**: da territorialização precária na reserva indígena de Dourados à multiterritorialidade. Dourados: 2011. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Grande Dourados UFGD.

Decorridas algumas décadas de exploração dos ervais, estas áreas são transformadas em fazendas, caracterizadas pela atividade da pecuária extensiva. Circunstância que permanece até os anos de 1940, evidenciando que a política de Vargas não era necessariamente possibilitar a formação de pequenas propriedades, mas, sim, permanência das grandes propriedades formadas a partir da extração ervateira, reforçando a concentração de terras ali existente.

Como explica Bianchini (2000, p. 248):

[...] Observou-se também a enorme extensão de terras ocupadas por pastos, a existência de poucas áreas dedicadas a lavoura e, por outro lado, muitas terras inexploradas e improdutivas, chegando-se à conclusão de que os discursos dos governantes no sentido de atrair braços para ocupar a terra eram vazios, não havendo um interesse efetivo em fixar o homem à terra.

Por outro lado, notou-se também que a exploração ervateira, da forma em que era realizada, acabou cedendo espaço à pecuária extensiva. [...]

Segundo Fabrini (2008), a concentração de terras no sul do atual Mato Grosso do Sul iniciou-se notadamente com a disputa de terras entre os europeus, agravando-se posteriormente com a proclamação da república. Assim a clara o autor:

A concentração de terras no sul de Mato Grosso do Sul está relacionada ao processo de ocupação e originou-se praticamente com a chegada dos europeus ao continente americano, que passaram a disputar, inclusive entre si, o domínio de terras. A transferência de poder sobre as oligarquias regionais mato-grossenses com a proclamação da república contribuiu ainda mais para concentração de terras, quando o governo vendia ou arrendava terras devolutas a grandes fazendeiros e empresas capitalistas. (FABRINI, 2008, p. 53).

Assim, “[...] a estrutura fundiária no sul do atual Mato Grosso do Sul ‘nasceu’ concentrada”, uma vez que a concentração existente foi desencadeada pelo processo de ocupação desenvolvido, tendo como ator principal o Estado. (FABRINI, 2008, p.54)

A ocupação foi constituída por duas frentes colonizadoras. A primeira foi formada pelos imigrantes rio-grandenses, vindos para a região no início do século XX, interessados na prática da pecuária e as atividades ervateiras, localizados mais na Serra do Amambaí. A segunda ocupação foi realizada recentemente,

sobre os limites de São Paulo e Paraná, onde ainda predominavam as florestas, ocupadas na frente pioneira paulista e paranaense, intensificadas a partir de 1950 e 1960. Nesta última, as terras não foram, todavia, “utilizadas pelos proprietários na exploração agropecuária logo que apropriadas [...]” (FABRINI, 2008, p. 65); a apropriação veio a se concluir por sul-mato-grossenses vindos de outras localidades do atual Mato Grosso do Sul, e as atividades ali desempenhadas estiveram ligadas à exploração ervateira.

A respeito da frente pioneira, Fabrini (2008, p. 70) pondera:

A abertura dessa nova frente de ocupação, cuja característica principal foi a concentração da terra, acabou trazendo a necessidade da reprodução camponesa, sem permitir, no entanto, o acesso à terra, já que os trabalhadores não eram proprietários, mas sim, “peões” e famílias de arrendatários que tiveram acesso periódico à terra, devido à sua condição de não-proprietários.

Conforme o autor, a condição de não proprietário é decorrente do fato de que os peões e as famílias de arrendatários eram responsáveis apenas pela derrubada das matas e formação de pastagem. Uma vez terminadas essas atividades, os espaços abertos seriam direcionados para a criação do gado bovino. Desse modo, a apropriação da terra no sul do atual Mato Grosso do Sul não permitia nem a fixação, nem o acesso do camponês à terra. Nessa perspectiva, escreve o autor:

A presença de trabalhadores camponeses despossuídos da terra no sul de Mato Grosso do sul decorre de uma série de razões, mas é a concentração fundiária aí existente, originada no processo de ocupação e colonização da região principal. Os elementos econômicos como a modernização da agricultura, que, de modo geral, levou à expulsão do pequeno proprietário, também contribuem para o surgimento de trabalhadores despossuídos na região, mas de forma secundária. (FABRINI, 2008, p. 71)

Concomitante à concentração fundiária, aparecem os conflitos de terras, liderados, de um lado, pelos despossuídos de terra (peões, arrendatários e suas famílias, parceiros); de outro, pelos grandes proprietários. Conflitos pelo desejo de retornar à terra, porém agora para nela permanecer.

Dentre as lutas posteriores ao regime militar, Fabrini (2008) destacou o Projeto Guatambu (1980). Um grupo de camponeses, visando a melhorias para a rentabilidade e a organização da produção agrícola, acampou numa área em frente a duas fazendas em Itaquiraí. Após três dias, o grupo foi deslocado para próximo

do rio Itaquaraí, onde permaneceu durante um ano, sob vigilância militar, sendo transferido para outros locais, chegando, por fim, à Gleba Celeste, no norte de Mato Grosso.

2.2.2 Da modernização conservadora na década de 1970 aos dias atuais

O Estado brasileiro, a partir de 1970, inicia a elaboração de políticas públicas para efetivar a ocupação econômica da Amazônia e do Centro Oeste, entre elas o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974)⁶¹. Esse plano contribuiu para o processo de modernização da agricultura na região sul de Mato Grosso (atual MS), caracterizada pelas atividades de monoculturas, especialmente as grandes lavouras de soja e criação de gado.

Cabe destacar que, nesse mesmo ano, aproximadamente 50 mil hectares foram adquiridos pelo Grupo Itamarati, próximos à cidade de Ponta Porã, na faixa de fronteira com o Paraguai. Com forte apoio governamental, esse grupo acabou atraindo vários investidores nacionais e internacionais. (TERRA, 2009).⁶²

Alguns programas foram criados pelo Governo para impulsionar o desenvolvimento almejado pelo Plano, entre os quais podemos citar: O Programa Especial da Região da Grande Dourados (Prodegran), Programa de Desenvolvimento do Pantanal (Prodepan), o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Procentro), e o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro). Este último era direcionado para áreas nos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso (ao norte e ao sul). Ao sul, destacaram-se os municípios de Bodoquena e Campo Grande e parte dos municípios que fazem parte da microrregião de Três Lagoas.

Segundo Asevedo (2013, p. 45)⁶³, nessas políticas:

⁶¹ Lei de n. 6. 151, de 4 de dezembro de 1974.

⁶²TERRA, Ademir. **Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão?** Assentamento Itamarati em Ponta Porã-MS: “o pivô da questão”. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/09/ademirterra.pdf>. Acesso em: 29 de Julho de 2013.

⁶³ASEVEDO, Tayrone Roger Antunes de. **Territorialização e reestruturação produtiva dos agronegócios no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul:** desdobramentos e desafios para as classes subalternas. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós Graduação- Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas. 2013.

Foram efetivadas aplicações de capital em infraestrutura de transporte para o escoamento da produção agroindustrial, uma vez que havia, por exemplo, frigoríficos e secadores de soja nessa área, além de construção e reforma de estradas vicinais, objetivando interligar a região ao Sudeste e Sul do país. Os investimentos também contribuíram com a expansão da transmissão de energia, melhorias no beneficiamento e armazenagem da produção agrícola existente e pretendida, assim como na pesquisa e experimentação do setor pecuário e de “florestamento-reflorestamento” com eucalipto e pinus.

Ainda a respeito da aplicabilidade das políticas, o autor comenta que estas estiveram concentradas prioritariamente na região sul e que, em decorrência disso, aprofundaram-se ainda mais as ideias divisionistas do estado de Mato Grosso.

A partir da modernização do campo, à força dos grandes fazendeiros une-se agora a necessidade de maiores espaços para a pecuária extensiva; concomitante a isso, os grandes fazendeiros começam a recusar-se a arrendar as parcelas de terra para os arrendatários, impedindo assim sua reprodução familiar.

Sobre a possibilidade de recriação do campesinato, Carvalho (2005, p. 24) menciona a compra e a ocupação da terra, acrescentando que:

E assim se desenvolve num constante processo de territorialização de desterritorialização da agricultura camponesa, ou de destruição e recriação do campesinato. O que é compreendido como fim também tem o seu fim na poderosa vantagem que o capital tem sobre a renda capitalizada da terra, gerada pelo trabalho familiar.

Destarte, as atividades ligadas à expansão das monoculturas, como soja, cana-de-açúcar, celulose, entre outros, necessitavam também de extensas áreas para se desenvolver. Desse modo, apenas grandes propriedades conseguiram manter-se no estado, enquanto a maioria das pequenas – constituídas pelos camponeses vindos para a região em 1943, nas ondas das frentes de expansão e pioneira, por meio do Programa “Marcha para o Oeste” – acabaram sendo incorporadas pelo capital.

[...] A marcha foi concebida para enfrentar a velha ordem latifundista e conservadora do país para dar espaço à industrialização e estabelecer um controle sobre as tensões sociais. Esta política tinha em suas premissas a necessidade de explorar um território ainda “virgem”, de baixa densidade demográfica, através do povoamento, a criação de pequenas propriedades,

amparadas aos trabalhadores nacionais e produtividade econômica [...]. (CARVALHO, 2005, p. 150)

O pacote da modernização agrícola ligado ao avanço de atividades monocultoras muda o caráter do uso e ocupação da terra e torna cada vez mais urgente, e difícil, a luta pela Reforma Agrária por parte dos Movimentos Sociais do Campo. Contraditoriamente, o Estado silencia sobre o problema da concentração fundiária, aprofundada pela monocultura, em um claro apoio a essas novas dinâmicas modernizantes no campo.

De acordo com os dados do IBGE, censo agropecuário 2006, notamos como o problema da concentração fundiária no estado permanece praticamente inalterável. Na tabela nº 2 podemos observar que a grande propriedade (acima de 1000 ha), com 6.661 estabelecimentos, ocupa 23.345.109 hectares, enquanto que a pequena propriedade (100 a menos de 200 ha) possui 46.728 estabelecimentos, ocupando uma área de 1.501.220 hectares O que significa uma pequena concentração de terra neste grupo de área.

Tabela 2: Estrutura fundiária Mato Grosso do Sul – 2006

Classes de área (ha)	Mato Grosso do Sul	
	Nº de Estabelecimento	Área (ha)
Menos de 10	13.398	64.819
10 a menos de 50	24.830	563.436
50 a menos de 100	4.447	310.264
100 a menos de 200	4.053	562.701
200 a menos de 1000	11.175	5.428.648
De 1000 acima	6.661	23.345.109
Sem área	300	-
Total	64.864	30.274.975

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Organizado pela autora

O contexto apresentado pelos dados revela o caráter contraditório da concentração fundiária brasileira: “muitos com pouco”, e “poucos com muito”. Isto porque um grupo, constituído por 6.661 estabelecimentos, detém 23.345.109 ha, enquanto que 42.675 tem que viver com apenas 938.517 ha.

A esse respeito, Souza (1997, p. 78) assevera que:

Em Mato Grosso do Sul, como em outros estados do Brasil, a concentração da propriedade da terra não vem necessariamente acompanhada da sua utilização para o plantio de lavouras ou pecuária e, diferentemente do capitalismo reinante nos países desenvolvidos, a terra aqui, pela nossa tradição de dependência, é

tida como possibilidade real de acumulação de capital com base na sua renda.

Como exemplo das recentes transformações ocorridas no campo sul-mato-grossense, na esteira desse desenvolvimento agrário/agrícola, temos o caso da região leste do estado de Mato Grosso do Sul, em especial os municípios de Três Lagoas e Selvíria. Região já marcada pela concentração de terras nas mãos de latifundiários da pecuária de corte e leiteira passa, a partir, no ano de 2006, a ser sede da expansão do monocultivo do eucalipto, orquestrado pelas maiores indústrias de celulose e papel do Brasil: Fibria e Eldorado Brasil⁶⁴.

A territorialização do capital monopolista no campo, seja pelo viés da compra, seja pelo do arrendamento, é um dos processos mais violentos de despovoamento do campo. Provoca a expropriação e expulsão do campesinato, resultando, por um lado, no agravamento das desigualdades socioeconômicas, de outro, a desvalorização ou extinção de várias culturas existentes no campo, sobretudo aquelas que produzem para o autoconsumo.

Segundo Avelino Junior (2008)⁶⁵, o modelo capitalista inscrito no campo nessa fase de reestruturação da questão fundiária provocou alterações na base da luta pela terra. Estamos diante de um capitalismo excludente, de uma estrutura fundiária altamente concentrada, condições estas responsáveis pelo aumento de conflitos e violência no campo. Nas palavras do pesquisador:

O que podemos observar é que se trata de um capitalismo baseado na exclusão dos camponeses, os quais excluídos da terra se inserem na luta pela posse e uso da terra, luta pela reforma agrária. Essa realidade tem aumentado os conflitos agrários e a violência no campo, que é gerada pela estrutura agrária concentradora, excludente de milhões de brasileiros de seus direitos fundamentais à vida e à cidadania. (AVELINO JUNIOR, 2008, p. 124).

Nesse contexto, de posse da terra em condição de bloqueio, os camponeses organiza(ra)m-se em grupos, ocupa(ra)m terras e luta(ra)m para ter acesso a um pedaço de chão na terra dos latifúndios implantados desde a colonização.

Camponeses que, segundo Carvalho (2005, p. 145), fugindo das artimanhas do latifúndio já existente no nordeste, e da queda da seringa no norte, ocuparam as

⁶⁴ Sobre esse assunto, trataremos com mais detalhes no terceiro capítulo.

⁶⁵ AVELINO JUNIOR, **Francisco José**. A Geografia dos conflitos pela terra em Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire A. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2008. p. 113-138.

terras sul-mato-grossenses, que eram as “terras de ninguém”, ou seja, as terras de intervalos entre sesmarias, “[...] abandonadas ou não cultivadas, as terras devolutas e, também, as terras internas dos latifúndios improdutivos [...]”.

Essas terras, a partir de meados dos anos de 1960 em diante, seriam alvos de confrontos sociais entre os:

“[...] que lutavam pelo acesso a terra (posseiros, meeiros, ribeirinhos, remanescentes de quilombos, indígenas e outros) e os [...] dominantes – latifundiários, grandes fazendeiros, empresas agropecuárias, grileiros e o próprio Estado, que se posiciona na pronta consideração dos interesses dos grupos dominantes [...]”. (FERREIRA *apud* CARVALHO, 2005, p. 149)

Em decorrência dessas mudanças socioambientais provocadas pela “modernização conservadora do campo”, fruto do novo modelo agrário-agrícola, presenciamos também a luta, a versatilidade, a criatividade do povo camponês, que há séculos tem desafiado as teses que apregoavam e apregoam o seu desaparecimento, contrapondo-se ao desemprego, e a perda de autonomia, que a terra devolve ao homem. Assim:

Inversamente, o apego à tradição pode ser o meio de sobreviver à grande transformação; manter-se como produtor familiar em meio ao processo mais geral de proletarização ou de empobrecimento. A tradição, então não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente constrói as possibilidades do futuro. (WOORTMANN, 1990, p. 17)⁶⁶

Contraditoriamente, a luta dos camponeses se fortalece no enfrentamento da desigualdade territorial presente no campo, especialmente em meados da década de 1980, mediante a formulação do I Plano de Reforma Agrária, cujo cenário foi marcado pela organização dos movimentos sociais e violento conflito no campo.

Ao falarmos sobre os conflitos no campo, não poderíamos deixar de citar o papel da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e dos seus agentes pastorais, por entendermos que se trata de uma Comissão Pastoral comprometida com a luta pela justiça social, em favor das classes mais subalternas da sociedade.

⁶⁶ WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia: O campesinato como ordem moral. **Anuário antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 87, p. 11-73, 1990. Disponível em: <http://issuu.com/ricardo2p/docs/k_woortmann_-_com_parente_n_o_se_negueia/>. Acesso em: 12 de Maio de 2012.

A CPT foi criada no Estado de Mato Grosso do Sul no ano de 1978, período marcado por grandes conflitos entre latifundiários e camponeses. Como ponderam Borges e Kudlavicz (2008, p. 95)⁶⁷:

No Mato Grosso do Sul, no final dos anos de 1970 [...] A prática pastoral estava bastante descolada dos graves problemas porque passavam os camponeses e as camponesas. O estado do latifúndio atrasado e violento assassinava trabalhadores constantemente e a exploração do trabalho no campo não tinha limites. Em vista deste cenário de violências, em 1978 foi criada a Comissão Pastoral da Terra. [...]

A missão da CPT era desvendar à sociedade a existência de uma questão agrária, no Brasil, que trazia marcas de uma terra concentrada sob o poder das elites agrárias. Além de apoiar ocupações, acampamentos e formação dos projetos de assentamentos, mostrou a face perversa das elites, que, por onde impunham seu poder e autoritarismo, deixavam rastros de conflitos e mortes.

Como resposta às atuações da CPT, no ano de 1982, os latifundiários encomendaram a morte de um advogado e outros trabalhadores, militantes da Pastoral. Somado as ações de guerra dos latifundiários, e como parte do processo de tentativa de enfraquecimento, surgem divergências com o MST e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais atuantes na região no tocante ao modelo de assentamento, uma vez que a CPT discordava da forma coletiva como etapa necessária à consciência de classe. Essas situações resultaram num certo afastamento da Pastoral dos processos de ocupação e acampamentos.

Após esse período de intensas perseguições e conflitos, a CPT mostraria novamente seu potencial em favor dos oprimidos e, junto com os sem-terra já assentados, começaria a discutir alternativas que pudessem garantir sua permanência na terra.

Na percepção de Borges e Kudlavicz (2008, p.102):

As práticas da Pastoral da Terra nos anos de 1990 voltaram-se para uma maior ênfase na desconcentração e conquista de terra, bem como na busca de um equilíbrio entre a conquista e a permanência na terra, lutando por infraestrutura, educação, créditos para garantir a produção e permanência dos assentados nas suas

⁶⁷ BORGES, Maria Celma; KUDLAVICZ, Mieceslau. História e vida da CPT em Mato Grosso do Sul: contribuição na luta pela terra e para nela permanecer. In: ALMEIDA, Rosemeire A. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2008. p. 81-112.

parcelas, para provar que a reforma agrária é viável e importante para a produção de alimentos que compõem a cesta básica dos brasileiros.

E o número de ocupações realizadas no estado avança, apesar de todas as barreiras impostas pelo latifúndio. De 1988 à 2012, ocorreram no estado 563 ocupações, nas quais 90.035 famílias estiveram envolvidas, como mostra o quadro a seguir

Quadro 3: Brasil - Número de Ocupações e de Famílias por Estado e Macrorregiões 1988-2012

Região/UF	Nº Ocupações	Nº Famílias
BRASIL	8.789	1.221.658
CENTRO-OESTE	1.184	194.722
MS	563	90.035

Fonte: DATALUTA-MT, 2012

Organizado pela autora

Em suma, percebemos que mesmo perante a imposição da propriedade privada sobre áreas que poderiam servir para os projetos de reforma agrária, não encontramos a conformidade, mas resistência da classe camponesa, e sua luta incessante de resistir ao processo de territorialização do capital monopolista no campo.

Neste sentido nos propomos a analisar, no capítulo 3, as formas de resistência do campesinato, identificando as estratégias de luta e da organização do modo de vida. Iremos averiguar a importância do papel das políticas públicas no município de Cáceres como uma das estratégias de resistência e permanência do camponês assentado. Refletir sobre seus limites e perspectivas no marco da (re)criação do campesinato, como possibilidade de uma política efetiva que permita, a esse camponês, resgatar a criatividade própria de seu modo de vida, na contraposição à concentração fundiária e ao avanço das atividades de monoculturas.

Cap. 3. REFORMA AGRÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: A (RE)CRIAÇÃO DO CAMPESINATO VIA CONQUISTAS SOCIAIS

3.1 Formas de lutar e viver na terra: relato de experiências

Iniciaremos este capítulo analisando o cotidiano no assentamento por entender que a Reforma Agrária em si é a política pública mais importante, a ela se somam as demais.

Com o intuito de compreender o processo de viver na terra camponesa, fizemos uso das fontes orais, por meio da aplicação de entrevistas aleatórias junto aos assentados dos programas de reforma agrária. Por compreender que as entrevistas revelam com detalhes, fatos ocorridos no passado ou que ocorrem no presente, que ao serem relatados pelos próprios sujeitos que participaram do processo, trazem à tona novas perspectivas da percepção do real. Entendimento bem representado na explicação de Martins (1981, p. 17):

Daí a importância de ouvir o campesinato. É evidente que ouvir o campesinato não quer dizer, simplisticamente partir do próprio discurso dos “agentes sociais”. Quer dizer isso e muito mais. Quer dizer que é preciso mobilizar recursos teóricos que permitam decifrar a fala do camponês, especialmente a fala coletiva do gesto, da ação, da luta camponesa. É preciso captar o sentido dessa fala, ao invés de imputar-lhe sentido, ao invés de desdenhá-la [...]

Nessa perspectiva, discutiremos a luta camponesa a partir das conquistas dos territórios de Reforma Agrária no município de Cáceres/MT e nos municípios de Selvíria e de Três Lagoas/MS⁶⁸. A nossa escolha está pautada no fato de que a partir das Trabalhos de campo e entrevistas percebemos que a luta pela conquista do assentamento nesses municípios possuem alguns pontos de similaridades, como indica Borges (1997, p. 132-133)⁶⁹:

[...] um traço comum que lhes confere uma identidade enquanto grupo – o nascimento na terra, o trabalho na terra, a peregrinação por outras terras, a expulsão da terra, a vida na cidade e a volta à terra, onde era o seu lugar. Violência? Talvez nem sentida, mas

⁶⁸ Trataremos melhor as contradições fundiárias existentes no município de Cáceres nos itens a seguir. Já o paradoxo fundiário da microrregião de Três Lagoas, será abordado no cap. 4.

⁶⁹ BORGES, Maria Stela Lemos. A identidade e a luta pela terra. In: _____ **Terra: ponto de partida, ponto de chegada: identidade e luta pela terra: reforma agrária**. São Paulo: Editora Anita, 1997, p. 107-172.

sempre presente, arrancando raízes, obrigando a andar mais, para frente, para trás, tentando arrancar a esperança de que um dia tudo vai mudar. Capitalismo? Exploração? Mas o que é isso? Trabalho sim, muito trabalho. E fome; na cidade, onde tudo tem que pagar. E lembrança do tempo de fartura, que um dia vai voltar. Já está voltando, com a terra.

A terra, antes mesmo da conquista do lote, já é vista como morada da vida por aqueles que, na maioria das vezes, não possuem um lugar dentro da cidade. E que por isso viviam nos barracos montados nos diferentes acampamentos na beira das estradas. Como foi o caso de Dona Silva do Projeto de Assentamento Vinte de Março localizado no município de Três Lagoas/MS.

Ai cheguei aqui em janeiro de 2001, sim, janeiro não, março de 2001, ai meu sogro tava indo numa reunião do sindicato pra falar a respeito de acampamento que ele tava inscrito na reforma agrária e o sindicato convocou ele para montar barraco, seria no moeda, [...] já estava sem lugar pra morar né, usamos o acampamento como lugar de morada, eu comecei a morar lá no acampamento, e ficamos, três e meio lá, dois anos e meio acampado, ai desisti tomei raiva, porque tinha gado pra cuidar, beira de pista, muita arriscado, ai resolvi jogar tudo pro alto, não quero mais terra, o INCRA que pegue essa terra dele né, e eu vou arrumar uma fazenda ou um lugar, um sitio pra gente morar. Sai de lá em 2004, chegando em 2004, fui para o Pontal do Faia. Mas deixei meu nome no sindicato, esperando a terra, quando foi agora em 2009, chamaram pra acampar, ai a gente já acampou aqui, saiu né, acampamos em março, quando foi em fevereiro foi o sorteio, já pegamos as terras. (Assentada do projeto Vinte de Março, 2012 – Três Lagoas/MS)⁷⁰

Cumpramos destacar que o espaço agrário de Três Lagoas, atualmente, tem presenciado o agravamento da concentração fundiária a partir da entrada do capital agroindustrial, tornando cada vez mais árduo o acesso à terra para os camponeses por meio do programa de Reforma Agrária. Segundo Carvalho (2009), os territórios de Reforma Agrária representam a contraposição da classe camponesa à dominação burguesa, a democratização da terra contra a apropriação privada dos latifundiários. Como pondera o autor:

[...] Esses territórios são conquistas populares que se pautam contra a dominação do modelo econômico burguês e, ao mesmo tempo, espaços de disputa com o capital na sua sanha de imposição da racionalidade e apropriação privada capitalista de todos os territórios [...] (CARVALHO, 2009, p. 8)

⁷⁰ Trabalho de Campo novembro de 2012, Assentamento Vinte de Março, Três Lagoas (MS).

Consequentemente, a luta dos camponeses se fortalece pela desigualdade territorial presente no campo, explicitando as mudanças ocorridas com o avanço do sistema capitalista, modificaram de forma significativa a base de luta da classe camponesa. Hoje, ante as modificações no campo com a modernização agrícola, a questão camponesa, segundo Almeida; Tomiasi (2010, p. 16) ainda:

[...] carrega consigo a problemática da terra e do território no capitalismo. Por conseguinte, não é possível falar em camponês sem fazer referencia a esse debate, pois a terra, em disputa, se transforma em território e continua desempenhando papel *sui generis* no capitalismo. É um bem finito, não pode ser reproduzível à vontade, mesmo tendo nela inserido o trabalho. Portanto, por mais que estejamos vivendo em um mundo urbano-industrial, com modernização agrícola, a terra continua sendo motivo de disputas e mortes. De um lado, a classe daqueles que usam a terra para extrair renda e lucro, e produzir dominação política; do outro, a classe dos camponeses que da terra precisa para viver. O resultado tem sido um território em disputa! (ALMEIDA, TOMIASI, 2010, p. 16)

Assim, percebemos que o desejo de ter um lugar e a luta da classe camponesa, não se baseiam em apenas um “pedaço de terra”, pois “*a terra enquanto patrimônio. Mais que objeto de trabalho, a terra é o espaço da família.*” (WOORTMANN, p.43, 1990)”. Mas, sobretudo, atualmente se baseiam na luta contra os arranjos da monopolização e da territorialização do capital monopolista.

Borges (1997, p. 165) ao analisar as formas de resistência após a conquista do assentamento, revela-nos que o camponês cria “[...] Uma identidade nova, embora calcada na antiga – na sua história remota, na sua história recente e na sua história atual; forjada nas relações que viveu e que esta vivendo, relações que o marcam fortemente [...]”. Para autora, o camponês, após a conquista do assentamento, não abandonou os valores criados no período que viveu longe da terra, na verdade, estiveram entrelaçados com a sua identidade camponesa, e agora colaboram para a formação de “[...] Uma identidade nova, brotando de um novo modo de vida que se estabelece a partir do assentamento [...]”.

Haja vista, que essa realidade foi visível no decorrer de nossas entrevistas, uma vez que, mesmo perante a falta de acesso às condições básicas de sobrevivência, como a água e energia, e a liberação dos créditos de investimento, custeio e construção da casa, vivenciados na maioria dos projetos de

assentamento pesquisados, a conquista na terra do assentamento é que tem garantido a esse camponês assentado a reprodução de um modo de vida específico porque alicerçado na tríade: família, trabalho e terra.

Para Borges (1997, p. 139) nesse momento “o conformar”, sede espaço para “o resistir” “[...] que pouco a pouco se transforma em necessidade de enfrentamento para mudar a sua condição. Resistência que se nutre da sua própria força de não resistir, de não enfrentar, e que agora se manifesta como força de transformação [...]”. Como podemos apreender na fala de uma das assentadas entrevistada no PA Margarida Alves localizado no município de Cáceres/MT, onde relata as dificuldades enfrentadas na cidade, e as melhorias de vida após a chegada no assentamento.

[...] na cidade você depende de tudo, depende de dinheiro, eu aqui no sítio eu tenho de tudo de comer, porque eu planto, e meu marido também planta, de dinheiro nós tem também, porque nois trabalha e vende, e eu tenho o dinheiro dos meus filhos, que ajuda a tratar de nós né, e nós trabalha e planta pra nós comer e planta pra vender, dá pra nois ir vivendo, pra que e na cidade, se for na cidade a gente tem que trabalhar né,[...] a gente come melhor né [risos] só de comer melhor minha fia, já tá bom demais, e lá na rua que você vai comer um arroz branquinho, com feijão, não tem, não tem nenhum ovo pra em riba, nenhum zoião como diz os meninos, nenhum zoião para por em cima do prato, que isso daí, eu já passei na rua, a sabe que já passei, marido estava trabalhando, e agora aqui no mato não, se quer comer um frango dá uma cacetada nele no terreno, na hora do almoço, quê um ovo, você tem, verdura cê tem, abobora cê tem, de tudo minha casa tem, banana, de tudo na minha casa tem, [...] eu prefiro ficar aqui [...] já pensou nois lá na rua, tudo nois comprava, agora hoje aqui no sítio, tudo nois tem, de goiaba pra riba, tudo nois tem [...] tinha dia que ele trabalhando lá i chegava no final do mês não tinha nenhum cruzado, já tinha gastado tudo o dinheiro[...] sair daqui para ir trabalhar em Mirassol só se tiver passando fome, ao contrario, aí não vai não, e melhorou 100%, quem viu eu há 10 anos atrás, eu hoje, [...] nois nunca podia comprar nenhuma roupa, nois sempre pedia roupa dos outros [...] (Assentada do projeto Margarida Alves, 2012 – Cáceres/MT)⁷¹

Outro benefício alcançado pelo grupo familiar após a conquista do assentamento é o acesso a uma alimentação saudável e digna, contestando a precariedade da alimentação, decorrente do alto custo de vida na cidade:

Eu acho que melhorou bastante devido de eu, da gente mesmo plantar, da gente mesmo colher, e a gente comer sem depender de

⁷¹ Trabalho de Campo Maio de 2012, Assentamento Margarida Alves, Cáceres (MT).

dinheiro. Então é, a gente vive mais saudável, aí que a gente sabe o que ta comendo e com menos custos e assim por diante, então eu acho que melhorou, a pessoa tem mais fartura, tem mais condições de se alimentar melhor, é sem depender financeiramente de dinheiro, então é hoje em dia, as pessoas que mora na cidade, eles não tem uma vida assim, igual a gente tem hoje aqui, porque aqui a gente tem a fartura, a gente tem o frango, tem o ovo tem a mandioca, tem um quiabo, tem abobora, então favorece muito pra pessoas viver mais saudável, aqui no sitio, eu acho muito bom isso. (Assentado do Projeto Sadia, 2013 – Cáceres/MT)⁷²

Percebemos que as melhorias na alimentação familiar não se limitam somente ao grupo familiar, mas também à sociedade na medida em que sua produção é consumida também pela população urbana. Nessa perspectiva cabe ressaltar que as críticas ao sistema agroalimentar global tem sido tema de discussões de todos os segmentos da sociedade, tanto do campo, quanto da cidade. E como assevera Almeida; Hernández; Collado (2014, p. 12)⁷³ tem:

[...] exigido uma aliança entre camponeses e trabalhadores urbanos, os primeiros querem ver a terra dividida, os segundos uma alimentação sana. Ambos parecem entender que a produção de comida saudável é incompatível com o sistema hegemônico que produz concentração de terra, monocultivo e agrotóxicos.

A fala dos assentados do projeto de Assentamento Pontal do Faia, no município de Três Lagoas/MS, em especial das nove famílias participantes da Produção Agroecológica Integrada Sustentável – PAIS, relatam a importância da formação de hortas orgânicas para o autoconsumo, além da possibilidade da venda do excedente para a população urbana.

Ah, a gente vai ter verdura dentro de casa, nós vamo ter verdura dentro de casa, que a gente néh, eu não tinha horta, comprava tudo néh, comprava tudo com veneno lá, com agrotóxico, agora não, eu to aprendendo mais uma coisa do mato néh que eu não sabia fazer nada, mas um serviço pra mim, e muito serviço, e ah tá muito bom eu to gostando, tá gostoso. Já tá entrando dinheirinho na feira, agente vende aqui dentro aqui, 10 pé, 15 pé, dois pé e um pé, veio aqui quero alface leva. [...] ele ser orgânico néh, ta todo mundo botando muito fé nesse orgânico, táh todo mundo empenhando no

⁷² Trabalho de Campo Março de 2013, Assentamento Sadia, Cáceres (MT).

⁷³ ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HERNÁNDEZ, David Gallar; COLLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares.** NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, Presidente Prudente, nº 24, ano 17, pp. 09-35, 2014. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/issue/view/221/>>. Acesso em: 08 de Julho de 2014.

orgânico porque o agrotóxico ta matando meio mundo, então pra gente começar um projeto desse que a gente vê futuro, que a gente vê que vai ter futura lá na frente, então é muito bom pra gente, só de ver que a gente não tah colaborando pra matança do povo, pelo contrario néh tiramos o agrotóxico do pessoal da cidade é muito bom. (Assentada do projeto Pontal do Faia, 2013 – Três Lagoas/MS)⁷⁴

Desse modo, a conquista do assentamento trás a tona a negação ao possível desenraizamento produzido pela territorialização do capital monopolista. A resistência não está manifestada somente na identidade de classe camponesa, mas no retorno, na condição de ser dono da própria terra, que foi “[...] parcialmente negada pelo desenraizamento a que se viram reduzidos; desenraizamento que nega sua condição de trabalhadores da terra vivendo na terra e ao mesmo tempo impede sua integração à cidade [...]” (BORGES, 1997, p. 139). Apesar de que trabalhar na cidade dá a possibilidade de auferir mais renda monetária um assentado relatou:

Ah, eu hoje me sinto meiôr, eu sinto meiôr do que quando eu estava lá. Existe uma coisa que lá eu tinha mais, dinheiro vivia com dinheiro no bolso, mas hoje o que eu tenho aqui é meu, o que tá feito aqui é meu, eu sai de lá o que, eu sai de lá só com dinheiro pra comprar uma casinha pequena pra morar na cidade [...] só foi o que eu tirei de lá com tanto anos que eu trabalhei lá né. Eai cheguei aqui o povo falou: não mas 5 alqueires o caboclo não veve, em 5 alqueire não, é muita pouca terra. Rapaz é muita terra pro cara trabaiaá, eu não dou conta de fazer tudo o que tem aqui [...] (Assentado do projeto Celso Furtado, 2013 – Castilho/SP)⁷⁵

Em suma, concordamos com Kudlavicz (2010, p. 104)⁷⁶, ao enfatizar que esses assentados, ao reconquistarem uma parcela de terra do território capitalista, reconstroem sua identidade camponesa. Ao conquistarem o assentamento, esta parcela do território capitalista que ao serem transformada em projeto de reforma

⁷⁴ Trabalho de Campo novembro de 2013, Assentamento Pontal do Faia, Três Lagoas (MS).

⁷⁵ Este assentado é um ex-funcionário de uma das fazendas que foram arrendadas no município de Três Lagoas para o plantio de eucalipto, assunto que será melhor abordado no capítulo 4. Nesse momento, atentamos para o significado da conquista do sitio para esse camponês que anterior a conquista do assentamento, dependia da terra de outros para reproduzir seu modo de vida. Trabalho de Campo junho de 2013, Castilho/SP

⁷⁶ KUDLAVICZ, Mieczslau. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas**. 2010. 177 f. Dissertação (Mestre em Geografia). Programa de Pós Graduação- Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas. 2010.

agrária, se convertem em terra de trabalho, morada da vida, garantidora da alimentação familiar e da sociedade:

São camponeses que quando tem a posse da terra (re) constroem sua identidade, seu modo de vida, livrando-se das imposições e dos preconceitos do sistema vigente e acirrando as contradições na medida em que se negam a ser meros produtores de mercadorias. Desejam ser sujeitos do seu presente e protagonistas do seu futuro. Cultivam a terra a partir dos seus conhecimentos e tecnologias apropriadas às suas condições financeiras, e adequadas às características da região, produzindo um alimento saudável para a sua família, para a comunidade e para o país.

A importância que os camponeses constroem para o seu presente, e futuro, proporcionada após a conquista da terra, está explícita nas palavras de Dona Oliveira. Filha de assentados que depois do casamento migrou para a cidade, porém, após algumas dificuldades, acabou retornando juntamente com sua família para o mesmo projeto de assentamento dos seus pais. Hoje está assentada no PA Pontal do Faia, e relata que:

[...] pra quem nunca teve nada, saiu, estava morando de favor, e vir para uma coisa que é sua já é gratificante, é difícil? É. Tudo na vida é difícil, é, quando você conquista alguma coisa que vem de graça, que vem fácil não dá graça né, é mas, agora sim, que estou vendo o quê que é realmente você cuidar de uma coisa que é sua, pra você, se você não plantar, se você não fizer, não tem, e eu vejo pela qualidade de vida dos meus filhos que é outra coisa, eu sai de uma grade né! de um chiqueirinho ali, de um toda cercada de cimento, de grade, pra aqui dentro que tem a liberdade pra eles correrem, brincarem, conhecer bem a natureza. Eu e meu marido a gente gosta disso, desse contato, dessa vida natureza, então para nós foi muito bom. É difícil, tem dia que dá vontade de desistir, dá vontade de largar tudo, e ir embora porque acaba energia com facilidade, é, a água é difícil, é parte financeira, é muito complicada, tudo é longe, tudo é difícil de chegar. Mas no geral, é bacana, é gostoso, é gratificante, você plantar e ver crescer, e você colher e você comer daquilo que você fez, é muito bom [...] (Assentada do projeto Pontal do Faia, 2013 – Três Lagoas/MS)⁷⁷

Nesse sentido, enfatizamos que os relatos transcritos nos revelaram, essencialmente, que são esses camponeses sem-terra, que *compreendendo a marcha* imposta pelo agronegócio, tentam compor *a suas histórias*. Após o acesso à terra, agora camponeses assentados no “pedaço de chão” conquistado,

⁷⁷ Trabalho de Campo novembro de 2013, Assentamento Pontal do Faia, Três Lagoas (MS).

construído, transformado em sítio, em morada da vida, mostrando a potencialidade de *serem capazes* de (re)criar maneiras de se reproduzirem, e *serem felizes*. As diversas fases de luta dos camponeses, construídas antes e após a conquista do assentamento, estão de alguma forma expressas na letra da música- Travessia de Almir Sater e Renato Teixeira: **Tocando em Frente**.

Ando devagar, Porque já tive pressa
 E levo esse sorriso, Porque já chorei demais
 Hoje me sinto mais forte, Mais feliz, quem sabe
 Só levo a certeza, De que muito pouco sei,
 Ou nada sei [...]
 Penso que cumprir a vida, Seja simplesmente
 Compreender a marcha
 E ir tocando em frente [...]
 Cada um de nós compõe a sua história
 Cada ser em si, Carrega o dom de ser capaz
 E ser feliz
 (Amir Sater e Renato Teixeira)

A seguir, analisaremos os caminhos de reivindicação percorridos pelos camponeses assentados no município de Cáceres para a legitimação de sua identidade, e permanência na terra, apesar da pressão dos grupos latifundiários.

3.2 A (re)criação do campesinato no município de Cáceres via PAA e PNAE: limites e perspectivas

3.2.1 Breve histórico do processo de ocupação do município de Cáceres

Abutakka (2006) ao analisar o contexto de formação e ocupação do território Mato-Grossense destaca o papel que os estabelecimentos agropastoris, bem representados pela fazenda Jacobina⁷⁸, tiveram nas primeiras décadas do século XIX, para o povoamento do atual município de Cáceres. Segundo o autor as primeiras ondas de povoamento alcançaram a região do município, especialmente a partir de 1772, quando houve a formação de fazendas voltadas para a agricultura de autoconsumo e a exploração de ouro.

⁷⁸ A respeito da Fazenda Jacobina, o autor (Abutakka *apud* Volpato, 2006, p. 59) pondera: “[...] a fazenda Jacobina em Cáceres, foi muito importante para a economia do território mato-grossense na produção, criação e distribuição do gado, como também na industrialização, na produção do charque e carne seca. Essa fazenda aproximadamente no período de 1780, possuía um rebanho de sessenta mil cabeças de gado e duzentos escravos ocupados em canaviais, engenho, cultivo de mandioca, feijão, cereal e café”.

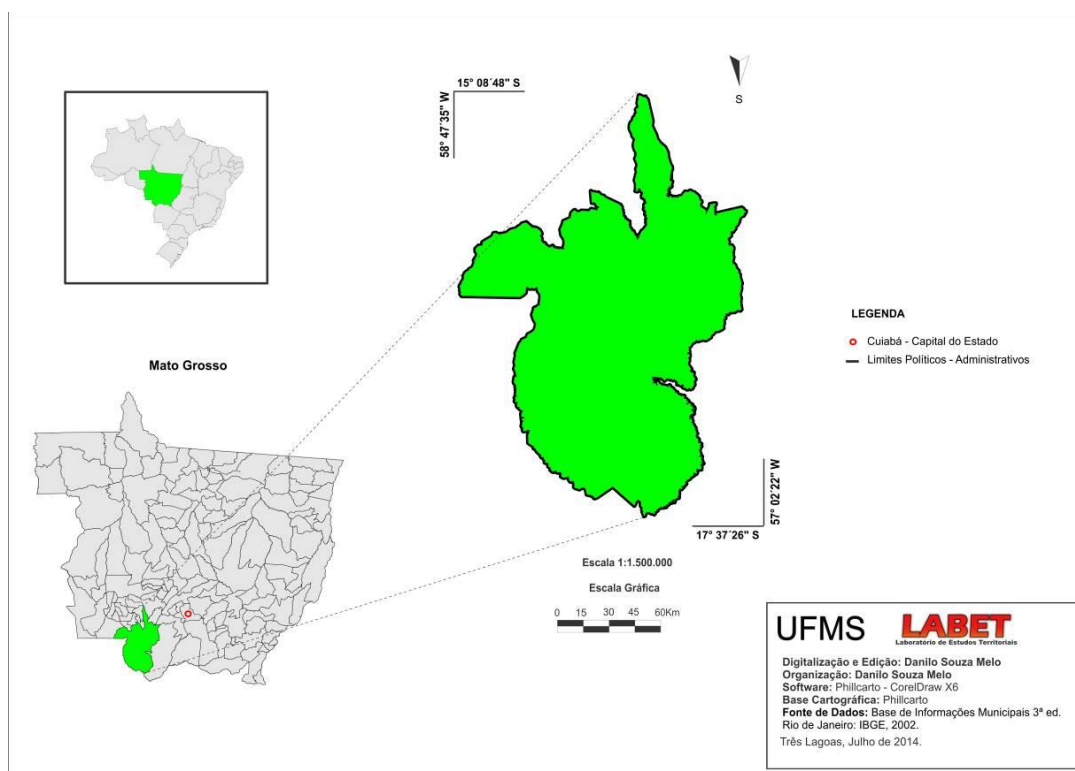
Com o intuito de controlar as atividades de mineração, e o interesse da Coroa Portuguesa em garantir seu domínio ao noroeste do rio Guaporé e ao ocidente do rio Paraguai, implanta-se neste local um posto fiscal para, posteriormente, no ano de 1778, fundar a cidade de Vila Maria do Paraguai, que somente passa a ser município de Cáceres com o Decreto nº 208 de 26 de outubro de 1938. (ABUTAKKA, 2006)

Sobre o desenvolvimento de Cáceres o autor pondera que:

Cáceres teve seu desenvolvimento relacionado ao extrativismo, à agricultura e à pecuária que floresceu nas imediações da cidade e ao comércio que se estabeleceu no centro urbano, oriundo pela oferta de produtos como madeira, borracha e plantas medicinais. [...] (ABUTAKKA, 2006, p. 83)

Ainda a respeito da ocupação do município, o autor destaca as frentes de expansão agrícola em meados do século XX, que proporcionaram intenso fluxo migratório de outras regiões do país em direção à região Sudeste do atual estado de Mato Grosso, que instalou-se sobre as “[...] terras devolutas, de sesmarias e terras públicas, através do regime de posse”. (ABUTAKKA, 2006, p. 83)

Figura 1: Localização – Município de Cáceres/MT



Outros fatores econômicos colaboraram para esse processo de ocupação a partir da primeira metade do século XX, estes fatores tiveram duas fases interligadas: a primeira com a instalação de diversas casas comerciais com atividades voltadas para a comercialização dos produtos vindos da Europa, favorecendo o desembarque dos diversos migrantes no Cais do Porto; e a segunda, pela rede de embarcações entre Cáceres e Corumbá que realizavam a comercialização de artigos manufaturados e industrializados entre os grandes centros da região, o que permitiu a sua interação no circuito econômico brasileiro.

A história de ocupação do município inicia a partir de 1940 com a construção da rodovia que interliga Cáceres a antiga capital de Mato Grosso, atual Vila Bela da Santíssima Trindade. A construção da rodovia incentivou a migração em direção à região de “[...] migrantes paulistas, mineiros e nordestinos em busca de terras férteis, baratas e ricas em florestas nas quais, anteriormente, foram explorados os seringais da região do Rio Guaporé”. (ABUTAKKA, 2006, p. 85)

Os projetos de ocupação da Amazônia Legal implantados pelo Programa de Integração Nacional (PIN), no decorrer da década de 1970 e 1980, também contribuíram para o cenário fundiário no Município de Cáceres. Prioritariamente no Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE), no ano de 1981. Referente a este programa o autor escreve:

[...] tinha como objetivo maior promover o reordenamento da ocupação territorial, ocorrido de forma intensa durante toda a década de setenta, assim como estimular o desenvolvimento da região noroeste do Brasil, através do apoio às atividades produtivas e da ampliação da infra-estrutura social e econômica. Sua área de atuação era os Estados de Rondônia e Mato Grosso, com uma duração prevista de execução para o período 1981/1986. No caso de Mato Grosso, os 14 municípios abrangidos pelo programa eram considerados área de influência direta da BR-163. Vale destacar que esses municípios fazem parte da Região da Grande Cáceres [situados ao longo da BR-070 e dos Vales dos Rios Guaporé e Jauru]. (ABUTAKKA, 2006, p. 72)

Ainda acerca do POLONOROESTE, Abutakka (2006, p. 73), acredita que as ações de regularização fundiária idealizada pelo programa não foram alcançadas, o que acabou aprofundando as “[...] situações de conflito e de falta de garantias nas transações imobiliárias, com repercussões diretas sobre os médios e pequenos produtores, impossibilitados de ter acesso às linhas de crédito oficiais [...]”, uma

vez que essas eram direcionadas especialmente para a expansão das atividades ligada à pecuária.

Nesse período encontramos também ao lado da pecuária, as atividades correspondentes à agricultura tradicional e empresarial, como soja, algodão, cana de açúcar, entre outros.

Mesmo a pecuária tendo maior expressividade no município de Cáceres/MT, algumas atividades de exploração madeireira são implantadas no município, principalmente por causa de suas extensas florestas naturais. Entre as atividades temos, desde o ano de 1961⁷⁹, a exploração do mogno, realizada pela Silvicultura Cáceres S/A, durando até meados de 1968.

Diante do esgotamento dessas florestas, a Silvicultura Cáceres S/A inicia algumas atividades de reflorestamento com algumas espécies exóticas, entre elas o mogno e a Teca, sendo esta a mais adaptada à região. (PLANO DE MANEJO, 2011)⁸⁰. Monocultura de crescimento acelerado, a Teca, se destaca pelas árvores de grande porte, e de uma madeira de qualidade, tornou-a um dos principais agentes econômicos do município, impulsionado especialmente pela empresa Cáceres Florestal (antiga Silvicultura Cáceres S/A).

Conforme dados coletados no site da empresa em relação ao plano de manejo para as plantações de Teca, entendemos que houve um avanço dessa atividade para outras regiões do estado de Mato Grosso. Entre 1971 e 1992 ocupava aproximadamente 1.350,99 hectares, no ano de 2001 esse número aumenta para 1.444 hectares. Desse total, 1.002,27 hectares estão no município de Cáceres, onde a empresa arrenda duas propriedades: a fazenda Paraguatuba e uma área E.F do Junco (área suburbana da cidade de Cáceres).

⁷⁹ IPEF (Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais): Disponível em: <http://www.ipef.br/>. Acesso em: 20 de Abril de 2014.

⁸⁰ Plano de Manejo Florestal. Cáceres Florestal, Resumo 2011. Disponível em: http://www.caceresflorestal.com.br/Plano_de_Manejo_Florestal_da_Caceres_Florestal-Resumo.pdf/. Acesso em: 26 de Outubro de 2013.

Tabela 3: Área de plantio da Teca no estado de Mato Grosso 1971-2011

Nome da propriedade	Município	Área total do imóvel (ha)	Área do plantio de Teca (ha)
Fazenda Paragatuba	Cáceres	2.590,10	972,31
Fazenda Teca do Jauru	Indiavaí	416,92	284,08
Sítio Castiçal do Jauru	São José dos Quatros Marcos	163,20	64,64
Área E.F. do Junco	Cáceres	31,30	29,96
Total	4	3.201,52	1.350,99

Fonte: Plano de Manejo Florestal, 2011

Organizado pela autora

Atualmente a atividade monocultura de Teca, e a pecuária extensiva ainda estão presentes no município como expressão de um agronegócio tradicional. A primeira executada por empresas que se instalaram na região mediante a possibilidade de comercializar a madeira advinda dessa produção; e a segunda, pelos grandes fazendeiros ligados à criação de gado de corte. A partir da coleta de dados, percebemos que algumas áreas ao redor dos projetos de assentamento do município, como por exemplo, o PA Facão e o Corixinha, estão cercados pelo monocultivo da Teca.

Analisando os dados do IBGE sobre a estrutura fundiária no censo de 2006, verificamos que a área predominante dos estabelecimentos no município de Cáceres é aquela representada pela classe de área da grande propriedade (acima de 1000 ha), com 148 estabelecimentos, estes dominam uma área de 996.043 ha. Por outro lado, as classes de área da pequena propriedade (de menos de 10 a menos de 200 ha), representadas por 2.133 estabelecimentos, ocupam tão somente a área de 79.719 ha, como ilustra a tabela nº 4.

Tabela 4: Número e área de estabelecimento no município de Cáceres -2006

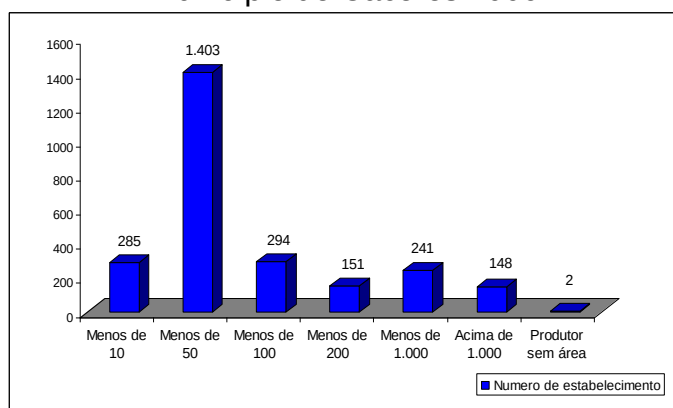
Grupos de Classes (ha)	Numero de estabelecimento	Área dos estabelecimentos
Menos de 10	285	1.372
Menos de 50	1.403	37.112
Menos de 100	294	20.328
Menos de 200	151	20.907
Menos de 1.000	241	116.077
Acima de 1.000	148	996.043
Sem declaração	2	-
Total	2.524	1.191.839

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Organizado pela autora

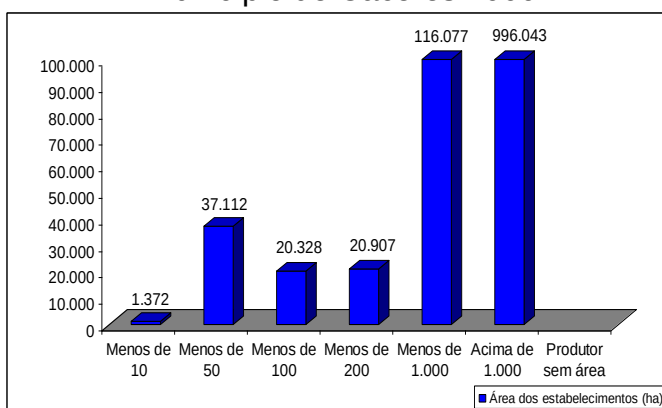
Os dados anteriormente apresentados comprovam a existência de uma estrutura fundiária altamente concentrada, e ao olharmos os gráficos 1 e 2 reafirmam a predominância da grande propriedade, representada pelo menor número de estabelecimentos, ocupa a maior área.

Gráfico 1: Número de estabelecimentos no município de Cáceres 2006



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Gráfico 2: Área dos estabelecimentos no município de Cáceres 2006



Organizado pela autora

Conforme Carvalho (2005), nos anos de 1995 e 1996 o campo Mato-Grossense conquista um elevado número assentamentos. Isso é produto, segundo o autor, da luta organizada e liderada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – o MST.

Referente a organização da luta pela terra, pondera o autor:

Uma das dimensões mais importantes das lutas dos camponeses brasileiros está centrada no esforço para constituir um “território” familiar, um lugar de vida e de trabalho capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores. Paradoxalmente, a perseguição deste objetivo supõe muito frequentemente a extrema mobilidade do agricultor, que se submete a longos, constantes e sucessivos deslocamentos espaciais. (CARVALHO, 2005, p. 40)

As ações do MST se iniciaram no município no ano de 1996. Neste mesmo ano, além do movimento organizar a primeira ação de luta pela terra, ocorreu também, a primeira conquista do Movimento, marcada pela desapropriação da Fazenda Santa Amélia. Esta fazenda estava localizada no limite municipal de Cáceres e Mirassol D’ Oeste, e atualmente é o Projeto de Assentamento Margarida

Alves. Este é o inicial, dentre muitos outros projetos de reforma agrária que serão implantados no município.

Ressaltamos que pelo fato do município ser palco de muitas ações de luta do MST, ele também possui considerável número de projetos de assentamento no estado, um total de 21 projetos, contemplando aproximadamente 1.830 famílias. Ao lado das frentes de luta do Movimento destacam-se ainda as ações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Quadro 4: Número de Assentamentos Rurais e Famílias Beneficiadas no Município de Cáceres/MT

ASSENTAMENTOS	Nº. DE FAMÍLIAS	ÁREA
Arraial Santana	-	15.720,00
Barranqueira	78	2.326,05
Bom Sucesso	14	433,2607
Corixinha	72	3.413,18
Facção/São José	84	1.639,96
Facção/Bom Jardim	169	4.782,47
Flexas	7	309
Flor da Mata	22	1.187,07
Ipê Roxo	28	1.247,00
Jatobá	27	906
Katira	46	1.886,37
Laranjeira I	147	10.944,00
Laranjeira II	33	1.210,00
Limoeiro	166	8.649,39
Margarida Alves	145	3.902,00
Nova Esperança	49	1.695,29
Paio	221	16.067,41
Rancho da Saudade	47	2.407,46
Sadia/ Vale Verde	423	13.666,91
São Luiz	4	4.033,74
Sapicuá	39	1.249,77
21 Assentamentos	1.821	97.676,32

Fonte: INCRA/MT, 2011.

Org: SILVA, 2012.

3.2.2 O papel das políticas públicas no município de Cáceres/MT: a resistência da agricultura camponesa familiar

[...] vou ficar aqui, eu vou guerrear, e guerrear. Tinha dia que eu tinha medo de amanhecer morta lá dentro da casa, mas guerreie fia, mas venci tudinho que eu pedi a Deus. Eu venci, venci tudinho, e eu orgulho de mim, porque eu era sonsa, e hoje eu sou esperta, hoje ninguém manda neu [...] por causa que a qui eu trabalho feliz, eu tenho meu empreginho ali, que eu trabalho a hora que eu quero. Eu não trabalho a semana inteira, trabalho só dois dias da semana, eu que tiro dois meses encerrando os projetos, que a gente tem muita despesa, né? E onde que a gente tira mais, que tirava 600 real. Eu não estou trabalhando mais porque eu quero, porque eu quero descansar, ficar um pouco com os filhos. (...) eu planto meus trem ai em casa, eu mexo na minha hortinha, eu mexo feliz [...]. (Assentada do Grupo de Mulheres “Margaridas”, 2012 – Cáceres/MT)⁸¹.

Após a conquista da terra os assentados recebem o apoio de outras organizações não governamentais como a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Essa Federação é uma organização sem fins lucrativos, presente no município de Cáceres desde o ano de 1994 até os dias de hoje. Suas ações visam apoiar a reprodução da agricultura camponesa familiar via resistência à pressão de territorialização do agronegócio.

A FASE⁸² criada em 1961, com sede nacional no estado do Rio de Janeiro, tem sua atuação dividida em diferentes linhas, algumas destacamos a seguir:

- Dois programas nacionais: Programa Direito à segurança alimentar, agroecologia e economia solidária e o Programa Direito à cidade: cidades justas, democráticas e solidárias;
- Dois núcleos: Núcleo de direitos humanos econômicos, sociais culturais e ambientais e o Núcleo Brasil Sustentável: alternativas à globalização;
- Seis programas regionais que atuam nos Estados do Pará, Pernambuco, Mato Grosso, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Nessa perspectiva, visando apoiar a reprodução da agricultura camponesa familiar, alguns projetos são desenvolvidos pela Federação em diferentes municípios do estado de Mato Grosso, entre os quais destacamos: Projeto Demonstrativo Agroecológico no Assentamento Roseli Nunes (Mirassol D'Oeste),

⁸¹ Entrevista, Trabalho de campo realizada em Maio de 2012, no projeto de assentamento Margarida Alves, localizado no Município de Cáceres/MT.

⁸² Sobre a Fase: Disponível em: <http://www.fase.org.br/_fase/pagina.php?id=1520/>. Acesso em: 05 de Março de 2014.

projeto demonstrativo com famílias agricultoras tradicionais na comunidade de São Fabiano (Porto Esperidião), Agroextrativismo: Segurança Alimentar e Intercâmbio dos Saberes Ambientais do Cerrado no Sudoeste do Mato Grosso (Cáceres, Porto Esperidião, Mirassol D'Oeste e Curvelândia). Em suma:

A Fase acredita que os conflitos sócio-ambientais, inerentes à disputa entre o agronegócio e o modelo de desenvolvimento baseado na agricultura familiar e camponesa, irá necessariamente interagir com a crise das cidades, que se manifesta pelo crescimento efetivo da violência. Diante desse cenário, a FASE entende que pode contribuir na disputa em torno dos projetos de desenvolvimento a partir de alguns temas chaves: desenvolvimento urbano, política internacional e de integração regional, produção agroecológica, questão amazônica e ambiental, dinâmica democrática e participação sócio-política, fortalecimento da resistência, da capacidade propositiva e da cidadania através de fóruns e redes, e sistema nacional de direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais (DHESCA⁸³ *apud* FASE, 2014)⁸⁴.

Outra organização que tem presença atuante é a Associação das Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP), formada em 2009, pelos assentados de vários PAs do município. Sendo uma entidade civil sem fins lucrativos, cujo objetivo principal é estimular os seus associados a produção diversificada para o autoconsumo e para a comercialização dos excedentes, em feiras livres dos municípios da Região. Importante ressaltar que, a partir de 2011, a ARPEP passa a entregar parte significativa de sua produção ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Outra organização importante dos camponeses de Cáceres é Cooperativa Agropecuária de Produtores da Agricultura Familiar (COOPFAMI), criada no ano de 2011, formada por 35 associadas, cujo objetivo inicial foi auxiliar a participação da agricultura camponesa familiar nas cotas estatais, em especial na merenda escolar do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

⁸³ DHESCA: Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento. Para saber mais: Disponível em: <http://www.dhescbrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=894:nota-marco-relatorio-organizacoes-sociedade-civil&catid=69:antiga-rok-stories/>. Acesso em: 05 de Março de 2014.

⁸⁴ **Missões e Estratégias da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE.** Disponível em: <http://www.fase.org.br/_fase/pagina.php?id=1/>. Acesso em: 05 de Março de 2014.

Ao tratarmos das ações relacionadas às Cotas Estatais (mercado institucional), é fundamental verificarmos a porcentagem de municípios brasileiros que compraram da agricultura familiar os produtos para a merenda escolar por meio do PNAE. Segundo dados do FNDE/MDA constantes da tabela de nº5 observamos que a maior porcentagem de municípios brasileiros que participaram estão na região Sul, com 77%. A região Centro-Oeste, onde se localiza Mato Grosso, está representado com o menor índice, tão somente 36%.

Tabela 5: Porcentagem de Municípios por região que compraram da Agricultura familiar para a Merenda Escolar, 2010.

Região	%
Sul	77
Norte	42
Sudeste	41
Nordeste	38
Centro-Oeste	36

Fonte: Prestação de contas ao FNDE/MDA - 2011

Organizado pela autora

A mesma situação é identificada quando analisamos a quantidade de Compra da Agricultura Familiar para a modalidade de Doação Simultânea – CPR - PAA. Conforme a tabela de nº 6., a região Nordeste se destaca com maior número de CPRs, ou seja, 775 CPRs, seguida pela região Sudeste com 451, a região Sul apresenta 294, logo a região Norte com 196. E, novamente, por último a região Centro Oeste com 130 CPRs.

Tabela 6: Quantidade de Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea - CPR Doação, 2010.

Região	Quantidade de CPRs
Sul	294
Norte	196
Sudeste	451
Nordeste	775
Centro-Oeste	130
Total	1.847

Fonte: Transparência pública do PAA/CONAB

Organizado pela autora

Acredita-se que o menor desempenho da região Centro Oeste em relação ao restante do país esteja relacionado com alguns pontos essenciais, a saber: o fornecimento regular de alimentos não é prática comum dos agricultores; a falta de preparação das cooperativas e associações, ausência de formação e qualificação na elaboração dos projetos para os programas; a elaboração do cardápio escolar às vezes não segue a produção local; a falta de mecanismos que viabilizem o transporte dos produtos até os pontos de entrega; e a demora na emissão das DAPs, entre outros. Pontos, que a nosso ver acabam tornando a entrega à merenda escolar um desafio a ser enfrentado pelos camponeses assentados.

Porém, mesmo com o fraco desempenho do Centro Oeste em relação ao restante do país, não se pode desconsiderar a importância destes programas para a reprodução familiar dos camponeses assentados. Na verdade, a questão deve ser outra, qual seja investigarmos os limites e as possibilidades de superá-los. Especialmente quando percebemos em coleta de dados nas regiões estudadas, que após a reelaboração dos programas, tanto PAA, quanto PNAE houve uma atenção especial para a capacitação dos agentes públicos envolvidos com a educação, movimentos sociais, órgãos de assistência técnica para a execução dos programas nos projetos de assentamentos.

A partir da coleta de dados, junto aos camponeses familiares no município de Cáceres, notamos que a maioria dos grupos que constituem a ARPEP estava envolvida com o PAA, já os cooperados da COOPFAMI estavam ligados ao PNAE. Em relação ao PAA, vale evidenciar o movimento ascendente, ou seja, a considerável elevação do número de CPRs quando comparamos o ano de 2011 com o ano de 2012 na Região Centro Oeste. Em 2011 eram 160 CPRs, e no ano de 2012 passam a ser 197.

Tabela 7: Quantidade de Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea - CPR Doação, 2011 a 2013.

Região	2011	2012	2013⁸⁵
Sul	317	311	44
Norte	177	166	93
Sudeste	599	632	233
Nordeste	953	915	338
Centro-Oeste	160	197	120
Total	2.206	2.221	828

Fonte: Transparência pública do PAA/CONAB

Organizado pela autora

Entendendo que essas cotas têm o objetivo de mitigar os bloqueios impostos pela lógica do sistema capitalista de mercado à classe camponesa familiar, procuraremos nesse capítulo identificar o papel dessas políticas para a recriação da agricultura camponesa familiar no Município de Cáceres.

Para a realização deste estudo escolhemos dois grupos que trabalham com o PAA, que são extrativistas e que fazem parte da ARPEP, a saber: o Projeto de Assentamento Corixinha e Facão/São José. E para entender a efetivação do PNAE, optamos pela Cooperativa COOPFAMI.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁸⁶ foi instituído pela Lei de nº 10.696/2003 e vem sendo desenvolvido com recursos do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Suas diretrizes são definidas por um Grupo Gestor, coordenadas pelo MDS e com envolvimento de mais cinco ministérios, tendo como parceiros a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), os governos estaduais e municipais.

O PAA é voltado para famílias enquadradas no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), de acordo com o que define a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que inclui os aquicultores, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas,

⁸⁵ O Baixo número de CPRS no ano de 2013 justifica-se pelo fato de que os contratos assinados nesse ano serão encerrados apenas no ano de 2014

⁸⁶ Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome – MDS. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa/>>. Acesso em: 25 de Abril de 2012.

indígenas, membros de comunidades remanescentes de quilombos e agricultores assentados. (CARTILHA PAA, 2009, p. 3)⁸⁷

A execução do PAA é realizada pelas múltiplas esferas governamentais, desde âmbito Federal à âmbito municipal. Neste último o andamento do programa é acompanhado pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar (COMSEA); Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS); Conselho de Alimentação Escolar (CAE), entre outros. Além das esferas governamentais, o Programa também é dividido por modalidades, a saber:

⁸⁷ Cartilha do PAA. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/paa/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf>. Acesso em: 20 de Novembro de 2013.

Quadro 5: Modalidades do Programa de Aquisição Alimentar – PAA

Modalidade/Recurso	Objetivo	Produtos	Valor Total (limite)
Compra Direta da Agricultura Familiar - MDS/MDA	Apoiar a comercialização dos produtos da agricultura familiar e formação de estoques. Os produtores podem ser Individual, articulada por Cooperativa e Associação;	Arroz, castanha-de-caju, castanha-do-brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral, farinha de trigo	R\$ 8 mil
Formação de Estoques Pela Agricultura Familiar - MDS/MDA	Propiciar instrumentos de apoio para a comercialização da produção dos produtos alimentícios da agricultura familiar, produtores de Cooperativa e Associação;	A produção pode ser de alimentos estocáveis da safra atual, advindos da agricultura familiar;	R\$ 8 mil
Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea - CPR Doação – MDS e Compra Direta Local da Agricultura Familiar – CDLAF – MDS	Garantir à alimentação, para pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social e/ou de insegurança alimentar. Os produtores Individuais, Cooperativa, Associação e Grupo Informal;	Produtos alimentícios oriundos da agricultura familiar, próprios para consumo humano, incluindo alimentos perecíveis e característicos dos hábitos alimentares locais;	R\$ 4,5 mil
Incentivo à produção e consumo de leite. “Leite Fome Zero” – MDS	Propiciar o consumo do leite às famílias que se encontram em estado de insegurança alimentar e nutricional, assim como de incentivar a produção familiar, podendo participar os produtores Individuais, Cooperativa, Associação e Grupo Informal	Leite Voltado exclusivamente para Minas Gerais, Nordeste e Norte.	R\$ 4mil/ semestre

Fonte: CARTILHA PAA, 2009

Organizado pela autora

Ainda acerca das Modalidades, destacamos a importância especialmente da Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea (CPR Doação) e Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF). Uma vez que essas além de possibilitar a distribuição de alimentos produzidos pela agricultura familiar às famílias que vivem em situação de insegurança alimentar, também objetivam o fortalecimento da agricultura familiar, via geração de renda no campo.

Modalidade do PAA que tem como objetivos a garantia do direito humano à alimentação para pessoas que vivem em situação de

vulnerabilidade social e/ou de insegurança alimentar; o fortalecimento da agricultura familiar; a geração de trabalho e renda no campo e a promoção do desenvolvimento local por meio do escoamento da produção para consumo, preferencialmente, na região produtora. (CARTILHA PAA, 2009, p. 16)

Haja vista que o Programa, ao criar mecanismos estatais que auxiliem a agricultura familiar, tornou-se fundamental para a resistência camponesa. Isto porque, de acordo com a pesquisa realizada, esta política de compra da produção da agricultura familiar tem garantido a permanência e (re)criação camponesa em alguns projetos de assentamentos, especialmente do município de Cáceres, Três Lagoas e Selvíria⁸⁸. Isso ocorre por dois motivos bastante simples, porém essenciais: estímulo a produção de alimentos de consumo popular de forma sana e justa e garantia de compra.

Como parte desta lógica merece igual destaque o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE⁸⁹, de Competência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Instituído pela Lei nº11. 947, de 2009, dispõe, no art.14:

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no **mínimo 30%** deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios **diretamente da agricultura familiar** e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os **assentamentos da reforma agrária**, as **comunidades tradicionais indígenas** e **comunidades quilombolas**. (BRASILIA, 2009. Grifo do autor)

As secretarias de Estado da educação e as prefeituras, via Secretaria de Educação ou Caixa Escolar, são obrigadas por Lei, a partir de 2009, a usar 30% dos recursos repassados pelo FNDE na compra de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar, seja dos assentamentos da Reforma Agrária, seja de comunidades tradicionais indígenas ou quilombolas.

Os procedimentos necessários para a participação no PNAE guarda similitude com o PAA, pois este também estimula a participação de camponeses familiares por meio de grupos formais com uso da Declaração de Aptidão ao Pronaf

⁸⁸ Trataremos no item 4.2.1 as ações das Cotas Estatais na Microrregião de Três Lagoas

⁸⁹ Cartilha PNAE. Portal de Transparência do Governo brasileiro. Disponível em: < http://www.portaltransparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/cursos_PNAE.pdf/>. Acesso em: 25 de Abril de 2012.

(DAP) Jurídica, como por exemplo: cooperativas e associações de agricultores familiares; é previsto também que os grupos informais, que detêm a DAP Física, inclusive produtores residentes na cidade, possam se organizar para entregar seus produtos ao PNAE.

A execução de chamadas públicas e organização dos camponeses familiares são de responsabilidade das entidades pertencentes às Secretarias Municipais de Educação, Prefeituras, Escolas e Unidades Executoras, e outras entidades que estiverem devidamente cadastradas no Ministério de Desenvolvimento Agrário. (FNDE)

Nesse programa temos também a organização do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), formado por sete membros: dois representantes do poder (Executivo e Legislativo); dois professores; dois pais de alunos; e por último, um representante da sociedade civil. Esse Conselho além de ser responsável por prestar aos produtores todas as instruções necessárias para o armazenamento correto dos produtos, também fica responsável por:

[...] acompanhar e monitorar a aquisição dos produtos adquiridos para o PNAE, zelando pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, até o recebimento da refeição pelos escolares; receber e analisar a prestação de contas do PNAE enviada pela Entidade Executora e remeter ao FNDE apenas o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira com parecer conclusivo; (Cartilha, PNAE, p. 11)

A ARPEP, diante da possibilidade de cadastrar seus associados nos programas de cotas estatais, forneceu aos assentados cursos de capacitação e assessoria técnica, com a ajuda da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE. Nestes, cursos, os órgãos envolvidos tiveram como foco de formação as mulheres associadas, visando à produção dos derivados de frutos do cerrado, como bolo, pão, doces, bolachas, barrinhas de cereais. Ajudaram também na elaboração de projetos para envio aos setores públicos responsáveis pela seleção da Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAPs.

Foi com a finalidade de atender as necessidades dos assentados do Município de Cáceres, em especial a produção e comercialização, que em 23 de novembro de 2009 fundou-se a Associação das Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP). Com sede também em Cáceres-MT, essa associação está fundamentada por 04 unidades de beneficiamento de frutos do cerrado (tabela 8),

uma especializada em cumbaru, outras duas em babaçu e uma em pequi. Essa associação é constituída por 108 associados/as, distribuídos em 08 assentamentos e comunidades rurais no município de Cáceres, os quais são: Assentamento Margarida Alves, Corixinha, Facão – São José, Sadia, Bom Jardim, Katira, e comunidade Nossa Senhora da guia e Guanandi.

Tabela 8: Frutos, unidades de processamento, Produção, alunos atendidos, Valor da produção, relacionados à ARPEP

<i>Frutos</i>	<i>Unidades de Processamento (Grupo)</i>	<i>Produção Kg/ ano</i>	<i>Valor (R\$)</i>
Babaçu	Margarida Alves (Margaridas)	7.830	40.068,00
Babaçu	Nossa Sr ^a da Guia (Frutos da Terra)	3.240	16.362,00
Pequi	Corixinha (Amigas da Fronteira)	2.700	13.500,00
Cumbaru	São José (Amigas do Cerrado)	2.700	13.500,00
Total	04	16.470	83.430,00

Fonte: Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP), Planejamento de produção 2011
Organizado pela autora

A Associação é responsável também por criar os mecanismos necessários para a inserção dos grupos de mulheres extrativistas do Pantanal nos projetos que forneçam alimentos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), atendendo principalmente creches, escolas, igrejas, etc. Só no ano de 2011, divididos entre as unidades de processamento, a associação atendeu um total de 2.525 alunos, sendo destes: 1.115 pelos camponeses familiares da Margarida Alves, 420 pela Corixinha, 540 pela São José e 450 pela Nossa Senhora da Guia.

É inegável que ao garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar por meio da compra direta para a merenda escolar, o Estado diminui a subordinação camponesa ao capital. Fator decisivo para a permanência do camponês na terra porque a drenagem da renda para as mãos dos atravessadores e, sobretudo, do capital comercial é, certamente, a forma perversa não apenas de prender o camponês a um circuito de reprodução na miserabilidade, mas também uma ameaça constante de expropriação.

Segundo o planejamento da produção para o ano de 2012, a ARPEP contava com 25 fornecedores no de 2011 que atendeu 10 instituições, o

equivalente a 3.436 consumidores. No ano de 2012, o número dos fornecedores aumenta para 30, e contempla 4.448 beneficiários, em 15 instituições, a saber:

- Escolas Municipais: Clarinópolis, Enedi Pontes Castilho Queiroz, Zumbi dos Palmares, Marechal Rondon, Buriti, Novo Oriente, Vitória Régia, Santa Catarina; e a Escola Especial Frei Gumarú – APAE;
- Centro Educacional Municipal Vereador Edson Arthier Almeida Tamandaré e Centro Social João Paulo II; e as Pastorais da Criança Nossa Senhora Aparecida e Santíssima Trindade.

Na tabela 9, temos a produção total de produtos derivados do babaçu, cumbaru, pequi e outros, correspondente a ARPEP nos anos de 2011/2012.

Tabela 9: Produção Total da Associação das Produtoras Extrativistas do Pantanal – ARPEP. 2011/2012

Produto	2011	2012
Babaçu	7.938 Kg	13.161 Kg
Cumbaru	2.700 Kg	6.300 Kg
Pequi e outros	5.832 Kg	6.299 Kg
Total	16.470 Kg	25.760 Kg

Fonte: Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP), Planejamento de produção 2012
Organizado pela autora

Dois grupos da ARPEP nos chamaram a atenção, tanto pela diversificação das atividades de produção, fundamentada na economia familiar, quanto pela atividade de processamento dos frutos do cerrado (Pequi e Cumbaru). O primeiro é o Grupo Amigas da Fronteira, responsável pelo processamento do Pequi, e Grupo Amigas do Cerrado pelo do Cumbaru. No quadro 6 temos o demonstrativo da produção dos dois grupos no período de 2012/2013.

Quadro 6: Produção Amigas da Fronteira e do Cerrado - 2012/2013

AMIGAS DA FRONTEIRA			AMIGAS DO CERRADO		
Produto	Quantidade	Valor	Produto	Quantidade	Valor
Pão	90 kg/semana	5,50	Pão	75 K	R\$ 6,50
Bolacha	41 kg/semana	5,50	Bolacha	56 K	R\$ 6,50
Farinha	10 kg/ 2 meses	250 g: 6,00	Castanha (salgada)	100g	R\$ 4,00
Óleo	10 litros (250 ml)	12.00	Licor	300 ml	R\$ 12,00
Doce	8 kg	uni: 4,00 – pact: 4,00	Farinha	250 g	R\$ 10, 00
Licor	15 litros (250 ml)	250 ml: 6,00	Bombom	300 unidades	R\$ 0, 25
Pão	90 kg/semana	5,50			
Bolacha	41 kg/semana	5,50			
Farinha	10 kg/ 2 meses	250 g: 6,00			

Fonte: Trabalho de campo, Março de 2013

Organizado pela autora

A partir das atividades realizadas pela ARPEP, surgiu a proposta no projeto de Assentamento Corixinha de fundação do Grupo de produtoras extrativistas. O grupo é formado por sete mulheres que trabalham principalmente com o fruto do Pequi (único grupo da região que trabalha com o fruto), e que batizaram o Grupo de Mulheres “Amigas da Fronteira”. Na figura 2, podemos ver algumas famílias que formam o grupo “Amigas da Fronteira”.

Figura 2: As famílias do Grupo de mulheres “Amigas da Fronteira”



Fonte: Trabalho de campo, Maio de 2012

Organizado pela autora

O grupo tem produção diversificada fruto do processamento do pequi, tais como: bolacha, pão, licor. Porém, a inserção no programa do PNAE se dá principalmente com a produção do pão e a bolacha enriquecida pelo fruto, ambos vendidos para a merenda escolar, como podemos observar na figura 3:

Figura 3: Produtos derivados do pequi, grupo de mulheres “Amigas da Fronteira”



Fonte: Trabalho de campo, Março de 2013 Organizado pela autora

O projeto de assentamento Corixinha⁹⁰ foi criado no ano de 2001, beneficiando 72 famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST em uma área de 3.413,1808 hectares. Está situado a aproximadamente 80

⁹⁰ Resaltamos que projeto de assentamento Corixinha possui sérias precariedades, sendo a escassez de água seu mais grave problema.

km da sede Municipal de Cáceres/MT, e a cerca de 20 quilômetros de San Matia/Bolívia. É um assentamento localizado na faixa de fronteira, entre o Estado de Mato Grosso e Bolívia.

A implantação deste projeto de assentamento é resultante da luta nacional pela reconquista da terra organizada pelo Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra- MST. A conquista foi resultado da luta de persistência, da histórica teimosia do campesinato brasileiro, uma vez que as famílias ficaram acampadas na beira da estrada durante dois anos, sem que acontecesse a desapropriação da Fazenda Corixa para implantação do projeto de assentamento.

Enfadados pela demora, as famílias ocuparam a fazenda e ali permanecerão durante quatro anos esperando a divisão dos lotes pelo INCRA, em situações muito precárias. Sem água, sem energia, e sem casa, dependendo umas das outras, tanto para a montagem dos “barracos de lona” no meio do mato, quanto para a alimentação, tendo que andar quase seis quilômetros para chegar à estrada, pegar o ônibus e poder se deslocar até a cidade de Cáceres, ou San Matias, sujeitos a todos estes sacrifícios, movidos pelo desejo de serem donos de uma parcela de terra, onde sonhavam poder garantir sua sobrevivência:

Da terra que a nós sobrevive, até quem mora na cidade é da terra daqui, da terra que vai o pão, que [produz] o pão, na mesa, de quem for até do presidente é da terra né, então a terra para mim, é o nosso pai e a nossa mãe, que Deus deu pra nós, é da terra que nós sobrevive da terra (Assentada do Grupo de Mulheres “Amigas da Fronteira”, 2012 – Cáceres/MT)⁹¹

Conforme dados coletados junto à Associação, o grupo teve no ano 2012 uma produção/ano de 5.580 Kg de pequi, atendendo em média 420 alunos, gerando uma renda total de aproximadamente R\$ 31.497,55, atendendo três escolas: Clarinópolis, Marechal Rondon e Santa Catarina. No ano de 2013, o número de instituições atendidas aumenta para cinco escolas, e a produção do grupo neste ano de 2013, foi de 6.299 kg, resultando numa renda de R\$ 30.690,00⁹².

⁹¹ Entrevista, Trabalho de campo realizada em Maio de 2012 no projeto de assentamento Corixinha, localizado no Município de Cáceres/MT.

⁹² O valor pago pelo Pão e pela Bolacha Enriquecida: R\$ 5,50 kg.

Quadro 7: Consumidores e Produção, do Grupo de Mulheres “Amigas da Fronteira”

Ano	2012		2013 ⁹³	
Consumidor	Pão Enriquecido (kg)	Bolacha Enriquecida (kg)	Pão Enriquecido (kg)	Bolacha Enriquecida (kg)
Escola Clarinópolis	20 kg/sem	15 kg	40 kg/sem	11 kg
Escola Marechal Rondon	30 kg/sem	15 kg/sem	-	-
Escola Municipal Santa Catarina	30 kg/sem	21,22 kg/sem	5 kg/sem	3 kg
Escola Sapiquá	-	-	15 kg/sem	8 kg
Escola Limão	-	-	20 kg/sem	15 kg
Escola Corixa	-	-	10 kg/sem	4 kg
Total semana Pessoa	10 Kg/pessoa/Semana	6,40 Kg/pessoa/Semana		
Total Semana grupo	80 Kg/Semana	51,22 Kg/Semana	90 kg/Semana	41 Kg/Semana

Fonte: Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP), Planejamento de produção 2012
Organizado pela autora

A partir do ano de 2011, o Assentamento Facão/São José começa a fazer parte do Programa de Aquisição de Alimentos por meio do Grupo Amigas do Cerrado, formada por sete mulheres, também pertencente a ARPEP. Essas mulheres se reúnem uma vez por semana na sede, onde está a cozinha construída para a produção extrativista do Cumbaru. Na figura 4, temos o fruto e alguns produtos derivados do cumbaru.

⁹³ Dados coletados junto ao Grupo de Mulheres Amigas da Fronteira. Trabalho de Campo, Março de 2013

Figura 4: Produtos derivados do cumbaru, grupo de mulheres “Amigas do Cerrado”



Fonte: Trabalho de campo, Março de 2013

Organizado pela autora

A Comunidade São José faz parte do assentamento Facão, conquistado em 2001, com uma área de aproximadamente 4.720,00 ha, localizada à margem direita da Rodovia Federal BR 070, a 10 quilômetros da sede do município de Cáceres-MT, composto por 169 famílias, que se dividem em três comunidades/furnas, a saber: Bom Jardim, São José e Boa Esperança.

Segundo Silva Junior (2013)⁹⁴, a história de luta dos assentados desse projeto iniciou em 1997, por meio de uma liderança, mulher, desvinculada de

⁹⁴ SILVA JUNIOR, José Antonio Lopes da. Estudo dos resultados socioeconômicos do PAA para as famílias da Associação de Agricultores e Agricultores Familiares do

qualquer tipo de movimento social de luta pela terra, a Sra. Ana Pedrosa da Silva. Ana Pedrosa, juntamente com um grupo de pessoas, acampou próxima à cachoeira Facão, ora na margem direita, ora na margem esquerda da BR 070 sentido Cáceres–Cuiabá. Esta luta foi reconhecida pelo INCRA apenas a partir de 2001, ano em que é implantado o assentamento Facão. A figura 5, retrata o cotidiano de algumas famílias que fazem parte do Grupo “Amigas do Cerrado”

Figura 5: O cotidiano das famílias do Grupo de mulheres “Amigas do Cerrado”



Fonte: Trabalho de campo, Março de 2013

Organizado pela autora

Assentamento Facão em Cáceres/MT. In: VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária/VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária/ 1ª Jornada das Águas. **A questão Agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais.** João Pessoa: 2013.

De acordo com a ARPEP, o Assentamento Facção/São José no ano 2012 teve uma produção/ano de 6.300 Kg de cumbaru, tendo uma renda total de aproximadamente R\$ 31.499,30, atendendo três instituições, a saber: Escolas Municipais Vitória Régia, Novo Oriente, e a APAE. No ano de 2013, o número de instituições cresce, indo para quatro instituições atendidas, e a produção do grupo neste ano foi de 6.108 kg, atendendo em média 966 beneficiários, resultando numa renda de R\$ 33.594,00.

Quadro 8: Consumidores e Produção, do Grupo de Mulheres “Amigas do Cerrado”

Consumidor	Pão Enriquecido (kg)	Bolacha Enriquecida (kg)
Escola APAE	15 kg/sem	16,25 kg
Escola Novo Oriente	30 kg/sem	20 kg/sem
Escola Municipal Vitória Régia	30 kg/sem	20 kg/sem
Total semana Pessoa	10,71 Kg/pessoa/Semana	8,03 Kg/pessoa/Semana
Total Semana grupo	75 Kg/Semana	56,25 Kg/Semana

Fonte: Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP), Planejamento de produção 2012
Organizado pela autora

Segundo o presidente da COOPFAMI, a cooperativa foi organizada no ano de 2011, constituída por 62 cooperados, distribuídos entre um projeto de assentamento, uma comunidade e alguns produtores do meio urbano do município de Cáceres. Logo no início da formação da cooperativa, os cooperados buscaram concorrer à licitação da merenda escolar, via PNAE tanto no nível estadual, quanto no municipal. A seguir algumas figuras da Cooperativa e seus associados.

Figura 6: Cooperados da Cooperativa COOPFAMI



Figura 7: Horta COOPFAMI



Fonte: Trabalho de campo, Maio de 2012

Organizado pela autora

No segundo semestre do ano de 2011, a cooperativa inicia a entrega de alguns produtos nas escolas municipais e estaduais. Já no ano de 2013, além da cooperativa atender entre 12 e 16 escolas estaduais, e todas as escolas municipais da cidade de Cáceres, também passa a entregar a produção na Distribuidora de alimentos da prefeitura que, por sua vez, são direcionados aos centros de apoio às famílias carentes.

Quadro 9: Venda da COOPFAMI para o PNAE – 2012-2013

Produto	Quantidade	Valor
Alface	225 maço	1,65 (300gm)
Abacaxi	50 kg	1,69 kg
Abobrinha (Verde)	200 kg	1,31 kg
Abobora	50 kg	1,10 kg
Cebolinha	50 maço	0,72 kg
Salsinha	50 maço	0,72 kg
Mamão	80 kg	1,45 kg
Melancia	600 kg	1,50 kg
Limão	20 kg (mensal)	1,50 kg
Banana	100 kg	2,30 kg
Abacate	10 kg (semanal)	3,50 kg
Milho Verde	50 kg	1,50 kg
Mandioca	200 kg	0,99 kg
Feijão Vagem	5 kg	4,50 kg
Quiabo	15 kg	1,50 kg
Pepino	15 kg	1,69 kg
Leite	35,700 litros	1,70 litro

Fonte: Trabalho de campo, Março de 2013

Organizado pela autora

Os pontos positivos do PAA e do PNAE mais citados pelos camponeses familiares foi a garantia de uma renda fixa no final do mês, fundamental para a reprodução do grupo familiar, seguido do aumento do poder de compra e valorização do papel deles como produtores de alimentos necessários à reprodução humana, em especial para as crianças por meio da merenda escolar com alimentação de boa qualidade.

Em relação a boa alimentação, apresentamos a seguir a fala da merendeira de uma escola que recebe produtos da COOPFAMI. Neste relato ela compara e avalia a condição do produto adquirido no mercado em relação ao da agricultura familiar camponesa.

[...] sou merendeira aqui já faz três anos, e a gente tá recebendo essa merenda há praticamente dois anos. No primeiro ano, quando chegava do mercado aqui alguma, banana, maçã, chegava tomate, era um produto muito ruim, não ruim mesmo, a gente ficava até desgostoso né. Ai quando foi em 2012, no comecinho de 2012, que foi, que essa escola começou a comprar, essa merenda vinda da agricultura familiar, essa merenda foi assim de uma qualidade excelente, toda merenda que cebola, tomate, pimentão, abobrinha, é mandioca, cebolinha, cuento é sempre de muita qualidade, qualidade mesmo, a banana é de muita qualidade, a melancia, o abacaxi, então a gente percebeu que realmente, foi uma coisa que

esta funcionando. (Merendeira de uma das escolas do município de Cáceres que recebe produto da cooperativa COOPFAMI, 2013)⁹⁵

O quadro 10 mostra o resultado dos questionários aplicados.

Quadro 10: Importância do PNAE – 2012-2013

COOPFAMI
1. Esperança de melhora de vida. Comercialização segura da produção. Complemento de renda. 2. É muito bom saber que no final do mês tem uma renda garantida 3. Melhorar a vida no lote, boa comercialização porque tem segurança que vai receber. Complemento de renda certa que ajuda mensalmente.

Fonte: Trabalho de campo, Março de 2013 Organizado pela autora

A fim de apreender melhor essa realidade perguntamos, na entrevista com o presidente da cooperativa, o significado do programa para a COOPFAMI. A resposta evidencia que a garantia de comercialização da produção realmente é a base motivadora para eles produzirem e entregarem para o PNAE.

[...] pelo menos não estamos perdendo néh, porque no passado o produtor fazia ou trabalhava e na hora de entregar, tinha que estar entregando a preço bem baixo de valor de mercado, porque ainda você vai e ainda concorrência neh, eai complica ai o produtor, se vê na obrigação de baixar o valor do produto dele, eai quem ganha com isso é os atravessadores [que compra o produto do produtor e revende bem a mais do valor que ele comprou], porque os produtores que realmente trabalha, fica a ver navio néh [...] mas é um projeto muito bom. (Presidente da COOPFAMI, 2012 – Cáceres/MT)⁹⁶

A importância da garantia de renda fixa como fator de estímulo não muda quando voltamos nossa análise para o PAA. Conforme dados coletados com as mulheres produtoras, o programa tem assegurado à permanência das famílias no

⁹⁵ Entrevista, Trabalho de campo realizada em Março de 2013, na Escola Estadual Leopoldo Ambrósio Filho, localizada no Município de Cáceres/MT.

⁹⁶ Entrevista, Trabalho de campo realizada em Maio de 2012, Cooperativa COOPFAMI, localizado no Município de Cáceres/MT.

assentamento, incentivando os assentados a superarem as dificuldades econômicas dentro do assentamento.

Quadro 11: Importância do PAA – 2012-2013

AMIGAS DA FRONTEIRA	AMIGAS DO CERRADO
1. Ao entrar no lote, não sabia que o pequi tinha outras utilidades. Participar das formações e dos eventos. Comprar roupa, pagar as contas do lote. 2. Bom participar, trocar ideias, uma renda para casa. Compra remédio, roupa, alimentação. 3. Ter mais renda. Se esforçar e manter as contas em dia. 4. Trabalho em grupo. Dinheiro para pagar água, energia, comprar algo pra dentro de casa.	1. Adquirir conhecimento, saber o valor nutricional dos alimentos, gerar renda. 2. Bom, gera renda para a gente, lucro. 3. Contribuindo em casa com a renda. Incentivo para os assentados para saírem da dificuldade. 4. É bom porque é uma rendinha, pouca, e a gente se reúne. 5. Ajuda na renda, espaço para as mulheres dialogarem. 6. Tem a amizade e a renda, ajuda os dois lados. Possibilidade de sair para fora do lote.

Fonte: Trabalho de campo, Março de 2013

Organizado pela autora

As mulheres relataram que o trabalho do grupo incentivou a continuidade no assentamento, em especial por causa das alternativas de comercialização da produção gerada pelos novos canais públicos. Vejamos essa afirmação no relato de uma das mulheres:

É uma quantia a mais, né? Essa é a vantagem porque se a gente faz só pra feiras, aí se tem duas feiras no ano é muito, e para o PAA não, toda semana é aquela quantia, então é uma quantia a mais, o seu rendimento é mais né, o valor que a gente recebe é outro, a feira é mesmo para a divulgação do produto. (Assentada do Grupo de Mulheres “Amigas da Fronteira”, 2012 – Cáceres/MT).⁹⁷

Em suma, muitos pontos positivos foram apresentados pelos camponeses familiares, porém, há alguns pontos que ainda precisam ser melhorados do ponto de vista dos camponeses. Uma das dificuldades encontradas em ambos os programas é a ausência do meio de transporte dos alimentos até os pontos de entrega.

⁹⁷ Entrevista, Trabalho de campo realizada em Maio de 2012 no projeto de assentamento Corixinha, localizado no Município de Cáceres/MT.

Quadro 12: Pontos positivos e que devem melhorar no PAA e no PNAE

AMIGAS DA FRONTEIRA		AMIGAS DO CERRADO	
PONTOS POSITIVOS			
1. Muito importante; Conhecer pessoas novas; Aprender com os outros grupos. 2. Eu acho bom participar, trocar ideias, uma renda para casa. 3. Trabalho entre as mulheres estão unindo muito. Convivência auto-organização 4. O programa é bom, o projeto é bom, ganha um dinheiro.		1. Renda. É muito bom estar ali (aprender), amizade. 2. Recurso a mais. União com os vizinhos e outros assentados e assentamentos. 3. É porque a gente fica conversando para fazer os pães, um dinheirinho que entra. 4. É muito bom, aprendizado. 5. Viagem pagas, conhecimento. 6. Ir a venda, alegre mais a vida (amizade), 7. Reforma da cozinha.	
PONTOS QUE DEVEM MELHORAR			
1. Aumentar o valor repassado para as famílias; Aumentar a produção. 2. Consciência de cada um na hora de preencher os papéis, pois quando um papel vai errado prejudica todos; Cair o pagamento certinho. 3. Ter recurso pra transportar os produtos.		1. Transporte. 2. Aumentar o valor dos produtos, mais entregas. 3. Divulgação e apresentação em outros lugares da região. 4. Divulgação dos produtos da cozinha (grupo). 5. Falta transporte da produção, tem que pagar para levar. Baixar os custos de produção.	
COOPFAMI			
PONTOS POSITIVOS		PONTOS QUE DEVEM MELHORAR	
1. Complemento de renda 2. Incentivo do Governo; E a certeza da renda no final. 3. Entrega programada da produção; produzir o que as escolas vão consumir na merenda, aumento da produção e o pagamento é razoável.		1. Estado: mais responsabilidade do poder público, melhorar o pagamento. 2. Questão de receber o valor dos produtos entregues, atraso no pagamento dificulta porque tem pagar (combustível, cooperativa, custos de produção do transporte, manutenção dos produtos é alta) 3. Entrega aos beneficiários a prefeitura é quem deveria assumir. O pagamento deve ser antecipado; 4. Muita burocracia no pregão e nas licitações.	

Fonte: Trabalho de campo, Março de 2013

Organizado pela autora

Desse modo, consideramos que a forma de resistência camponesa via cotas estatais, como PAA⁹⁸ e o PNAE, foram essenciais para garantir a (re) criação camponesa no município de Cáceres. Cabe, agora, sabermos como esses programas estão impactando a vida dos camponeses assentados no município de Três Lagoas e Selvíria. Adiantamos que os assentados desta região também começaram a se interessar pelas Cotas Estatais justamente para se desvincularem dos vínculos empregatícios fora do assentamento, em especial aqueles ligados aos eucaliptais - presenciamos atualmente na microrregião de Três Lagoas o avanço das atividades de monoculturas de eucalipto.

⁹⁸ Vídeo sobre o **PAA no município de Cáceres**: Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=Hax8nOJmljw/>>. Acesso em: 10 de Fevereiro de 2014.

Cap. 4 - REFORMA AGRÁRIA E AGRONEGÓCIO: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS

4.1 Os municípios de Três Lagoas e Selvíria no contexto da mobilidade do agronegócio do eucalipto

O Estado de Mato Grosso do Sul tem um área de 358.158,7 Km², formado por 77 municípios, sua estrutura fundiária está entre as mais concentradas do Brasil. Situação decorrente do modelo de ocupação de suas terras aliada, posteriormente, a expansão da agricultura industrial nos moldes da revolução verde, também conhecida como “modernização do campo” e, atualmente, este modelo recebe o nome de agronegócio, que nada mais é do que um nome novo de mercado para designar velhas relações sociais e econômicas, cuja essência remonta ao sistema colonial implantado como modelo agropecuário sob a tríade: latifúndio/monocultura de exportação/exploração dos trabalhadores. Todavia, o agronegócio nos últimos anos vem conseguindo barrar as desapropriações reivindicadas pelos movimentos sociais de luta pela terra porque na aparência possui elementos da moderna economia.

Segundo Almeida (2008)⁹⁹, o Estado de Mato Grosso do Sul no ano de 2003 possuía 5,3 milhões de hectares de terras devolutas e 8,5 milhões de hectares de latifúndio improdutivo. Conforme a Constituição de 1988, tais terras devem ser designadas para o Programa de Reforma Agrária, pelo fato de não estarem cumprindo a sua função social.

A questão da insegurança fundiária representada pelas terras devolutas e improdutivas em mãos de particulares, bem como a dificuldade de demarcação das terras indígenas e quilombolas é, no entanto, ignorada pelo Estado, que, contraditoriamente, vem apoiando as novas dinâmicas no campo, em que o latifúndio da pecuária vai cedendo espaço para as atividades de monocultivo. Exemplo é o apoio irrestrito a expansão do plantio de eucalipto na região Leste do estado de Mato Grosso do Sul.

Atualmente a região presencia nova reconcentração fundiária agora sob a égide do grande capital industrial, representado pela expansão territorial do

⁹⁹ ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. (Org.). **A Questão Agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2008.

monocultivo do eucalipto. Tal expansão decorre, especialmente, da escolha do município de Três Lagoas para ser a sede da maior fábrica de celulose e papel do Brasil, conhecida como Horizonte – controlada pela Fibria, resultante da fusão da Votorantim-celulose e papel e da Aracruz. Com isso a Fibria intensificou a expansão do plantio de eucalipto iniciada no ano de 1988 pela empresa Chamflora Três Lagoas Agloflorestal.

Segundo Perpetua (2012, p. 31)¹⁰⁰ a instalação dessas indústrias na região:

[...] ocorreu com a chegada da empresa brasileira Votorantim Celulose Papel (VCP), o antigo “braço verde” do Grupo Votorantim, em parceria com a International Paper, que compuseram um projeto conjunto batizado “Projeto Horizonte”, a partir de troca de ativos entre as duas empresas no ano de 2006, momento em que se deu o lançamento da pedra fundamental do então chamado Complexo VCP-IP.

Concomitantemente, no ano de 2010, outra empresa de celulose e papel, representada pelo grupo JBS e MCL Empreendimentos também desponta na microrregião, a Eldorado Brasil. Anteriormente a inauguração de fábrica no ano de 2012, à beira do rio Paraná, suas áreas de expansão correspondiam cerca de 40 mil hectares de “florestas plantadas” (leia-se plantio de eucalipto), sendo cultivados na região localizada entre os municípios de Três Lagoas e Selvíria. Inicialmente a empresa Florestal Brasil, era seu principal eixo de fornecimento de matéria-prima, que havia se comprometido ainda *“plantar 30 mil hectares/ano de eucaliptos e garantir a matéria - prima necessária para a indústria Eldorado por um período de até cinco anos”*, conforme entrevista dada a revista Exame no dia 14 de Junho de 2010¹⁰¹.

¹⁰⁰ PERPETUA, Guilherme Marini. **A mobilidade espacial do capital e da força de trabalho na produção de celulose e papel: um estudo de caso a partir de Três Lagoas (MS)**. Dissertação (Mestre em Geografia). Programa de Pós Graduação - Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2012.

¹⁰¹ **Eldorado lança fábrica de celulose em Três Lagoas – MS**. Disponível em: < [http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/eldorado-lanca-fabrica-celulose-tres-lagoas-ms-569724 />. Acesso em: 20 de Junho de 2013.](http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/eldorado-lanca-fabrica-celulose-tres-lagoas-ms-569724/)

Figura 8: Fibria

Fonte: PerfilNews

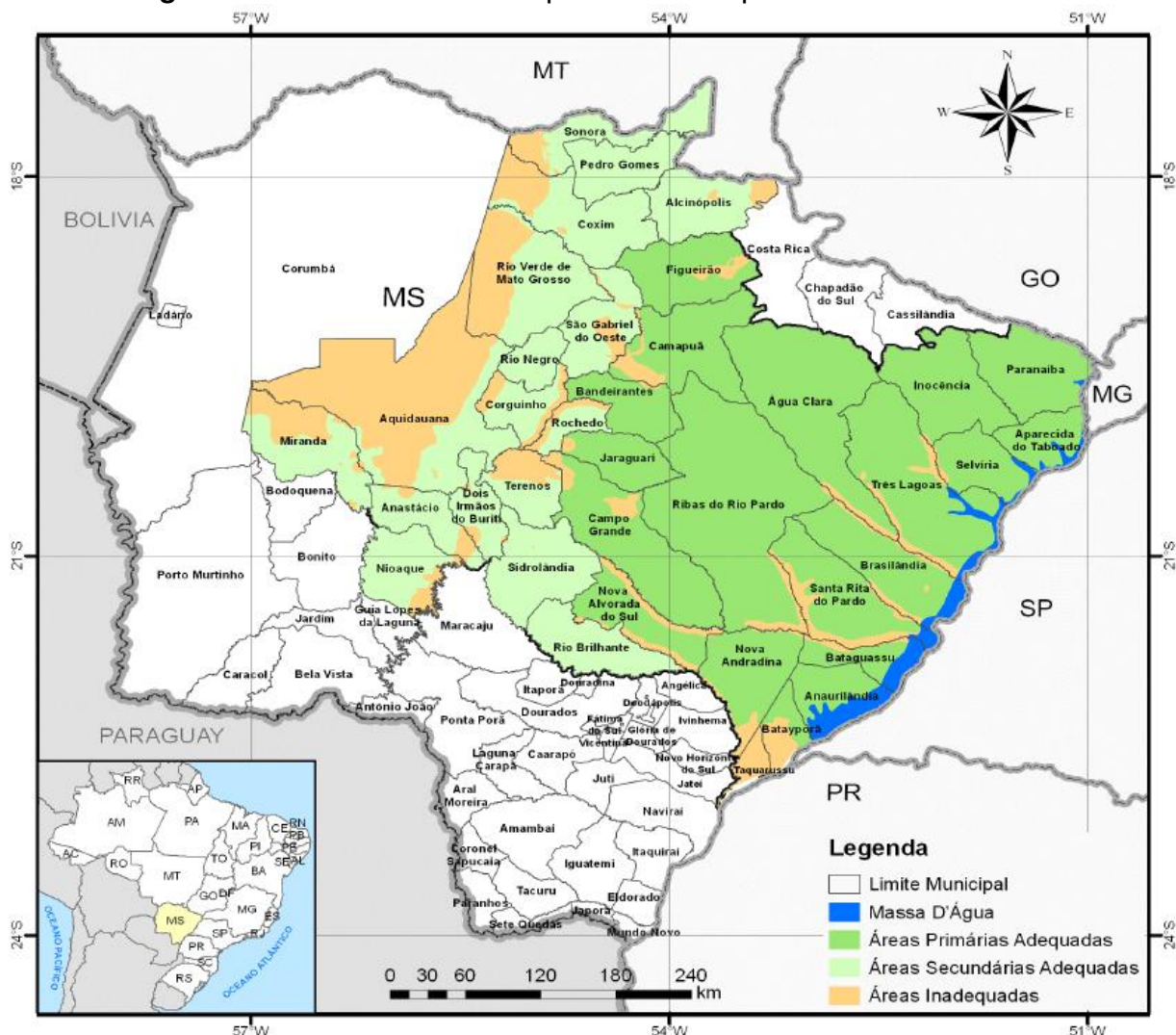
Figura 9: Eldorado Brasil

Fonte: Veja

A figura 10 mostra o planejamento estratégico para a próxima década das duas grandes empresas localizadas na região Fibria e Eldorado Brasil: é criar uma área de expansão do plantio de eucalipto de 1 milhão de ha. A chamada área prioritária fica próxima do rio Paraná, evidenciando o interesse de expansão em direção à região Leste Mato Grosso do Sul, apropriando-se do recurso água e das terras. A preferência por essa localidade decorre do monocultivo de eucalipto necessitar de grande quantidade de água desde a plantação (matéria-prima) até o produto final (celulose e papel), além de terras.

Percebemos na figura 10 que a área prioritária primária para o plantio de eucalipto¹⁰² abrange em especial os cinco municípios da Microrregião de Três Lagoas, a saber: Água Clara, Brasilândia, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo, Três Lagoas; e os quatro municípios da Microrregião de Paranaíba: Aparecida do Taboado, Paranaíba, Inocência, Selvíria, além de outros municípios localizados aos arredores. Ambas as microrregiões localizadas na região Leste do estado de Mato Grosso do Sul.

¹⁰² A área prioritária para o plantio de eucalipto está localizada na região Leste de Mato Grosso do Sul, divisa com o estado de São Paulo.

Figura 10: MS – zoneamento para florestas plantadas/ Mato Grosso do Sul

Fonte: Plano Estadual para o desenvolvimento sustentável de Floresta Plantadas Org. STCP, 2009

As duas empresas: Fibria e Eldorado Brasil, escolheram inicialmente como áreas prioritárias para o plantio as áreas ligadas anteriormente à atividades da pecuária extensiva, e no entorno de alguns projetos de Reforma Agrária nos municípios de Três Lagoas e Selvíria.

Ao falarmos sobre a expansão do plantio de eucalipto no município de Três Lagoas, é preciso destacar que essa região é marcada, desde o ano de 1885, pelo processo de apropriação de terras por grandes fazendeiros, dentre eles: Protázio Garcia Leal, neto de Januário Garcia Leal, que se instalou na região da Piaba, às margens do Rio Verde, e Antônio Trajano dos Santos, que se instalou na região

que chamou de Fazenda das Alagoas, em razão das três grandes lagoas ali existentes.¹⁰³

O processo de apropriação das terras pela Família Garcia se intensifica a partir do ano de 1912 com a instalação das linhas férreas da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, pois, extensas áreas que se localizavam aos arredores do município de Três Lagoas são compradas e ocupadas pela família, voltadas principalmente para a pecuária extensiva.

A emancipação do município de Três Lagoas, com uma área total de 10.206,37 Km², ocorre no ano de 1915. Banhado pelos rios Paraná, Sucuriú, e Rio Verde, além das três lagoas existentes dentro do perímetro urbano, tornam a cidade de Três Lagoas conhecida como a “Cidade das Águas”.

De acordo com Kudlavicz (2010, p. 59), a partir dos anos de 1970, outras atividades, ao lado da pecuária extensiva, despontaram no campo, especialmente com as ações do programa POLOCENTRO na região que compreende Campo Grande e Três Lagoas. Dentre essas atividades, houve apoio ao monocultivo de eucalipto, liderado pela empresa Chamflora Três Lagoas Agroflorestal, no município de Três Lagoas. Segundo o autor, mesmo com nível pouco acentuado de produção e plantio “[...] foram determinantes como sinalizador dessa Microrregião [Três Lagoas] como área reservada para o monocultivo de eucalipto e pinus [...]”.

Asevedo (apud ABREU, 2013, p. 59), afirma

As raízes da *silvicultura* nessa região remontam ao final da década de 1970, ou seja, o governo militar – ávido em *criar* uma região produtora de eucalipto e *pinus* para abastecer indústrias siderúrgicas do Sudeste – realizou investimentos em projetos de “florestamento-reflorestamento” na área compreendida entre Campo Grande e Três Lagoas através do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO, vigente de 1975-1981.

Na tabela 10 observamos a expansão do plantio de eucalipto e pinus nos municípios de Ribas do Rio Pardo, Três Lagoas e Água Clara, nos anos de 1972 a 1983. No ano de 1972, o município de Três Lagoas registrou 1.597,08 ha plantados de eucalipto e 2.500,00 ha no ano de 1980. Porém, a maior área plantada foi no ano de 1980, no município de Ribas do Rio Pardo, com 30.975,15 ha plantados de

¹⁰³ **História do município de Três Lagoas.** Disponível em: <<http://www.treslagoas.ms.gov.br/view/a-cidade/nossa-historia/1/>>. Acesso em: 02 de Julho de 2013.

eucalipto, perdendo impulso justamente quando os incentivos fiscais foram cessados, no início da década de 1980. Destacou-se a plantação de pinus no município de Ribas do Rio Pardo.

Tabela 10: Plantio de eucalipto/pinus (ha) Campo Grande – Três Lagoas

	Ribas do Rio Pardo		Três Lagoas		Água Clara	
Produtos	Eucalipto	Pinus	Eucalipto	Pinus	Eucalipto	Pinus
1972	489,08	210,00	1.597,08	-	837,24	-
1974	2.343,27	540,92	13.344,20	-	1.487,77	-
1976	26.178,96	361,60	9.855,52	-	5.439,11	4.270,53
1978	22.312,32	64,47	4.090,92	-	8.448,97	-
1980	30.975,15	5.106,80	2.500,00	2.500,00	4.500,00	1.490,00
1982	24.679,62	4.144,00	830,00	-	3.394,87	3.400,00

Fonte: Kudlavicz, 2010

Organizado pela autora

A implantação das empresas de celulose e papel marcou uma intensa relação entre a indústria, o latifúndio e o Estado. Uma tríplice aliança materializada no município de Três Lagoas, por meio da expansão da agricultura empresarial, alicerçada na concentração de terra no campo, e uma nova reorganização do território, perpassando na articulação das ações do latifúndio do boi com o latifúndio do eucalipto. (KUDLAVICZ, 2010).

Contraditoriamente, é nesta região marcada pela aliança do latifúndio boi/eucalipto que, no ano de 1988, a luta dos sem terra se faz. Neste ano, é implantado o primeiro projeto de assentamento na microrregião de Três Lagoas, intitulado Pedreira, contemplando 10 famílias, numa área de 87 ha, no município de Ribas do Rio Pardo justamente numa das áreas de maior expansão do plantio de eucalipto.

Atualmente, o desafio de realizar a desconcentração fundiária agravou-se nesta região pela entrada do capital agroindustrial, que em virtude de sua roupagem moderna travou qualquer possibilidade de desapropriação de novas áreas para a realização da reforma agrária.

Refletindo sobre a acumulação capitalista do agronegócio, Fabrini (2010, 64) revela que, ao contrário do que os adeptos ao desenvolvimento atual insistem em afirmar, ela não está pautada apenas numa garantia econômica no mercado mundial. Além dessas garantias, ela também idealiza “[...] uma acumulação capitalista de renda derivada da propriedade da terra, o que faz surgir a classe de proprietários fundiários e não somente a classe dos capitalistas no campo [...]”.

De acordo com Almeida (2009)¹⁰⁴, em decorrência do avanço desse modo de produção capitalista no campo, houve uma acelerada diminuição da produção de alimentos essenciais à manutenção da vida e, conseqüentemente, o empobrecimento dos camponeses, pois áreas que deveriam ser cultivadas com plantações de consumo popular são ocupadas por grandes monoculturas. Bloqueando a função social da terra como (re)produtora da vida.

Analisar esses novos arranjos de reorganização do território no município de Três Lagoas e Selvíria traz, para o campo de debate, a necessidade de compreender que tais arranjos nada mais são que produto da organização social e resultado da influência das classes capitalistas sobre uma determinada parcela do território, por meio das territorialidades que desenvolvem. (SAQUET, 2007)¹⁰⁵.

A escolha dos municípios de Três Lagoas e de Selvíria como áreas prioritárias para o plantio de eucalipto, deu-se em razão da garantia de incentivos fiscais pelo Estado; das condições hidrográficas: Aquífero Guarani; das águas da bacia hidrográfica do Rio Paraná; das condições climáticas (tropical); da vegetação de cerrado, do relevo suavemente ondulado.

Por outro lado, houve novas conquistas, em especial do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na região, no decorrer dos anos 2000, em especial onde se concentram as áreas de influência do plantio de eucalipto. No período de 2000 a 2009, foram implantados 10 projetos de assentamentos, grande parte nas áreas de influência do plantio de eucalipto.

No quadro abaixo, podemos observar a relação de projetos de assentamentos localizados na região, o número de famílias beneficiadas, e a área (ha) destinadas aos projetos.

¹⁰⁴ ALMEIDA, Rosemeire A. **A questão agrária na contemporaneidade e os desafios do movimento camponês no Brasil**. Montevideu: Egal, 2009. (Mimeografado).

¹⁰⁵ SAQUET, Marcos Aurélio. Síntese para a expansão da abordagem territorial. In: _____ **Abordagens e concepções de território**. Expressão Popular: São Paulo: 2007, p. 75-96.

Quadro 13: Projetos de Assentamentos próximos as áreas prioritárias a expansão do plantio de eucalipto

Município	Projeto de Assentamento	Área (ha)	Nº de Famílias	Ano de criação
Ribas do Rio Pardo	Pedreira	87	10	1988
Ribas do Rio Pardo	Santa Rita do Pardo	1.482	47	1991
Ribas do Rio Pardo	Mutum	15.831	300	1996
Ribas do Rio Pardo	Córrego Dourado	1.399	49	1998
Três Lagoas	Pontal do Faia	1.458	45	2000
Ribas do Rio Pardo	São Tomé	2.870	110	2001
Ribas do Rio Pardo	Avaré Fetagri	4.717	272	2005
Ribas do Rio Pardo	Avaré CUT	2.283	147	2005
Selvíria	Alecrim	1.530	90*	2006
Selvíria	Canoas	5.149	330	2007
Brasilândia	Reassent. Pedra Bonita	3.344	85	2008
Três Lagoas	Reassent. Rural Piaba	764	14	2008
Selvíria	São Joaquim	3.514	181	2008
Três Lagoas	Vinte de Março	1.456	69	2009
Total	14	45.884	1.659	

Fonte: INCRA 2010.

Organizado pela autora

O monocultivo de eucaliptos causa vários impactos socioambientais, conforme evidenciam pesquisas de diversos autores, a exemplo das análises do monocultivo de eucalipto no Rio Grande do Sul feitas por Suertegary (2009, 2011, 2013); no estado de São Paulo, por La Torre (2011); na microrregião de Três Lagoas, com Almeida (2010, 2011, 2012), essas atividades são responsáveis por diversos impactos socioambientais.

Os impactos ambientais denunciados por estes estudiosos, e negados por outros, são decorrentes ora do fato de o eucalipto necessitar de muita água, provocando o desaparecimento de pequenos córregos e lagos, ora do fato de exigir alto uso de pesticidas e herbicidas, na fase de desenvolvimento das plantas, concorrendo para a contaminação do ar, do solo e da água. No que tange aos impactos sociais, destacam-se: a expansão do plantio sobre latifúndios limita as desapropriações para fins de Reforma Agrária; os arrendamentos e vendas de grandes fazendas de gado de corte, para o agronegócio do eucalipto, expulsando os camponeses empregados nas antigas fazendas de gado e o decorrente cercamento pelo eucalipto dos projetos de assentamentos já implantados, impondo-lhes uma reprodução perversa, dominada pela lógica da grande propriedade monocultora.

Os fenômenos de deslocamento industrial são responsáveis por criar amplo campo de domínios geográficos, seja sobre determinada área ou sobre determinada região, atendendo os pré-requisitos de seus interesses e o apoio dos setores político e econômico.

Desse modo, com o intuito de compreender os possíveis impactos socioambientais resultantes da monocultura de eucalipto no município de Três Lagoas e Selvíria, em especial nas áreas circunvizinhas às empresas, recorreremos, como procedimento de coleta de dados, ao uso de fontes orais. Como técnica de pesquisa, optamos pela aplicação de entrevistas aleatórias junto à comunidade local sob influência do plantio, por compreender que essa técnica favorece a revelação, pelos sujeitos, de detalhes pertinentes a fatos ocorridos no passado e no presente. Além disso, no relato dos sujeitos que participaram do processo e o vivenciaram, podemos interpretar novas perspectivas do real.

A respeito do uso das fontes orais na pesquisa, destacamos palavras de Maria Janotti e Zita Rosa (1992, p. 12)¹⁰⁶: “ao dar voz aos vencidos, acreditou-se estar abrindo mão do espaço do cientista para que o outro falasse e assim redimisse o grupo”. Ao pesquisador, cabe, pois, primeiramente, por meio das entrevistas, propiciar espaços à voz dos próprios personagens da história, para, depois, transcrever o material coletado e analisar o discurso materializado nas falas. Ou seja: o papel do entrevistador é articular as falas e selecionar, mediante o critério da pertinência ao tema, os recortes e respectivos sujeitos do dizer, criando assim uma inter-relação entre a fala e os objetivos da pesquisa, para, então, analisar os dizeres à luz dos fundamentos teóricos que sustentam a investigação.

Witt (2011), em palestra realizada em Vitória-ES, no ano de 2011, apresentou os resultados de seu trabalho realizado na África do Sul sobre os impactos das plantações de eucalipto naquele país. Segundo o pesquisador, após anos de trabalho comprovaram-se alterações nas nascentes, córregos e rios próximos às plantações, e “[...] durante muitos anos concordaram que as plantações de árvores comerciais, que consistem basicamente de pinheiros ou eucaliptos, tiveram um impacto no suprimento de águas. Isso não é mais discussão [...]”. (MEIRELLES, CALANZANS, 2006, p. 49)

¹⁰⁶ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco; ROSA, ZITA de PAULA. História oral: uma utopia? **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH, v. 13, n. 25/26, setembro de 1992/ agosto 1993, p. 7-16.

Nos municípios de Três Lagoas e de Selvíria, essas alterações são observadas pela população rural residente nos arredores dos plantios de eucalipto, tanto próximo as áreas de influência da Fibria, quanto da empresa Eldorado Brasil. Destacamos os relatos de alguns assentados do projeto Alecrim, e de empregados de algumas fazendas com parte de suas terras arrendadas para o plantio de eucalipto, em especial percepções acerca da questão da água. O relato a seguir é de um assentado do projeto Alecrim.

Então essa represa aqui era cheia, era cheia, e aqui onde nós estamos aqui que hoje levante esse pó, aqui era o ladrão, a água descia aqui oh! E saia ali pra baixo. Por sinal você tá vendo lá o quanto que ela abaixou, a lá oh! e é porque nessa última chuva que deu ela já pegou água. Ela tinha menos água. A nascente era aqui em cima oh! Só que já secou, já secou. Aqui é só água da chuva. (Assentado do projeto Alecrim, 2013 – Selvíria/MS)¹⁰⁷

Ao ser questionando se a diminuição da água na represa não se devia à falta de chuva, pois ainda estávamos no início da estação chuvosa, o entrevistado assim respondeu:

Isso daqui eu conheço ha sete oito anos que eu conheço, e sempre tinha água, muita água, a água sempre correndo por aqui [...] E conheço outras áreas também, que essa já não é, não faz parte nossa, que o açude secou e era açude muito grande e já secou. Por sinal o córrego do Queixada [figura 11] onde é que eu vivia na beira da estrada lá que eu tomava banho no poço lá, mergulhava, hoje a água não vem na minha canela, então isso já esta causando uma preocupação. São vários pontos, já notamos que houve muita diminuição de água, e muita diminuição [...] onde o pau está branco [figura 12] era onde era a água onde é que está preto para cima não a lá oh! O sinal esta lá. Eu cansei de chegar aqui onde tá aquela cerquinha ali oh e entrar dentro da água até ali, e meter o braço e chegar lá, eu sentar em cima daquela cabeça de capim lá oh! Cansei. E hoje ta essa situação ai oh! que dá dó [quando ela começou a reduzir?] Ela foi reduzindo aos poucos. Ela começou perder força mesmo foi depois que o eucaliptos cresceu aqui, que ela perdeu força. Porque aqui na costa da nascente ali oh, então tem eucalipto, só tem um carreador que passa e a gente. Eu conheci essa área antes de eucalipto, esse eucalipto deve ter mais ou menos agora uns seis anos, já cortou [tem outras áreas nessa situação?] aqui era um corgo, e esse corgo ai pra baixo secou também [...]

¹⁰⁷ Transcrição de parte do relato de um assentado que conhece a região há mais de 10 anos. Entrevista, Trabalho de campo realizada em Janeiro de 2014, no projeto de assentamento Alecrim, localizado no Município de Selvíria/MS.

A situação foi confirmada por um funcionário/trabalhador de ranchos próximos ao rio Sucuriú, que mora na região há mais de 25 anos. Ele relata que tem observado o desaparecimento de alguns córregos das antigas fazendas por onde já trabalhou, após serem arrendadas para o plantio de eucalipto.

[...] Vixi os córregos ao lado do Cazuza¹⁰⁸ onde é que a gente conheceu lá, já esta tudo seco já [...] Inclusive a onde eu morei 20 anos pra baixo um pouquinho tinha um córrego que nós tomava banho lá, hoje acho que pra poder pegar água tem que ser com um copo desse ai [copo americano] depois que plantaram os eucaliptos tá acabando com tudo. [...] os córregos que a gente conheceu já tá tudo seco, tem eucalipto, tudo eucalipto, até como dizem os outros: tão destruindo tudinho [...] tá secando tudo, e ai como é que fica? É do eucalipto néh [...] isso daqui era cheio oh! [figura 13] Olha ai oh! Secou! Aqui eu conheci cheio de água. Lá chegaram ponharam a pedra pra naum fazer erosão (Trabalhador de Rancho próximo ao rio Sucuriú, 2014, – Três Lagoas/MS)¹⁰⁹

¹⁰⁸ Cazuza é um famoso bar da região localizado na BR que liga Três Lagoas - Inocência

¹⁰⁹ Transcrição de parte do relato de um morador que conhece há 25 anos a região próxima aos ranchos do rio Sucuriú. Entrevista, Trabalho de campo realizada em Janeiro de 2014, nas áreas próximas a empresa Eldorado, localizado no Município de Três Lagoas/MS.

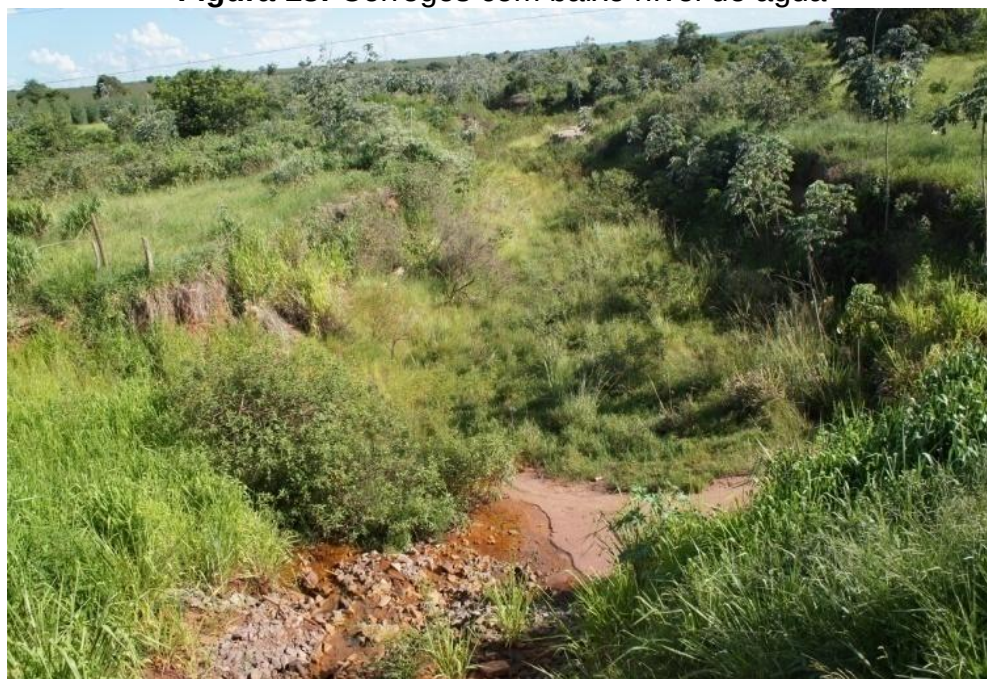
Figura 11: Córrego do Queixada com baixo nível de água



Figura 12: Represa dentro da APP do assentamento Alecrim com baixo nível de água



Figura 13: Córregos com baixo nível de água



Fonte: Trabalho de campo, Janeiro/Fevereiro de 2014

Organizado pela autora

Faz-se necessário registrar que relatos semelhantes também foram feitos pelos pequenos produtores das Comunidades Rurais: Arapuá e Garcia¹¹⁰, e ainda pelos assentados do projeto “Vinte de Março”. No relato do morador deste

¹¹⁰ Para saber mais ver: KUDLAVICZ, Mieceslau; MARGARIT, Eduardo, ANTUNES, Tayrone Roger. Eucalipto e impacto em comunidades rurais: o caso de Garcias em Três Lagoas/MS. In: XX Encontro e I Congresso Sul-Mato-Grossense de Geógrafo. **Geografia e Desenvolvimento territorial em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, 2012.

assentamento, que conhece a região desde pequeno, novamente aparece a questão da água, uma vez que ele denuncia o desaparecimento de cursos d'água.

Em sua fala assegura que, numa das fazendas em que morou entre o período de 1965 à 1989, na região próxima a Arapuá, havia um córrego onde costumava, aos finais de semana, reunir-se com seus familiares (figura 14) para tomar banho, e que o nível da água mantinha-se o mesmo enquanto esteve na fazenda. A situação mudou, no entanto, segundo o entrevistado, no momento em que parte dessa mesma fazenda foi arrendada para o plantio de eucalipto da empresa Fibria, o que, em sua opinião, foi responsável pelo desaparecimento da lagoa:

[...] isso daqui era uma baixada normal, com umas bolsas isso daqui existia água e peixe, tá vendo que esta seco ai oh. [figura 15] A primeira prova que dá pra saber, e outra coisa saber que eu conheço essa região já faz muito tempo [...] Oh o eucalipto tá ali oh! Dá o que 1.000 metros as vezes [...] dá pra ver o eucalipto lá (Assentado do projeto Vinte de Março, 2014 – Três Lagoas/MS)¹¹¹

¹¹¹ Transcrição de parte do relato de um assentado do PA Vinte de Março, que conhece a região desde 1984. Entrevista, Trabalho de campo realizada em Janeiro 2014, nas áreas próximas a empresa Fibria, localizado no Município de Três Lagoas/MS.

Figura 14: O córrego – 1985-1990¹¹²



Figura 15: O córrego que secou depois do plantio de eucalipto - 2014



Fonte: Trabalho de campo, Janeiro/Fevereiro de 2014 Organizado pela autora

Por outro lado, além do desaparecimento ou rebaixamento dos cursos d'água já sentidos na região de Três Lagoas, conforme relatos apresentados, há também a preocupação de pesquisadores em relação a possíveis impactos no

¹¹² Fotos cedidas pela família em trabalho de campo

solo, resultantes do agressivo uso de agrotóxicos, como avalia La Torre (2011, p. 12)¹¹³.

[...] o intenso processo químico historicamente utilizado na produção industrial do papel, as empresas fomentadoras desses cultivos - seja em terras próprias ou arrendadas – necessitam infestar o solo destinado à instalação da monocultura do eucalipto com toneladas e toneladas de pesticidas à base de glifosato (dentre outras tantas pestilências químicas), geralmente manejado com a aplicação do conhecido herbicida Roundup, da Monsanto, a fim de eliminar a presença de formigas e outros elementos naturais potencialmente nocivos ao esperado desenvolvimento das clonadas mudinhas, em processo tecnicamente conhecido como capina química.

Esta realidade pode ser confirmada na entrevista realizada com alguns funcionários das empresas, ao explicarem que o uso de agrotóxicos no monocultivo de eucalipto se dá por meio de pulverização mecanizada (trator) sendo executados sobre cada fileira, são três procedimentos anuais. Um primeiro procedimento é feito com o herbicida Fordor 750WG, conhecido como veneno pré/pós-emergente, pois atua só na semente. E o segundo procedimento é com o herbicida Scout (sal de amônia misturado com Roundup -Glifosato), aplicado para a braquiária (gramíneas). A aplicação de herbicida Roundup, é também utilizado para a rebrota, uma vez que age pela folha e alcança a raiz;

Você passa a primeira dosagem para matar os brotos, depois de uns 15 a 20 dias você volta e passa o pré-emergente pra não deixar emergir a semente, depois você vem e passa o Scout ou o Preciso [herbicida] pra matar a braquiária que já esta grande [...] são três aplicações anuais [...] ele vem em cada horto e faz três aplicações, e no outro ano ele vem de novo [...] plantio e replantio, e rebrota, todos eles são três aplicações. (Ex- empregado da empresa Eldorado Brasil, 2014 – Selvíria/MS)¹¹⁴

Quanto às aplicações de herbicidas, eles são aplicados quando a porcentagem de rebrota não alcança o mínimo de 80% (figura 16), ou seja, 80% é o indicativo de que a rebrota deu certo, caso for abaixo dessa porcentagem, deve-

¹¹³ LA TORRE, Wagner Giron de. Eucalipto: o verde enganador. Reflexões sobre o avanço irrefreado da monocultura do eucalipto e os imensuráveis impactos ambientais e sociais dele defluentes. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros** – Seção Três Lagoas. nº 13, ano 8, maio de 2011.

¹¹⁴ Transcrição de parte do relato de um ex-funcionário da empresa Eldorado. Entrevista, Trabalho de campo realizada em Janeiro de 2014, no projeto de assentamento São Joaquim, localizado no Município de Selvíria/MS.

se aplicar o herbicida. Cabe destacar que todos esses herbicidas são baseados em glifosato e são aplicados também em todo o processo produtivo.

Figura 16: Área de brotos com Glifosato



Fonte: Trabalho de campo, Maio de 2014

Organizado pela autora

A respeito do glifosato, o professor Rubens Onofre Nodari, da Universidade Federal de Santa Catarina, em entrevista concedida à equipe Envolverde/IHU-OnLine, pondera que, além de causar algumas modificações na qualidade do solo, também tem efeitos negativos sobre a vida humana:

[...] ele mimetiza certos hormônios. Por exemplo, ele pode entrar no cordão umbilical durante a gestação e afetar o desenvolvimento do bebê. Além disso, ele é considerado um disruptor endócrino, ou seja, ele vai acionar genes errados, no momento errado, no órgão errado. Então, ele altera a situação de controle dos genes¹¹⁵

Em relação aos impactos sociais, observamos que os arrendamentos e venda de fazendas de criação de gado para o plantio de eucalipto, acabaram provocando ondas de desemprego de famílias que estavam trabalhando e, inclusive, muitas, delas residentes nas fazendas. Os relatos de moradores de duas comunidades rurais de Três Lagoas, no caso Garcias e Arapuá, revelam que, por volta do ano de 1996, residiam 25 famílias na fazenda Nippak, 15 famílias na fazenda Vista Alegre e a fazenda Serrinha tinha, aproximadamente, 50 famílias. Estes números não fazem mais parte da realidade, pois essas fazendas foram arrendadas para o plantio de eucalipto e as famílias desempregadas.

Com as novas formas de organização no campo, decorrente da territorialização do capital monopolista na região, muitas fazendas, que antes eram ligadas à pecuária, agora estão dedicadas a atividades monocultoras de eucalipto, conforme relato de um dos entrevistados:

[...] as fazendas que eu conheço, que eu tenho conhecimento que hoje estão arredadas para a VCP [FIBRIA] são fazendas de grandes famílias, com muitas famílias, que hoje infelizmente não tem família nenhuma [...] temos aqui a fazenda Sé, a fazenda Duas Maria, fazenda Pôr do Sol, tem a fazenda São Marcos, que eram fazendas que hoje infelizmente, não temos famílias mais, somente o eucalipto, então o que fez diminuir a quantidade de pessoa, a quantidade de família [...] (Pequeno agricultor do Distrito de Arapuá, 2012 – Três Lagoas/MS)¹¹⁶

A Fazenda Coquete (figura 17), localizada às margens da BR 262, sentido Três Lagoas - Água Clara, entre as duas comunidades Arapuá e Garcias. Em saída de campo podemos constatamos o desmanche dos mangueiros, das cercas, da

¹¹⁵ **Glifosato: ‘todo veneno deveria ser proibido’.** Entrevista especial com Rubens Nodari. Disponível em: <http://www.nossofuturoroubado.com.br/arquivos/maio_10/glifosato.html>. Acesso em: 15 de Junho de 2014.

¹¹⁶ Transcrição de parte do relato de pequeno agricultor da zona rural do distrito de Arapuá - Três Lagoas. Entrevista, Trabalho de campo realizada em Abril de 2012, nas áreas próximas a empresa Fibria.

casa dos antigos moradores e até da sede (figura 18), e o desemprego das famílias trabalhadoras foi latente.

Segundo informação concedida pelos entrevistados, o início do plantio de eucalipto estava previsto para iniciar no mês de maio de 2012, mudando a paisagem da fazenda. As toras de aroeira, utilizadas na construção da fazenda, provavelmente serão destinadas a venda, e as espécies do cerrado cederão lugar para o plantio do eucalipto.

Figura 17: Fazenda Coquete



Fonte: Trabalho de campo, Março de 2012

Figura 18: Sede da Fazenda



Organizado pela autora

Além disso, os promotores deste modelo de desenvolvimento do capital conseguem impor, à opinião pública, a ideia de que não há alternativa diferente desta ideia de progresso, a não ser a que está posta por eles. Neste sentido, vale ressaltar o que diz Ullrich (2000, p. 340)¹¹⁷ sobre este tipo de progresso.

[...] Apesar de relapsos e inseguranças ocasionais, a religião do progresso instaurou-se tão profundamente na mente da maioria, que até hoje, qualquer crítica que lhe seja feita tem mais probabilidade de ser considerada uma heresia incorrigível do que uma voz cautelosa que adverte sobre um caminho errado.

Os moradores das comunidades do entorno dos plantios de eucalipto, evidenciam as transformações, como na fala de um morador de 23 anos da

¹¹⁷ ULLRICH, Otto. Tecnologia. In: _____ **Dicionário do Desenvolvimento**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000, p. 339-354.

comunidade rural de Arapuá, pois após a chegada do eucalipto, “hoje Arapuá é um deserto”.

Almeida (2012, p. 37)¹¹⁸ ao relatar os impasses deste processo em relação ao distrito de Arapuá, diz que:

[...] os impactos são processuais e, às vezes, invisibilizados porque são fruto de outra temporalidade. Há que se ter sensibilidade para entender o drama daquele pequeno camponês que vivia do arrendamento do pasto do fazendeiro no distrito de Arapuá e com a expansão do eucalipto não pode mais contar com essa estratégia, situação que implica crise para sua unidade de produção. Até mesmo médios proprietários têm relatado o fim da atividade de engorda de bovinos, não como opção, mas quase como uma saída inevitável. As propriedades pecuárias têm se tornado “ilhas”, com o aumento nos casos de ataque de onças (sem comida nos eucaliptais) sobre os rebanhos [...]

Algumas insatisfações a aparecem entre fazendeiros que arrendaram ou venderam suas terras para o plantio de eucalipto, questionando aquilo que na época foi considerado um “bom negócio”. O relato de um camponês de Arapuá elucida:

[...] conversando com eles [os fazendeiros que arrendaram parte de suas terras para o monocultivo do eucalipto] pessoalmente, estão muito arrependidos, tão arrependido porque não era o que eles pensavam, não era como eles achavam que ia ser, totalmente diferente, ta entendendo, tão achando que tão deixando muito degradado a terra deles, deixando muito a desejar, né, como, tipo, vamos dizer assim, abandono, eles tão achando que ta ficando muito abandonada, porque eram fazendas com benfeitorias, de grandes benfeitorias, e hoje não tem benfeitorias nenhuma, somente o eucalipto, e mais nada [...] eles falam: olha se eu soubesse que ia causa isso daí eu não tinha arrendado minha fazenda [...] (Sitante do Distrito de Arapuá, 2012 – Três Lagoas/MS)¹¹⁹

Desse modo as expressões: “Hoje meus vizinhos são o eucalipto”, e “Hoje Arapuá é um deserto”, dão-nos a dimensão parcial dos impactos sociais sentidos pelas comunidades, pois esses plantios seguem seu ritmo de expansão.

¹¹⁸ ALMEIDA, Rosemeire A. **Complexo celulose-papel: a quem beneficia?** Jornal do Povo, Três Lagoas, ano II, n.7, p. 34-37, Abril/2012.

¹¹⁹ Transcrição de parte do relato de sitiante da zona rural do distrito de Arapuá - Três Lagoas. Entrevista, Trabalho de campo realizada em Março de 2012, nas áreas próximas a empresa Fibria.

Neste processo de acompanhar os desdobramentos negativos desta expansão questionamos: onde estão as famílias expulsas das fazendas, abandonando suas casas, e perdendo suas criações? Muitas se encontram distantes do local de expulsão, daí a dificuldade de aprender o impacto, todavia localizamos um caso emblemático desta situação. O relato do assentado, beneficiário de uma parcela de terra no Assentamento Celso Furtado, no município de Castilho (SP), é bastante esclarecedor. No ano de 2005, a proprietária da fazenda onde ele morava há aproximadamente 35 anos decidiu arrendá-la para o plantio de eucalipto, e, mesmo desejando ficar, ele viu-se forçado a sair:

[...] morava em Três Lagoas lá perto do Arapuá, é tomava conta de uma fazenda desde eu solteiro que eu tomava conta dessa fazenda trabalhei até agora em 2005.[...] Ah quando eu entrei pra modo de trabaia com eles eu tinha uma media, eu tinha uma média de 26 anos. Eu vim da Bahia, direto ai, pro Mato Grosso, só tive uns tempos no Paraná, mas vim direto por Mato Grosso. [...] na fazenda [criação de gado de 200 alqueires] eu dava uma gerenciada mas daquele tipo de gerente que pegava junto néh! É trabaiaava junto direto. Rapaz pro gosto eu tava lá até hoje, mas só que lá eu tinha gado que eu criava gado no meio do gado dela [proprietário da fazenda] ai ela resolveu arrendar pra eucalipto! Ela falou: agora a única coisa que eu posso fazer por você é manter o salário seu, mas lá eu tinha 3% do bezerro que nascia e 4% na venda dos bezerros, eu tinha de cada bezerro, podia vender 100, 300 bezerros eu tinha 4% e 3% de cada bezerro que nascia, então eu faturava uma graninha até boa. O leite tirava 100, 150 litros, na época que tirava menos, tirava 50 litros, era meu, ela dava até ajudando pra modo de ajudar a tirar o leite, então dava pra faturar uma coisinha, eai ia cortar tudo, ia fico só num salário [...] Saiu eu e mais um casal só que o casal assim filho e mãe. Porque a veia era viúva eai eu gostava muito do jeito do rapaz, ai eu peguei ele pra trabaia comigo lá, ai quando eu sai ele teve que sair também. (Assentado do PA Celso Furtado, 2013 – Castilho/SP)¹²⁰

No decorrer do seu relato, ele evidencia as ações das empresas, propagandeiam o desenvolvimento, vistas como as maiores responsáveis pela geração de empregos no município de Três Lagoas, contraditoriamente, são as mesmas que expulsão a população tradicional no campo. Não se preocupam com o destino daquelas famílias moradoras das fazendas, e de seus dramas, colocadas na esfera do indivíduo, forçadas a saírem para dar lugar ao eucalipto. Segundo o

¹²⁰ Transcrição de parte do relato do assentado do PA Celso Furtado – Castilho/SP. Entrevista, Trabalho de campo realizada em Julho de 2013, na Região Oeste de São Paulo.

assentado, essas famílias, estão “esparramadas” pelas fazendas da região em situação mais precária que antes, ou então, misturam-se à pobreza da cidade:

[...] Olha falar a verdade naquela região minha lá [arredores de Arapuá] é ficaram um bucado desabrigado assim sobre negocio de emprego viu, porque já tá tudo cheio de eucalipto hoje, e esse pessoa que saiu dessas fazendas vizinha lá comigo está meio esparramada tem uns que arrumou serviço lá pro lado de Água Clara pra outras fazendas, outros estão aqui na cidade, em Três Lagoas, mas é umas três fazendas lá foi, que era movimentada de gado virou eucalipto.

Para Bihr (1998, p. 128)¹²¹ tanto os elementos sociais, quanto os ambientais estão sendo:

[...] Convertidos em simples fatores de produção e, assim, em componentes do capital, os elementos naturais estão também sujeitos às exigências de sua acumulação indefinida, sem relação nem com sua limitação (por exemplo, as matérias-primas), nem com seu ritmo de renovação (por exemplo, a água ou o solo), nem com sua integração nos equilíbrios ecológicos e sociais frágeis (por exemplo, os efeitos ecológicos e sociais na introdução de certas culturas ocidentais nas agriculturas do terceiro mundo) [...]

A seguir analisaremos as consequências da territorialização das indústrias de celulose e papel para a vida das famílias assentadas no município de Três Lagoas e Selvíria, a partir da sua percepção no seu cotidiano de vida e trabalho.

4.2 Os efeitos da expansão do agronegócio em áreas de Reforma Agrária

Entendendo a Reforma Agrária como caminho para a democratização da terra e distribuição de renda no país, analisaremos a seguir a territorialização tanto da luta pela terra como do capital nos municípios de Três Lagoas e Selvíria/MS.

Conforme Porto-Gonçalves (2006, p. 46)¹²², as atividades monoculturas desenvolveram-se inicialmente nos países coloniais, na condição de agricultura de exportação. Diante da necessidade de expansão da produção, as atividades

¹²¹ BIHR, Alain. A Crise Ecológica. In: _____ **Da Grande Noite à Alternativa: o movimento operário europeu em crise**. Editora: Boi Tempo, 1998.

¹²² PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A questão sociodemográfica e o desafio ambiental no período neoliberal para além de Malthus. In: _____ **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

monocultoras, além de porém em risco a biodiversidade, começaram também a se expandir sobre as áreas já ocupadas pela população que detém outras formas de produção e cultura:

[...] o esforço (energia, literalmente) desses países nessa direção significa, na prática, ampla utilização de recursos naturais, muitos não renováveis, como os minerais, com a depleção, o que está implicando o avanço sobre as áreas ocupadas originalmente por populações de outras matrizes culturais (indígenas, afrodescendentes, camponeses de vários matizes ecoculturais), onde ricos acervos de biodiversidade estão dando lugar a monocultura ou, ainda para onde vem se dando a transferência de indústrias altamente poluentes do Primeiro Mundo para o Terceiro Mundo, com destaque para as de papel e celulose e as de alumínio-bauxita [...]

Para Mauro (2004)¹²³, a transformação da biodiversidade em monoculturas, que acometem países considerados de Terceiro Mundo, são responsáveis por provocar vários problemas agrários, tais como: a concentração fundiária nas mãos do latifúndio e dos diversos setores do capital; a utilização da terra pelo modelo tecnológico; a biotecnologia, possível causadora de diversos impactos ambientais; as péssimas condições de vida no campo; a política agrícola voltada para os grandes empreendimentos, e, por fim, o empobrecimento da pequena agricultura familiar. Nessa perspectiva:

O espaço está em constante movimento de reorganização, desencadeado por processos espaciais que atendem as necessidades mutáveis do modo de produção capitalista na busca incessante por melhores estruturas para a acumulação ampliada de capital. Nessa dinâmica, emergem conflitos e desequilíbrios socioambientais, quase sempre provocando perdas irreversíveis traduzindo-se em redução da ordem do sistema espacial (aumento da entropia). No momento seguinte, há um retorno a uma ordem, não à mesma ordem, mas a uma nova ordem espacial. (ARAÚJO; BICALHO; VARGAS, 2011, p.88)¹²⁴

¹²³ MAURO, Gilmar. O significado da Reforma Agrária para os movimentos sociais. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. (org.). **O campo no século XXI**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

¹²⁴ ARAÚJO, Ana Paula C. de; BICALHO, Ana Maria de S. M.; VARGAS, Icléia A. de. Dinâmica do Espaço Rural do Pantanal de Mato Grosso do Sul no Processo de Expansão Capitalista. In: _____ SILVA, Edima Aranha; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de (Orgs). **Território e Territorialidades em Mato Grosso do Sul**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

O movimento de reorganização, em especial sobre as áreas de conquista da Reforma Agrária, não poderíamos deixar de citar o município de Selvíria-MS é emblemático, especialmente após a instalação da fábrica da Eldorado Brasil, em Três Lagoas, nas suas proximidades com este município. Concomitantemente a instalação da fábrica, a região circunvizinha tornou-se prioritária para expansão do monocultivo de eucalipto, cercando os projetos de assentamentos implantados em Selvíria: Alecrim, São Joaquim, Canoas I e II, e Pontal do Faia.

A figura 19 a seguir, a seguir, evidencia a presença do plantio de eucalipto próximo aos sítios dos assentados do PA Alecrim, localizado a cerca de 40 km da sede do município de Selvíria, às margens da rodovia MS – 444, (Selvíria à cidade de Inocência), implantado no ano de 2006, contemplando 87 famílias, provenientes de acampamento de 170 famílias. Concomitantemente à criação do assentamento, ocorreu a venda de antiga fazenda de criação de gado para empresas do eucalipto. Esta dualidade é tida para muitos como salutar, entendendo ser possível relação harmônica entre a grande propriedade monocultora e a pequena unidade de produção, está última instalada sob a ótica da reforma agrária. A realidade apresentada na pesquisa demonstrou ser inconciliável as duas lógicas de produzir no campo, basicamente porque a monocultura se nutre de modelo industrial altamente impactante do ponto de vista ambiental e social.

Figura 19: Cerco do Eucalipto – Assentamento Alecrim.



Fonte: Trabalho de campo, Novembro de 2013

Organizado pela autora

Segundo um assentado do PA Alecrim, após o plantio de eucalipto, alguns animais apareceram nos sítios, como cobra, papagaios, insetos, entre outros. Porém, o relato de outro assentado, cujo lote faz divisa com uma plantação de eucalipto, mereceu especial atenção pelas percepções similares que registramos na região a respeito da questão da água, uma temática de grande controvérsia no tocante ao plantio de eucalipto. Segundo ele, a proximidade dos eucaliptos provocou a diminuição da água de um poço construído no seu lote:

[qual profundidade dos poços?] olha o primeiro [poço] que eu furei antes desse eucalipto replantado, foi um poço de 25 metros e deu 15 metros de água, balanceou essa água por muito tempo que eu

construí essa casa, usei aqui muito, puxando no motor a gasolina, foi por um bom tempo, de repente foi encurtando, o eucalipto foi crescendo e essa água foi sumindo, foi diminuindo, diminuindo secou, ficou só lama, aí a bombinha só puxava lama! Era essa de como é que fala? Injetora néh! E aí não puxava mais, e aí eu comprei uma cilíndrica [bomba] botei, fui puxou uns dia, virou barro ranquei, aí fui reclamar pro cara, aí o cara veio e me deu outro poço da mesma fundura, 25 metros, na época foi contratada por 100 conto o metro. E eu comprasse a bomba, a bomba ele não dava, ele só dava o poço furado e mecanizado, foi 3 conto o metro. [no segundo poço] Aí já diminuiu a água, o eucalipto já estava maiô, aí minha água já deu só 12 metros, ela não deu 15 metros, e esses 12 metros foi rapidinho secou, sumiu rápido, não durou seis meses, ela foi embora, acabou! Foi puxando, puxando, puxando, um dia limpava, um dia puxava barro, um dia limpava, um dia puxava barro, de repente eliminou [...] (Assentado do projeto Alecrim, 2013 – Três Lagoas/MS)¹²⁵

Cabe destacar, que ao continuar seu relato, diz que furou o poço no decorrer do ano de 2006, logo quando entrou no assentamento Alecrim, onde mora com a sua família. Ao constatar o desaparecimento da água neste poço, procurou os técnicos responsáveis da empresa de celulose Eldorado Brasil para pedir ajuda na solução do problema. Mas não obteve retorno, estes alegavam que o eucalipto não foi o responsável pela diminuição da água, mesmo o entrevistado afirmando que a água começou a diminuir justamente no momento em que o eucalipto foi crescendo. Continua o entrevistado:

[...] O rapaz do eucalipto veio duas vezes aqui, os pessoal que toma conta daí, que dirige o pessoal, vieram duas vezes mais nenhum resolveu nada, não me ajudou em nada [...] eles dizem que não tem nada a vê o eucalipto com meu poço. Quando eu pedi pra um vereador dar uma força pra mim: ir lá na Eldorado, que ele tinha muito contato com a Eldorado né h! E aí a única coisa que ele me trouxe foi mais problema, porque falou: olha um pocinho desse de 25 metros aí, você pode esquecer, isso daí ninguém dá segurança, ninguém dá, isso daí seca memo. Aí eu falei: não, eu queria que você resolvesse o meu problema não é trazer mais problema pra mim. Quando furou deu água, eu usei a água muito tempo, de repente o eucalipto foi crescendo foi sumindo a minha água. [os outros poços do assentamento] E esse poço nosso que dizem que tem 80 metros, eu não sei, mas dizem que tem 80 metros [...] então o nosso poço que foi furado de 80 metros dizem que a vazão diminuiu, que baixou a água, mas como ele é profundo, 80 metro, ele é mais profundo que o meu, o meu é 25, então tá aguentando

¹²⁵ Transcrição de parte do relato sobre a diminuição da água no poço – Selvíria/MS. Entrevista, Trabalho de campo realizada em Novembro de 2013 no projeto de assentamento Alecrim.

que o eucalipto tava perto, só que ele tem mais profundidade néh! Porque dizem que isso daí busca água profunda mas, os técnico lá da Eldorado garantiu que não [...] se não é o eucalipto vindo pra cá, acho que nós tinha água até hoje, porque deu muita água [...]

Ressaltamos, porém, como já dito no decorrer desta pesquisa que essa situação não ficou restrita apenas aos assentados do PA Alecrim, mas que ela se fez presente nos relatos dos assentados do PA Pontal do Faia, localizado próximo à fabrica da empresa Eldorado Brasil. Este assentamento está localizado a cerca de 40 km da sede do município de Três Lagoas, às margens da BR - 158 (ligação com a cidade de Selvíria), implantado no ano de 2000, com 45 famílias, mas a luta pela terra iniciou-se no ano de 1990. Nesse assentamento, encontramos o relato semelhante do assentado, notando a diminuição da água do poço de seu sítio, após o plantio de eucalipto:

Hoje a água tá pouca, se olhar lá oh! Olha a bomba lá, o fundo dele tem agora 30 cm eu acho há cinco seis anos atrás essa água vinha aqui oh [momento em que ele nos mostra o início do poço], você pegava água aqui, é dois metros aqui oh! um metro e meio, [a profundidade] é cinco metros, cinco metros e meio o poço [chegava] a quatro metros de água [hoje] não dá 30 cm, a lá oh! Dá pra ver o fundo oh! [ele começou a diminuir] a dois anos e meio três anos, [na sua opinião, o que provocou isso?] Ah eu imagino, suponho eu que é o eucalipto viu! Muito eucalipto que absorve essa água. Se olhar lá embaixo na baixada, na onde que tinha um açude que a gente pegava água, agora secou você anda: é o nordeste [quanto tempo tem o poço] ele tem 10 anos, e a dois anos pra cá ele secou [e os eucaliptos ao redor do assentamento foi plantado a quanto tempo?] seis anos sete anos néh! [qual das empresas são responsáveis por estes plantios?] os dois, esse daqui é Fibria, Eldorado, aqui a fazenda [arrendada], eu tou rodeado de eucalipto [...] eu to rodeado de eucalipto aqui néh, a fazenda do lado aqui, do fundo, de lateral é tudo eucalipto, eu acredito que é o eucalipto que tá puxando essa água, essa umidade [...] (Assentado do projeto Pontal do Faia, 2014 – Três Lagoas/MS)¹²⁶

Este sítio não é o único no assentamento cercado pelo plantio de eucalipto. Na figura a seguir podemos notar a proximidade do plantio de eucalipto ao sítio Estância Monte Sião, particularmente próximo à área que se reservou para montar a horta da Produção Agroecológica Sustentável - PAIS.

¹²⁶ Transcrição de parte do relato do sobre a diminuição da água no poço – Três Lagoas/MS. Entrevista, Trabalho de campo realizada em Janeiro de 2014 no projeto de assentamento Pontal do Faia.

Figura 20: Cerco do plantio de Eucalipto – Assentamento Pontal do Faia.



Fonte: Trabalho de campo, Janeiro de 2014

Organizado pela autora

Em relação ao PA Pontal do Faia, não se trata tão somente da proximidade dos plantios de eucalipto, mas também, a proximidade da fábrica da Eldorado Brasil, exalando constantemente mal cheiro, nas casas das famílias, incomodando, em especial na limpeza da fábrica:

Eldorado é aqui oh, ela bate de fundo aqui com nós, Eldorado só pular a cerca já tá na Eldorado, tá sentindo o cheiro gostoso, muito bom ali (risos), pra natureza, e pra nós também, acabando com o nosso peixe tudo, mas tá bom! [...] eu não acredito que não está fazendo nenhum mal [mas é a fiscalização] tem, mas pra muita coisa, passa vista grossa pra acontecer a coisa, senão não acontece, mas que mata, mata. Tá matando até nós com o cheiro aqui de madrugada, a gente acorda menina, parece que tem helicóptero pousando em cima da casa do barulhão daquilo ali oh!

O negocio parece que vai cair meio mundo, as turbinas, é aqui de fundo com nós, a Eldorado, as turbinas, a hora eles ligam aquilo ali Deus me Livre [...] tem hora que eles ligam de madrugada, duas horas, três horas, menina é cada susto, sem contar que quando eles fazem a limpeza no setor deles lá é um fedô que ninguém suporta [...] agora você imagina isso daí lá dentro do rio, lá nos peixe lá [...] eu não concordo com isso daí que aconteceu [construção da fabrica próximo ao assentamento] só que a gente é minoria, a gente naum, quem é mais? [...] oh o cheiro, olha que cheiro gostoso, cheiro de óleo queimado, oh! Chama-se Eldorado. (Assentada do projeto Pontal do Faia, 2014 – Três Lagoas/MS)¹²⁷

Desse modo, percebemos as dificuldades de efetivação da Reforma, no enfrentamento das famílias na luta para entrar na terra para nela permanecer, em meio ao avanço territorial do agronegócio.

Destacamos, porém, que as mesmas empresas que dificultam a efetivação da Reforma Agrária são as mesmas que, paradoxalmente, têm oferecido projetos sociais para contribuir na permanência camponesa nos municípios de Três Lagoas e Selvíria. Estes programas sociais desenvolvidos pelas empresas, em troca de isenção de impostos, estão sendo importantes para a recriação dos camponeses assentados, porém servem também para desviar a atenção da problemática central, que são os impactos negativos que comprovam a incompatibilidade de convivência destas lógicas sobrepostas no território.

A seguir, analisaremos quais são as condições de reprodução camponesa nos projetos de assentamento nos município de Três Lagoas e Selvíria uma vez que, como discutimos anteriormente, se encontram mais diretamente influenciados pela expansão territorial do agronegócio, portanto em situação bastante diferente dos casos analisados anteriormente em Cáceres-MT. Para entender essa contradição da reprodução camponesa no ambiente dominado pelo agronegócio, lembramos que “[...] a resistência do camponês não se expressa o seu sentido num universo particular e isolado, camponês; que a resistência do camponês à expropriação, ao capital, vem de dentro do próprio capitalismo [...]” (MARTINS, 1981, p.118). Ou seja, é essencial desvendar se as formas encontradas pelos assentados para se manter na terra apontam para o conformismo ou para a

¹²⁷ Transcrição de parte do relato do sobre o mal cheiro liberado pela Eldorado Brasil – Três Lagoas/MS. Entrevista, Trabalho de campo realizada em Janeiro de 2014 no projeto de assentamento Pontal do Faia.

emancipação. Ou então, se ambas se entrelaçam numa ambiguidade própria destas condições de reprodução em situação de bloqueio.

4.3 Os contornos da resistência feita no limite

[...] a maioria do pessoal aqui até então, **vive assim trabalhando na firma** [...] do eucalipto. É uma **firma do eucalipto**, em parceria com a Eldorado, é uma terceirizada. Tem três ônibus que circula aqui dentro que leva o pessoal cedo, e traz praticamente quase às 10 horas da noite [22h] pra cá (...). (Assentado do Projeto São Joaquim, 2012 – Selvíria/MS. **Grifo Nosso**)¹²⁸.

Salientamos que a proposta de análise nesse item não é julgar, muito menos denunciar os vínculos empregatícios dos camponeses com as indústrias, mas entender o significado para a reprodução camponesa do trabalho fora do lote. Averiguar se a estratégia do capital para arregimentar a mão de obra assentada, pode ser compreendida também como forma de recriação dos camponeses frente a expansão do eucalipto na região, e se esta realidade contraditória do campesinato aponta para um possível conformismo ou para a emancipação?

Nesse cenário, defendermos o posicionamento de Almeida (2006, p. 24):

Família, trabalho e terra são categorias centrais do mundo camponês, basicamente porque uma não tem sentido sem a outra, e, mais, delas é que valores como a moral, a liberdade, a comida, a autonomia extraem seu sentido e dão ao campesinato uma sociabilidade completa. Ser camponês é ser uma pessoa por inteiro e única, que no assentamento é reconhecida pelo nome, pelo apelido, pelo *estilo* de vida, que expressa o *habitus* não como tradição, mas como manutenção, renovação e inovação. (ALMEIDA, 2006, p. 24)

Acreditamos que, historicamente, junto com o desenvolvimento do capitalismo, há novos processos de transformação na base de luta dos movimentos sociais camponeses. A dinâmica dos enfrentamentos não está pautada somente na terra que se manteve cativa, e por isso disputada pela classe dos capitalistas e dos camponeses, mas também na preservação da terra que foi conquistada. A esse respeito, merece relevo a seguinte reflexão:

¹²⁸ Transcrição de parte do relato sobre o vínculo empregatício dos assentados com as empresas de eucalipto – Selvíria/MS. Entrevista, Trabalho de campo realizada em Setembro de 2012 no projeto de assentamento São Joaquim.

Mas o movimento de recamponização não para, teimosos que são, os sem-terra marcham para a terra, pois sabem que só terão aquilo que conquistarem [...] E o campo, por meio da aliança terra-capital [...] vai tomando feições modernas [...] Porém, a terra cercada pela soldagem campo-cidade também revela no seu decurso outros processos em sua interioridade, são ações conflituosas externalizadas na luta dos acampados, na crise ambiental ou nos índices de desemprego [...] (ALMEIDA, 2009, p. 11)¹²⁹

Nesse contexto, ao avaliarmos a resistência da classe camponesa após a conquista da terra, identificamos as maneiras inovadoras criadas pelos assentados para permanência na terra conquistada. Assim, o (re) criar camponês não está guiado apenas pelo acesso à terra, mas também pela busca incessante do reconhecimento da sociedade e da valorização do conjunto dos saberes que constituidores de sua base histórica de resistência.

Nos projetos de assentamento São Joaquim e Alecrim, localizados no município de Selvíria, durante o trabalho de campo foi possível verificar que aproximadamente 40 assentados, entre eles adultos e adolescentes, homens e mulheres, trabalhando com carteira de trabalho assinada nas empresas de eucalipto: Eldorado, JS, Plantar, Fibria. Os assentados exercem atividades diversas nas empresas, desde as ligadas ao plantio de mudas e aplicação de veneno, até como encarregados, motoristas e vigias.

O projeto São Joaquim, implantado no ano de 2008, contemplou 181 famílias, e está localizado a cerca de 40 km da sede do município de Selvíria, às margens da rodovia MS-112, que faz a ligação da cidade de Três Lagoas – Inocência, e às margens da rodovia MS-444, trecho de Selvíria – Inocência.

A maioria das famílias assentadas, conforme observado em saídas de campo, ainda vive em condições muito precárias de moradia e sem assistência técnica eficaz. Esta dura realidade ainda é agravada pela baixa fertilidade do solo, épocas prolongadas de seca, pela quase ausência de apoio técnico e dificuldades na comercialização da produção.

Tais situações, a nosso ver, criaram condições que facilitaram a arregimentação da mão de obra dos assentados por parte das empresas, provocando desvirtuamento dos objetivos da Reforma Agrária. Assim, a luta

¹²⁹ ALMEIDA, Rosemeire A. **A questão agrária na contemporaneidade e os desafios do movimento camponês no Brasil**. Montevideu: Egal, 2009. (Mimeografado).

histórica pela conquista da terra como lugar da autonomia camponesa é de certa forma postergada porque as famílias para não abandonarem os lotes se veem na condição de trabalhar fora dele.

Selecionamos a fala deste assentado por entendermos que ela é muito esclarecedora em relação ao que acabamos de interpretar.

Quando eu vim pra cá, eu não tinha serviço, eu não tinha nada, tinha que arrumar um serviço! Primeiro serviço que apareceu: Eldorado, fui trabalhar lá. Isso não era nem Eldorado na época, era Florestal Brasil, aí comecei a trabalhar lá, fiquei lá até dezembro, entrei em julho e fui até dezembro. Ai mudou o nome da empresa, saiu Florestal e entrou Eldorado, e eu continuei na empresa. Acho que foi em 2011 que eu entrei [...] Aqui na época não tinha condições de viver aqui dentro, ou você trabalhava pra fora, ou você saía do assentamento. Aqui não tinha opção pra nada, quando cheguei aqui. Aqui era um lugar pra se morar [...] (Assentado do projeto São Joaquim, 2014 – Selvíria/MS)¹³⁰

Nessa mesma perspectiva, temos o relato de outro parceleiro do projeto de assentamento São Joaquim, este destaca que entre as muitas dificuldades vivenciadas pela comunidade, a questão da falta de água, da energia elétrica, da liberação dos créditos de investimento e custeio e a demora na construção da casa são, sem dúvida, os mais doloridos. É esta realidade de contra reforma agrária que força-os a buscar renda fora do lote:

[...] ah, eu acho que tá muito atrasado, acho que o governo, o INCRA, deveria olhar mais pro pessoal aqui, **só enterrou o pessoal aqui e até agora, condições nada**. Por exemplo, a gente já está com três anos sem as casas, ainda bem que tem a água né, mas sem a luz, eu acho que, sem a água e sem a luz, é quase impossível de viver porque se a gente tiver um projeto na cabeça, mas se não tem a água e não tem a luz, não teria como sobreviver no lugar desse. A gente tá aqui, porque a gente é herói sabe, a gente quer a terra, **se não fosse as firmas eu não sei** por que a cesta [básica] que vinha até um determinado tempo, cortou. O INCRA mandava a cesta todo mês e ai foi cortado a cesta, e ai eles fala que depois de 12 meses que tem o sorteio da terra, não vem mais cestas, até então cada um luta do jeito que pode, um tira um leitinho, faz um queijo, vende; outro, vende um frango; outro o mel, que é o meu caso, né? E ai é assim [...]. Então eu acho que o governo federal deveria olhar mais por esse povo que tá [no

¹³⁰ Transcrição de parte do relato do assentado, ex empregado das empresas de eucalipto referente aos motivos que favoreceram a busca de renda fora do lote – Selvíria/MS. Entrevista, Trabalho de campo realizada em Maio de 2014 no projeto de assentamento São Joaquim.

assentamento], eu acho que deveria não dar mais terra pro povo, agora nesse momento, eu acho que deveria alicerçar o povo (...) que já tá na terra [...]. (Assentado do Projeto São Joaquim, 09/12 - Selvíria/MS. **Grifo nosso**)¹³¹.

Por sua vez, as famílias do projeto de assentamento Alecrim, também localizado no município de Selvíria à aproximadamente 40 km da sede municipal, apontam outros desafios a serem enfrentados que se referem as péssimas condições de conservação da estrada (ainda sem pavimentação - que liga o assentamento à cidade de Selvíria), a falta de assistência médica, áreas de lazer, escolas, transporte. A isto se junta a arbitrariedade do INCRA na imposição do modelo de assentamento “sócio proprietário”, este cria uma área individual e outra coletiva, divisão que reduz o já diminuto lote.

Neste modelo, o lote do assentado é dividido em duas áreas: individual, com 4,5 hectares e a coletiva de 6,5 hectares. Uma destinada para o uso coletivo das famílias assentadas na organização de projetos de produção, subdividida em duas atividades: pecuária (figura 21) e agricultura (figura 22); outra, destinada de uso individual para a construção da casa e outras benfeitorias.

¹³¹ Transcrição de parte do relato do assentado referente aos projetos de reforma agrária – Selvíria/MS. Entrevista, Trabalho de campo realizada em Setembro de 2012 no projeto de assentamento São Joaquim.

Figura 21: Gado leiteiro, área Coletiva Pecuária.**Figura 22:** Plantação de milho, área Coletiva Agricultura

Fonte: Trabalho de campo, Novembro de 2011¹³²

Organizado pela autora

Com o passar do tempo, diversas dificuldades surgiram, tanto de ordem econômica como social, que culminaram no abandono das atividades de produção na área coletiva por parte da maioria das famílias, restando o refúgio na área individual. Entre as dificuldades listadas pelos sujeitos da pesquisa, estão: a distância da área de uso coletivo da residência familiar; resistência cultural do campesinato ao uso coletivo da terra, ausência de cooperativas de produção, indivisibilidade entre autoconsumo e produção de excedente; inviabilidade de comercialização dos produtos. Vejamos o relato que evidencia esta situação:

[...] por não ter renda dentro do lote, porque aqui é um assentamento onde é sócio proprietário. Sócio proprietário funciona o seguinte [...] o sócio proprietário vem 22 mil que é o PRONAF pra você desenvolver dentro desse quadradinho aqui oh! Aqui dentro dessa outra área aqui, você faz um grupo e levanta um projeto pra você fazer, se você quiser fazer um laticínio, se você quiser fazer um alambique que é coisa muito cara pra fazer, se você quiser fazer um criame de porco, de javali, dessas coisas aí você pega outro financiamento pra você poder fazer [...] esse sócio proprietário aqui deveria ser 5 km, é 2 km, 10 km no máximo duma cidade, no máximo, no máximo, aonde eu poderia levar aí uns três, quatro cachos de banana vendia tirava a gasolina, ou comprava lá uns quilos de carne e trazia prá casa, outro dia eu ia na cidade comprava mais alguma, vendia banana, vendia alguma outra coisa, comprava outra coisa, mas 50 km da cidade não dá pra você, como é que você vai pegar dez frangos aqui ponhar dentro do carro, dentro desses carros aqui você vai pagar 30 real pra ir na cidade e voltar, e o negócio que você foi vender vai te garantir os 30 real, mais a o seu dia de serviço e garantir talvez uma quebra do carro?

¹³² Trabalho de Campo Junho/Julho de 2011

Não dá isso nunca [...] os políticos só arruma a estrada com um mês, três meses antes deles sair para fazer campanha política (assentado do projeto Alecrim, 2013 – Selvíria/MS)¹³³

Outro fator que, a nosso ver, concorreu para a desistência da produção na área sociocoletiva está relacionado com o sentido de sítio que o lote tem para o camponês assentado. Para ele, o lugar da morada não está separado da produção. Isto é, no sítio, eles constituem um equilíbrio entre a casa, o pomar, a horta, a lavoura e o pasto, visando atender, em especial, a necessidade do núcleo familiar:

Portanto, a propriedade familiar camponesa não é instrumento de exploração do trabalho alheio e, por isso, o objetivo não é obter o lucro médio, mas a reprodução da família camponesa, e, mesmo nos casos em que há apropriação de renda da terra, excedente econômica, a renda é usada para propiciar, na perspectiva chayanoviana, melhorias na qualidade de vida, como, por exemplo, diminuição do sobretrabalho. Então faz sentido ela ser considerada renda camponesa. (ALMEIDA, TOMIASI, 2010, p. 51)¹³⁴

Diante de tantas dificuldades em que se depara a agricultura camponesa familiar na região de Três Lagoas, seja pelo cercamento do eucalipto e seus desdobramentos, pela condição do solo, pelo modelo de assentamento, pela falta de apoio técnico, pelas épocas de seca, seja pelos obstáculos de comercialização da produção no seu sítio (fundamental fonte de manutenção da família), os assentados acabam buscando brechas que possibilitam sua permanência no lote com maior segurança, entre elas o assalariamento temporário.

Alguns autores explicam o trabalho acessório (atividade assalariada fora da propriedade da familiar), como forma de resistência camponesa nos momentos de crise econômica do grupo familiar (épocas de seca ou de baixa produção), necessitando buscar equilíbrio fora do lote.

Almeida; Tomiasi (2010, p. 21):

[...] é precisamente o fato de não visar o lucro de sua atividade econômica, mas a reprodução do grupo familiar, mesmo quando é dono da propriedade jurídica da terra, que permite respostas

¹³³ Transcrição de parte do relato do assentado, referente as dificuldades com o modelo Sócio Proprietário – Selvíria/MS. Entrevista, Trabalho de campo realizada em Novembro de 2013 no projeto de assentamento Alecrim.

¹³⁴ PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

adaptativas às crises, recorrendo até mesmo ao trabalho acessório não agrícola e à migração [...]

Dois elementos de análise são essenciais para a compreensão desta realidade camponesa, até certo ponto contraditória. O primeiro é que o camponês não rompe com as atividades de produção no sítio; elas apenas são realizadas por outros membros da família, ou por ele mesmo nos intervalos de folga do trabalho, em especial nos finais de semana. Essa relação é típica em ambos os assentamentos estudados. Muitos, daqueles que, durante a semana, estavam na lida nos plantios de eucalipto, nos finais de semana dedicavam-se a atividades de produção no lote, entre as quais o trabalho com a horta, o mutirão para conserto de cercas ou ampliação das casas.

Como enfatiza Shanin (2008, p. 27):

A economia Familiar tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas e seu próprio significado primordial que não desaparece. Por isso, sob certas condições, a economia camponesa é mais eficiente do que economias não camponesas. Os membros da família e o modelo familiar básico de bem-estar econômico estão envolvidos de forma particular num sistema de uso do trabalho que não é trabalho assalariado, mas trabalho familiar. Daí a sua capacidade para resolver problemas que outros tipos de economia não resolveriam de uma maneira tão eficaz e pouco dispendiosa.

Outro elemento que indica a transitoriedade dessa situação é que, ao conseguir equilibrar a situação financeira da família ou ao chegar a época das chuvas, o camponês assentado rompe o seu vínculo empregatício e volta a dedicar-se, em tempo integral, às atividades do sítio. Essa é a situação muito frequente nos projetos de assentamento estudados: algumas famílias já saíram do emprego e agora estão apenas cuidando do lote, como é o caso de um assentado do PA Alecrim, que ao perceber que estava abandonando as atividades do lote, preferiu sair da empresa:

O sonho era plantar e conseguir tirar o sustento daqui de dentro da terra, de dentro da terra, trabalhava que néh doido aí, e vai, vai, vai, daqui um pouco estava passando até necessidade, aí fui trabalhar numa empresa, na época era Florestal Brasil, ela mudou a fantasia agora é Eldorado, saía daqui cinco hora da manha, chegava aqui oito nove hora da noite, aí se já viu, o que eu tava fazendo aqui no sitio, só vinha dormir [...] entojei, entojei mesmo, teve um ano que trabalhando nessa empresa eu perdi quatro vacas atolada, aí fui

fazer umas contas na época valia mil e quinheto cada vaca, que até hoje não subiu quase nada, perdi seis cruzeiro [reais] aí fui fazer a conta, eu perdi seis meses de emprego, vou ter que trabalhar seis meses agora pra mim recuperar o prejuízo que eu tomei, porque se eu tivesse lá essas vacas não tinham morrido, entendeu? Aí eu sei [...] eu vou achar um jeito de ganhar dinheiro nesse negocio aqui [lote], eu vou achar um jeito, com o lote, tem que viver, tem que viver com isso daqui! Se a foia [hortaliças] não deu, mas o milho tem que dar, se o milho não deu a abobora tem que dar [...] porque você não pode mexer com uma cultura só, você tem que mexer com várias culturas, porque se naquele ano a hora que você ter que vender tá ruim, tem aquela outra que está te acudindo [...] (Assentado do projeto Alecrim, 2014 – Selvíria/MS)¹³⁵

Desse modo, é possível perceber a diferença do sentido da terra para os camponeses e para os capitalistas. A terra, para os grandes empresários agroindustriais, é meio de acumulação de renda e extração de mais valia pela exploração do trabalho, advinda de relações especificamente capitalistas, em que se busca a valorização do capital. No entanto, para o camponês, conforme analisa Balduino (2004)¹³⁶, o sentido da terra é a de fonte de vida ou de existência, lugar da moradia e do trabalho familiar.

A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobre vivência á adversidades impostas aos grupos sociais recém expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas ás operações de renovação [...] (CORREA, R. 1993, p. 30)¹³⁷

Observamos que essa forma de resistência no município de Selvíria está subordinada aos ditames do capital, mas, diante do atual cenário, é o caminho da luta camponesa para continuar na terra, considerada a recusa do poder público a remover os bloqueios vivenciados pelos assentados no que diz respeito a sua reprodução.

Conforme ponderam Almeida; Paulino (2010, p. 27):

¹³⁵ Transcrição de parte do relato do assentado, referente ao rompimento com vínculo empregatício com as empresas de eucalipto – Selvíria/MS. Entrevista, Trabalho de campo realizada em Janeiro de 2014 no projeto de assentamento Alecrim.

¹³⁶ BALDUÍNO, Dom Tomás. Território de Vida, de luta e de construção da Justiça Social. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. (org.). **O Campo no Século XXI**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

¹³⁷ CORREA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1993, p. 30.

Cumpra, então, reafirmar nosso entendimento desta situação de ambiguidade que marca a trajetória camponesa: por um lado, luta por valores considerados conservadores ligados à reprodução de sua condição de proprietário de terra; por outro, luta contra diversas formas de drenagem da renda fundiária, que ocorre na circulação dos produtos do seu trabalho e contra a ameaça de expropriação. Essa última possibilidade contém em germe de luta anticapitalista; porque, para não experimentar sua finitude, o camponês se opõe à produção e à expansão territorial do capital, denunciando a destruição de seu modo de vida e revelando, neste conflito, para si e para as demais classes, sua oposição ao capital, e, assim, sua consciência de classe desnudada. (ALMEIDA; PAULINO, 2010, p. 27)

Seguindo na perspectiva de explicitar e/ou compreender melhor as formas de resistência vivenciadas pelos camponeses assentados, a seguir abordaremos os programas sociais das empresas de celulose e papel, a saber: Fibria e Eldorado Brasil. Estes são desenvolvidos nos assentamentos do município de Três Lagoas, e do município de Selvíria.

Entre as parcerias da Eldorado Brasil com os projetos de assentamentos, destacamos o programa das hortas de Produção Agroecológica Integrada Sustentável – PAIS. Desenvolvido juntamente com o SEBRAE, ligado a uma tecnologia social que aborda nova alternativa de trabalho e renda para agricultura familiar, estimulando um cultivo diversificado e agroecológico. É uma organização da produção que está “[...] dimensionada para que o produtor familiar possa desenvolver a produção de hortaliças, frutos e ervas medicinais de forma agroecológica, promovendo a sustentabilidade e evitando o desperdício de alimentos, água, entre outros [...]”¹³⁸.

Segundo o Manual elaborado pelo SEBRAE, o projeto PAIS foi inspirado na experiência de hortas circulares, vivida pelos grupos de pequenos agricultores familiares da região serrana de Petrópolis (RJ). O sistema produtivo destas hortas está baseado numa:

[...] tecnologia de produção irrigada voltada à agropecuária de pequeno porte, composta por um galinheiro central e canteiros em forma circular, conduzidos de acordo com os princípios da agricultura orgânica. Os agricultores e suas famílias tinham a oportunidade de conhecer uma produção integrada (Olerícolas - legumes e verduras, flores ornamentais ou ervas medicinais, com a produção de carne de aves, ovos e frutas). Além disso, é uma produção otimizada com mais eficiência de espaço, insumos e trabalho, o que melhora a qualidade da alimentação e oferece uma

¹³⁸ Cartilha informativa PAIS - SEBRAE

complementação de renda para a família, com a venda do excedente.¹³⁹

Por meio das técnicas de produção agroecológicas, cultivo orgânico, manejos orgânicos para o controle de praga, esse programa pretende que o produtor familiar produza alimentos saudáveis, além de garantir uma produção diversificada, conforme se lê no Manual:

O projeto PAIS – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável traz consigo muito além de um projeto de produção e comercialização de produtos hortifrutigranjeiros voltados às pequenas propriedades rurais. É abordado um antigo conceito no modo de ver o mundo, interagindo com o meio ambiente e com a sociedade. Contrariando a diversos paradigmas agrícolas: a simples produção agrícola de “*commodities*”, a dependência de inseticidas, pesticidas, fertilizantes e outros produtos químicos para obtenção de alimento, uma agricultura onde a larga escala de produção é fator primordial de sucesso e rentabilidade, com a busca pela padronização absoluta dos produtos, alterando inclusive geneticamente as sementes a serem plantadas, refletindo a qualidade do produtor e o valor de sua produção, pouco se importando com o ambiente macro em que estas propriedades e os produtores estão inseridos. (MANUAL PAIS, 2012, p.4. Grifo do autor)

Guzmán; Molina (2005)¹⁴⁰ enfatizam que a única solução possível para se pensar a diminuição dos problemas ambientais do tempo presente, que são resultado da apropriação capitalista da natureza, é a agroecologia. Este modo de produzir não esta relacionada apenas ao manejo ecológico dos recursos naturais, mas também à conscientização social e política em relação a soberania alimentar no campo e na cidade. Para os autores, a eficácia do caminho agroecológico depende de uma agricultura sustentável que vise à autonomia dos sujeitos, que, por sua vez, esta intimamente ligada ao modo de vida camponês:

[...] O futuro da organização da produção agrícola parece depender de uma nova tecnologia centrada no manejo inteligente do solo e da matéria viva por meio do trabalho humano, utilizando pouco capital, pouca terra e pouca energia inanimada. Esse modelo antagônico à empresa capitalista tem já sua protoforma no sistema camponês (GUZMÁN; MOLINA apud Palerm, 2005, p.73)

¹³⁹ Manual/Documento Referencial – “PAIS 2012 – Versão 2.0 – Agosto de 2012, p.8

¹⁴⁰ GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. Tradução literal [de] Ênio Guterres e Horacio Martins de Carvalho. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

E estas práticas agroecológicas e técnicas de cultivo orgânico, sem o uso dos agrotóxicos, defensivos e produtos químicos, são realizadas com muito orgulho pelos assentados que aderiram a este programa, como podemos perceber no relato que segue.

[...] você vai comer uma verdura pura, não uma verdura de veneno, de tóxicos, né de adubo tóxicos, nada, você vai trazer mais, pras crianças que você vai vender, os outros que vai comer, a família, você vai trazer mais saúde néh! Não vai comer tanto veneno. Porque se você come um pepino hoje, um tomate hoje, você tem uma porcentagem de veneno, então isso daí vai fazer bem pro seus filhos, pro seus netos, que todo mundo que for fazer esse planejamento da horta, que for aprendendo e fazendo, vai diminuindo os legumes de veneno néh! Que você vai comprar, eu vou vender lá, você vai falar: essa horta desse rapaz aqui, não tem uma gota de veneno, néh adubo de empresa, eu vou comprar dele, pra minha mãe, pro meu pai, pros meus filhos, pras minhas filhas, pros meus netos, mais pra frente néh! Os outros vai vai aprendendo, então vai trazer mais saúde pro seus filhos, pro seus, essas pessoas que vai comprando do cê, você não vai comer nenhuma gota de veneno, nadinha [...] (Assentado do projeto São Joaquim, 2013 – Selvíria/MS)¹⁴¹

Destacamos que, além disso, o PAIS garante a produção de autoconsumo dos camponeses familiares e auxilia para comercializar 30% da produção para os programas governamentais PAA e PNAE: prefeitura, estado e governo federal, e adquirir renda extra mensalmente.

O programa que tem uma vigência de cinco anos com assistência técnica, conta com a parceria de algumas entidades, como por exemplo: do Serviço Nacional de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE) com cursos de capacitação, além de apoio de dois técnicos semestrais; da Prefeitura Municipal com apoio de um técnico diariamente; Fundação Banco do Brasil, para a compra dos materiais e equipamentos para a montagem do sistema produtivo (unidade produtiva).

O investimento médio, dependendo da organização para a compra desses materiais, é de R\$ 5000,00 por unidade produtiva. Em âmbito nacional, o programa PAIS já conta com aproximadamente dez mil unidades de produção espalhadas em 23 estados. De acordo com o veterinário do Departamento de

¹⁴¹ Transcrição de parte do relato do assentado, referente a importância da produção agroecológica – Selvíria/MS. Entrevista, Trabalho de campo realizada em Novembro de 2013 no projeto de assentamento São Joaquim.

Agronegócio de Três Lagoas, Renato Carrato, o programa destinou, para o estado de Mato Grosso do Sul, 115 kits; desse total, 25 kits foram direcionados para o município de Três Lagoas, além de outros municípios do Estado:

[...] ao todo foram destinados a Mato Grosso do Sul 115 kits. Além de Três Lagoas, que recebe as 25 unidades, os municípios de Inocência, Água Clara, Campo Grande e Selvíria também foram contemplados. Dez kits foram comprados através de uma parceria com a Eldorado Brasil. A empresa apoia dois blocos, inicialmente, em Três Lagoas e em Selvíria.¹⁴²

Os 10 kits comprados em parceria com a empresa Eldorado Brasil foram instalados, em 2010, na comunidade rural de Três Lagoas “Cinturão Verde”, considerada a primeira comunidade a vivenciar a experiência de hortas orgânicas do sistema PAIS.

Alguns itens dos kits entregues pela a empresa, devem ser providenciados pelo produtor: 10 galinhas, 1 galo, 4 sacos de milho, 1 carrinho de mão, 2 tambores de 100 litros, 1 tambor de ferro, 1 pulverizador costa 20 litros, 1 base para a caixa d’água.

Além da compra desses materiais, é de total responsabilidade do produtor, zelar dos materiais que receber, evitando que se deteriore. Há um conjunto de obrigações que são assumidas pelos produtores, a saber: as despesas com a conservação e manutenção dos materiais; participar dos treinamentos e capacitações; comprometimento com a metodologia do programa e orientações técnicas oferecidas; não alugar ou entregar os materiais do kit para terceiros e, em caso de desistência, devolver ao órgão responsável pelo programa.

Atualmente, além do Cinturão Verde de Três Lagoas, o PAIS segue sua fase de implantação nos projetos de assentamento Alecrim, São Joaquim e Pontal do Faia, como podemos observar na figura 23. Com a oportunidade de escoarem seus produtos na feira local, esse programa tem reduzido o número de empecilhos ou dificuldades para comercialização.

¹⁴² **PAIS beneficiará mais 25 famílias de Três Lagoas.** Disponível em: <<http://www.cultura106fm.com.br/noticias/view/?id=6127/>>. Acesso em: 05 de Agosto de 2013.

Figura 23: Programa PAIS nos assentamentos do município de Três Lagoas e Selvíria

PA Alecrim



PA São Joaquim



PA Pontal do Faia



Fonte: Trabalho de Campo 2013/2014

Organizado pela autora

Segundo informações obtidas partir das entrevistas a campo com os assentados envolvidos no programa PAIS, os incentivos do programa têm garantido aos assentados a renda suficiente para manterem-se dentro do lote, o

que tem contribuído para o rompimento dos vínculos empregatícios nas empresas de eucalipto. Lembramos que uma dessas empresas do eucalipto é parceira desse programa, a Eldorado Brasil. O paradoxo destas ações da Eldorado Brasil tem explicação no fato de que a empresa necessita destas ações sociais para garantir os selos de certificação, exigência fundamental para a venda da celulose nos mercados europeus.

Vejamos a fala de assentado do projeto de assentamento Alecrim:

[...] Esse projeto aqui pra família a gente acredita que é uma melhoria muito grande, a gente acredita nesse projeto, e é um meio pra gente tá deixando da gente trabalhar pra fora, é porque o projeto da pessoa que entra no assentamento é deixar de trabalhar pra fora e trabalhar pra si próprio, deixar de ser, muitas vezes é mandado lá fora, porque você planta, planta, planta, e não é seu, você cria, cria, cria, e não é seu, então isso daí [projeto] a gente vai, eu creio que vai melhorar, de vida, melhorar a situação da gente, a gente vai trabalhar dentro do que é da gente [...] eu creio que esse projeto ele veio pra dar uma solução pra nós vivermos aqui dentro desse pedaço de terra, eu acredito, nós acreditamos muito nisso [...] (Assentado do projeto Alecrim, 2013 – Selvíria/MS)¹⁴³

Outro ponto salientado como positivo do programa PAIS, diz respeito ao fato de que o mesmo auxiliou os assentados na entrega dos produtos para as cotas estatais, como é o caso da Associação de Agricultores do assentamento Pontal do Faia. Nesse assentamento, das nove famílias contempladas com os kits do programa, três conseguiram, no ano de 2014, entregar os produtos da horta orgânica do PAIS para a merenda escolar (PNAE), em especial as hortaliças e legumes. Só no primeiro semestre, eles atenderam 13 centros de educação infantil, 2 creches, 1 centro educacional e 1 igreja, totalizando 17 instituições atendidas, contemplando aproximadamente 3.400 beneficiários, conforme o quadro 14:

¹⁴³ Transcrição de parte do relato do assentado, referente a importância do projeto PAIS – Selvíria/MS. Entrevista, Trabalho de campo realizada em Novembro de 2013, no projeto de assentamento Alecrim.

Quadro 14: CEIs e quantidade de alunos atendidos¹⁴⁴

CEIS	Alunos Atendidos ¹⁴⁵
Creche Dona Clementina Carrato	90
Centro Educacional Profª Maria Aparecida do Nascimento Castro	Capacidade 425
Centro de Educação Infantil Diva Garcia de Souza	102
Centro de Educação Infantil Diógenes de Lima	259
Centro de Educação Infantil Guanabara	281
Creche Irmã Sheila	245
Centro de Educação Infantil Jaci Cambuí Ferreira	206
Centro de Educação Infantil Jupia	97
Centro de Educação Infantil Lilian Márcia Dias	136
Centro de Educação Infantil Massumi Otsubo	171
Centro de Educação Infantil Novo Alvorada	262
Centro de Educação Infantil Nilza Tebet Thomé	175
Centro de Educação Infantil Neide De Souza Lima	Capacidade 250
Centro de Educação Infantil Nossa Senhora Aparecida	300
Centro de Educação Infantil Olga Salati Marcondes	214
Centro de Educação Infantil Santa Luzia	143
Igreja Nazareno	Não informado

Fonte: Cronograma de distribuição, Pontal do Faia Organizado pela autora

Segundo o cronograma de distribuição elaborado pela prefeitura de Três Lagoas, o grupo, formado por apenas três famílias de camponeses assentados, entregou, no dia 26 de maio de 2014, um montante de 174 kg, distribuídos em hortaliças e legumes. Desse total, foram 41 kg de abóbora, 34 kg de almeirão, 34 kg de couve, 32 kg de alface, e por último, 16,5 kg de salsa e 16,5 kg de cebolinha. Toda essa produção foi entregue para a merenda escolar. As entregas nos Centros de Educação Infantil (CEIs) são realizadas semanalmente e são de total responsabilidade dos assentados, tanto no que diz respeito à organização dos

¹⁴⁴ **Prefeita empossa diretores de Escolas Municipais e CEI's.** Disponível em: <<http://www.treslagoas.ms.gov.br/noticia/prefeita-empossa-diretores-de-escolas-municipais-e-cei-s/7318/>>. Acesso em: 05 de Junho de 2014

¹⁴⁵ O quantitativo de alunos está baseado no número limite de matrículas permitidas por cada CEIs, correspondente ao ano de 2013.

produtos que serão entregues, quanto ao transporte destes até as CEIs beneficiadas.

Quadro 15: Produtos entregues nas CEIs/ Maio de 2014

CEIS	Alface	Abóbora	Almeirão	Salsa	Cebolinha	Couve
Creche Dona Clementina Carrato	1	1	1	0,5	0,5	1
CE Profª Maria Aparecida do Nascimento Castro	3	5	3	1,5	1,5	3
CEI Diva Garcia de Souza	1	1	1	0,5	0,5	1
CEI Diógenes de Lima	2	3	2	1	1	2
CEI Guanabara	2	4	2	1	1	2
Creche Irmã Sheila	2	3	2	1	1	2
CEI Jaci Cambuí Ferreira	2	3	2	1	1	2
CEI Jupia	2	2	2	1	1	2
CEI Lilian Márcia Dias	2	2	2	1	1	2
CEI Massumi Otsubo	2	1	2	1	1	2
CEI Novo Alvorada	3	4	3	1,5	1,5	3
CEI Nilza Tebet Thomé	2	2	2	1	1	2
Neide De Souza Lima	2	2	2	1	1	2
CEI Nossa Senhora Aparecida	3	2	3	1,5	1,5	3
CEI Olga Salati Marcondes	2	3	2	1	1	2
CEI Santa Luzia	2	2	2	1	1	2
Igreja Nazareno	1	2	1	0,5	0,5	1
Total	32	41	34	16,5	16,5	34

Fonte: Cronograma de distribuição, Pontal do Faia Organizado pela autora

Além da entrega para as cotas estatais, alguns integrantes do grupo também comercializam sua produção no assentamento e participam da feira local da cidade de Três Lagoas aos sábados, como podemos ver na figura 25; outros entregam de porta em porta nas casas e restaurantes.

Figura 24: Horta e venda dos produtos do programa PAIS



Horta circular do programa PAIS

Venda dos produtos na feira local da cidade de Três Lagoas



Fonte: Trabalho de campo, 2013



Organizado pela autora

Cabe destacar que nessa fase de implantação do programa muitas foram as dificuldades. Entre eles a distância de 40 à 80 km que separa estes projetos de assentamento das sedes dos municípios onde é feita a comercialização, principalmente das hortaliças. Outra dificuldade apontada foi a demora na entrega

dos kits¹⁴⁶, que não foram distribuídos ao mesmo tempo para todas as famílias, por não estarem completos.

Essas dificuldades são vivenciadas não apenas no assentamento Pontal do Faia, como também nos projetos de assentamento São Joaquim e Alecrim, pois a demora na entrega dos Kts contribui para a desistência das famílias. Ou no caso de alguns assentados, cansados de esperar os equipamentos que faltavam, e já estando com a terra preparada, compraram alguns dos materiais por conta própria, o que acabou acarretando prejuízo financeiro, como enfatiza o relato que segue:

[...] a horta tá produzindo só que por conta nossa [...] desde o mês de junho que esse projeto, eles vieram aqui e puseram esse projeto tudinho aí, daí eles disseram assim que oia!, falou quem tinha ganhando néh! Quem tinha sorteado pra poder pegar, porque só [teria] treze¹⁴⁷ [kit] aqui dentro né, aí nós já peguemo ali, porque essa parte que nós montemo essa horta era cana que a gente tinha lá, aí a gente já peguemo um trator já gradiemo lá, e já comecemo plantar lá porque disse que era logo, que era logo néh! E por fim da conta até hoje [novembro] e vai fazer curso, e faz curso, e faz curso e até agora nada de desenrolar. Eu vou falar: porque eu não sei não se for pro ano que vem, a gente vai acabar desistindo também porque, já desistiram bastante hein! Não, porque é enrolado demais né! [...] trouxeram tudo as sementes, e a nós comprou a semente pra poder plantar, e as sementes lá, não entrega a semente [...] porque isso daí que é ruim, já gastemo, já compremo tela pra gente cercar aquilo ali [o espaço para a horta] aqui as casas são muito perto então como a gente vai plantar uma horta se você não cercar? E no projeto deles eles não ia dar a tela! A tela que eles iriam dar era só a tela do galinheiro [...] então nós já compremo isso daí, então vamo adiantar, porque eles chegando e vendo que a gente táh com interesse néh! Eles entregam o material, mas até hoje [...] (Assentada 01 do projeto Alecrim, 2013 – Selvíria/MS)¹⁴⁸

A referida assentada relata ainda que alguns dos materiais dos kits já estavam depositados ao ar livre, num dos lotes do assentamento, à espera do

¹⁴⁶ Sobre a entrega, ressaltamos que a aquisição dos kits não pode ocorrer de maneira incompleta, ou seja, eles só devem ser entregues para produtor contendo todos os materiais necessários para montarem a horta, na ausência de algum, mesmo tendo os outros, os materiais não poderão ser entregues. Além disso, a regra de aquisição também determina que, para não haver extravios ou perdas de materiais, a distribuição do kit deve ser realizada pelos órgãos responsáveis pelo apoio técnico do programa, no caso os técnicos do SEBRAE.

¹⁴⁷ Durante essa Trabalho de campo (novembro de 2013), algumas famílias já tinham desistido do programa.

¹⁴⁸ Transcrição de parte do relato referente a demora do kit – Selvíria/MS. Entrevista, Trabalho de campo realizada em Novembro de 2013, no projeto de assentamento Alecrim.

restante dos materiais que ainda tinham sido comprados – infelizmente, o descaso parece ser uma sina da reforma agrária. Com isso alguns materiais acabaram se deteriorando antes mesmo do uso pelos assentados, como podemos ver na continuação do relato:

[...] Porque se você ver, já tem de um mês e meio que eles trouxeram os materiais, madeira, caixa tá tudo aí num lugar! Vento até quebrou as tampas das caixas [...] se causo eles falassem: não vai ser mais entregue, porque eu acho que quando eles começam a entregar o material porque já foi aprovado néh! Porque não entregou cada um na sua casa, memo que falassem assim: não mas não é pra usar agora a gente até guardava, agora quem vai querer essas caixas quebradas? Essas tampas quebradas, porque quando [o técnico do SEBRAE] ele falou assim oh: Quem estragar a caixa ou qualquer coisa vai ter que pagar depois. Agora você vai pegar estragado [...]

Figura 25: Materiais depositados em alguns lotes



Fonte: Trabalho de campo, 2013



Organizado pela autora

A partir das falas dos entrevistados do programa PAIS, registramos que à maioria das famílias integrantes do programa abandonaram o trabalho assalariado nas empresas de eucalipto, pelo fato de agora auferiam renda suficiente para se manterem no sítio. Todavia, houve casos também de abandono do programa em virtude das dificuldades encontradas para sua efetivação, em especial nos assentamentos Alecrim e São Joaquim. Restando a essas famílias a continuidade do trabalho junto às empresas de eucalipto, como podemos ver no relato que segue:

[...] não entregaram o kit ainda, eu acho que é esse um ponto que as pessoas desanima, porque o projeto é pra ontem, entendeu, o povo daqui já tá necessitado de trabalhar, porque se tá na cidade, esta sem serviço, aqui você tem muita gente que trabalha em firma, mas o projeto, o plano de vim pra cá não é trabalhar em firma, a

gente veio pra trabalhar na roça se fosse pra todo mundo vir e ficar envolvido em serviço deixava a fazenda pro fazendeiro, no meu pensamento ai se vê que esse projeto ai eles faz esse projeto e tal, ai demora pra ser executado o pessoal não tem saída tem que ir pra firma [...] (Assentada 02 do projeto Alecrim, 2013 – Selvíria/MS)¹⁴⁹

Ao analisarmos o papel das empresas de eucalipto instaladas no município de Três Lagoas na permanência (ou não) dos camponeses no chão de reforma agrária, torna-se necessário também fazer referência aos projetos desenvolvidos pela empresa Fibria com base no Programa de Desenvolvimento Rural e Territorial (PDRT)¹⁵⁰. Por meio de parcerias com as prefeituras, instituições e representantes da sociedade civil, esse programa desenvolve projetos nos municípios de Brasilândia, Três Lagoas e Selvíria, com o objetivo de fortalecer as cadeias produtivas das comunidades rurais via capacitação das associações nas linhas de gestão, produção e comercialização.

Entre os projetos desenvolvidos no município de Três Lagoas, destacamos o projeto “Produzindo Frutos e Arborizando a Região”, implantado pela Fibria em parceria com o BNDES, no projeto de assentamento Vinte de Março, a partir de 2010, que, segundo o site de assessoria da Fibria, Painei Florestal, tem por objetivos:

Implantação de um viveiro de mudas, com mudas frutíferas e do bioma do cerrado, para desenvolver a agricultura familiar no assentamento 20 de março. As mudas produzidas serão comercializadas para empresas e propriedades da região, que precisam realizar compensação ambiental. Também haverá desenvolvimento de hortas com verduras, hortaliças e legumes e a venda de frutas. Serão beneficiados produtores rurais assentados, que não têm histórico nesse tipo de produção. As capacitações profissionais em técnicas agrícolas serão realizadas em parceria com a AGRAER e o Sindicato Rural. Projeto desenvolvido pela Fibria em parceria com o Programa Redes, ação que busca contribuir para o desenvolvimento sustentável de municípios brasileiros e para a geração de renda para população de baixa renda das cidades participantes por meio da iniciativa firmada no final de 2010 entre Instituto Votorantim e BNDES.

¹⁴⁹ Transcrição de parte do relato sobre o retorno de alguns assentados para as empresas de eucalipto em decorrência da demora na entrega dos Kits – Selvíria/MS. Entrevista, Trabalho de campo realizada em Novembro de 2013, no projeto de assentamento Alecrim.

¹⁵⁰ **Sobre os Projetos da Fibria**, ver: Disponível em: <<http://www.painelflorestal.com.br/noticias/celulose-e-papel/fibria-apresenta-investimento-social-para-tres-lagoas-ms-e-regiao-em-2013/>>. Acesso em: 10 de Novembro de 2013

O assentamento Vinte de Março esta localizado na BR 262 (sentido Três Lagoas – Água Clara), implantado no ano de 2009, no município de Três Lagoas, beneficiando 69 famílias. Percebemos em saída de campo, que assim como os projetos de assentamento do município de Selvíria, que nesse assentamento também há certo número de assentados com vínculo empregatício com a empresa Fibria.

Segundo os assentados, a opção de buscar renda fora do lote é decorrente da baixa fertilidade do solo para produção alimentar, ausência de apoio técnico, inviabilidade de comercialização. Dentre as dificuldades mais sentida pelos assentados, também está a questão da falta de luz elétrica, assim como no PA São Joaquim:

[...] a turma do Incra, essas pessoas que vem cortar a terra não sabe avaliar terra pra pobre não, porque isso daqui não é terra pra pobre trabalhar não [...] que nem essa horta ai oh! Eu funcionei melhor que todos porque eu já cheguei com uma carga, com uma bagagem, porque se eu tivesse sem bagagem, eu estaria igual os outros ou pió [...] (Assentado do projeto Vinte de Março, 2013 – Três Lagoas/MS)¹⁵¹

À semelhança do que ocorreu com o programa PAIS nos assentamentos anteriormente estudados, o projeto das hortas organizado pela Fibria, auxiliou as famílias a participarem dos programas de cotas estatais (PAA e PNAE). Nas falas eles enfatizam como os programas das cotas estatais contribuíram para a geração de renda e manutenção dos grupos familiares, fundamentais para a sua permanência no assentamento. Podemos citar o caso de Dona Silva que já estava morando na cidade e pensando em desistir do lote, no entanto quando vislumbrou a oportunidade de obter renda por meio da produção do lote, retornou, e, atualmente, faz parte de vários projetos desenvolvidos pela Fibria, como podemos observar na sua fala:

[...] ai eles [Fibria] vieram com as hortas, eles implantaram 34 hortas aqui dentro, foi o que fez a gente ficar dentro do assentamento até agora, a maioria das pessoas sobrevive só da

¹⁵¹ Transcrição de parte do relato sobre as dificuldades após a conquista do assentamento – Três Lagoas/MS. Entrevista, Trabalho de campo realizada em Dezembro de 2013, no projeto de assentamento Vinte de Março.

horta aqui dentro [...] (Assentada 01 do projeto Vinte de Março, 2013 – Três Lagoas/MS)¹⁵²

O mencionado projeto implantou 34 hortas tradicionais, com assistência técnica oferecida pela empresa Fibria, durante quatro anos. No final de 2011, a partir desse projeto, é formada a Associação dos Agricultores(as) Familiares do Assentamento Vinte de Março, constituída pelas 34 famílias que faziam parte do projeto da horta, para auxiliar na organização da comercialização da produção. No início do projeto, muitos assentados perderam grande parte da sua produção, porque ainda não tinham a liberação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), condição para poder entregar a produção para os programas das cotas estatais, como é relatada pela assentada no decorrer da entrevista:

[...] eu no meu caso, eu falei pra eles: que o que eu não vendi na época que não tinha vendas eu joguei tudo pros porcos. Assim, joguei tudo não, joguei muito, comi bastante, dei bastante verdura, e a maioria que não vendemos demos pros porcos [...] porque não tinha DAP, o INCRA, não liberou nossa DAP na época que era necessária [...]

Com o intuito de diminuir o desperdício das verduras, buscaram, via Associação, caminhos para o escoamento da produção, vendendo seus produtos no próprio assentamento e participando da feira local da cidade de Três Lagoas aos sábados, como observamos na figura 26.

¹⁵² Transcrição de parte do relato referente ao projeto das hortas – Três Lagoas/MS. Entrevista, Trabalho de campo realizada em Novembro de 2013 no projeto de assentamento Vinte de Março. Outras entrevistas foram realizadas com essa assentada no decorrer do ano de 2012 - 2014, uma vez que além de participar do projeto, ela esteve na posição de vice-presidente da associação nesse período. Desse modo, parte das entrevistas sobre o programa da horta foi realizada com ela.

Figura 26: Venda dos produtos do projeto Produzindo frutos e arborizando a região



Horta do projeto Produzindo frutos e arborizando a região

Venda dos produtos na feira local da cidade de Três Lagoas



Fonte: Trabalho de campo, 2013

Organizado pela autora

A partir do ano de 2012, com a liberação da DAP, além da participação na feira, 19 das 34 famílias, conseguem entregar parte dos produtos do projeto da horta para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, como podemos observar no quadro 16. A entrega de parte da produção para estes programas governamentais foi considerada positiva pelos assentados, em especial, porque boa parte da produção das hortas estava garantida para venda:

[...] a gente estamos entregando para os asilos, creches e hospitais [...] então vai fazer um ano, vai fazer um ano agora em dezembro que a gente começou a entregar. E foi muito bom, muito bom, melhor até que a feira, que você entregar pra restaurante eu acho [...] (assentada 01 do projeto Vinte de Março, 2012 – Três Lagoas/MS)

Quadro 16: Venda da Associação “Vinte de Março” para o PAA (2012-2013)

Produto	Quantidade (kg)	Valor (R\$)
Abóbora	3,060	1,50
Alface	10,064	1,70
Almeirão	4,180	2,60
Banana (Maça)	250	Sem valor
Beterraba	244	1,50
Cebolinha (Verde)	1,888	1,80
Cenoura	800	1,30
Coentro	1,008	3,70
Couve	1,284	1,60
Maracujá (Azedo)	315	3,60
Maxixe	480	2,00
Mandioca (Sem Casca)	5,150	1,40
Melancia	663	0,80
Pepino (Comum)	400	1,30
Quiabo	720	2,70
Rabanete	875	1,00
Rúcula	1,896	3,40
Salsa	780	5,00

Fonte: Transparência Pública PAA - 2012

Organizado pela autora

As avaliações dos assentados referentes ao PAA na sua maioria foram positivas, porque “se não vem esse projeto de entregar pra CONAB ninguém ia produzir na horta, porque produzir pra dar pra bicho?”, como ocorria anteriormente:

No começo a gente achava muito barato, mas aí a gente foi fazer umas contas, a gente está entregando aqui, a gente não está tendo trabalho nenhum, não está tendo perca nenhuma [...] então é mais negócio você vender pra Conab néh! Que vem buscar na porta você não tem que pagar esse frete pra levar lá na feira, você não tem que pagar o ponto na feira, e nem o ponto pra prefeitura [além disso] eu falo que foi o pessoal continuar nos projetos das hortas néh! Que tinha muitas pessoas que estavam pensando já em desistir, entregar a horta, porque não estava tendo venda pra tudo aquilo de produto, se não vem esse projeto de entregar pra Conab ninguém ia produzir na horta, porque produzir pra dar pra bicho? (Assentada 01 do projeto Vinte de Março, 2013 – Três Lagoas/MS)

Esta situação de satisfação com a venda do PAA mudou no segundo semestre do ano de 2013, quando a entrega para o PAA foi paralisada devido ao

processo de investigação¹⁵³ iniciado pela Polícia Federal, decorrente de irregularidades no uso de DAPs. Momento considerado delicado para os produtores, pois o programa, como já dito anteriormente, foi a garantia de venda encontrada por eles para escoar a produção da horta; a partir disso, o ponto de venda principal era somente a feira local.

Com esse bloqueio da venda ao PAA, a partir do segundo semestre de 2013, a Associação busca, por meio de elaboração de projetos, entregar a produção para a merenda escolar. Com o esforço da Associação e de técnicos da Fibria, no primeiro semestre de 2014, 15 produtores da associação iniciam a entrega da produção para a merenda escolar – PNAE.

O quadro 17 mostra além da quantidade de escolas municipais e quantidade de alunos atendidos pelos assentados no semestre de 2014, os dois Programas assistenciais, totalizando 15 entidades beneficiadas, contemplando aproximadamente 3.400 beneficiários.

¹⁵³ Para saber mais sobre a investigação, ver **PF realiza operação em Três Lagoas por desvio de verbas no “Fome Zero do Governo Federal”** Disponível em: <<http://www.radiocacula.com.br/noticias/policial/pf-realiza-operacao-em-tres-lagoas-por-desvio-de-verbas-no-fome-zero-do-governo-federal/>>. Acesso em: 20 de Outubro de 2013.

Quadro 17: Escolas Municipais e quantidade de alunos atendidos

Escolas Municipais	Alunos Atendidos (2012 – 2013) ¹⁵⁴
Programa Integração AABB Comunidade	450 educandos
E.M Professor Elson Lot Rigo	557
E.M Eufrosina Pinto	793
E.M Senador Filinto Muller	495
E.M Gentil Rodrigues Montalvão	671
E.M General Nelson Rodrigues	690
E.M Professora Maria Eulália Vieira	719
E.M Professora Maria De Lourdes Lopes	554
E.M Marlene de Noronha	553
E.M Professor Odeir Antônio Da Silva	442
E.M Olyntho Mancini	579
E.M Presidente Médici	457
E.M Professor Ramez Tebet	611
E.M São Carlos	1.112
Crase Coração de Mãe	1.500

Fonte: Cronograma de distribuição, Vinte de Março Organizado pela autora

Segundo o cronograma de distribuição elaborado pela prefeitura de Três Lagoas, o grupo formado por 15 famílias entregaram no dia 28 de maio de 2014 um montante de 259,5 kg de hortaliças, desse total, 69 kg de couve, 54 kg de alface, 31 kg respectivamente de almeirão, chicória e rúcula, 29 kg de Cebolinha e 14,5 kg de salsa, toda a produção direcionada para a merenda escolar, como podemos observar no quadro 18 a seguir:

¹⁵⁴ O quantitativo de alunos está baseado no número limite de matrículas permitidas por cada Escola, correspondente ao ano de 2013. Já a quantidade de **pessoas atendidas pelo C.R.A.S.E** refere-se a notícias online de jornais locais, disponível em: <http://www.bolsaoms.com.br/noticias/tres_lagoas/crase_coracao_de_mae_comemora_quatro_anos_em_tres_lagoas/>. Acesso em: 05 de Junho de 2014.

Quadro 18: Produtos entregues - Escolas Municipais e Projetos Sociais/ Maio de 2014 – Assentamento Vinte de Março

Escolas Municipais	Alface	Almeirão	Chicória	Rúcula	Couve	Cebolinha	Salsa
Programa Integração AABB Comunidade	3	2	2	2	3	3	0,5
E.M Professor Elson Lot Rigo	4	2	2	2	6	2	1
E.M Eufrosina Pinto	3	2	2	2	5	2	1
E.M Senador Filinto Muller	3	2	2	2	4	2	1
E.M Gentil Rodrigues Montalvão	4	2	2	2	5	2	1
E.M General Nelson Rodrigues	4	2	2	2	5	2	1
E.M Professora Maria Eulália Vieira	4	2	2	2	3	1	0,5
E.M Professora Maria De Lourdes Lopes	4	2	2	2	6	2	1
E.M Marlene de Noronha	3	2	2	2	4	2	1
E.M Professor Odeir Antônio Da Silva	5	3	3	3	7	3	1,5
E.M Olyntho Mancini	2	1	1	1	3	1	0,5
E.M Presidente Médici	4	2	2	2	5	2	1
E.M Professor Ramez Tebet	3	2	2	2	4	2	1
E.M São Carlos	1	2	2	2	5	2	1
CRASE Coração de Mãe	6	3	3	3	8	3	1,5
Total	54	31	31	31	69	29	14,5

Fonte: Cronograma de distribuição, Assentamento Vinte de Março. Organizado pela autora

As entregas nas escolas municipais são realizadas semanalmente, sendo de total responsabilidade dos assentados, tanto a organização dos produtos que serão entregues, quanto o transporte destes até as escolas; já a produção entregue para o PAA, tem a distribuição para os programas sociais realizada pela prefeitura. A seguir (figura 27) mostra algumas famílias no momento da entrega da produção para a merenda escolar no assentamento Vinte de Março.

Figura 27: Produtos entregues para merenda escolar - Associação dos Agricultores (as) Familiares do Assentamento Vinte de Março



Fonte: Trabalho de Campo, 2014

Organizado pela autora

A outra ação do projeto “Produzindo Frutos e Arborizando a Região” é o viveiro para produção de mudas de plantas nativas da região. O mesmo foi

inaugurado no mês de novembro de 2013 (figura 28), intitulado “Jairo Cesário Magalhães”, em homenagem ao assentado Jairo, que faleceu em acidente com a rede elétrica, quando estava ajudando na demarcação dos lotes, dias após a conquista do assentamento Vinte de Março. Segundo informações obtidas no dia da inauguração, o projeto do viveiro beneficia 69 famílias do assentamento Vinte de Março, e pretende atingir uma produção anual de 100 mil mudas nativas e frutíferas, com o intuito de incentivar e fomentar a recuperação de nascentes e de áreas degradadas do assentamento, além da comercialização das mudas para a própria Fibria. As sementes que serão cultivadas nos viveiros serão sementes de pequi, gabioba, marolo, cagaita, mangaba, jaboticaba, pitanga, copaíba, entre outros.

Além dos órgãos públicos, o projeto conta com outros parceiros, entre eles: Syngenta (defensivos químicos); EBRAPI (pulverizador costal); TIMAC AGRO (arames); Fibria (postes de eucalipto, cinco carretas de pedra/brita, consultores e assistência técnica – ITCP e PRAXIS). A figura 28, refere-se a inauguração do Viveiro, e algumas entidades que estiveram presentes no evento, representando os diversos setores do estado e da empresa Fibria.

Figura 28: Inauguração do viveiro “Jairo Cesário Magalhães”



À direita, óculos escuros, atual prefeita **Márcia Moura**, com os representantes da empresa Fibria.

Famílias do Projeto de assentamento Vinte de Março que participam do Viveiro.



À direita, blusa xadrez azul, **Jurandir Xavier Duque**, engenheiro Agrônomo da Agraer; ao lado, viúva de Jairo Cesário Magalhães, dona **Neli Cordeiro Magalhães**; e **Celso Menezes**, Superintendente do Incra; juntamente, com **Fausto Camargo**, blusa xadrez, gerente de sustentabilidade da Fibria. À esquerda, blusa azul, diretor do BNDDES, **Marcos Cavalcante**, ao lado do diretor do Instituto Votorantim, calça preta, **Clóvis Carvalho**.

Fonte: Trabalho de Campo, Novembro de 2013

Organizado pela autora

O viveiro está em fase de implantação e, segundo relatos dos assentados, ele já é considerado uma grande conquista para o assentamento, pois gerará renda, num tempo futuro, para as 69 famílias cadastradas no projeto.

Destacamos também a aliança existente entre os setores privados e públicos na elaboração e implantação dos projetos da empresa nos projetos de assentamentos dos municípios de Três Lagoas e Selvíria. Citamos as parcerias entre BNDDES, Incra e Agraer em relação aos projetos sociais desenvolvidos pela

Fibria e o Instituto Votorantim, com indicação bem clara nas figuras anteriores referentes à inauguração do Viveiro no PA Vinte de Março.

É fundamental um olhar para essa parceria público-privada na condução da reforma agrária na região de Três Lagoas, com destaque para o papel de protagonista das empresas do eucalipto. Situação completamente diferente do ocorrido nos assentamentos de Cáceres-MT onde os assentados e os mediadores históricos de apoio a luta pela terra é que conduzem o processo de apropriação das políticas públicas, a saber PAA e PNAE. Que interesses essas empresas que são adversárias históricas da reforma agrária possuem? Que consequência pode-se esperar dessa mediação estado-empresas na efetivação da reforma agrária numa área de eminente conflito territorial?

No decorrer desta pesquisa observamos que uma das alternativas buscadas pelos camponeses na luta para ficar na terra, num cenário de deficiência das políticas públicas do Estado no tocante a reforma agrária, tem sido o trabalho acessório nas empresas do agronegócio monocultor, como é o caso dos assentados do projeto Alecrim, Pontal do Faia, São Joaquim e Vinte de Março. Porém, foi possível verificar, que quando lhes é dada a oportunidade de apropriação de políticas públicas, como o PAA e o PNAE, eles retomam sua trajetória histórico de produtores de alimentos de consumo popular e, portanto, de contribuição à soberania alimentar.

Acreditamos que, estas políticas públicas, contribuem, por um lado a superar as barreiras de mercado colocado pela lógica do sistema capitalista, e por outro, facilita a chegada dos produtos da agricultura familiar camponesa até os consumidores, principalmente aqueles que vivem em situações de extrema pobreza. O PAA e o PNAE além de tudo o que foi dito, também contribuem para valorizar a produção camponesa, voltado essencialmente para o consumo interno da população brasileira. A questão que emerge neste momento, é outra: por que o acesso a essas políticas públicas passa pela mediação das empresas do eucalipto? – cuja ação enquanto empresa está diametralmente oposta aos princípios da reforma agrária.

Confiamos que as vias de resistência encontradas atualmente pelos camponeses assentados não desqualifica os projetos de reforma agrária presentes nos municípios de Três Lagoas e Selvíria; antes, trazem à tona uma possível crise

da Reforma Agrária como política pública¹⁵⁵, que ocorre do âmbito local para o global.

Essa circunstância é comprovada especialmente quando percebemos que, nos dias atuais, os camponeses sem-terra, ao lutarem pelo retorno, encontram, uma estrutura que, além de concentradora – fruto da atual aliança terra-capital –, está ainda mais excludente, perante a dificuldade do Estado para a aplicação de uma política agrária (como prevista na Constituição de 1988), situação que será nossa linha de abordagem no próximo capítulo.

¹⁵⁵ Para saber mais, ver: KUDLAVIZC, Mieceslau; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Em tempos de “privatização” da reforma agrária, a necessária práxis do bem comum.** BOLETIM DATALUTA, Artigo do mês de: fevereiro de 2014. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/2artigodomes_2014.pdf>. Acesso em: 25 de Maio de 2014.

Cap. 5 - ESGOTAMENTO DA POLÍTICA PÚBLICA DE REFORMA AGRÁRIA?

5.1 O papel do Estado: as formas organizativas

Ao falarmos sobre o papel do Estado e as formas organizativas, via reforma agrária, são referenciados o estudo de García (1973)¹⁵⁶, no qual o autor organizou algumas características da política de reforma agrária na América Latina. Rocha (2013)¹⁵⁷ ao analisar as pesquisas de García sobre a reforma agrária na América Latina enfatiza:

Do ponto de vista de Garcia a Reforma Agrária na América Latina deveria estar baseado em nosso processo histórico, não apenas nas experiências ocorridas em outros países, pois a Reforma Agrária não é um "enlatado qualquer", que pode ser utilizado independente do contexto e de fatores históricos de formação econômica e política. Basear a construção de uma política de Reforma Agrária em experiências que não possuem nenhuma relação com nosso processo de formação e fundamentadas em outras realidades e perspectivas, no entendimento de Garcia, é um grande equivoco. [...] (ROCHA, 2013, p. 20-21)

Para caracterizarmos a política de reforma agrária brasileira é necessário levar em conta, não somente o tipo de estrutura latifundista dominante, mas, também, as ações sociais e ideológicas que fundamentaram as estratégias de desenvolvimento no campo, assim como García (1973) defendeu ao estudar a América Latina:

Una tipología de las reformas agrarias en América latina debe fundamentarse en una caracterización de la naturaleza del proceso histórico de cambio, no solo según los tipos de estructura latifundista, sino también con relación al contexto nacional, a las fuerzas sociales, las ideologías y los objetivos estratégicos del desarrollo [...] (GARCÍA, 1973, p. 7)

O autor ressalta em sua análise que a reforma agrária não é apenas “[...] una política, un limitado instrumento de cambio rural, sino también um *processo estratégico* [...]” (GARCÍA, 1973, p. 23) considerando tanto as ações do Estado,

¹⁵⁶ GARCÍA, Antonio. **Sociologia de la Reforma Agrária em América Latina**. Bogotá - Cruz de Sur, 1973.

¹⁵⁷ ROCHA, Herivelto Fernandes. **Organização territorial dos assentamentos rurais no Brasil. Relação entre políticas públicas, movimentos socioterritoriais e os assentados das reformas agrárias**. 2013. 181 f. Relatório de Qualificação (para obtenção de Título de Mestre em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

quanto as forças sociais contribuintes para a formação de uma nova sociedade. Nessa perspectiva, o processo estratégico da política de reforma agrária pode ser estudado em diversos ramos e perspectiva das ciências sociais.

García (1973, p. 25), assevera em sua análise, que a real caracterização da política de reforma agrária presente na América Latina, é aquela que valoriza os processos históricos causadores de possíveis modificações e/ou substituíram a estrutura latifundista, tanto “[...] mediante la alteración de las relaciones de poder y de las normas institucionales que las expresan, y en función de ciertos *objetivos estratégicos o proyectos de vida*.”

Para o autor, a caracterização histórica da reforma agrária na América Latina está dividida em três esquemas, a saber: *estrutural, convencional e marginal (contrarreforma)*. A primeira seria a política de reforma agrária elaborada num nível nacional ao global, liderada particularmente pelos camponeses empenhados em administrar o cenário político, provocando ruptura no poder das elites capitalistas, como foi o caso de México, Cuba, Bolívia, Peru e Chile. Assim a política de reforma agrária estrutural seria:

[...] *un proceso nacional y global de transformaciones revolucionarias liderado por un nuevo elenco de fuerzas sociales que toman la iniciativa de la conducción política y fundamentado en la modificación radical de las relaciones de poder y de las normas institucionales que las articulan y sustentan.* (GARCÍA, 1973, p. 26)

A política de *reforma agrária convencional*, caracteriza-se pela aliança política entre as novas forças sociais e as antigas, não provocando ruptura no poder estabelecido, mas integração entre eles. Os processos de expropriação dão lugar para as indenizações, caso típico do Chile (1965), Colômbia e Argentina; ou seja, ela seria:

[...] parte de una operación negociada entre antiguas y nuevas fuerzas sociales – por intermedio del sistema institucionalizado de partidos conservadores, reformistas y revolucionarios –, intentando modificar las reglas de funcionamiento de la estructura latifundista sin cambiar las normas institucionales de la *sociedad tradicional*, y enfocando la reforma como una cuestión aislada y sectorial o como una política de modernización social y tecnología de la estructura (GARCÍA, 1973, p. 26)

E por último, a política de *reforma agrária marginal ou contrarreforma agrária*, vista pelo autor como sendo aquela que preserva a estrutura latifundista, liderada pelas classes de proprietários de terra ou a classe burguesa, focada em desviar as reivindicações dos movimentos sociais de luta pela terra, por meio de alguns mecanismos compensatórios, como por exemplo: parcelamento marginal de latifúndios, o melhoramento ou readequação dos projetos de assentamento já criados, entre outros. Como exemplos de países que adotaram essa política têm-se o Peru (anterior a 1969), Colômbia (1962-1971), Equador, Chile, Nicarágua e Honduras.

[...] que no apuntan hacia la ruptura del monopolio señorial sobre la tierra o hacia la transformación fundamental de las estructuras latifundistas [...] sino hacia la reparación superficial y hacia la preservación histórica de esas estructuras, desviando la presión campesina o la presión nacional sobre la tierra hacia la colonización de tierras baldías, de propiedad fiscal y localizadas en zonas periféricas; apoyándose políticamente en las propias fuerzas sociales dominantes, en su sistema de partidos y aplicando, por consiguiente, las normas institucionales de la sociedad tradicional en materia de expropiaciones, indemnizaciones, causales de afectación, tipos de adjudicación y asentamiento, métodos de valorización comercial de la tierra, modos de funcionamiento de los mecanismos judiciales y administrativos [...](GARCÍA, 1973, p. 26)

Para Stédile, M. (2013),¹⁵⁸ não presenciamos, no caso brasileiro, até os dias atuais, uma *reforma agrária estrutural*, pois, para esse autor, no Brasil apenas houve a reforma agrária fundamentada nas políticas de assentamentos rurais, e não necessariamente em política de transformação da estrutura fundiária, ou seja, democratizando o acesso à terra via desconcentração fundiária.

Stédile, J. P. (2014)¹⁵⁹, ao analisar as lutas sociais pela reforma agrária no capitalismo industrial, no século XX, no Brasil, enfatizou como elas atuavam contra o latifúndio, e a implantação de alguns projetos de assentamentos eram tolerados pela burguesia industrial, pois, os camponeses, após a conquista da terra, poderiam entrar no conjunto de consumidores dos produtos industriais. Assim, essa

¹⁵⁸ **Reforma Agrária popular, por terra e soberania alimentar.** Disponível em: <<http://www.mst.org.br/congresso6/Reforma-Agraria-popular-por-terra-e-soberania-alimentar/>>. Acesso em: 18 de Dezembro de 2013.

¹⁵⁹ **Entrevista com João Pedro Stédile.** Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/531351-as-eleicoes-presidenciais-nao-tem-como-proposito-recolocar-a-questao-da-reforma-agraria-entrevista-especial-com-joao-pedro-stedile/>>. Acesso em: 30 de Maio de 2014

reforma agrária, denominada pelo autor como clássica, colaborava no projeto de desenvolvimento do capitalismo no campo.

Na época do capitalismo industrial, a luta pela reforma agrária dos camponeses era contra o **latifúndio**. A própria **burguesia industrial** nos olhava com certa condescendência, porque, afinal, depois que nós conquistássemos a terra e se multiplicasse o campesinato, geraríamos mais compras na indústria, maior integração no mercado. A burguesia em si não se sentia afetada e foi por isso que ela nos tolerou [...] (STÉDILE, J.P., 2014, p. 2 grifo do autor)

Mas, a burguesia industrial brasileira não tinha o interesse de viabilizar esta política de reforma agrária, uma vez que seu intuito era transformar o campesinato em reserva de mão de obra barata, e para isso seria necessário estimular o êxodo rural, via bloqueio da reforma agrária. Essa situação quase foi alterada em meados dos anos de 1960 com os programas do governo social de João Goulart, olhando os projetos de reforma agrária como caminho mais viável para solucionar os problemas advindos com a crise do capitalismo industrial. Foi um dos melhores períodos para os projetos de reforma agrária elaborados até hoje. (STÉDILE, 2014)

Em confronto direto com os ideais do programa de Goulart, houve o Golpe Militar, liderado pela burguesia agrária agindo de forma repressiva contra os movimentos sociais de luta pela terra, bloqueando as discussões e as conquistas da reforma agrária, em especial, o fortalecimento de nova classe dominante no campo, misto de proprietário de terra e capitalista:

[...] formada pelo **capital financeiro**, que domina a produção agrícola, pelas grandes empresas transnacionais e, óbvio, pelos fazendeiros que se modernizaram e aderiram a essa aliança. E ainda há um quarto elemento da composição de classes: **os meios de comunicação**. A burguesia usa os meios de comunicação para justificar ideologicamente à população que o agronegócio é a única alternativa possível, que ele sustenta o Brasil, que produz alimentos baratos, etc. [...] (STÉDILE, J.P., 2014, p. 2 grifo do autor)

Assim, nessa perspectiva, Stédile (2014) enfatiza, no decorrer de sua análise, a hegemonia do agronegócio, usando a falácia de ser o responsável pela produção de alimentos, domina não só os ramos da produção alimentícia, como os projetos políticos do governo. Não presenciamos o esgotamento da política de reforma agrária como caminho de solução dos problemas fundiários e da soberania alimentar, mas encontra-se paralisada, uma vez que, contraditoriamente, houve

aumento da concentração de terra, e os últimos projetos de assentamento criados não conseguiram afetar a estrutura da propriedade. Deste modo:

A reforma agrária está paralisada, porque, mesmo quando se desapropria uma fazenda para resolver algum problema de acampamento, isso não é reforma agrária; é uma solução de um problema político e social. Em geral, essas desapropriações pontuais só resolvem o problema de um acampamento específico e não afetam a estrutura da propriedade da terra (STÈDILE, 2014, p. 5)

Para Girardi e Fernandes (2008),¹⁶⁰ a política de assentamentos rurais desenvolvida no Brasil conserva a estrutura consolidada, ou seja, os problemas agrários não são resolvidos, e a estrutura fundiária continua concentrada nas mãos da elite agrária. Segundo eles, houve no país a política de *reforma agrária conservadora*, os assentamentos implantados são classificados em dois grupos: não reformadores e reformadores. Os primeiros, criados em terras públicas, não exigem o mecanismo de desapropriação para acesso à terra, ou seja, a terra concentrada não foi dividida; já os segundos são instituídos via desapropriação, e nesse caso, há desconcentração fundiária. Assim:

De modo geral, os assentamentos *não reformadores* são os reconhecimentos de posse, assentamentos criados a partir de terras públicas, unidades de conservação sustentáveis e outros projetos de caráter ambiental [...] A criação de unidades de conservação de uso sustentável, reconhecidas como assentamentos rurais, não desconcentra a terra. Essas áreas não fazem parte da estrutura fundiária e geralmente são criadas em terras públicas, o que não implica em desapropriação de terras. A regularização de posses também não implica em desapropriação de terras. Desta forma, consideramos que o reconhecimento de posses e a criação de assentamentos em terras públicas são formas de alterar a estrutura fundiária com a adição de novas áreas e de novos detentores, sem que seja necessário *reformular* as áreas que previamente compunham a estrutura fundiária, ou seja, dividir as terras. No caso dos assentamentos *não reformadores* o campesinato se territorializa sem que haja a desterritorialização do latifúndio. Para os assentamentos *reformadores* as terras são arrecadadas geralmente a partir de desapropriação, o que representa o mais alto grau de reforma da estrutura fundiária possível na legislação brasileira atual. Através da criação desses

¹⁶⁰ GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A luta pela Terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora**. Revista Agrária, São Paulo, nº 8, pp. 73-88, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/157/>>. Acesso em: 20 de Setembro de 2013

tipos de assentamentos é cumprido o artigo 186 da Constituição e a estrutura fundiária é *de fato* desconcentrada: com os assentamentos reformadores o campesinato se territorializa a partir da desterritorialização do latifúndio e isso é reforma da estrutura fundiária. (Girardi; Fernandes, 2008, p. 14 grifo dos autores)

Ao analisarmos as características da política de reforma agrária conservadora, percebermos aproximação da política de reforma agrária convencional apresentada por García (1973), pois não há ruptura no poder estabelecido, e a expropriação dá lugar à desapropriação (compra de terra por parte do Estado).

A *expropriação* da terra ao invés da desapropriação poderia ser uma alternativa para possibilitar uma reforma mais ampla, porém isso não é previsto na lei. Assim, a não reforma de áreas de ocupação consolidada é uma decisão política para *conservar* a elite agrária, principalmente no centro-sul e Nordeste, e reservar as terras para a territorialização do agronegócio. Isso possibilita a esta elite ainda mais riqueza e poder, a exemplo do que vem ocorrendo em São Paulo com a cana-de-açúcar. Esta *opção política* é sem dúvida a principal causa da *reforma agrária conservadora*. (GIRARDI; FERNANDES, 2008, p. 23 grifo dos autores)

Girardi; Fernandes (2008) analisou que o exemplo mais amplo de reforma conservadora brasileira foi o programa de crédito fundiário, com apoio do Banco Mundial, originado no governo de Fernando Henrique Cardoso, e replanejado até os dias atuais com os Governos de Lula e de Dilma.

O caráter mais conservador da reforma agrária brasileira é o programa de crédito chamado de *reforma agrária de mercado*, iniciado no governo FHC com o Banco da Terra e hoje transformado no programa Cédula da Terra. Este programa, que segue as indicações do Banco Mundial para a “reforma agrária”, tem como principal instrumento a concessão de crédito para a compra de pequenas propriedades. Desta forma, o Estado se torna ainda mais distante das ações, que neste caso são ditadas pelo mercado de terras [...] (GIRARDI; FERNANDES, 2008, p. 24 grifo dos autores)

Em contrapartida, Oliveira, (2006)¹⁶¹, enfatiza em seu trabalho, os programas de reforma agrária de mercado elaborada no governo de Fernando

¹⁶¹ OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **A política de Contra-Reforma Agrária do Banco Mundial no Ceará**. Revista GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, nº 19, pp. 151-175, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/73996/>>. Acesso em: 20 de Setembro de 2013.

Henrique Cardoso (1995-2002), com incentivo do Banco Mundial, a saber: Programa “reforma agrária solidária” (1996-1997), Projeto Cédula da Terra (1997-2000), Programa Banco da Terra (1999-2002) e o Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural (2002-2003). Todos marcam o primeiro período da política de *contrarreforma agrária* vivenciada no Brasil, aprimorada pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNFC), elaborado no Governo Lula (2003 -2010). Na tabela a seguir, podemos observar a quantidade de assentamentos formados conforme a política de Obtenção de Terras.

Tabela 11: Brasil - Políticas de Obtenção de Terras

Políticas de Obtenção	Assentamentos	Famílias	Área
Compra de terras	570	53.253	1.499.270
Desapropriação	5.491	582.042	24.883.512
Regularização	1.299	314.630	55.995.297
Outras políticas	1619	168.062	7.995.498
Total	8.979	1.117.987	90.373.577

Fonte: DATALUTA, 2012.

Org. SOUZA, 2013.

Para Oliveira (2007), a implantação de programas de reforma agrária de princípio básico do acesso a terra via financiamento de compra e venda de terras, como é o caso da reforma agrária de mercado, são projetos de *contrarreforma*, uma vez que a “[...] aquisição da terra rural deu-se sob a lógica do mercado, ou seja, a terra foi negociada como uma mercadoria capaz de gerar renda capitalizada para os proprietários rentistas [...]” (OLIVEIRA, 2006, p. 3). Nessa perspectiva a autora ressalta:

[...] a política de “reforma agrária de mercado” que o Estado brasileiro em parceria com o Banco Mundial adotou nos anos entre 1996 e 2004 foi uma **contra-reforma agrária**. Primeiro, porque, essa política distorceu e reprimiu a reforma agrária realizada pelos camponeses, com o apoio de entidades e movimentos sociais envolvidos na luta pela terra e pela reforma agrária. Segundo, pelo fato de que, para não realizar a reforma agrária no país, o governo delegou ao mercado a decisão sobre o acesso à terra. E terceiro, por manter o pacto com a elite agrária, os proprietários de terra rentistas foram convidados a vender suas terras a preços de mercado. (OLIVEIRA, 2006, p. 22 grifo da autora)

Refletindo sobre os debates e a realidade de pesquisa, referente a política de reforma agrária adotada no Brasil, apresentadas até o momento, concordamos

com Souza (2013, p. 29), partindo das três definições de reforma agrária estudadas por García (1973), que

[...] este processo no Brasil: 1) tem como ponto de partida a luta dos movimentos socioterritoriais que reivindicam, em menor ou maior grau, uma *Reforma Agrária Estrutural*; 2) passa pelo *conservadorismo do Estado*, que elabora planos e estipula metas que poucas vezes são cumpridas; 3) resulta numa *política marginal* que consolida a hegemonia do capital e a subalternidade do campesinato.

Nossa conclusão parte do fato de que a luta pela reforma agrária brasileira aponta-nos a existência de um problema agrário estrutural, não resolvido, mesmo com a elaboração de dois Planos Nacionais de Reforma Agrária (1985 – I PNRA; 2003 – II PNRA). Isso significa dizer que a terra continua sendo equivalente de capital nas mãos dos capitalistas, e o seu domínio territorial histórico é responsável pela pobreza e violência na sociedade brasileira. A terra cativa tem peso político, uma vez que seus donos são donos do poder, atravessando séculos manejando muito bem as estratégias de mesclar elementos arcaicos com modernos, confundindo a opinião pública e revigorando este poder. Na tabela 12, podemos observar a permanência da concentração fundiária no Brasil.

Tabela 12: Brasil – Reforma Agrária – 1985 – 2012

Governo/Ano	Assentamentos	Famílias	Área
Sarney (1985-1989)	516	90.175	4.291.028
Collor (1990-1992)	267	40.839	2.173.284
Itamar (1993-1994)	102	14.722	596.398
FHC (1995-2002)	4.310	460.179	21.381.878
Lula (2003-2010)	3.602	377.847	49.599.858
Dilma (2011-2012)	228	11.172	2.223.481

Fonte: DATALUTA, 2012.

Organizado pela autora

Portanto, o problema agrário estrutural não foi resolvido, mesmo com uso da política de desapropriação na criação de assentamento em três dos governos, a saber: Sarney, Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso – FHC. Nos governos Pré Sarney e Lula, há a presença da política de Regularização. Compra e

venda de terras, caracteriza o governo de FHC e novamente de LULA. (SOUZA, 2013)¹⁶².

A situação evidencia a política agrária, (leia-se o Plano Nacional de Reforma Agrária), como insucesso na realização da desconcentração fundiária no país, muito menos no combate da grilagem, pois cerca de 170 milhões de hectares do solo nacional, encontram-se indevidamente apropriados. (OLIVEIRA, 2003).

Em relação ao problema agrário estrutural, destacamos a análise de Oliveira (2003, 21-22)¹⁶³, pois o autor afirma existir 170 milhões de hectares de terras devolutas espalhados pelo país, todas ocupadas de forma ilegal.

O Brasil possui uma área territorial de 850,2 milhões de hectares. Desta área total, as unidades de conservação ambiental ocupavam no final do ano de 2.003, aproximadamente 102,1 milhões de hectares, as terras indígenas 128,5 milhões de hectares, e área total dos imóveis cadastrados no INCRA aproximadamente 420,4 milhões de hectares. Portanto, a soma total destas áreas dá um total de 651,0 milhões de hectares, o que quer dizer que há ainda no Brasil aproximadamente 199,2 milhões de hectares de terras devolutas. Ou seja, terras que podem ser consideradas a luz do direito, como terras públicas pertencentes aos Estados e a União. Mesmo se retirarmos 29,2 milhões dessa área ocupada pelas águas territoriais internas, áreas urbanas e ocupadas por rodovias, e posses que de fato deveriam ser regularizadas, ainda restam 170,0 milhões de hectares. Essas terras devolutas, portanto, públicas, estão em todos os Estados do país. Entretanto, andando pelo país, verificaremos que praticamente (exceto em algumas áreas da Amazônia) não há terra sem que alguém tenha colocado uma cerca e dito que é sua. Assim, os que se dizem proprietários estão ocupando ilegalmente estas terras. Ou seja, suas propriedades têm provavelmente, uma área maior do que os títulos legais indicam.

Ainda acerca das contribuições de Oliveira (2003), ao mesmo tempo em que ocorre a não reforma agrária, percebemos a permanência do latifúndio que, diante do incentivo financeiro do Banco Mundial, avança com as atividades de produção

¹⁶² Para realizar sua análise o autor dividiu as 10 políticas de obtenção de terras usadas para a implantação de assentamento em três grupos principais: Desapropriação, relaciona os projetos criados por meio da desapropriação e confisco; Regularização Fundiária, são os aqueles implantados por arrecadação, transferência, incorporação e cessão; e por último, os formados a partir da Compra de terras.

¹⁶³ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Barbárie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo**. Texto para discussão em reunião da CPT nacional – Goiânia 22 de Outubro de 2003. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/103273986/BARBARIE-E-MODERNIDADE-2-color/>>. Acesso em: 24 de Fevereiro de 2014.

para o mercado mundial, via agronegócio da soja, da cana e do eucalipto. E com essa inserção subalterna no mercado mundial se revigora no imaginário nacional.

[...] enquanto mais de 2,4 milhões de imóveis (57,6%) ocupam 6, % da área (26,7 milhões de hectares), menos de 70 mil imóveis (1,7%) ocupam uma área igual a pouco menos que a metade da área cadastrada no INCRA, mais de 183 milhões de hectares (43,8%). O que isso quer dizer: muitos têm pouca terra e poucos têm muita terra. (OLIVEIRA, 2003, p. 22 grifo do autor)

Cosandey (2011, 147)¹⁶⁴, ao analisar o cenário agrário da contrarreforma agrária, e o avanço do latifúndio por meio do apoio as atividades do agronegócio, diz:

[...] áreas extensas de soja, cana, [eucalipto] e gado, quem olha não percebe que, atrás do uso produtivo da terra, há uma face perversa, marcada pela concentração fundiária, assassinatos, despejos e trabalho escravo. É nesse cenário de contradições inerentes ao agronegócio que práticas de resistência se afirmam e anunciam conflitos fundiários. A luta é por direito à terra de trabalho em contraposição à terra de negócio. Sendo assim, o agronegócio já carrega em si resistência a uma racionalidade que é nocivo à sociobiodiversidade.

Logo, essa ação inviabiliza os projetos de reforma agrária porque coloca a agricultura capitalista como a moderna economia no lugar do latifúndio improdutivo. A apropriação privada da terra por meio dessa aliança é estratégia encontrada pelos latifundiários na regularização de terras improdutivas e, até mesmo, as devolutas (griladas) por meio da venda, do arrendamento ou da parceria para os plantios de soja, cana e eucalipto. Conforme a Constituição de 1988, as terras tidas como improdutivas seriam direcionadas a projetos de distribuição fundiária, isto é, para a Reforma Agrária. São destas alianças do atraso que falam Paulino, Almeida (2010, p. 87)¹⁶⁵:

[...] a importância de atentar para a atual estrutura agrária, cujos contornos foram redefinidos desde que latifúndio e empresa passaram a compartilhar um objetivo comum: o monopólio fundiário, fruto do entrelaçamento entre terra e capital e fundamento

¹⁶⁴ COSANDEY, José Victor Juliboni. A cartografia da violência no campo em Mato Grosso. In: SILVA, Carlos Alberto Franco da (Org.). **Redes Políticas Territoriais: estratégias, conflitos e violência**. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2011.

¹⁶⁵ PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

da acumulação [...] uma estratégia de classes a reafirmar a centralidade da terra no modelo de desenvolvimento, e que se apoiará na ideologia da eficiência produtiva da produção de escala, leia-se grande propriedade, e que orientará as estratégias de modernização técnica.

5.2 A crise da Reforma Agrária em números

§ 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.¹⁶⁶

Refletindo sobre a importância do cumprimento da Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, que dispõe em seu artigo primeiro os direitos e obrigações que devem ser direcionadas aos imóveis rurais destinados a execução da política de reforma agrária, evidenciamos em números a crise da política pública de reforma agrária nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

O ponto de partida desta análise é a compreensão de que a real efetivação da política de Reforma Agrária brasileira deve ser aquela que vise a modificação da estrutura fundiária, via distribuição da terra alicerçada especialmente em programas criados pelo Governo. Por isso concordamos com Oliveira (2006, p. 5) quando enfatiza:

A reforma agrária constitui-se, portanto, em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território. Este conjunto de atos de governo deriva de ações coordenadas, resultantes de um programa mais ou menos elaborado e que geralmente, exprime um conjunto de decisões governamentais ou a doutrina de um texto legal [...].

A tabela 13 refere-se aos projetos de assentamentos implantados na região Centro Oeste. Percebemos que do total de 326 projetos de assentamentos rurais implantados entre os anos de 2005 a 2012 na região Centro Oeste, 63 foram no

¹⁶⁶ Estatuto da Terra, e dá outras providências. Artigo 1º da LEI nº 4.504 de 30 de novembro de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em: 20 de Janeiro de 2012

Estado de Mato Grosso do Sul, e 89 no de Mato Grosso. O número de famílias contempladas foi de 11.060 em MS, e 8.620 famílias no MT.

Tabela 13: Número de Assentamentos Rurais (2005 – 2012)

UF	Assentamentos	Famílias	Área
Centro Oeste	326	29.702	799.995
Mato Grosso do Sul	63	11.060	157.623
Mato Grosso	89	8.620	339.325

Fonte: DATALUTA

Organizado pela autora

Destacamos: dos 170 milhões de hectares ocupados indevidamente em todo o país, 9 milhões encontram-se em Mato Grosso e, 5,3 milhões, em Mato Grosso do Sul. (OLIVEIRA, 2013). O índice de GINI¹⁶⁷ da estrutura fundiária no ano de 2012 ainda é considerado concentrado: Mato Grosso com 0,5194, e Mato Grosso do Sul 0,4843.¹⁶⁸

A estrutura concentrada é reveladora da crise da Reforma Agrária nesses estados, e mesmo lutando pelo retorno, os camponeses sem-terra tem a difícil tarefa de tentar removê-la, uma vez que o Estado não toma iniciativas de resolver por meio da Lei de reforma agrária. Atualmente nestes estados a situação agravou-se fruto da atual aliança terra/capital. Assim,

[...] é preciso afirmar que contra a insustentabilidade do agronegócio surge a necessidade de se resgatar na atualidade o princípio da terra camponesa, principalmente quando se trata de Reforma Agrária, de modo que ela seja sinônimo de terra de vida e trabalho a denunciar a terra de negócio, aquela que precisa concentrar para especular e explorar o trabalho de outrem. Logo, o *princípio que deve nortear a Reforma Agrária no Brasil tem que ser o de justiça social*, onde a terra é dividida para melhor atender a Função Social, aqui entendida como uma questão agrária/ ambiental/ trabalhista e de bem-estar. (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 97)

¹⁶⁷ O coeficiente de Gini (ou índice de Gini) é um cálculo usado para medir a desigualdade social, desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini, em 1912. Apresenta dados entre o número 0 e o número 1, onde **zero** corresponde a uma **completa igualdade** na renda (onde todos detêm a mesma renda per capita) e **um** que corresponde a uma **completa desigualdade** entre as rendas (onde um indivíduo, ou uma pequena parcela de uma população, detêm toda a renda e os demais nada têm).

¹⁶⁸ **B.9 Índice de Gini da renda domiciliar per capita.** Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibd2012/b09ufb.htm/>>. Acesso em: 25 de Outubro de 2013.

Ao analisarmos o número de Assentamentos criados no Estado de Mato Grosso do Sul, entre os anos de 2005-2010, no governo (Lula), e no ano de 2011-2012, no governo atual (Dilma), percebemos que a política de reforma agrária não é vista pelo viés da justiça social. (Tabela 14). Poderíamos dizer que a implantação de projetos de assentamentos neste Estado encontra-se estagnada, em especial nos dois anos iniciais do Governo Dilma.

Tabela 14: Número de assentamentos criados em Mato Grosso do Sul, 2005-2012

Ano	Assentamentos	Famílias	Área
2005	20	5.003	66.130
2006	5	955	11.716
2007	23	3.754	50.319
2008	7	585	15.721
2009	4	411	6.639
2010	4	352	7.098
2011	0	0	0
2012	0	0	0

Fonte: DATALUTA

Organizado pela autora

Em Mato Grosso (tabela 15) a situação da Reforma Agrária é semelhante, apontando para o problema estrutural, ou seja, o bloqueio da política de Reforma Agrária parece ser resultado da perda de importância social e econômica para o projeto de país (e de política de Estado), e consequente, hegemonia do projeto da agricultura capitalista (agronegócio), no seio do Estado brasileiro.

Tabela 15: Número de assentamentos criados em Mato Grosso, 2005-2012

Ano	Assentamentos	Famílias	Área
2005	44	2.904	104.897
2006	15	1.136	41.775
2007	14	2.831	110.353
2008	3	114	3.787
2009	4	1.266	53.272
2010	0	0	0
2011	1	26	1.148
2012	8	343	24.093

Fonte: DATALUTA

Organizado pela autora

Porém, Fabrini (2010, p. 65)¹⁶⁹, discorda desta visão derrotista, enfatizando em sua análise, que é justamente nesse contexto de suposta paralisação na

¹⁶⁹ FABRINI, João Edmilson. **Campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível**. In: _____ SAQUET, Marcos Aurélio; SANTOS, Roselí Alves dos.

efetivação da política de reforma agrária que encontramos a resistência camponesa contra a hegemonia do agronegócio por meio das diversas ocupações e acampamentos espalhados por todo o país, e pelas conquistas dos projetos de assentamentos.

Assim, em contrapartida ao projeto do agronegócio, está o projeto dos camponeses, que por meio dos movimentos sociais de luta diversas, dentre as quais se destacam as ocupações de terra e acampamentos, resistem bravamente a este projeto de 'desenvolvimento' do campo brasileiro. As lutas camponesas resultaram em importantes conquistas como a realização dos assentamentos de reforma agrária [...]

Evidenciamos na tabela 16 a luta pela terra no Estado de Mato Grosso do Sul, via ocupações, neste mesmo período em que analisamos a conquista de assentamentos (de 2005-2012). Percebemos que no Estado, entre os anos de 2005 e 2009, houve diminuição gradativa do número de ocupações e famílias envolvidas, supostamente ante a implantação de alguns projetos de assentamento. Porém, ao olharmos o estado de paralisação da política de reforma nos anos de 2011 e 2012, nitidamente há o aumento do número de ocupações, comparado ao ano anterior, 2010, evidenciando a luta dos camponeses:

[...] a presença camponesa não decorre de uma licença capitalista para a sua existência, sendo uma expressão da capacidade própria de articular, enquanto classe, mecanismos de resistência. Não obstante, a produção camponesa, pela sua própria lógica de funcionamento, tem sido capaz de sobrepujar a agricultura empresarial em termos de intensificação dos fatores produtivos e, conseqüentemente, de rendimento por unidade de área. (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 65)

Tabela 16: Número de ocupações em Mato Grosso do Sul, 2005-2012

Ano	Ocupações	Famílias
2005	21	4.178
2006	24	3.756
2007	6	750
2008	6	235
2009	8	377
2010	5	566
2011	8	973
2012	17	784

Fonte: DATALUTA, 2012

Organizado pela autora

A mesma situação ocorre no Estado de Mato Grosso, onde entre os anos de 2005 e 2009, também houve uma diminuição gradativa do número de ocupações e famílias envolvidas, certamente decorrentes da implantação dos projetos de assentamentos da reforma agrária. Ante a não efetivação de projetos de reforma agrária no ano de 2010, há, respectivamente, o aumento do número ocupações e de famílias envolvidas.

Tabela 17: Número de ocupações em Mato Grosso, 2005-2012

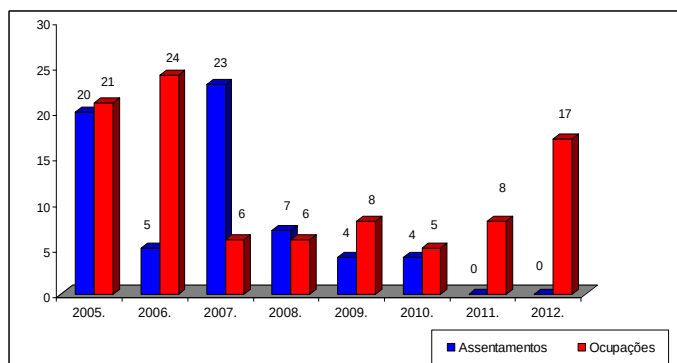
Ano	Ocupações	Famílias
2005	15	2.481
2006	5	930
2007	2	450
2008	1	140
2009	3	186
2010	3	143
2011	7	1.160
2012	8	1.125

Fonte: DATALUTA, 2012

Organizado pela autora

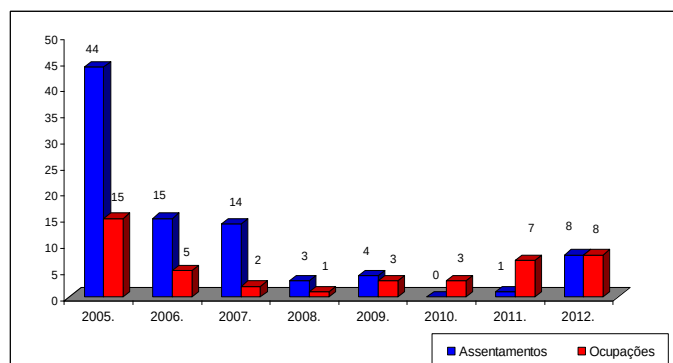
Gráfico 3: Número de assentamentos e ocupações – 2005-2012

Mato Grosso do Sul



Fonte: DATALUTA, 2012

Mato Grosso



Organizado pela autora

Nestes números é possível entendemos que o movimento camponês de luta pela terra continua e insiste em dizer a sociedade que estrutura fundiária altamente concentrada é um ataque a democracia, é injustiça social. Logo, urge a retomada pelo governo da política pública de reforma agrária porque os pobres da terra não abandonaram este projeto, portanto é preciso insistir na elaboração de programas

que realmente efetivem a política de reforma agrária e a redistribuição de terras. É bem por isso que nos propusemos no último item deste capítulo a abordar as atuais formas de permanência e recriação do campesinato.

5.3 Reforma Agrária: (re)volta da luta social

Para Carvalho (2010)¹⁷⁰, o atual cenário agrário brasileiro, tem proposto, a nós pesquisadores, uma nova resignificação de Reforma Agrária, uma vez que as definições já existentes, estariam *esgotadas*. Ou mesmo, superadas ante a modernização do latifúndio, e destinação das terras devolutas e públicas às empresas capitalistas, iniciadas a partir de meados dos anos de 1960.

Segundo o autor, as primeiras formulações de reforma agrária pretendiam elaborar alguns mecanismos para a efetivação de uma revolução burguesa no campo, alicerçada em três pilares: desenvolvimento das forças produtivas, por meio da produção capitalista; a valorização do trabalho via assalariamento, e por último, a criação de um mercado interno. Porém, para a implantação desses pilares, seria necessária a eliminação, tanto dos restos feudais como, do latifúndio improdutivo. Assim, a reforma agrária constituiria:

[...] por um lado, pequenos e médios produtores rurais em condições de incorporarem as tecnologias capitalistas modernas para o campo e, de outro lado, a grande empresa capitalista que se concretizaria pelo estabelecimento das relações sociais de assalariamento e portadora da relação capital-trabalho necessária para a criação de um proletariado supostamente capaz de desenvolver a consciência socialista e de se aliar ao proletariado urbano para realizar a luta de classes contra o capital; (CARVALHO, 2010, p. 2)

Nesse contexto, haveria homogeneização do capitalismo, e os camponeses, caracterizados por sua diversidade, seriam “[...] ‘excedentes históricos, portanto passíveis de serem excluídos como tais pelo estabelecimento necessário das relações capitalistas no campo.” (CARVALHO, 2010, p. 4). Ainda para o autor:

Não é suficiente se considerar que o campesinato, na sua ampla diversidade, é uma classe em construção. A luta pela terra, na terra

¹⁷⁰ CARVALHO, Horacio Martins. **Uma resignificação para a reforma agrária no Brasil.** NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – Artigo do mês: janeiro de 2010. Pag. 1-10. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/nera/>>. Acesso em: 10 de Novembro de 2012.

e pela Terra, como uma luta prolongada e plena de diversidades, se faz como luta contra a apropriação privada da natureza pelo capital e exigirá mais do que a luta de classes do proletariado rural e do campesinato. Será, sim, um amplo espectro de iniciativas populares que incorporará, e por elas serão incorporadas, as lutas dos extrativistas, dos povos indígenas, dos quilombolas, das mulheres e dos ambientalistas; (CARVALHO, 2010, p. 6)

Desse modo, a resignificação da reforma agrária, estaria pautada na reconquista camponesa dos territórios rurais, e estes, ao lado dos assalariados rurais, ao invés de programarem a revolução burguesa no campo, ocasionariam, via lutas sociais, reapropriação social da natureza, “[...] capaz não apenas de negar a apropriação privada da natureza pelo capital, mas de instaurar o poder popular para a reinvenção e emancipação das multiterritorialidades rurais.” (CARVALHO, 2010, p. 10). Onde:

[...] a conquista da terra pelos trabalhadores rurais sem terra, a regularização das áreas indígenas, das reservas extrativistas, das terras dos quilombolas, das áreas de preservação ambiental, da água doce, entre tantos outros, deveriam ser percebidos como lutas pela Terra e como uma resultante das diversas ações conjugadas de afirmação dos povos rurais contra a apropriação privada da natureza pelo capital; (CARVALHO, 2010, p. 7)

Para Stédile (2014), não é esgotamento da política de reforma agrária, é *paralisação*. Em virtude disso as bases de luta dos movimentos sociais, para uma efetivação da política de reforma agrária, devem ser reformuladas, uma vez que as táticas usadas em outrora contra o latifúndio, como a ocupação e as marchas, não são mais suficientes para resolver o problema agrário na sociedade brasileira. Há necessidade, na sua concepção, de política de reforma agrária:

[...] planejada para produzir alimentos. E aí é que entra o interesse de toda a população: alimentos sadios e baratos. E isso só o campesinato pode produzir, porque o agronegócio só produz com veneno. E o veneno no seu estômago algum dia vai virar câncer. (STÉDILLE, 2014, p. 8-9)

Assim, atualmente, a luta pela efetivação de uma verdadeira reforma agrária brasileira, não representa apenas o desejo dos camponeses, mas, um interesse mais amplo, em que o acesso à terra é, também, o acesso à alimentação mais saudável. Ou seja, é:

[...] uma reforma agrária que nós chamamos popular, porque ela interessa a todo o povo. Não é mais uma reforma agrária camponesa. Não é mais uma reforma agrária de sem terras. Os sem terras queriam reforma agrária para quê? Para ter terra. Mas ter terra não resolve o problema. Agora precisamos de uma reforma agrária mais ampla, que interesse a todo o povo. E por que é difícil ela sair? Porque a nossa forma de luta, de ocupar terras, de fazer marchas, era apropriada para enfrentar e derrotar o latifúndio. Era suficiente como tática de luta para conquistar a terra. Agora não. (STÉDILLE, 2014, p. 10)

Segundo Ploeg (2008)¹⁷¹ estamos diante da *reconstituição* do campesinato, constantemente reescrevendo seu modo de vida de acordo com as dificuldades e desafios que surgem ao longo do caminho imposto pelos “Impérios Alimentares”, constituído pelo grupo do agronegócio, grandes varejistas, mecanismos estatais, leis, modelos científicos, tecnologias, etc.

Para o autor, esse Império Alimentar é responsável por reconstituir o campesinato baseando-se em três dimensões, a saber: novas formas de resistência, a busca por autonomia e a determinação. A primeira é caracterizada pela mobilização da resistência camponesa ante as limitações colocadas pelo Império; a segunda, marca a libertação do campesinato dos grandes mercados capitalistas; e a terceira representa a atual conjuntura em que estamos, onde o Império diminui o número de empregos rurais, e os camponeses buscam novos meios de recampesinização. Todas estas dimensões apontam para a emergência do “princípio camponês” e a redefinição da “questão agrária”. (PLOEG, 2008)

A respeito das novas formas de resistência, o autor enfatiza as dificuldades de serem capturadas:

[...] Ela está por toda a parte, é múltipla, atrai e mobiliza, e liga de novo pessoas, atividades e expectativas. É um fluxo constante de expressões frequentemente inesperadas que, recorrentemente, ultrapassa as limitações impostas pelo Império. Cada uma de suas formas é uma expressão de crítica e de rebelião. Ela é um desvio e, simultaneamente, expressa superioridade. Contudo, essas expressões são, por si só, inocentes e inofensivas. Mas quando combinadas numa multiplicidade, elas se tornam poderosas: elas mudam o panorama. Quando reunidas num fluxo, elas reconstituem os campesinatos (mais uma vez) como “entidades não capturadas” que têm um papel importante nas inter-relações complexas que definem o poder. (PLOEG, 2008, p. 297)

¹⁷¹ PLOEG, Jan Douwe Van Der. O princípio camponês. In: **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 285 – 313.

Em suma, notamos que, ao mesmo tempo, em que há o esgotamento da definição da política de reforma agrária no Brasil, presenciamos a estagnação da implantação de projetos de assentamentos nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Outra percepção é o fato de que o movimento de luta pela terra não cessa, ele continua, sobre outras formas, lutando por sua recriação, superando as lógicas internas do capitalismo por meio do viés que estrutura seu modo de vida. Como bem destaca Oliveira (2001, p. 265)¹⁷²,

A luta pela terra que o campesinato tem deflagrado é uma luta pela sua recriação. Recriação, porque se dá mediante processos não-lineares dentro de sua reconstituição histórica, ou seja, atravessa descontinuidades. Esta é uma categoria social constitutiva de várias sociedades, e a “estranha classe” constitutiva do capitalismo. Traz em si um tempo próprio de existência, dado pelas lógicas internas que estruturam seu modo de vida, da mesma maneira que responde de formas variadas à lógica social mais ampla. É como se o campesinato vivesse dentro de um processo constante de morte e ressurreição e, nesse movimento, conseguisse descrever a sua trajetória de sujeito histórico.

¹⁷² OLIVEIRA, Bernadete Castro. **Tempo de travessia, tempo de recriação: os camponeses na caminhada.** ESTUDOS AVANÇADOS, São Paulo, nº 43, vol. 15, pp. 255-265, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300019&script=sci_arttext/>. Acesso em: 25 de Outubro de 2013

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas, a partir dessa pesquisa, evidenciaram-nos novas definições da (re)criação do campesinato brasileiro, ante a crise da política pública de reforma agrária e o contexto de expansão territorial do agronegócio, redefinições, a nosso ver, construídas ora para entrar na terra, ora para nela permanecer.

A situação de crise aparece aos olhos de Carvalho (2010) como “esgotamento da política de reforma agrária”, e a necessidade de sua reformulação, pois, estariam na base de luta desta política: a reconquista camponesa de novos territórios rurais. Mas, na análise de Stédile (2014), a crise é indicação da paralisação dessa política, e para superá-la é necessário a aposta na reforma em contraponto ao agronegócio, garantindo a produção de alimentos saudáveis, sem o uso de agrotóxico.

Em relação a primeira indagação, que as interpretações permitiram-nos, no decorrer desta pesquisa realizarmos em relação significa ao real significado de **nova** reforma agrária, concordamos com Almeida; Hernández; Collado (2014, p. 5), pois entendem que tanto a luta por terra, quanto a reivindicação por alimentos saudáveis no tocante ao aumento da concentração fundiária e a crise ambiental, intensificados ante a falácia do agronegócio como responsável pela produção de alimentos, trazem à tona um problema agrário estrutural, ou seja, uma questão agrária, notável desde uma escala global, como local. Desse modo, para os autores, a luta pela terra e a soberania alimentar, num contexto de transição agroecológica, representada não só pelos povos do campo, mas também pelo movimento que vem da cidade, não estão separadas. Na verdade, a unificação destas lutas é a forma de reverter a crise da questão agrária, intensificada com a modernização do latifúndio em agronegócio, domínio territorial que no caso brasileiro é historicamente responsável pela pobreza e violência no campo. Assim:

Indubitavelmente, o desafio do momento é alinhar o debate da Questão Agrária com o da transição agroecológica numa perspectiva global, uma vez que tanto a questão da terra, como dos alimentos, se tornaram um problema mundial cujos atores hegemônicos são capitais transnacionais.

Almeida; Hernández; Collado (2014), defendem que essa união “[...] anuncia um novo paradigma centrado na compreensão de que um mundo com camponeses é melhor que um mundo sem eles, pois o modo de vida camponês contém as condições de produzir a soberania alimentar que necessitamos [...]”. Assim, a produção de alimentos saudáveis não dispensa a importância da terra e, portanto, da sua distribuição “[...] voltada à defesa da terra como bem comum e dos sujeitos que promovem seu uso para a vida, e este uso atende pelo nome de agroecologia.” (Almeida; Hernández; Collado, 2014, p. 23).

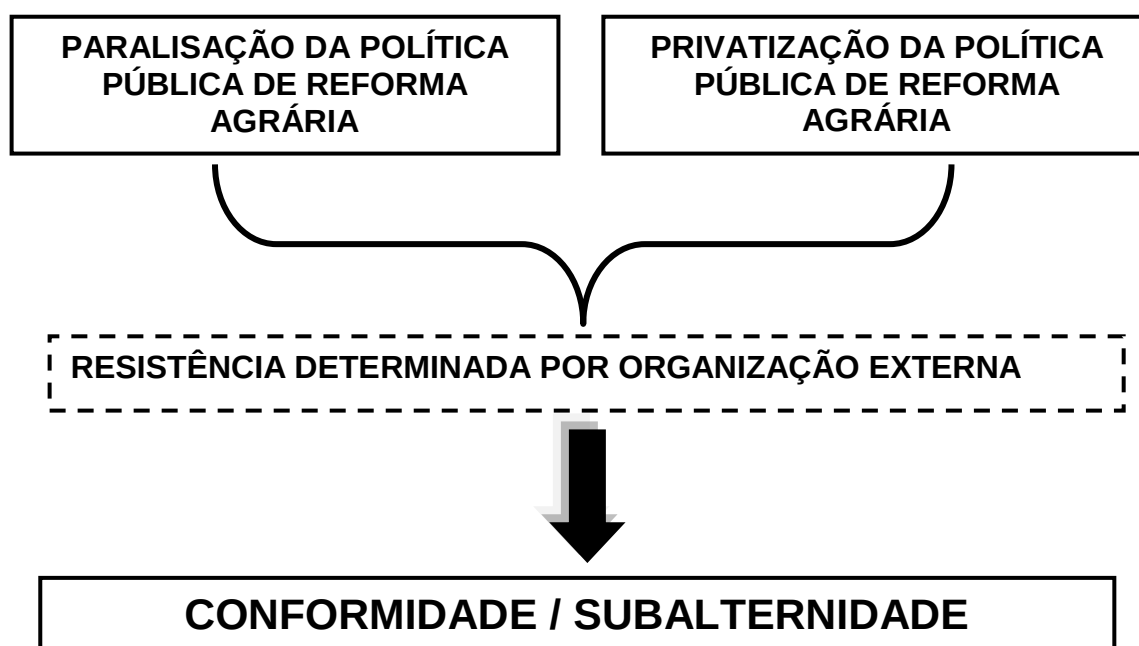
No Brasil tem avançado a política de agroecologia, especial marco foi a aprovação em 2013 do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), mas, infelizmente, isso ocorre no contexto de crise da política pública de Reforma Agrária, que não avança e, pior, mantém grande parte dos assentamentos implantados em situação crítica, a saber: precárias condições de moradia, terras com baixa fertilidade do solo, permanente ausência de apoio técnico, entre outras situações evidenciadas em alguns projetos de assentamentos, em especial naqueles localizados próximos as áreas prioritárias para o plantio de eucalipto, áreas de estudos deste trabalho.

As condições de abandono colaboram, no caso dos municípios de Três Lagoas e Selvíria, para a “privatização da reforma agrária”, resultante do conjunto de programas sociais desenvolvidos pelas empresas de celulose e papel nos projetos de assentamento, especialmente para a obtenção de certificações para a venda da produção. Programas sociais, notados no decorrer do terceiro item do capítulo quatro, são vistos como garantidores da permanência dos assentados no campo, mas são:

Práticas empresariais que devem ser entendidas num contexto específico, qual seja o de que as empresas receberam volumosos incentivos fiscais (e ambientais) para se estabelecerem na região e que devem conduzi-los em forma de “desenvolvimento sustentável” – leia-se restituir parte destes benefícios em favor da comunidade local na forma de projetos sociais. A isso se mescla a necessidade de adquirirem o selo de origem que funciona como sinal aos consumidores globalizados que o produto, ou seu componente, é proveniente de uma floresta que não impactou seu entorno, em outras palavras: ambientalmente adequado, economicamente viável e socialmente justo. (KUDLAVIZC; ALMEIDA, 2014, p. 3)

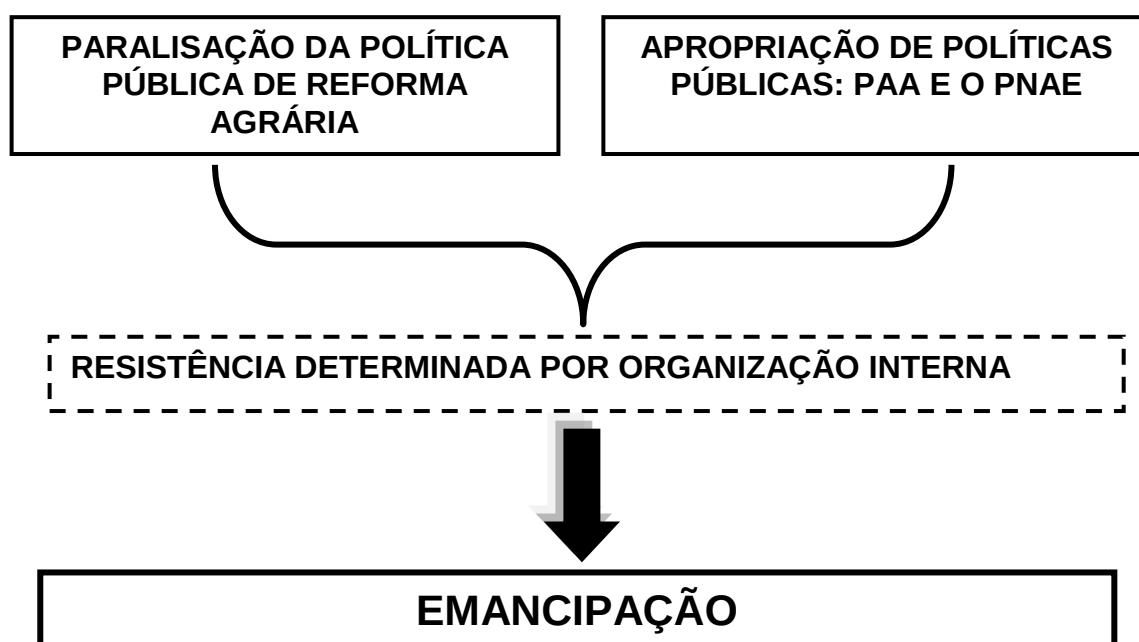
O visível estado de abandono e o processo de privatização dos projetos de assentamentos fazem parte do plano de paralisação da política pública de reforma agrária, revelando a imposição dos interesses privados sobre áreas que poderiam servir para os projetos públicos de reforma agrária. A Situação impõem aos assentados de Três Lagoas e Selvíria resistência determinada pela conformidade, melhor, pela subalternidade.

Figura 29: Resistência determinada pela conformidade



Organizado pela autora

Em contrapartida, a pesquisa encontrou situações, especialmente nos assentamentos de Cáceres/MT, de reprodução formada via luta e apropriação de políticas públicas, como o PAA e o PNAE. Programas, que ao serem reelaborados pelo Governo, e reivindicados pelos movimentos sociais, ajudaram (e ajudam) os assentados a superarem os empecilhos colocados pela lógica do sistema capitalista de domínio do mercado, facilitando a comercialização dos produtos da agricultura familiar camponesa diretamente ao consumidor, ou seja, não só de conformidade se faz essa resistência, mas também da utopia da emancipação.

Figura 30: Resistência determinada pela emancipação

Organizado pela autora

Em suma, a pesquisa propiciou-nos a certeza de que temos um campesinato brasileiro (re) criando suas formas de resistência no contexto de ambiguidade própria destas condições de reprodução em situação de bloqueio. Portanto, a luta do campesinato para permanecer no campo brasileiro é feita de muitas faces manifestando-se tanto como sujeito político, na reivindicação e apropriação das políticas públicas, como na resignação diante da aliança estado-capital. As situações sociais apontam para a capacidade de resiliência dos camponeses.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABUTAKKA, Antonio. **O significado da migração populacional para o município de Cáceres (Município de Fronteira Internacional com a Bolívia)**. 2006, 166 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá. 2006.

ALMEIDA, Rosemeire A. **(Re)criação do Campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2006. v. 1. 377 p.

_____. **A questão agrária na contemporaneidade e os desafios do movimento camponês no Brasil**. Montevideu: Egal, 2009. (Mimeografado).

_____. **Complexo celulose-papel: a quem beneficia?** Jornal do Povo, Três Lagoas, ano II, n.7, p. 34-37, Abril/2012.

_____. (Org.). **A Questão Agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2008.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HERNÁNDEZ, David Gallar; COLLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares**. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, Presidente Prudente, nº 24, ano 17, pp. 09-35, 2014. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/issue/view/221/>>. Acesso em: 08 de Julho de 2014.

ARAÚJO, Ana Paula C. de; BICALHO, Ana Maria de S. M.; VARGAS, Icléia A. de. **Dinâmica do Espaço Rural do Pantanal de Mato Grosso do Sul no Processo de Expansão Capitalista**. In: _____ SILVA, Edima Aranha; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de (Orgs). **Território e Territorialidades em Mato Grosso do Sul**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

ASEVEDO, Tayrone Roger Antunes de. **Territorialização e reestruturação produtiva dos agronegócios no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: desdobramentos e desafios para as classes subalternas**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós Graduação- Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas. 2013.

AVELINO JUNIOR, **Francisco José**. **A Geografia dos conflitos pela terra em Mato Grosso do Sul**. In: ALMEIDA, Rosemeire A. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2008. p. 113-138.

B.9 Índice de Gini da renda domiciliar per capita. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idx2012/b09ufb.htm/>>. Acesso em: 25 de Outubro de 2013.

BALDUÍNO, Dom Tomás. Território de Vida, de luta e de construção da Justiça Social. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. (org.). **O Campo no Século XXI**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

BIANCHINI, Odaléa da Conceição Deniz. **A Companhia Matte Larangeira e a ocupação de terra do Sul de Mato Grosso 1880-1940**. Campo Grande: Editora UFMS, 2000.

BIHR, Alain. A Crise Ecológica. In: _____ **Da Grande Noite à Alternativa: o movimento operário europeu em crise**. Editora: Boi Tempo, 1998.

BORGES, Maria Celma; KUDLAVICZ, Mieceslau. História e vida da CPT em Mato Grosso do Sul: contribuição na luta pela terra e para nela permanecer. In: ALMEIDA, Rosemeire A. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2008. p. 81-112.

BORGES, Maria Stela Lemos. A identidade e a luta pela terra. In: _____ **Terra: ponto de partida, ponto de chegada: identidade e luta pela terra: reforma agrária**. São Paulo: Editora Anita, 1997, p. 107-172.

Brasil. Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. **Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM581.htm/>. Acesso em: 20 de Janeiro de 2012.

Brasil. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. **Dispõe sobre As Terras devolutas do Império**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm/>. Acesso em: 20 de Janeiro de 2012.

Brasil. Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888. **Declara extinta a escravidão no Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM3353.htm/>. Acesso em: 20 de Janeiro de 2012.

Brasil. Decreto nº 8.799, de 09 de dezembro de 1882. **Concede permissão a Thomaz Laranjeira para colher erva-mate na Província de Mato Grosso**. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn:urn:lex:br:federal:decreto:1882-12-09;8799/>>. Acesso em: 20 de Janeiro de 2012.

Brasil. Decreto nº 451-B, de 31 de maio de 1890. **Estabelece o registro e transmissão de imóveis pelo sistema Torrens.** Disponível em: <<http://registrodeimoveis1zona.com.br/?p=437/>>. Acesso em: 20 de Janeiro de 2012.

Brasil. Decreto nº208, de 26 de outubro de 1938. **O município de São Luiz Cáceres tomou a denominação de simplesmente Cáceres.** Disponível em: <http://www.prefeituratorixoreu.com.br/novo_site/index.php?nivel=1&exibir=secoes&ID=21/>. Acesso em: 20 de Janeiro de 2012.

Brasil. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. **Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm/>. Acesso em: 20 de Janeiro de 2012.

Brasil. Lei nº10.696, de 02 de julho de 2003. **Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.696.htm/>. Acesso em: 20 de Janeiro de 2012.

Brasil. Lei nº11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm/>. Acesso em: 20 de Janeiro de 2012.

Brasil. Lei nº11.947, de 16 de junho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm/>. Acesso em: 20 de Janeiro de 2012.

CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr Vaz. **História de Mato Grosso do Sul.** Campo Grande: Gráfica e Papelaria Brasília Ltda., 1995.

Programa de Aquisição Alimentar. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa>. Acesso em: 25 de Abril de 212.

Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em http://www.portaltransparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/curso_PNAE.pdf. Acesso em: 25 de Abril de 212.

Cartilha PAA. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/paa/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf/>. Acesso em: 20 de Novembro de 2013.

Cartilha PNAE. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/curso_PNAE.pdf/>. Acesso em: 25 de Abril de 2012.

CARVALHO, Horácio Martins de. Camponeses no capitalismo. In:_____. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionamentos do desenvolvimento do campesinato no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. **Uma resignificação para a reforma agrária no Brasil.** NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – Artigo do mês: janeiro de 2010. Pag. 1-10. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/nera/>>. Acesso em: 10 de Novembro de 2012.

CORREA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano.** São Paulo: Ática, 1993, p. 30.

CORRÊA, Valmir Batista. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1943.** Campo Grande: Ed. UFMS, 2006.

COSANDEY, José Victor Juliboni. A cartografia da violência no campo em Mato Grosso. In: SILVA, Carlos Alberto Franco da (Org.). **Redes Políticas Territoriais: estratégias, conflitos e violência.** Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2011.

DHESCA: Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento. Para saber mais: Disponível em: <http://www.dhescbrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=894:nota-marco-relatorio-organizacoes-sociedade-civil&catid=69:antiga-rok-stories/>. Acesso em: 05 de Março de 2014.

Eldorado lança fábrica de celulose em Três Lagoas – MS. Disponível em: <[http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/eldorado-lanca-fabrica-celulose-tres-lagoas-ms-569724 /](http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/eldorado-lanca-fabrica-celulose-tres-lagoas-ms-569724/)>. Acesso em: 20 de Junho de 2013.

Entrevista com João Pedro Stédile. Disponível em: <[http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/531351-as-eleicoes-presidenciais-nao-tem-como-proposito-recolocar-a-questao-da-reforma-agraria-entrevista-especial-com-joao-pedro-stedile- /](http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/531351-as-eleicoes-presidenciais-nao-tem-como-proposito-recolocar-a-questao-da-reforma-agraria-entrevista-especial-com-joao-pedro-stedile-/)>. Acesso em: 30 de Maio de 2014.

Fase: Disponível em: <http://www.fase.org.br/_fase/pagina.php?id=1520/>. Acesso em: 05 de Março de 2014.

FABRINI, João Edmilson. A posse e concentração de terras no sul de Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire A. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2008, p. 53-80.

_____. **Assentamentos de trabalhadores sem-terra: experiências e lutas no Paraná**. Marechal Candido Rondon: LGeo, 2001, p. 140.

_____. **Campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível**. In: _____SAQUET, Marcos Aurélio; SANTOS, Roselí Alves dos. (orgs). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

GARCÍA, Antonio. **Sociologia de la Reforma Agrária em América Latina**. Bogotá - Cruz de Sur, 1973.

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A luta pela Terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora**. Revista Agrária, São Paulo, nº 8, pp. 73-88, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/157/>>. Acesso em: 20 de Setembro de 2013.

Glifosato: ‘todo veneno deveria ser proibido’. Entrevista especial com Rubens Nodari. Disponível em: <http://www.nossofuturoroubado.com.br/arquivos/maio_10/glifosato.html/>. Acesso em: 15 de Junho de 2014.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 1990.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. Tradução literal [de] Ênio Guterres e Horacio Martins de Carvalho. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

História do município de Três Lagoas. Disponível em: <<http://www.treslagoas.ms.gov.br/view/a-cidade/nossa-historia/1/>>. Acesso em: 02 de Julho de 2013.

IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de informações. **Normas de apresentação Tabular/ fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, centro de Documentação e Disseminação de informações**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993, p. 62.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Relação de Projetos de Reforma Agrária**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/relacao-de-projetos-de-reforma-agraria/file/1115-relacao-de-projetos-de-reforma-agraria>. Acesso em: Agosto de 2012.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco; ROSA, ZITA de PAULA. História oral: uma utopia? **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH, v. 13, n. 25/26, setembro de 1992/ agosto 1993, p. 7-16.

KAUSTSKY, Karl. **A questão Agrária**. Tradução de Otto de Erich Walter Maas. Brasília: Linha gráfica: 1998. Coleção Pensamento Social-Democrata.

KUDLAVICZ, Mieceslau. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas**. 2010. 177 f. Dissertação (Mestre em Geografia). Programa de Pós Graduação- Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas. 2010.

KUDLAVICZ, Mieceslau; MARGARIT, Eduardo, ANTUNES, Tayrone Roger. Eucalipto e impacto em comunidades rurais: o caso de Garcias em Três Lagoas/MS. In: XX Encontro e I Congresso Sul-Mato-Grossense de Geógrafo. **Geografia e Desenvolvimento territorial em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, 2012.

KUDLAVICZ, Mieceslau; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Em tempos de “privatização” da reforma agrária, a necessária práxis do bem comum**. BOLETIM DATALUTA, Artigo do mês de: fevereiro de 2014. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/2artigodomes_2014.pdf>. Acesso em: 25 de Maio de 2014.

LA TORRE, Wagner Giron de. Eucalipto: o verde enganador. Reflexões sobre o avanço irrefreado da monocultura do eucalipto e os imensuráveis impactos ambientais e sociais dele defluentes. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros** – Seção Três Lagoas. nº 13, ano 8, maio de 2011.

LAMERA, Janice A.; FIGUEIREDO, Adriano M. R. **Os assentamentos rurais em Mato Grosso**. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/147.pdf>>. Acesso em: 29 de Julho de 2013.

CARMO, Eduardo Margarit Alfena do. **Tramas políticas e impactos socioambientais na Amazônia: a dinâmica do processo de pavimentação da BR-163**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós Graduação- Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas. 2012.

MARQUES, Marta I.M. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: Um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, Eliane T., FABRINI, João E. (Orgs.) **Campesinato. Território em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 49-78.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2010.

MAURO, Gilmar. O significado da Reforma Agrária para os movimentos sociais. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. (org.). **O campo no século XXI**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

MEIRELLES, Daniela; CALAZANS. Água e monocultivo de eucalipto. In: _____ **H2O para celulose x água para todas as línguas**: conflito ambiental no entorno de Aracruz Celulose S/A – Espírito Santo. FASE: 2006, p. 44-57. Disponível em: <http://www.issuu.com/cintiabarenho/docs/12_h2o/>. Acesso em: 10 de Fevereiro de 2014.

MINC, Carlos. **A reconquista da terra**: estatuto da terra, lutas no campo e reforma agrária. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome – MDS. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa/>>. Acesso em: 25 de Abril de 2012.

Missões e Estratégias da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE. Disponível em: <http://www.fase.org.br/_fase/pagina.php?id=1/>. Acesso em: 05 de Março de 2014.

MIZUSAKI, Márcia Y. **Mato Grosso do Sul: impasses e perspectivas no campo**. *Terra Livre*: AGB, nº 25, 2005, p. 81-93.

MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes da renovação**. São Paulo: Contexto, 2009.

MOREIRA, Roberto José. **Terra Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MORENO, Gisleane. **Terra e poder em Mato Grosso: políticas e mecanismos de Burla/1892-1992**. Cuiabá: Entrelinhas EdUFMT, 2007.

MOTA, Juliana Grasiéli. **Territórios e territorialidades Guarani e Kaiowa**: da territorialização precária na reserva indígena de Dourados à multiterritorialidade. Dourados: 2011. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Grande Dourados UFGD.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder**: conflito de terras e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de leitura e Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **A política de Contra-Reforma Agrária do Banco Mundial no Ceará**. Revista GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, nº 19, pp. 151-175, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/73996/>>. Acesso em: 20 de Setembro de 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. BR-163 Cuiabá –Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In:_____; TORRES, Mauricio (Orgs). **Amazônia revelada**: os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPQ, 2005, p. 67-184.

_____. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Bernadete Castro. **Tempo de travessia, tempo de recriação: os camponeses na caminhada**. ESTUDOS AVANÇADOS, São Paulo, nº 43, vol. 15, pp. 255-265, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300019&script=sci_arttext/>. Acesso em: 25 de Outubro de 2013.

PAES, Maria H. R. **Na fronteira: os atuais dilemas da escola indígena em aldeias Paresi de Tangará da Serra-MT, num olhar dos Estudos Culturais**. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/2569>. Acesso em: 29 de Julho de 2013.

PAIS beneficiará mais 25 famílias de Três Lagoas. Disponível em: <<http://www.cultura106fm.com.br/noticias/view/?id=6127/>>. Acesso em: 05 de Agosto de 2013.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e território**: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PAULINO, Eliane T. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: UNESP, p.104-272, 2006.

PERPETUA, Guilherme Marini. **A mobilidade espacial do capital e da força de trabalho na produção de celulose e papel: um estudo de caso a partir de Três Lagoas (MS)**. Dissertação (Mestre em Geografia). Programa de Pós Graduação - Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2012.

Pessoas atendidas pelo C.R.A.S.E refere-se a notícias online de jornais locais, disponível em: <http://www.bolsaoms.com.br/noticias/tres_lagoas/crase_coracao_de_mae_comemora_quatro_anos_em_tres_lagoas/>. Acesso em: 05 de Junho de 2014.

PF realiza operação em Três Lagoas por desvio de verbas no “Fome Zero do Governo Federal”. Disponível em: <<http://www.radiocacula.com.br/noticias/policial/pf-realiza-operacao-em-tres-lagoas-por-desvio-de-verbas-no-fome-zero-do-governo-federal/>>. Acesso em: 20 de Outubro de 2013.

PIRAS, Danielle S. **A territorialização da agricultura moderna de Primavera do Leste**. Disponível em: <http://www.dominipublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=159556>. Acesso em: 29 de Julho de 2013.

Plano de Manejo Florestal. Cáceres Florestal, Resumo 2011. Disponível em: <http://www.caceresflorestal.com.br/Plano_de_Manejo_Florestal_da_Caceres_Florestal-Resumo.pdf>. Acesso em: 26 de Outubro de 2013.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. O princípio camponês. In: _____ **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 285 – 313.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A questão sociodemográfica e o desafio ambiental no período neoliberal para além de Malthus. In: _____ **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. Modelo de desenvolvimento do agronegócio: limites e perspectivas. **Revista eletrônica da Associação dos Geógrafos brasileiros** – Seção Três Lagoas/MS, nº 14, ano 8, novembro de 2011.

Prefeita empossa diretores de Escolas Municipais e CEI's. Disponível em: <<http://www.treslagoas.ms.gov.br/noticia/prefeita-empossa-diretores-de-escolas-municipais-e-cei-s/7318/>>. Acesso em: 05 de Junho de 2014.

Projetos da Fibria, ver: Disponível em: <<http://www.painelflorestal.com.br/noticias/celulose-e-papel/fibria-apresenta-investimento-social-para-tres-lagoas-ms-e-regiao-em-2013/>>. Acesso em: 10 de Novembro de 2013.

Reforma Agrária popular, por terra e soberania alimentar. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/congresso6/Reforma-Agraria-popular-por-terra-e-soberania-alimentar/>>. Acesso em: 18 de Dezembro de 2013.

ROCHA, Herivelto Fernandes. **Organização territorial dos assentamentos rurais no Brasil. Relação entre políticas públicas, movimentos socioterritoriais e os assentados das reformas agrárias.** 2013. 181 f. Relatório de Qualificação (para obtenção de Título de Mestre em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SAQUET, Marcos Aurélio. Síntese para a expansão da abordagem territorial. In: **Abordagens e concepções de território.** Expressão Popular: São Paulo: 2007, p. 75-96.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, p. 235-281, 2005.

SANTOS, Carlos Alexandre B.P. dos. **Fiés descendentes: redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-mato-grossenses.** 2010. 477 f. Tese (Doutor em Antropologia Social). Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. Brasília 2010.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e Emoção.** 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi., FABRINI, João Edmilson (Orgs). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

STEDILE, João P., FERNANDES, Bernardo M.. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. p.15-121/139-163.

SILVA JUNIOR, José Antonio Lopes da. Estudo dos resultados socioeconômicos do PAA para as famílias da Associação de Agricultores e Agricultores Familiares do Assentamento Facão em Cáceres/MT. In: VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária/VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária/ 1ª Jornada das Águas. **A questão Agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais**. João Pessoa: 2013.

SILVA, Carlos Alberto Franco da (Orgs). **Redes Políticas Territoriais**: estratégias, conflitos e violência. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2011.

SILVA, Ligia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. Campinas: UNICAMP, 2008.

SILVA, Camila Ap^a Alves da. **Identidade e dinâmica socioterritorial: uma análise do distrito de Arapuá - MS**. 2011. 59 f. Monografia (conclusão do curso Geografia Bacharelado) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas. 2011.

SOUZA, Claudio Ferreira de. **Terra e poder em Mato Grosso do Sul**: as alianças políticas e os projetos de educação. 1997, 232 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba. 1997.

TERRA, Ademir. **Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão?** Assentamento Itamarati em Ponta Porã-MS: “o pivô da questão”. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses de Setembro de ademirterra.pdf>. Acesso em: 29 de Julho de 2013.

ULLRICH, Otto. Tecnologia. In:_____ **Dicionário do Desenvolvimento**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000, p. 339-354.

VEIGA, José Eli da. A face territorial do desenvolvimento. Interações - **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 3, N. 5, p. 5-19, Set. 2002.

Vídeo sobre o **PAA no município de Cáceres**: Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=Hax8nOJmljw/>>. Acesso em: 10 de Fevereiro de 2014.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia: O campesinato como ordem moral. **Anuário antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 87, p. 11-73, 1990. Disponível em: <http://issuu.com/ricardo2p/docs/k._woortmann_-_com_parente_n_o_se_negueia/>. Acesso em: 12 de Maio de 2012.

ANEXO 1

ROTEIRO GERAL DE ENTREVISTAS

A – Como foi a conquista do assentamento (histórico)?

TEMÁTICO: ASSOCIAÇÃO

1 – Como nasceu a associação? Como ela está organizada? Quantas famílias associadas? Quantas produzem para o PAA? Quantas produzem para o PNAE?

2 – Quais as principais atividades da associação?

3 – Quais as vantagens que a associação trouxe para o assentamento, em especial para as famílias?

4- Como souberam do PAA e quando entraram para o PAA?

5- Como era a vida econômica antes de produzir e vender para o PAA?

6- Qual a principal vantagem de vender ao PAA?

7- Qual a porcentagem da renda familiar que vem do PAA?

8- Quais os limites do PAA? Onde o PAA deve melhorar?

9- Exemplo de produtos e preço pagos pelo PAA em relação aos preços pagos dos atravessadores e/ou mercado?

10- Sabem indicar qual é o destino dessa produção entregue ao PAA?

11 – Informações (e dados) sobre a produção total (e por programa) da Associação no ano fiscal de 2011.

ANEXO 2

QUESTIONÁRIO DAS ASSOCIAÇÕES

1. Qual programa (PAA, PNAE) – no caso dos dois, um questionário para cada programa.
2. Números de Associados?
3. Quantos participam dos Programas? (de preferência xerocar/anotar nomes).
4. Como é definido o preço do produto? Está satisfeito?

5- Produtos comercializados (ANO 2012) – (de preferência xerocar documentos).

PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR	ANO/MÊS

6- Volume de Vendas da Associação em 2012 (Reais)? (de preferência xerocar documentos).

7- Destino das Vendas? (de preferência xerocar documentos).

PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR	ANO/MÊS

8- Dificuldades nos Programas?

9- Sugestão de melhoria dos Programas?

10 – Papel do Programa para o desenvolvimento da Associação e do Assentamento?

11- Avaliação do Programa.